JERÔNIMO
DE VIVEIROS

(DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS)

HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO
1612 + 1895

EDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO

SÃO LUÍS
1954

JERÔNIMO JOSÉ DE VIVEIROS é nome sobejamente conhecido nos meios intelectuais do Maranhão e do Brasil.

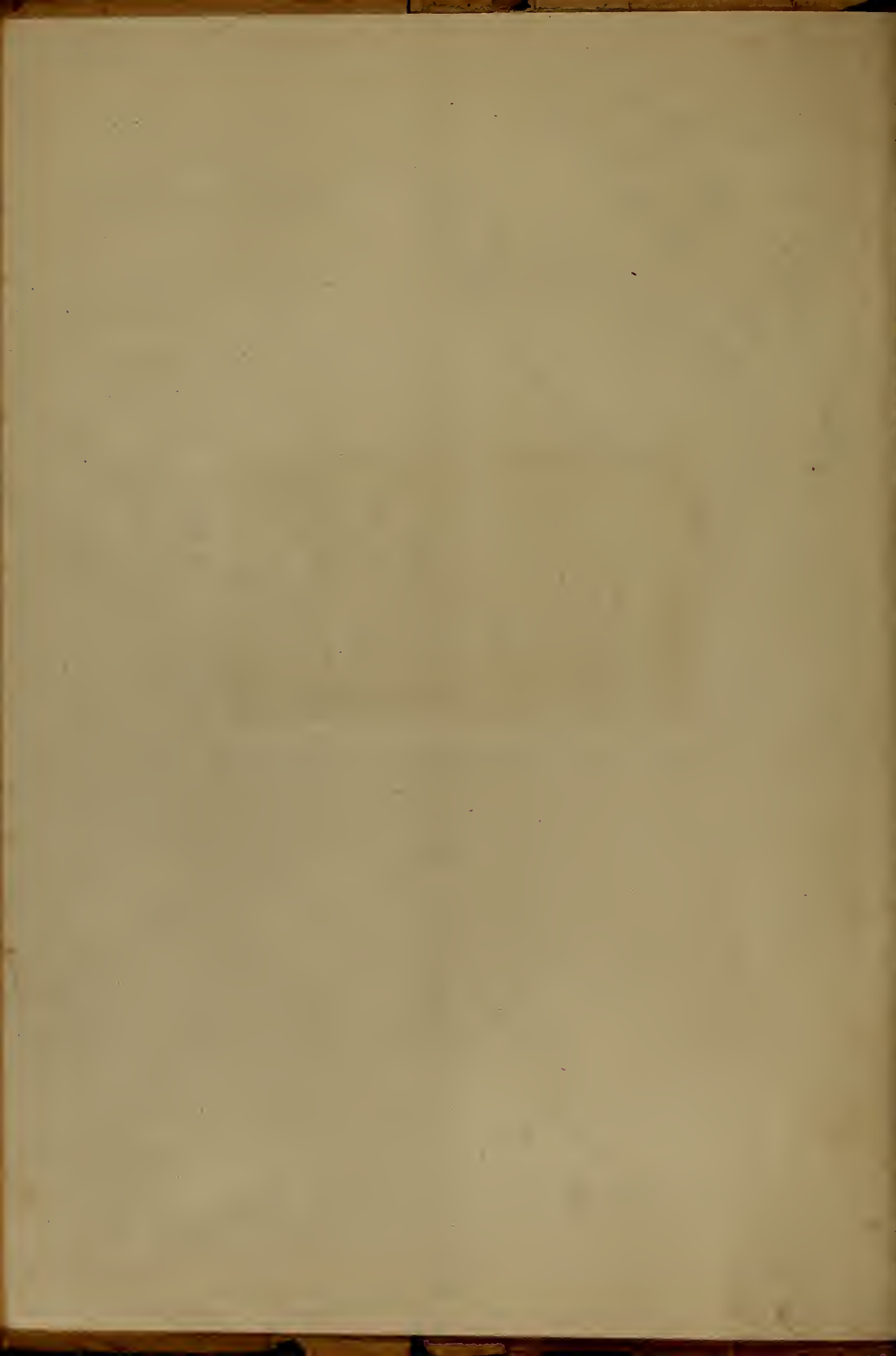
Nasceu em São Luís do Maranhão, aos 11 de agôsto de 1884, num velho e formoso sobrado da rua de Santo Antônio, antigo solar de seus avós maternos, os Barões de São Bento.

Estudou as primeiras letras em colégio particular e, nos preparatórios para ingresso no Liceu Maranhense, foi discípulo de Antônio Lôbo e do professor Machadinho. (Domingos Afonso Machado). Ao sair do Liceu ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, abandonando o curso no 4.° ano.

Regressando à província natal, dedicou-se ao magistério, regendo, na qualidade de catedrático, a cadeira de História Universal e do Brasil, do Liceu. O estudo dos acontecimentos históricos despertou-lhe profundo interêsse pela ciência de Toynbee, interêsse que não mais o abandonou. Os auditórios do país possìvelmente perderam mais um bacharel verboso e superficial como, talvês, devera ter sido Jerônimo de Viveiros se concluísse o curso de direito, mas, em compensação, ganhou o magistério um excelente mestre de história, culto e preciso no transmitir o espírito da disciplina que por aturados anos lecionou.

Infatigável no trabalho, de competência insuspeita, Viveiros ocupou lugares de projeção na administração pública de sua terra, mormente no setor da educação. Foi por diversas vezes Diretor da Instrução Pública, cargo em que se houve com invulgar eficiência.

Seu incessante labor intelectual, a que não faz mossa o pêso dos

Ao Zeca
singela lembrança
do mano, cunhada
e sobrinhos. Abraços
Carlos e família
[illegible]- MG. 18/8/65

HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO

2º VOLUME

Desta obra foram editados 1.950 exemplares em papel bufon de 1.ª para venda, e 50, em papel especial, numerados de I a L e rubricados pelo autor, fora do mercado, para bibliófilos.

As ilustrações "hors-texte" dêste livro, foram feitas pelo hábil desenhista José Henrique Dias.

A capa, as vinhetas, e algumas páginas de desenho a traço são da autoria de Milton Luz.

Os retratos de Franco de Sá e de J. J. Fernandes da Silva foram executados por Sálvio Negreiros.

JERÔNIMO
DE VIVEIROS
DA ACADEMIA
MARANHENSE
DE LETRAS

HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO
1612 + 1895

PUBLICAÇÃO
COMEMORATIVA
DA PASSAGEM
DO 1º CENTENÁRIO
DA FUNDAÇÃO
DA COMISSÃO
DA PRAÇA

SÃO LUÍS + 1954

CAPÍTULO XXIV

O Tesouro da Província

"O fisco é como que um termômetro bem sensível," disse Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, "que marca tôdas as variações da prosperidade pública". (292)

Nestas condições, nada mais natural que, depois de termos tratado da economia maranhense, dediquemos um capítulo dêste livro ao Tesouro Público da Província. Os dois estudos completar-se-ão, esclarecendo bem o assunto.

A história da administração da Fazenda Pública da Província do Maranhão pode ser dividida em cinco períodos.

Abrange o primeiro período cêrca de doze anos — de 1823 a 1835. O regime tributário continua o mesmo da colônia, aliás, já estudado em capítulo anterior.

As perturbações dos primeiros anos do Império não deixam tempo para estudos da organização da Fazenda Pública.

O segundo período começa em 22 de abril de 1835, quando foi criada a tesouraria peculiar da Província, com um tesoureiro e um escriturário, (293) e o encargo da guarda e distribuição dos dinheiros públicos, do ajustamento das

(292) — Relatório apresentado ao Presidente da Província do Maranhão pelo ex-inspetor do Tesouro, in. "O Progresso" — de 28-9-1850.

(293) — Relatório de Alexandre Teófilo, cit.

contas dos coletores e mais recebedores das rendas provinciais, da confecção dos balanços gerais da receita e despesa anuais e da organização dos orçamentos. Mais tarde, pela lei de 4-8-1837, foi ela encarregada também da arrecadação de vários impostos. Nessa ocasião, aumentou-se-lhe o número dos empregados com mais um escriturário e um fiel do tesoureiro, ficando assim com quatro funcionários. Devia fiscalizar-lhe os atos e ajustar as contas do tesoureiro o Presidente da Província, por meio de uma comissão, nomeada em épocas fixas. Durante êsse primeiro período, a cobrança dos rendimentos era feita, no interior, pelos coletores e recebedores das rendas gerais, e na capital, pela mesa das diversas rendas, com exceção do impôsto da décima urbana, que era recebido pelos coletores chamados da décima, nas freguezias de Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição. Em 1836, as duas coletorias de décima foram transformadas em coletorias de vários impostos, dentro dos limites das mesmas freguezias; "a percepção, porém, pela mesa das diversas rendas continuou, como até ali". Afinal veio a lei de 4-8-1837, que refundiu aquelas duas coletorias e criou a da capital, servida por um coletor, dois escrivães e dois agentes. À nova estação coube a cobrança da maior parte dos impostos, mas deixaram a dos de exportação à alfândega, a dos emolumentos ao oficial maior da secretaria do govêrno e a dos de sêlos de herança e legados, dos direitos velhos e novos de ofícios e emprêgos e da meia sisa de escravos à tesouraria peculiar.

Era esta a organização geral da Fazenda da Província, na sua segunda fase.

Analisando-a, dizia Alexandre Teófilo no seu citado relatório:

> *"A cobrança à mercê dos exatores, carência de fiscalização, quer sôbre as estações, quer sôbre as operações da fazenda; a escrituração informe e obscura; incoerência e absurdo nas atribuições dos funcionários; falta absoluta de nexo e classificação entre os próprios serviços da cobrança, eis o que era a administração da fazenda nos seus primeiros tempos." "Acrescente-se a isto," acentuava o ilustrado crítico, "a falta de conhecimentos e de prática dos funcionários, e ver-se-á a razão dos grandes erros cometidos, que chegam a ponto de dar a impressão da quase nulidade do sistema administrativo daqueles tempos".* (294)

---

(294) — Alexandre Teófilo — Relatório cit.

Tão deplorável administração não podia deixar de revelar-se na cobrança dos impostos.

No ano financeiro de 1836-1837, a receita da Província foi de 179:877$844 réis.

Os impostos sôbre a exportação, que eram de 6 %, ou os dízimos, produziram 132:789$159, concorrendo só o dízimo do algodão com adição de 125:677$816, de modo que todos os ramos de rendas deram, em tôda a Província, a mesquinha soma de 47:088$685, assim distribuída: Décima urbana — 1:782$307, impôsto sôbre gado vacum, 2$000 por cabeça — 13:704$066, meia sisa de escravos — 9:115$242, 20 % sôbre bebidas alcoólicas — 4:579$614, impôsto sôbre gado suíno, 1$000 por cabeça — 1.000$000, 5 % sôbre tabaco.

Em 1837-1838, a receita provincial foi de 177:191$415.

Abolidos os dízimos de exportação, em agôsto, criou-se em substituição o impôsto de 5 % sôbre os gêneros de cultura e produção da Província, que fôssem exportados. A cobrança de um e de outro naquele ano foi de 115:513$377, composta das seguintes parcelas: dízimo do algodão — 8:045$019, 5 % no algodão exportado — 106:359$460, dízimo do arroz — 966$463, dito da farinha e outros gêneros exportados — 142$435.

Pelo que fica exposto, todos os outros ramos da receita produziram apenas 61:678$038! Cêrca de 14 contos mais do que no ano anterior, mas ainda assim era uma renda irrisória, reveladora de grande extravio de impostos, como se verifica da sua distribuição pelas rubrícas: Décima urbana — 2:997$933, gado vacum — 20:580$225, 20 % sôbre bebidas alcoólicas — 3:995$373, meia sisa de escravos — 10:820$672, 5 % sôbre tabaco — 145$616, taxa de 1$000 sôbre cabeça de porco — 33$000.

Era manifesto o extravio, repetimos, e tanto maior se atentarmos para os bons preços dos gêneros naqueles tempos: algodão — 8$000 a arroba, aguardente — 100$000 a pipa, arroz — 1$400 o alqueire e o mais do mesmo modo.

Assim, não será êrro calcular-se o extravio de que vimos tratando em cêrca de cem contos!

Ademais, não era só o extravio, havia também o desleixo a desídia, e a incúria na arrecadação dos impostos. Imagine-se que a décima urbana, impôsto que em média regulava menos de 2:500$000, como acabamos de ver, montava a sua dívida em 98 contos, o que em verdade significa haver uma acumulação de tal impôsto, relativo a um período de 40 anos!

Começa a terceira época das nossas finanças com a criação do Tesouro Público Provincial em 22 de setembro de 1838. (295)

O seu quadro de funcionários compunha-se de um inspetor com 1:500$000 por ano, um contador, cujo ordenado era de 1:000$000 e um secretário, que vencia 700$000. Havia também um procurador fiscal, cargo que era exercido por um dos juízes de direito do crime da capital, sem remuneração alguma.

Em mesa, (diríamos hoje — junta), o procurador fiscal e o contador tinham voto consultivo, o inspetor deliberativo.

Anexas ao Tesouro Público ficavam uma contadoria e uma tesouraria. Serviam na primeira um oficial maior com 800$000 anuais, dois primeiros escriturários com 600$000 cada, e dois segundos com 500$000. Na segunda tinham função um tesoureiro com 1:000$000, um fiel do tesoureiro com 500$000, um escrevente com 350$000 e um porteiro com 250$000.

O Tesouro era encarregado da administração, distribuição, contabilidade e fiscalização das rendas públicas, provinciais e ficava subordinado ao Presidente da Província. A sua fiscalização, porém, cabia à Assembléia Legislativa do Maranhão, que a exercia por meio de exames a que era obrigada mandar proceder nos livros de escrituração e documentos originais, todos os anos.

"Da data desta instituição, a cobrança era feita, no interior, pelos coletores provinciais, de nomeação e demissão do inspetor; na capital, pela coletoria de São Luís e pela tesouraria do tesouro, em vista de guias formalizadas na respectiva contadoria, onde se fazia a competente escrituração em livros de receita parcial para cada um dos impostos a cargo da tesouraria." (296)

Durante êste terceiro período, fizeram-se algumas modificações no sistema adotado, uma das quais foi a criação do ordenado de 900$000 para o procurador fiscal. (297)

Alexandre Teófilo considera a nova organização incontestàvelmente superior à passada. Entretanto, não lhe deixa de apontar os erros. "São palpáveis", diz êle, "e de gravíssimas conseqüências os erros dela: os serviços não estão aí classificados, segundo a natureza distinta dos diferentes ramos da administração; e nem foi criado, para cada divisão diversa do trabalho, um centro de direção constante, efe-

(295) — Lei de 9-6-38.

(296) — Alexandre Teófilo — Relatório cit.

(297) — Lei de 8-7-1840.

tivo e responsável". "Assim, nós encontramos a tesouraria e contadoria, por esta lei, convertidas em estação de cobrança dos impostos: assim, vemos encarregada a contadoria do ajustamento das contas dos tesoureiros, coletores, recebedores e pagadores; donde procede que nunca se ajustou uma só conta de quem quer que tenha sido encarregado de receber ou despender os dinheiros da Província." (298)

Faltava, como se vê, ao novo sistema o fecho da fiscalização, base da moralidade de todo departamento que lida com os dinheiros públicos.

Considerada, sob o ponto de vista da despesa, a criação do Tesouro trouxe economia ao fisco. Vejamo-la:

Com a peculiar despendia-se 2:650$000 e com a alfândega 8:573$724, portanto, a despesa total era de 11:223$724.

Passou-se a gastar 9:020$000. Logo, houve uma economia de 2:200$000.

É inegável a melhoria do fisco com a instalação do Tesouro. Esmiucemos alguns dados para prová-lo:

Em 1838-1839, a receita ordinária montou a .... 190:402$769.

Os direitos sôbre a exportação renderam:

5 % sôbre algodão	83:400$206
5 % " outros gêneros	20:325$032
	103:725$238

Por conseguinte os outros impostos produziram:

Dentro do ano	34:459$023
Dívida ativa	52:218$508
	86:677$531

Neste ano o preço médio do algodão foi de 6$435 a arroba, o do arroz 1$109 o alqueire e o do couro 3$142.

No ano financeiro de 1839 a 1840, ano do tristíssimo drama da Balaiada, a receita ordinária foi de 118:376$443.

A exportação rendeu:

Algodão	80:117$919
Couros	10:075$909
Outros gêneros	9:455$196
	99:649$024

(298) — Alexandre Teófilo — Relatório cit.

As outras imposições deram 79:988$952, sendo

Impostos do ano	42:144$455
Dívida ativa	37:844$497

Preços correntes:

Algodão — arroba	5$702
Arroz — alqueire	1$086
Couro	2$455

A receita de 1841-1842 atingiu 188:859$234.
A exportação deu 94:994$658, assim:

Algodão	75:546$136
Arroz	10:789$398
Couro	8:659$124

As demais imposições produziram:

Dentro do ano	58:458$821
Dívida ativa	35:405$755
	93:864$576

A média dos preços foi esta:

Algodão	4$046
Arroz	1$268
Couros	2$277

Em 1842-1843, a renda alcançou: 210:221$519.

Exportação:

Algodão	56:018$122
Outros gêneros	14:415$427
Couros	9:578$789
	80:012$338

Os outros impostos deram:

Dentro do ano	87:826$656
Dívida ativa	42:382$525
	130:209$181

Têrmo médio dos preços:

Algodão	4$507
Arroz	1$380
Couros	2$654

Pelos dados acima expostos, verifica-se a diminuição da renda da exportação, justificada aliás com a queda dos preços dos gêneros e a progressão crescente na receita dos impostos internos, motivada pelo melhor sistema de fiscalização adotado, mercê do qual se constatou, nesse mesmo ano, não pequeno roubo por parte do tesoureiro, segundo refere o jornal "O Progresso", de 10-9-1850.

O quarto período da história do Tesouro Público do Maranhão começa em 1843, com a lei n.º 150-A, de 13 de julho.

Foi um desastre para a administração da Fazenda Pública essa lei.

De fato, bastou um ano de sua aplicação para manifestar-se a decadência. Os anos de 1844-1845 e 1845-1846 marcaram época desastrosa no fisco maranhense.

A lei suprimiu os lugares de contador, de dois escriturários e de fiel de tesoureiro, cometendo ao oficial maior o desempenho das funções de contador, e encarregando o secretário de registrar os trabalhos da contadoria e nela servir, quando o permitisse o expediente.

Com a supressão de tais empregos e mais ainda pela acumulação de encargos imposta a vários funcionários, sofreram os serviços internos, resultando de tudo isto ter cessado o lançamento do Diário. Foi em vão que Estêvão Rafael de Carvalho, então inspetor do Tesouro, procurou remover êstes obstáculos ao bom andamento dos serviços.

Reconheciam estas verdades os Presidentes que foram sucessivamente passando pelo Govêrno da Província.

Figueira de Melo dizia em 1843:

> *"Não tendo vós querido atender as razões que julguei dever apresentar contra tal reforma, por ocasião de haver-lhe recusado a minha sanção, a experiência confirmará se foi ou não conveniente; parecendo-me entretanto acertado dizer-vos que a do pouco tempo de sua execução tem-se em minha opinião suficientemente pronunciado contra ela, pois que por falta de empregados não me foi possível ter o orçamento e balanços com a necessária antecedência, para que, na forma da lei, pudessem ser impressos e distribuídos por todos os membros desta assembléia,*

acrescendo ainda a demora, que desta falta tem resultado, em dar as informações pedidas pela Presidência e em deferir os requerimentos dos cidadãos que têm dependências com o Tesouro."

Moura Magalhães, em 1844, exprimia-se por esta maneira:

"Os trabalhos do Tesouro da Província, em conseqüência do pequeno número de empregados, acham-se em atraso, e para que não padeça o serviço público, julgo necessária a criação de mais alguns funcionários."

Finalmente, Ângelo Carlos Muniz, em 1846, comunicava à Assembléia:

"O Tesouro Público Provincial ainda ressente-se da falta de braços. A escrituração dos livros — Diário e Razão — está paralisada: é quase impossível que o oficial maior da contadoria, a quem a lei incumbe êste trabalho, o possa satisfazer conjuntamente com as obrigações de contador, que lhe foram incorporadas por ocasião da extinção dêste lugar. As contas de todos os recebedores, exatores, etc. estão por ajustar."

Da lei n.º 150-A, só se aproveitou a criação da coletoria da capital, com o encargo da cobrança de todos os impostos em São Luís. Tudo o mais foi uma lástima. Basta recordar o que a seu respeito disse Alexandre Teófilo quando a analisou. (299) Resumamo-lhe o raciocínio:

Enquanto se reduziam a 3 % os direitos do nosso principal produto de exportação — o algodão — e a 10 % o impôsto do consumo de bebidas alcoólicas, isto é, enquanto se cerceavam os rendimentos, aumentavam-se por outro lado as despesas públicas, sem cautela nem previsão, e isto numa época em que o comércio decaía sensìvelmente por causa da baixa dos preços dos gêneros de exportação.

Como era natural, deu-se a rotura do equilíbrio financeiro; a receita não mais cobriu a despesa; apareceu o déficit que subiu a 140 contos de réis.

Pergunta, então, Alexandre Teófilo: em meio destas grandes dificuldades o que fizeram os legisladores?

E êle mesmo responde:

---

(299) — Alexandre Teófilo — Relatório cit.

"Não se fêz uma reforma que melhorasse o sistema central da fazenda, não se deu uma providência que extinguisse, ou ao menos atenuasse o déficit, e nem se tentou esfôrço algum para equilibrar-se a receita com a despesa anual. Quando a situação já apavorava a todos, foi que se tomaram providências."

"Mas que providências foram essas?"

"Suspendeu-se a limpeza dos rios; suprimiu-se a despesa com o culto divino; marcou-se a ordem da preferência nos pagamentos aos credores da Província; cassou-se, para ser logo depois restabelecido, o crédito da administração da justiça, sustento e curativo a presos pobres, e, por fim, eliminou-se o crédito para obras públicas!"

Contra essas medidas anômalas bateu-se o Presidente João José de Moura Magalhães, mas os eleitos da Província não lhe deram ouvidos. E ainda lhe não atenderam, quando no seu relatório observou:

"A redução feita ao impôsto do algodão de 5 para 3 % deixa um grande vazio nas rendas provinciais, e no meu entender deve ser quanto antes *suprimida, e restabelecido o impôsto primitivo." "Devo ponderar que tôdas as variações, em matéria de impostos, são de ordinário mais prejudiciais do que vantajosas, e que um impôsto, que tem em seu favor a sanção do tempo, contra o qual não existem clamores, e a que o povo se acha habituado, não deve ser diminuído." "O mal que resulta do impôsto é raras vêzes remediado pela sua supressão."*

Provemos agora o desastre com os algarismos:

No ano de 1843-1844, a receita ordinária foi de 214:622$848.

A exportação rendeu:

Algodão	63:715$510
Outros gêneros	8:418$088
Couros	17:993$803
	90:127$401

As imposições internas produziram:

Dentro do ano	81:674$266
Dívida ativa	42:821$181
	124:495$447

Média dos preços:

Algodão	4$324
Arroz	1$259
Couros	2$541

Em 1844-1845, arrecadou-se 178:350$514.

A exportação deu:

Algodão	36:262$401
Arroz	9:391$957
Couros	14:134$893
	59:789$251

Os impostos internos:

Dentro do ano	64:336$915
Dívida ativa	54:224$348
	118:561$263

Para êste resultado, contribuíram também os preços ínfimos:

Algodão	3$915
Arroz	$789
Couros	2$288

A receita ordinária de 1845-1846 produziu 194:015$484.

A exportação rendeu:

Algodão	39:955$207
Arroz	14:810$898
Couros	16:243$588
	71:009$693

Os impostos internos apresentaram:

Dentro do ano	70:720$610
Dívida ativa	52:285$181
	123:005$791

Média dos preços:

Algodão	4$084
Arroz	1$271
Couros	2$063

Como se vê, os preços dos gêneros subiram e a cobrança dos impostos melhorou.

No ano financeiro de 1846-1847, a receita ordinária atingiu a 238:378$032.

Exportação:

Algodão	42:579$513
Arroz	19:191$827
Couros	16:133$747
	77:905$087

Outras imposições:

Dentro do ano	103:517$083
Dívida ativa	56:955$862
	160:472$945

Média dos preços:

Algodão	4$888
Arroz	1$090
Couros	1$580

Os dados que aí ficam demonstram o desenvolvimento que iam tendo as rendas internas, conseqüência, sem dúvida, de melhor fiscalização, sobretudo, nas coletorias do interior. Só elas entraram com cêrca de 63 contos de réis.

Marcam a lei n.º 234, de 20-8-1847 e a resolução de 23-2-1848, o início do quinto período.

Na opinião de Alexandre Teófilo, (300) aquela resolução, ato do Govêrno do Presidente Joaquim Franco de Sá, foi o trabalho mais completo que se apresentou no Maranhão sôbre a administração da fazenda pública.

Certo, a citada resolução não estabelecia um sistema original, mas era uma bem pensada adaptação do que fizera para a Província do Rio de Janeiro, em 1842, Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná), e que havia sido aproveitado por outros presidentes como Costa

(300) — Alexandre Teófilo — Relatório de junho de 1848.

Pinto, em Pernambuco, Jerônimo Francisco Coelho, no Pará e José Ildefonso de Sousa Ramos, no Piauí.

Aqui a reforma, instituída por Franco de Sá, tinha êstes pontos capitais:

1.º — Sujeitar a administração da fazenda à imediata direção e superintendência do Presidente da Província;

2.º — Dividir e classificar os diferentes ramos do serviço de fazenda, segundo a natureza distinta dêles;

3.º — Confiar a direção de cada serviço a um chefe e a de todos ao Inspetor do Tesouro;

4.º — Adotar o sistema de exercícios nas operações da fazenda provincial;

5.º — Criar um aprendizado para a carreira da fazenda;

6.º — Autorizar delegados inspecionadores para o exame e fiscalização das coletorias;

7.º — Discriminar as atribuições e deveres do procurador fiscal.

Apesar de todo êsse cunho de sensatez e de eficiência, a reforma de Franco de Sá sofreu vários ataques. Um dêles foi ter estabelecido crescido número de funcionários. Mas, quantos eram êles? Não passavam de 16; no período anterior, eram 14. O aumento de despesa foi de 1:830$000 por ano.

Outro ponto criticado foi a criação do aprendizado para a carreira da fazenda. Com esta medida, pretendia-se dar educação profissional ao futuro pessoal da fazenda. O aprendizado compunha-se de três amanuenses praticantes, que, mais tarde, se transformaram em consumados oficiais da fazenda.

Como estamos vendo, êstes pontos não mereciam censura. Os críticos vesgamente tomaram-nos para objeto de seus ataques, deixando de lado os pontos fracos e lacunosos da reforma, que eram a desídia na cobrança das décimas das heranças e legados, na cobrança da dívida ativa anterior a 1836, cujos montantes nem eram conhecidos, e a inobservância dos contratos, renda que os próprios Governos

tornavam nula, absolvendo os contratantes das multas. E isto sem falar no regime tributário então usado, contra o qual já se levantavam opiniões autorizadas, como a de Alexandre Teófilo, que combatia o impôsto de exportação, reconhecendo, entretanto, a dificuldade de extinguí-lo, e clamava contra a desarmonia com que o impôsto feria os produtos de consumo, taxando a carne em 8 e 10 %, o açúcar em 8 e 9,6, o sabão em 15,6 %, enquanto os produtos fomentadores do vício pagavam menos — o fumo 5 % e a cachaça 16 % !

Todavia, a reforma de Franco de Sá, com pequenas alterações, chegou até o fim do Império, quando a fraqueza mesmo do regime deu lugar a que se desmantelasse o maquinismo do fisco maranhense, desmoralizando-o com o desfalque de 59:859$587, apurado pela comissão — Gomes de Castro, Nunes de Melo e José Augusto Correia — designada pelos dois primeiros Governadores do Estado, para o fim de reorganizar o importante departamento. (301)

PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Ano	*Receita*	*Despesa*
1835-36	153 contos	151 contos
1836-37	221 "	194 "
1837-38	318 "	310 "
1838-39	209 "	205 "
1839-40	132 "	131 "
1840-41	227 "	223 "
1841-42	242 "	239 "
1842-43	280 "	272 "
1843-44	256 "	240 "
1844-45	173 "	170 "
1845-46	269 "	257 "
1846-47	276 "	276 "
1847-48	364 "	325 "
1848-49	281 "	277 "
1849-50	277 "	255 "
1850-51	317 "	287 "
1851-52	283 "	280 "

(301) — Relatório da Comissão do Tesouro — 1890.

Ano	*Receita*	*Despesa*
1852-53	291 contos	268 contos
1853-54	342 "	311 "
1854-55	446 "	399 "
1855-56	603 "	488 "
1856-57	656 "	585 "
1857-58	568 "	518 "
1858-59	574 "	571 "
1859-60	543 "	531 "
1860-61	556 "	534 "
1861-62	478 "	476 "
1862-63	567 "	539 "
1863-64	745 "	629 "
1864-65	685 "	619 "
1865-66	645 "	624 "
1866-67	708 "	701 "
1867-68	658 "	657 "
1868-69	864 "	860 "
1869-70	764 "	705 "
1870-71	781 "	770 "
1871-72	732 "	723 "
1872-73	633 "	707 "
1873-74	882 "	882 "
1874-75	835 "	835 "
1875-76	745 "	869 "
1876-77	733 "	766 "
1877-78	709 "	718 "
1878-79	647 "	746 "
1879-80	770 "	739 "
1880-81	756 "	747 "
1881-82	720 "	698 "

CAPÍTULO XXV

O comércio de remédios e a sua fiscalização

SEM incluir as boticas dos jesuítas, que datam do estabelecimento da Companhia no Maranhão, as quais, destinadas à cura gratuita do povo, não constituíam ramo de negócio, a mais antiga de que se tem notícia é do ano de 1704. De um navio da Costa d'África comprou-a um tal João de Oliveira Agra, que foi chamado à presença da Câmara de São Luís para serem taxados os medicamentos pelo cirurgião-mor, sinal de que era exagerado nos preços o improvisado boticário. (302)

Depois desta botica abre-se um grande hiato na história do nosso comércio de drogas, como aliás no de qualquer outro artigo.

Mas, se não chegaram até os nossos dias os nomes dos boticários que aqui existiram durante o século XVIII, tivemos, entretanto, a legislação que lhes regulamentou e fiscalizou a profissão.

Em verdade que ela era rigorosa. O órgão diretor supremo ficava em Lisboa, exercido pela Câmara e pelos físicos mores do Reino. Na Colônia, os delegados dêstes, chamados comissários, faziam-lhes as vêzes, e por isso deviam ser médicos, formados pela Universidade de Coimbra e terem

(302) — João Lisboa — Obras, 2.º vol., pg. 192.

os seguintes auxiliares: um escrivão, dois visitadores examinadores, que não podiam deixar de ser boticários, um meirinho e o seu escrivão. (303)

Êstes delegados comissários gozavam de todos os privilégios dos magistrados temporais: nenhuma autoridade lhes podia embaraçar ou suspender ato ou diligência alguma, antes deviam tôdas dar-lhes auxílio, e quando entendessem que êles cometiam excessos, cumpriam-lhes participar ao Físico-mor do Reino ou ao Soberano, sem contudo se oporem ao exercício da sua jurisdição, que devia ser exercida ampla e sem restrição alguma. (304)

Os delegados comissários visitavam as boticas, acompanhados do escrivão, visitadores e meirinhos. Começava a visita pelo juramento do boticário de que não tinha medicamentos nem utensílios emprestados. Depois, passavam a examinar se a sua carta estava em forma, se os preços eram de acôrdo com o regimento, se exatas mantinham-se as balanças, os pesos aferidos, os utensílios limpos, se a manipulação dos medicamentos executada com perfeição, se os vasos traziam os respectivos rótulos, examinavam cuidadosamente os medicamentos, inutilizando os estragados e fechavam as boticas que não estivessem convenientemente sortidas, condenando os boticários a seu arbítrio. (305) Acabada a visita, o escrivão passava a cada boticário uma certidão do merecimento com que o tinham julgado, fazendo-se o devido elogio aos que tinham servido o público com desvêlo, e esta certidão servia de licença para continuar o exercício da profissão e a lei obrigava a guardá-la, para ser apresentada na próxima visita.

Pela mesma maneira eram fiscalizadas as lojas que vendiam remédios, as drogas que entravam na Alfândega, (306) as boticas dos navios.

As pessoas que se julgassem habilitadas em farmácia podiam requerer exames, mas para isso precisavam apresentar certidão de quatro anos de estudos com mestre aprovado. Examinadas e aprovadas pelo Delegado Comissário e dois cirurgiões, dava-se-lhes uma certidão com a qual requeriam ao Físico-mor do Reino a carta de boticário.

Para os lugares onde se tornava impossível êsses boticários assim habilitados, a lei permitia às pessoas curiosas

(303) — Dr. José da Silva Maia — "Higiene Pública", estudo in. Jornal da Sociedade Filomática Maranhense, n.º 1, outubro de 1846. Bib. Pública do Estado.

(304) — Dr. José da Silva Maia, estudo cit.

(305) — Dr. José da Silva Maia, estudo cit.

(306) — Arquivo da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança, Livro 12, ofício de 24-10-1811.

e com observação dos medicamentos do país o título de curador, uma vez que fôssem examinadas pelo Comissário, um médico e o escrivão. Ficavam, porém, obrigados a enviar ao Comissário, de seis em seis meses, uma relação fiel dos enfermos, dos remédios aplicados e dos resultados colhidos, e provado que tivesse havido êrro, denunciador de ignorância prejudicial à vida dos povos, eram-lhe imediatamente cassadas as licenças.

Completava êste sistema de fiscalização a devassa, a que era obrigado o Juiz Comissário todos os anos. Para os boticários devassavam-se os seguintes pontos:

1.º — Se êles levavam pelos medicamentos mais do que marcava o regimento.

2.º — Se faziam rebate de alguma parte de sua legítima importância.

3.º — Se vendiam remédios ativos, suspeitos ou venenosos sem receita de pessoa autorizada.

4.º — Se substituíam um remédio por outro.

5.º — Se aviavam receitas passadas por pessoa ilegítima.

6.º — Se vendiam remédios de segrêdo.

7.º — Se tinham parceria com algum médico.

8.º — Se eram prontos no aviamento das receitas a qualquer hora.

9.º — Se costumavam desamparar a botica, deixando nela aprendizes ou escravos para venderem remédios.

10.º — Se se intrometiam a curar.

Como estamos vendo, o exercício da profissão de boticário era rigorosamente fiscalizado. Não sabemos, porém, se aqui a lei foi cumprida pelos três Comissários Delegados do Físico-mor do Reino que tivemos: Manuel Rodrigues de Oliveira, por alcunha o Tijuco; Joaquim José Coelho Rodrigues de Melo, conhecido por médico de Caxeu; e José Antônio Soares de Sousa, pai do Visconde de Uruguai.

De qualquer maneira, tendo sido da primeira vintena do século XIX os mais antigos boticários cujos nomes conhe-

cemos, e havendo vigorado a legislação em aprêço até o ano de 1828, concluímos que aquelas boticas conheceram o duro regime lusitano.

De tôdas a mais falada era a do Padre Antônio da Cruz Ferreira Tezo, mais conhecido pelo nome de Padre Tezinho. (307)

Ficava no largo do Carmo, contígua ao bilhar e botequim que o mesmo sacerdote aí possuía. Dirigia-a o seu sócio, Daniel Joaquim Ribeiro, (308) que o Padre, poeta e jornalista, satírico e rixoso, se sentia melhor no botequim, entre os amigos políticos, donde mandava à redação do jornal "A Cigarra", através do periódico "A Estrêla do Norte do Brasil", recadinhos como êste: Sr. Redator da "Estrêla" — Queira dizer ao estúpido redator da "Cigarra" e a seus indinos coadjuvadores, que...

Levarei meu desprêzo sempre avante,
Ou ladre o cão ou a Cigarra cante."

Apesar de redator chefe do jornal "O Conciliador do Maranhão", o Padre Tezinho não anunciava os remédios da sua casa. Confiava na freguezia, não temendo a concorrência de José do Carmo e Figueiredo, que na sua botica, sita à rua Grande, vendia água das Caldas da Raínha, "própria para curar debilidade do estômago", (309) e que ostentando grande capital anunciava "vasos, vidros e mais utensílios necessários para se estabelecer uma botica", (310) e muito menos a de Matias José Fernandes do Rêgo, estabelecido à rua Grande, a de Agostinho Gonçalves Braga, que era a distribuidora do "Puraqué", jornaleco ferino que circulava em 1829, ou a de Manuel Duarte Godinho, no largo do Carmo, a qual vendia ao lado das pomadas o precioso "Manual dos Fazendeiros".

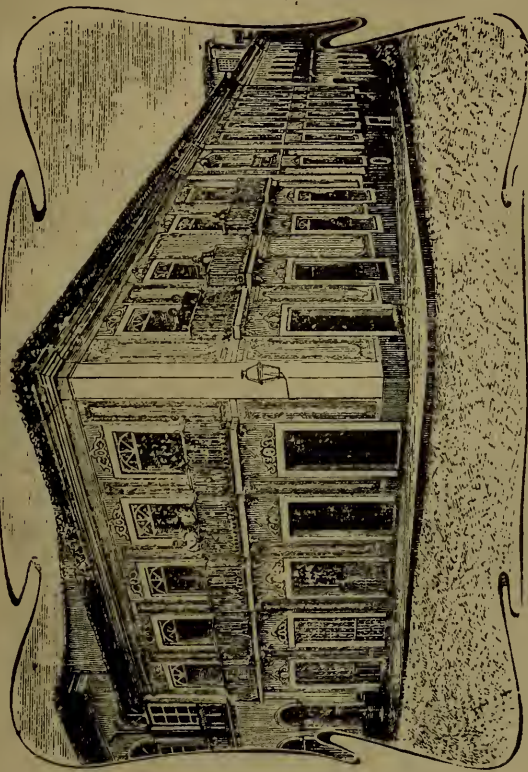
Todavia, amigo de João Garcia Abranches e empenhado na cultura da mocidade de sua terra, Tezinho publicava anúncios da venda da coleção da gazeta "O Censor" a 160 réis o número, e do livro — "Economia da Vida Humana" — "obra indiana, traduzida do inglês, e que servia para instrução dos moços e também de recreio", a 360 réis o exemplar.

---

(307) — Ofício da Junta Governativa em 9-8-1822, livro 17. Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança.

(308) — João da Mata de Morais Rêgo — "Conversação amistosa de Paulo de Kock com Ignotus", in "Pacotilha" de 7-11-1883.

(309) — "O Conciliador", de 31-8-1822.

(310) — "O Conciliador do Maranhão", de 22-6-1822.

Gravura extraída do "Almanaque João Vital de Matos", editado em São Luís.

Vista parcial do interior da Farmácia e Drogaria CÉSAR MARQUES, vendo-se o retrato do seu proprietário e reprodução das medalhas conferidas aos acreditados produtos da Casa

Anúncios de PASTILHAS VERMÍFUGAS DE KEMP, e da EMULSÃO DE SCOTT, da série de anúncios ilustrados insertos no "Publicador Maranhense".

NO ARMAZEM DA RUA

da Palma, canto da Relação, casa de A. Fournier & C. vende-se um excellente

de sella.

(do "Publicador Maranhense" - 1865)

Anúncio original da casa francêsa A. Fournier & Cia. para vender um CAVALO DE SELLA.

Foi por êsse tempo que apareceu em São Luís a primeira agência de medicamentos. Quem explora o novo negócio é João Garcia Abranches, o jornalista do "O Censor". Vejamo-lo no seu próprio anúncio:

> *"Quem quiser mandar vir de Portugal, tôda e qualquer receita de Remédios, Drogas, Tintas ou Boticas inteiras, pode dirigir-se a João Antônio Garcia d'Abranches, que está pronto a mandá-las vir com a mais rápida brevidade, entregando-as nesta cidade a pagamentos de prazo de tempo que se convencionarem por preços regulares; e pronto a fazer todo o rebate quando haja alguma diferença notável em preço ou na qualidade das drogas; porque tem sociedade para êste fim com Manuel de Santana da Cunha Castelo Branco, um dos maiores e melhores Droguistas de Portugal."*

A estas boticas sucederam-se outras. Formam elas o que chamaremos o segundo grupo. De comêço, duas logo salientaram-se: a Francêsa e a Marques. A primeira foi fundada pelo boticário francês Louis Bottentuit, na rua do Sol, canto com a travessa da Passagem. Era especialista na preparação da célebre *água de fumaça* (líquido pirolienhoso), que vendia a mil réis a garrafa. A segunda, propriedade de Augusto José Marques, pai do médico e historiógrafo César Augusto Marques e do farmacêutico Augusto César Marques, ficava no largo do Carmo.

Ambas desviavam-se da natureza do seu negócio: aquela vendendo vidros para candieiros, esta, sementes de hortaliça e papel de desenho. Quanto à reclame, uma nada ficava a dever à outra: Marques & Filhos intitulavam-se "Botica e Drogaria da Casa Imperial"; (311) L. Bottentuit & Cia. preveniam aos seus freguezes que tôdas as garrafas, vidros e caixas de sua casa eram lacrados com o sinete L. B. & Cia. (312)

Contudo, as boticas Francêsa e Marques mantinham seriedade nas suas transações comerciais, não exploravam a credulidade dos doentes, como êsse tal V. J. Rodrigues, com armazém na rua do Giz, que anunciava esta panacéia:

> *"Os homens que não cessam de procurar e descobrir meios de prolongar a vida, e curar as enfermidades da saúde, têm composto ùltimamente um espe-*

(311) — "Publicador Maranhense" — fevereiro de 1860.

(312) — "Jornal Maranhense", — 6-5-42.

cífico, que por sua excelência, demonstrada por curas que tem feito, se denomina — Essência Maravilhosa Coroada — vinda ùltimamente de Hamburgo. Cura as seguintes moléstias:

"Tôda a sorte de febres, calafrios, cotidianas ou intermitentes, tercianas, quartanas, febres malignas ou ardentes, a pleurisia, a disenteria, inchação de pés, palpitações no coração, fastios, vômitos, gangrena, almoreas, tosse veloz, frialdades no ventre, baço, mal de pedra, gota, hidropesia e tôda sorte de paralisia ou semelhantes, vagados de cabeça, sarna, a detenção do ordinário das mulheres, cólica, mal estérico, e icterícia; excita o apetite de comer, e quem fizer uso dela se preserva de purificações, pustemas, paralisias e até de vertigens e dores no coração. Esta essência dissipa as dores de cabeça e de tôdas as mais partes do corpo humano, ainda que tenham sobrevindo de algum esfôrço. É antídoto perfeito contra os venenos, ares malignos e ainda contra a peste. Limpa o corpo, preservando-o de qualquer moléstia, ares corruptos, adelgaça e purifica de um modo admirável e brevíssimo o sangue mais espêsso, sem que seja necessário sangria ou uso de minerais. Cura radicalmente o mal gálico mais inveterado. Tira convulsões e tôda a sorte de lombrigas, tanto a crianças como a velhos. Enfim, supre nas enfermidades a melhor tintura d'ouro. É muito suave de tomar e o modo de aplicar vem num papel que serve de capa a cada vidro. Quem quiser experimentar as grandes virtudes desta Essência a encontrará no Armazém de V. J. Rodrigues, rua do Giz, por preço mui cômodo." (313)

De Bottentuit e Marques foram contemporâneos os boticários:

Antônio dos Santos Vilela, rua da Estrêla, 13 — Cândido José de Carvalho e Castro, rua Grande, 49 — Carvalho & Aguiar, Largo do Carmo, 10 — Daniel Joaquim Ribeiro

---

(313) — O Investigador Maranhense, 14-6-1836.

A Essência Maravilhosa Coroada lembra a Triaga Brasílica, principal medicamento da botica dos jesuítas, por cuja receita havia quem désse quatro mil cruzados, embora não passasse de famosa panacéia, muito usada na Europa, durante tôda a Idade-Média. Compunha-se de cêrca de cinqüênta substâncias diversas, entre as quais a carne de víbora, preconizada como antídoto. Dão-lhe como inventor Andromaco, médico de Nero ou Mitridates, rei do Ponto. Veneza foi o seu maior centro de exportação. Usofruiu de grande voga, no Brasil colonial, através da farmacopéia inaciana. Dos seus muitos sucedâneos, o Ov-vietam foi o mais conhecido.

(sócio e sucessor do Padre Tezinho), Canto Pequeno, 13 — João José de Lima, rua do Quebra Costas, 7 — Matias José Fernandes do Rêgo, rua Grande, 1 — Simões, rua Formosa, 12 — Vidal & Irmãos, Largo do Carmo, 12. (314)

Como se vê, nessa época, ano de 1849, São Luís tinha dez boticas. Decorrido um decênio, passaram a ser oito. (315)

O processo de cura chamado homeopatia foi introduzido no Maranhão em 1849.

A iniciativa partiu do "Instituto Homeopático do Brasil", com sede na Côrte do Império, o qual solicitou da Câmara de São Luís a necessária licença para Carlos Chidloe abrir o seu consultório, à rua do Trapiche, 4, residência de Manuel Antônio dos Santos. Examinados os documentos comprobatórios da capacidade profissional de Chidloe, a Câmara concedeu-lhe a permissão e êle anunciou que daria aos pobres consultas e medicamentos de graça. (316)

Por essa mesma época estabelecia-se no Maranhão o Dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho, abrindo consultório homeopático na rua do Giz, junto ao Banco Comercial. (317)

O tratamento era uma novidade na terra. Para logo, apareceram as adesões, porém poucas: doutores Antônio Rêgo, José Maria Barreto e João da Cruz Santos. O grosso da classe médica reagiu, combatendo o processo. Ao seu lado, enfileiraram-se os boticários. Temiam a concorrência dos medicamentos em gotas. Só um quebrou a solidariedade da classe. Foi Daniel Joaquim Ribeiro, já citado por nós como sócio do Padre Tezinho. Adicionou na sua botica, aos medicamentos alopatas os homeopáticos, declarando que tudo servia, uma vez que não matasse. E quando atribuíram ao novo medicamento certas mortes, Ribeiro ingeriu, espetacularmente, 19 glóbulos para provar que a sua homeopatia não matava, e com isso não perdeu a freguezia.

No comércio de medicamentos, a farmácia e drogaria que mais se distinguiu na praça do Maranhão foi a de João Vital de Matos & Irmão, sita à rua do Quebra Costas, 11 (hoje rua João Vital), no prédio que se vê no cliché em seguida.

A firma João Vital de Matos & Irmão, sucedeu a Abreu & Cia., que foram por sua vez os sucessores de João José de Lima. Existindo ainda hoje, vê-se, pois, que é uma das casas seculares do comércio maranhense.

No seu período áureo, foi, com efeito, uma grande drogaria, servida por um excelente laboratório, cujos produ-

---

(314) — Dr. Antônio Rêgo, Almanaque.

(315) — B. de Matos — Almanaque cit. ano de 1859.

(316) — "O Observador" — de 7-2-49.

(317) — "O Publicador Maranhense" — 21-7-1849.

tos se tornaram famosos e eram procurados em todo o norte do país. Lembremos apenas os principais: "Tintura Preciosa de Camomila e Genciana Composta" — "Elixir de Carnaúba" — "Vinho João Vital, febrífugo" — "Vinho de Quina" — "Xarope de Lactofosfato de Cálcio Iodurado" — "Xarope Peitoral de Mutamba" — "Pílulas anti-febris de Macela e Genciana" — "Odontina Matos" — "Pós dentifrícios perfumados" — "Linimento Sedativo Anti-Nevrálgico" — "Elixir de Hemoglobina".

Para propaganda dêstes produtos, a Drogaria Matos fazia distribuir, anualmente, o "Almanaque Maranhense", feito com selecionada colaboração literária, e era impresso na sua seção tipográfica, ora em Paris, na casa Aillaud, Alves & Cia. Num dêles, o de 1913, saiu êste sonêto de Luso Tôrres:

"À Alma Humana

Quis conhecer-te e fui, ousado e temerário,
De perto analisar o sentimento alheio:
Tinha rutilações divinas de Sacrário,
Que guarda a nossa fé no impenetrável seio.

Eis aqui tumultua o pensamento vário;
O ódio brame ali; fulgura além o anseio
De Justiça e de Amor — o centro originário
De onde a grandeza humana equânime proveio.

Vi-te em fúria, e pensei num grande mar bravio
Espadanando espuma às rochas, iracundo,
Sorvedouro feroz de vagas sôbre vagas...

Vi-te em calma e pensei num lindo céu de estio,
Muito plácido, azul, insondável, profundo,
De que ninguém conhece as infinitas plagas."

Em outro, (1914) veio publicada a composição musical "Tintura Preciosa", de autoria do maestro Inácio Cunha.

Mas em todos nota-se o gôsto artístico de João Vital, apurado nas suas freqüentes viagens à Europa, o que lhe permitiu tornar o seu estabelecimento o centro de reunião dos homens elegantes da cidade.

Em verdade, a figura de João Vital de Matos destacava-se no nosso meio social.

CAPÍTULO XXVI

O comércio de livros

ATÉ à independência política do Brasil, o comércio de livros no Maranhão foi inteiramente nulo.

A Metrópole teve o cuidado de estender às suas colônias as restrições impostas na Alfândega de Lisboa por Pina Manique.

Henri Koster queixa-se-nos das canseiras que lhe dera o despacho de uma caixa de livros, que trouxera quando da visita que nos fêz em 1811.

Aqui, a Alfândega só processava o despacho de impressos com especial licença do Governador, que, para concedê-la, devia examinar-lhe a relação. Até para uma caixa contendo *folhinhas de hera,* submetida a despacho em 28-5-1813, (318) foi exigida a tal licença. As ordens eram terminantes. Delas não escapou o vice-cônsul francês, Mr. Danmevy, que só retirou da Alfândega duas caixas de livros que trouxera depois que as abriu para o devido exame. (319)

Se o livro fôsse considerado de leitura nociva, o dono o perdia. Foi o que aconteceu ao oficial maior da secretaria do govêrno, Antônio Marques da Costa Soares, a quem o

(318) — Ofício do Governador à Alfândega, de 17-5-1813. Arq. da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança.

(319) — Arquivo cit. Ofício da Junta Governativa Provincial, de 18-7-1822, Livro 17.

Govêrno impediu de despachar o "Contrato Social", de Rousseau, que mandara vir de França. (320)

Basta êste rigor para explicar a nulidade do comércio de livros que afirmamos linhas acima. Não era diferente nas outras cidades da colônia. Recife, centro comercial muito maior que São Luís, não possuía em 1810, segundo Koster, nem tipografia, nem livraria, e apenas no convento da Madre de Deus eram vendidos almanaques e histórias da Virgem e de Santos, testemunho corroborado pelo lexicógrafo Antônio de Morais e Silva em carta ao Visconde de Cayru: "Não sei eu, porque maus fados, não há nesta terra nenhum alfarrabista de cartilhas e livrinhos de Santa Bárbara." (321)

Aqui a primeira casa de venda de livros que tivemos foi na repartição dos Correios, aliás uma das funções dêste departamento dos serviços públicos, conforme se verifica no ofício de 24-3-1793 de Dom Fernando Antônio de Noronha ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. (322) Entre os livros remetidos em 1799 pelo Govêrno Português para a venda no Correio figurava a obra intitulada "Curso de estudos para uso do comércio". Vendia-se por 1$200.

A livraria do Correio não deu resultado, pois em 1802 o governador Dom Diogo de Sousa participou para a Côrte, "que a extração dos livros dificultosamente poderia ter o êxito, que se desejava, atenta a indiferença, ou para melhor dizer, repugnância dêstes povos a tôda a qualidade de aplicação literária, e que a venda dos livros na casa do administrador do correio excedeu a 20$000". (323)

Mas nem por serem assim tão remissos os compradores de livros, deixou de viver do seu ofício de encadernador um pobre homem de nome Francisco José da Cruz, que preparava livros para o Quartel General e para a sala das ordens do Governador. (324)

Foi Côrte-Real o primeiro particular que anunciou livros no Maranhão. Fê-lo no jornal, onde era tipógrafo — "O Conciliador do Maranhão", n.º 37, de 17-11-1821.

Como se vai ver, os livros anunciados eram curiosos:

"Francisco José Nunes Côrte-Real, Compositor de Letras da Tipografia Nacional desta Cidade, residente na mesma Tipografia, tem para vender os

---

(320) — Arquivo cit. Ofício n.º 467, de 1-8-1822, da Junta Governativa ao Administrador da Estiva da Cidade de São Luís, livro 17.

(321) — F. A. Pereira da Costa — obra cit. pg. 445.

(322) — César Marques — Dic. cit. pg. 171.

(323) — César Marques — Dic. cit. pg. 171.

(324) — Arquivo da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança, livro 15, ofício n.º 860.

seguintes impressos, publicados em Lisboa no corrente ano: "Memorial Patriótico, dirigido aos Ilustres Deputados" — "Jornal dos Debates, sôbre a Revolução de Portugal para a Constituição Portuguêsa" — "Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira, com a ordem do dia do Corcunda de má fé" — "O Acólito contra o Exorcista" — "A Jornada do Exorcista" — "Parabéns à Pátria, pelo Juramento da Constituição Portuguêsa" — "Contrariedade, à Razão e nada mais". — Vendem-se na Tipografia, e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze.

"O mesmo Côrte-Real se encarrega de qualquer encomenda de Livros ou Papéis curiosos que se pretendam de Portugal."

Para logo, outros particulares imitaram a Côrte-Real.

"Em casa de Felisberto José Correia há para vender Obras de Felinto Elísio — 11 volumes — por 22$000, Anais de Tácito — 20 volumes — por 6$400, e Parnaso Lusitano — 5 volumes — por 9$600", anunciava o "O Farol", de 30-8-1833.

Pelas colunas do "O Eco do Norte", de 10-7-1834, Domingos Antônio Fontes, morador na rua de Santo Antônio, em casa que fazia canto para a praia do Caju, anunciava ter para vender um grande sortimento de livros portuguêses e latinos, chegados de Lisboa pelo navio Conde de Palma.

Manuel Pereira de Castro dizia, no Publicador Oficial de 26-11-1834, encontrar-se à venda — O Manual do Fazendeiro — nas boticas de Manuel Duarte Godinho no Largo do Carmo e Cândido Castro na rua Grande.

É evidente denunciarem os anúncios o progresso do negócio. A população da cidade tomava gôsto pelos estudos. E os comerciantes matriculados começavam a concorrer com os particulares, conforme se pode verificar por êste anúncio:

"João Antônio da Costa Rodrigues, rua da Estrêla n.º 38, tem para vender por preços cômodos as obras seguintes:

Dicionário da literatura por Lahaupe	*14*	*volumes*
Dito da indústria	*6*	*"*
Dito das artes e ofícios	*3*	*"*
Dito de Química	*2*	*"*
Lições de Direito	*4*	*"*
História do Filosofismo inglês	*2*	*".*

Dita crítica da Filosofia	*3 volumes*
Filosofia da Natureza	*10 "*
Teatro de Corneille	*10 "*
O Grande Dicionário Geográfico	*10 "*

E mais êste, feito pela loja de Felisberto José Correia & Cia.:

"José Ferreira Borges — Código Comercial.
Idem idem — Medicina Forense.
M. Borges Carneiro — Direito Civil.
Pereira e Sousa — Primeiras linhas criminais.
Idem — Classe de crimes.
Idem — Dicionário Jurídico.
Correia Teles — Doutrina das ações.
Lobão — Obras completas.
Carvalho — Primeiras linhas organológicas.
Pardessus — Direito Comercial.
Telemaco em francês.
Tito Lívio — 6 volumes.
Virgílio — 3 volumes.

Mas os particulares persistiam no negócio. Vejamos essa persistência no anúncio seguinte, que nos revela também a operosidade intelectual do notável juiz de direito da Parnaíba, a quem o Piauí deve em parte a sua independência política:

"Avisa-se ao Respeitável Público que, em casa de Francisco Frutuoso Ferreira, morador no beco da Alfândega, se continuam a vender os livros seguintes, do doutor João Cândido de Deus e Silva; e convidam-se as pessoas estudiosas para que animem os trabalhos literários dêste erudito escritor brasileiro, na extração de suas preciosas obras:

Economia política, traduzido de Blanqui.
Pobre Pedro.
Conferência d'Epícuro com Pitágoras.
Memórias de um Radical.
Cartas sôbre os prejuízos do onanismo.
Máximas de conduta para as senhoras brasileiras.
Discurso sôbre os P.P. da Igreja.
Filosofia Moral, e Theodicéa de Parrard.
Paciência e Trabalho, conto moral.
Influência do Espiritualismo sôbre o Gênio Literário.

Filosofia Moral de Mr. Droz.
Lógica Metafísica e Moral de M.me Tonelle.
Aplicação da Moral à Política de Mr. Droz." (325)

Convém salientar aqui a rapidez com que os maranhenses se afeiçoaram ao convívio dos bons livros, no período de quinze anos, verdade que se verifica confrontando as exdrúxulas obras anunciadas por Côrte Real com as que acabamos de citar. Para êste progresso, não devemos esquecer, muito contribuiu a imprensa, iniciada em 1821, mas já bem importante em 1836.

Com efeito, à primeira tipografia, (a Nacional) seguiram-se outras: a de Daniel, a de Clementino e João Bráulio Muniz, a de João Lisboa de que foi sucessor Inácio José Ferreira, a de Nunes Cascais, a de J. G. de Magalhães, que depois passou a ser de Cunha Tôrres, a de Cândido Mendes de Almeida, a Temperança, de que era proprietário Manuel Pereira Ramos, a do jornal "O Progresso", a do partido "Estrêla", a do Frias, a de B. de Matos e outras. (326)

Não demoraram essas tipografias particulares a empreender impressão de obras por sua própria conta, como se vê do aviso do "O Farol", de 19-2-1833:

> *"O redator* (327) *do Farol vai reimprimir por sua conta o novo Código de Processo Criminal. É obra muito necessária a todos os cidadãos, e mormente os que estão em circunstâncias de ser eleitores, porque em conseqüência do mesmo Código vêm a ser jurados. O preço de cada exemplar para os assinantes será de 800 réis; avulso vender-se-ão a 1.200 réis."*

O aviso seguinte mostra que elas trabalhavam por conta de terceiros:

> *"Acha-se à venda na Tipografia do "O Farol" a obra intitulada Princípios ou Primeiras Noções de Direito Positivo — pelo Bacharel Raimundo Felipe Lobato. Preço de cada exemplar — 1.000 réis."* (328)

De logo adotou-se o cômodo processo de conseguir subscritores para a obra antes da sua impressão, garantindo assim o custo da edição:

---

(325) — O Investigador Maranhense, 20-2-1836.

(326) — J. M. C. de Frias — "Memória sôbre a Tipografia Maranhense", 1865.

(327) — João Francisco Lisboa.

(328) — "O Farol" — 26-3-1833.

"Quem quiser subscrever para a impressão do poema — Primavera — pode fazê-lo na Praia Grande em casa de José Joaquim Maia, na rua do Sol, na de Feliciano Antônio Pinheiro e na Tipografia do Farol por preço de 320 réis, entregues com a assinatura." (329)

"Saiu à luz o Poema — Primavera — Vende-se a 320 réis na Tipografia do "O Farol" e nas lojas dos Srs. Feliciano Antônio Pinheiro, na rua de Nazaré e Antônio José Ferreira Maia, na Praia Grande. Os assinantes podem mandar buscar os seus à Tipografia." (330)

Muito livro de fancaria foi editado por êste processo. Vejamos o anunciado pelo jornal "O Progresso", de 7-12-1847:

"Vai sair à luz com tôda a brevidade, em bom papel e tipos novos, a obra intitulada:

Sortilégio Astrológico — Nigromântico — Fisiológico.

Pela maravilhosa combinação dos números, tirados por meio de sorte, pode cada um saber o que lhe tem de acontecer na sua vida sôbre os assuntos consignados no princípio da mesma obra.

"Ordenado para ocupação dos ociosos por um que não tinha muito que fazer quando na sua composição gastou o tempo.

"Consta esta obra, além do seu prólogo explicativo, e das tábuas dos números, de 578 oitavas em verso — heróico — rimado, que formará um volume de quase trezentas páginas; para o seu crédito basta dizer que é composição inédita do erudito Padre Antônio da Cruz Ferreira Tezinho.

"Subscreve-se na loja de livros de J .A. Gonçalves de Magalhães, à rua Grande, n.º 40, preço 2$000 cada exemplar em brochura, e em meia encadernação vistosa mais 500 réis."

Mas também publicou-se muito livro precioso, como por exemplo os "Anais Históricos", de Berredo, 2.ª edição da

(329) — "O Farol" — 5-3-1833.
(330) — "O Farol" — 30-8-1833.

"Tipografia Maranhense", rua do Egito, 19, e na qual os subscritores tinham o preço de 6$000. (331)

Com o tempo, duas tipografias galgaram a vanguarda da arte de Didot no Maranhão: a de B. de Matos e a de Frias. No norte do Império, nenhuma outra conseguiu suplantá-las em perfeição, gôsto artístico e mesmo preço, cuja diferença para menos chegou a atingir 30 % (332)

As tabelas que se seguem mostram a barateza das edições daqueles tempos:

Formato	*Tiragem*	*Custo da tiragem*	*Custo do exemplar*
Livro em 4.º com 496 páginas	500	742$000	1$480
	1.000	1.112$000	1$112
	1.500	1.482$000	$988
	2.000	1.852$000	$926
	2.500	2.222$000	$888
	3.000	2.592$000	$866
Livro em 8.º com 320 páginas	500	310$000	$620
	1.000	460$000	$460
	1.500	610$000	$406
	2.000	760$000	$380
	2.500	910$000	$364
	3.000	1.060$000	$353

(331) — O Progresso — de 3-5-1848.

(332) — J. M. D. de Frias — "Memória sôbre a Tipografia Maranhense" — 1865.

Com êstes preços Matos e Frias fizeram grandes edições. Aquêle publicou o "Jornal de Timon", 4 volumes, êste o "Livro do Povo", 10.000 exemplares na sua 5.ª edição, e "O Livro dos Meninos", 6.000 exemplares. Ambos fizeram juntos a publicação do romance "Os Miseráveis", de Vitor Hugo, em 10 volumes, em 4.º francês.

De tôdas as edições, então, realizadas, a mais perfeita foi o "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão", por César Marques, obra das oficinas de Frias. Não foi, porém, o maior sucesso de livraria daqueles tempos, que a isso se opunha a natureza mesmo do livro. Esta glória coube ao "Livro do Povo", da autoria de Antônio Marques Rodrigues, o qual, com suas 280 páginas, 110 estampas e preço de 320 réis, alcançou, dentro de um lustro, uma tiragem de 26.000 exemplares.

No decênio de 1860 a 1870, a cidade de São Luís, tinha quatro editoras: as duas já citadas e mais as de Ramos de Almeida e do jornal "O Progresso". Relembrar, como prova dessa atividade, as edições feitas no ano de 1864, é tarefa que desvanece a todo maranhense:

B. de Matos edita a tradução em português dos "Comentários de Cáio Júlio César" por Francisco Sotero dos Reis, em livretos de 80 a 100 páginas, ao preço de mil réis para os assinantes; "Fôlhas Dispersas", poesias, de M. A. Pinto de Sampaio; o "Livro do Povo" — 2.ª edição, por Antônio Marques Rodrigues; os 4.º, 5.º e 6.º números da "Biblioteca Literária"; "Metrologia Moderna" pelo dr. J. A. Coqueiro; "O Corcunda", romance de Paulo Feval, em seis volumes; "O Barão de Oyapock", drama de Sabas da Costa; o "Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão para 1864" e as "Obras" de João Francisco Lisboa, 4 volumes. Frias publica as "Obras Poéticas" de Severiano de Azevedo, as "Poesias", de Correia Garção, o livro "A Vida de Cristo", de cuja edição Antônio Marques Rodrigues e seus amigos subscrevem mil exemplares para distribuição gratuíta pelas escolas, (333) e o "Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Maranhão", por César Augusto Marques. A "Tipografia do Progresso" faz sair à luz da publicidade "Três Liras", poesias de Trajano Galvão, Marques Rodrigues e Gentil Homem e "Postilas de Gramática Geral", por Sotero dos Reis. Ramos de Almeida põe em circulação a "Gramática Filosófica", do Padre Antônio da Costa Duarte e a comédia "O Tutor", da autoria de Antônio Augusto Rodrigues.

---

(333) — "A Imprensa" — de 12-10-1861.

Nesse mesmo ano de 1864, Odorico Mendes preparava-se para tirar uma edição das suas obras completas, como se vê desta sua carta a Henriques Leal e da que se lhe segue, dirigida ao mesmo, por Gonçalves Dias:

> *"Recebi a sua de 12, bem como o discurso do sr. Joaquim Serra ao apresentar o projeto sôbre os 4 contos de réis que me serão concedidos pela assembléia provincial: agradeço a V. S. quanto fêz e vai fazendo a êste respeito, e rogo-lhe o favor de agradecer por mim a todos, começando pelos iniciadores do decreto.*
>
> *"É minha intenção publicar (não falo das políticas e parlamentares) as minhas obras completas, com muitos acrescentamentos e correções, nas já impressas."*
>
> *"Tenho tido imensa dificuldade em ajuntar os meus versos de môço, e creio que tem de ser mesquinha a coleção, pois nem os dados à luz no Rio de Janeiro me chegam à mão: em tantas viagens, em tantos embaraços, sumiram-se os poucos manuscritos que me restavam da grande perda na Bahia e os amigos a quem fiei cópia não me querem acudir."*
>
> *"Êsses versos eram falhos na linguagem; mas, conservando o ímpeto e o fogo das idéias, que hoje me nega a idade, podia eu polí-los e os tornar menos indignos de nosso país: a lima é do meneio dos velhos ainda não decrépitos."*
>
> *"Se aí houver curiosos que possuam alguns, maus ou sofríveis, folgaria eu de os alcançar, não para os imprimir sem critério, sim para escolher."*

"Pois aquêle bom velho," dizia Gonçalves Dias na carta referida, verde nalma e no corpo e nas ilusões, levara a tarde de seus dias a trabalhar com o ardor do

> *"jornaleiro, que porque quer e por fôrça há de acabar a tarefa e sente o aproximar da noite — votava-se ao estudo e reaprendizagem do grego, como uma criança, como nem o Alfieri se atreveria, se tivesse a mesma idade, e sai da luta glorioso e triunfador!*
>
> *"Luta grande e maior que grande — homérica. A língua mais harmoniosa que os homens nunca falaram, o maior poeta que Deus criou no meio das mais favoráveis circunstâncias preparadas e como predispostas para o seu aparecimento, é dêste grande poeta a obra por excelência. Aquela linguagem, filha da*

pátria dos deuses, dessa terra eternamente jovem, como a sua Hebe, terra que se abre e de tôdas as partes se esborda sôbre o oceano, como uma flor, para beber tôdas as brisas e respirar todos os perfumes — oponha-se lá a nossa língua que, apesar de ter aspirado os odores das florestas virgens da América e de se ter largamente perfumado com as essências balsâmicas do Oriente, ressente-se ainda do ciciar dos ventos nos cabos alcatroados, do gôsto penetrante do sal das cordas e daquelas máquinas rudes e pesadas, que se moviam como a majestade tardia de um elefante a carregar a camilha de uma princesa, e lançavam enormes balas de pedras para defender as custosas especiarias de Ceilão e de Ormuz! E lutem essas duas línguas e lutem êsses dois poetas."

"E lutou! Ao través dos séculos os grandes espíritos de Homero acharam um que os compreendeu: venceram os dois, sem dúvida. Mas, o arrôjo da luta já não era pequena glória; nas alternativas do combate, mesmo o vencido pôde colhêr mais do que uma palma imorredoura."

"E havia o poeta de ficar com a sua obra nas mãos, a velar o seu trabalho, a deslavá-lo à fôrça de correção, quando o gôsto se fôsse embotoando com a velhice! E morra sem ter coragem sequer para imaginar uma nova ocupação! Era duro e triste!" (334)

Ao progresso das casas editoras acompanhava o desenvolvimento das livrarias.

A primeira de que temos notícia é a de Frutuoso, à rua da Palma, junto da Relação, a qual em 1848 anunciava: — Histoire des Girondines — por Lamartine — 8 volumes, Gazeta dos Tribunais — 5 volumes, Livraria Clássica Portuguêsa — 25 volumes.

Abrem-se depois as livrarias de Carlos Seidl, a Francêsa-Portuguêsa, rua Grande, 12, de Oliveira e Moré, de que foram sucessores Feliciano Marques & Cia., a de Magalhães, com oficina de encadernação de livros, provida de especializados operários alemães, a "Econômica", de Gonçalves & Pinto, a de José Maria Correia Frias, a "Universal" e outras.

De tôdas a que mais progrediu e logrou vida mais extensa foi a "Universal", que festejou o seu centenário em 1946, tendo a dirigir-lhe os destinos um bisneto do seu fundador — Humberto Ramos de Almeida Jânsen Ferreira — fato raro na vida das casas comerciais brasileiras.

---

(334) — "O País" — 6-2-1864.

Fundou-a, em 13 de junho de 1846, no prédio n.º 20, largo do Palácio, hoje Avenida Pedro II, esquina com a rua Cândido Mendes, o português Antônio Pereira Ramos de Almeida, que escolheu Santo Antônio para patrono de sua casa, confiando as oficinas à proteção de São João e a loja à de Santana.

Decorrido um ano, anexava à livraria a Tipografia Cruz, que comprara ao seu proprietário.

Antônio Pereira Ramos de Almeida, era um lusitano esclarecido e possuidor de certa instrução. Encarava o negócio de livros com inteligência e amor, e êste espírito soube infundir ao filho e aos genros que com êle trabalhavam, (335) senão também aos seus empregados. De fato, o filho João de Aguiar Almeida herda-lhe a casa comercial e dirige-a até morrer; Ramiro Costa, marido de sua filha Amélia, foi o fundador, em Recife, da famosa "Livraria Contemporânea"; outro genro, Antônio de Almeida Faciola, criou a "Livraria Maranhense" em Belém do Pará; um dos caixeiros do seu sucessor, Vitor Viana, deixou a casa para fundar de sociedade com Joaquim Lopes da Silva Guimarães a conceituada "Livraria Moderna". Assim, da "Universal" saíram três livrarias, que se tornaram importantes no comércio de livros do norte do país.

Pela sua direção passaram, além do fundador e do seu filho, o genro dêste, doutor Manuel Jânsen Ferreira, que, depois de ter como sócios, David Rodrigues Possas e Antônio da Silva Gomes, deu sociedade na casa ao seu filho Humberto Ramos d'Almeida Jânsen Ferreira, atualmente único representante da firma.

Desde os seus princípios, época em que era conhecida pela designação de "Livraria do largo do Palácio", que a Universal caprichou em manter ao lado de boas coleções de livros um variado sortimento de objetos de escritório: lentes, estojos de compasso, raspadeiras, canivetes, tintas para desenho, esfurminhos, espátulas de aço, marfim e madrepérola, penas prateadas, douradas, de ouro puro, de cristal, de bico de diamante, de marfim, de aves. (336)

Do largo do Palácio, a Livraria Universal passou sucessivamente aos prédios do Centro Caixeiral, praça Benedito Leite, n.º 3 da rua da Palma, (Herculano Parga) e a 114-A da praça João Lisboa, onde comemorou o seu centenário em 1946.

Servido por magnífico prelo novo, adquirido em 1858, o estabelecimento de Ramos de Almeida iniciou nesse ano,

---

(335) — "A Imprensa", edição de 12-1-58.

(336) — "Diário do Maranhão" — 4-2-1856.

por sua conta, a publicação do "Jornal de Comércio", que manteve por um triênio.

Era um periódico de formato grande, bi-hebdomadário (quartas e sábados), e escrito com critério. O seu primeiro número saiu a 5 de junho de 1858, com o sub-título — Instrutivo, Agrícola e Recreativo. Do número 106 em diante, passou de três colunas a quatro, retirando o subtítulo. Desde o princípio até o fim, manteve mensalmente uma seção especial — Boletim Comercial — de que tirava avulsos, vendidos a 500 réis.

A atividade tipográfica da casa do velho Ramos d'Almeida foi grande, não obstante ter como concorrentes Belarmino de Matos e Correia Frias, os dois maiores editores maranhenses em todos os tempos. Infelizmente, porém, não chegou até ao atual detentor da firma — Humberto Jânsen Ferreira, môço aliás de esclarecida inteligência e notável amor à sua profissão, o livro de registro de suas edições; e como quase tôdas se acham esgotadas, impossível se torna reconstituir-lhe a relação de maneira completa, mesmo com o auxílio da louvável tentativa, elaborada pela bela cultura de Domingos Vieira Filho. (337)

É por isso que reproduzimos aqui, apenas com seis adendos, o citado trabalho:

"Gramática Filosófica" — Padre Antônio da Costa Duarte.

"Catecismo da Diocese do Maranhão", adotado e mandado publicar pelo Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Manuel Joaquim da Silva, Bispo do Maranhão, 1861.

"O Tutor" — comédia de Antônio Augusto Rodrigues.

"O Joãozinho" — leitura para meninos, por Charles Jeannel, traduzido do francês por Antônio Rêgo, adotada pelas autoridades respectivas, nos colégios das Províncias do Maranhão, Piauí e Pernambuco.

"Meditações" — versos por Frederico José Correia — 1874.

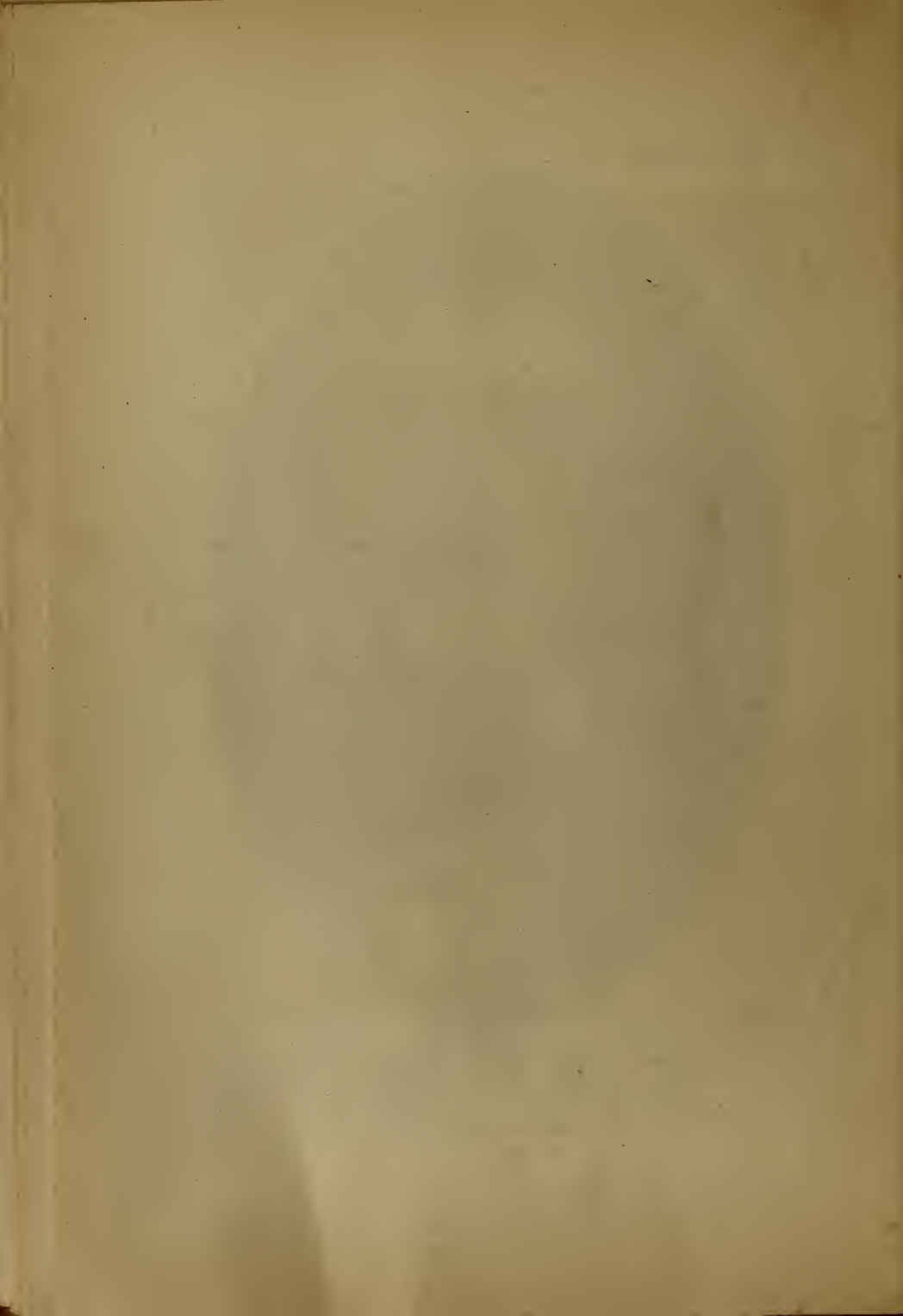
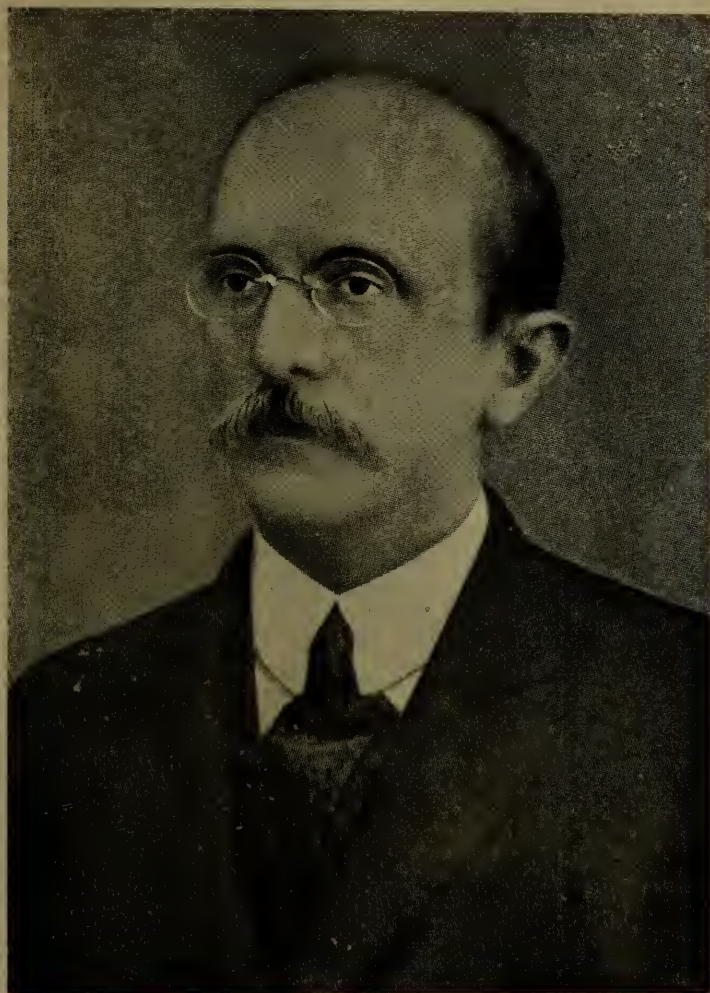
"Estudinhos da Língua Portuguêsa" — José Augusto Correia — 1883.

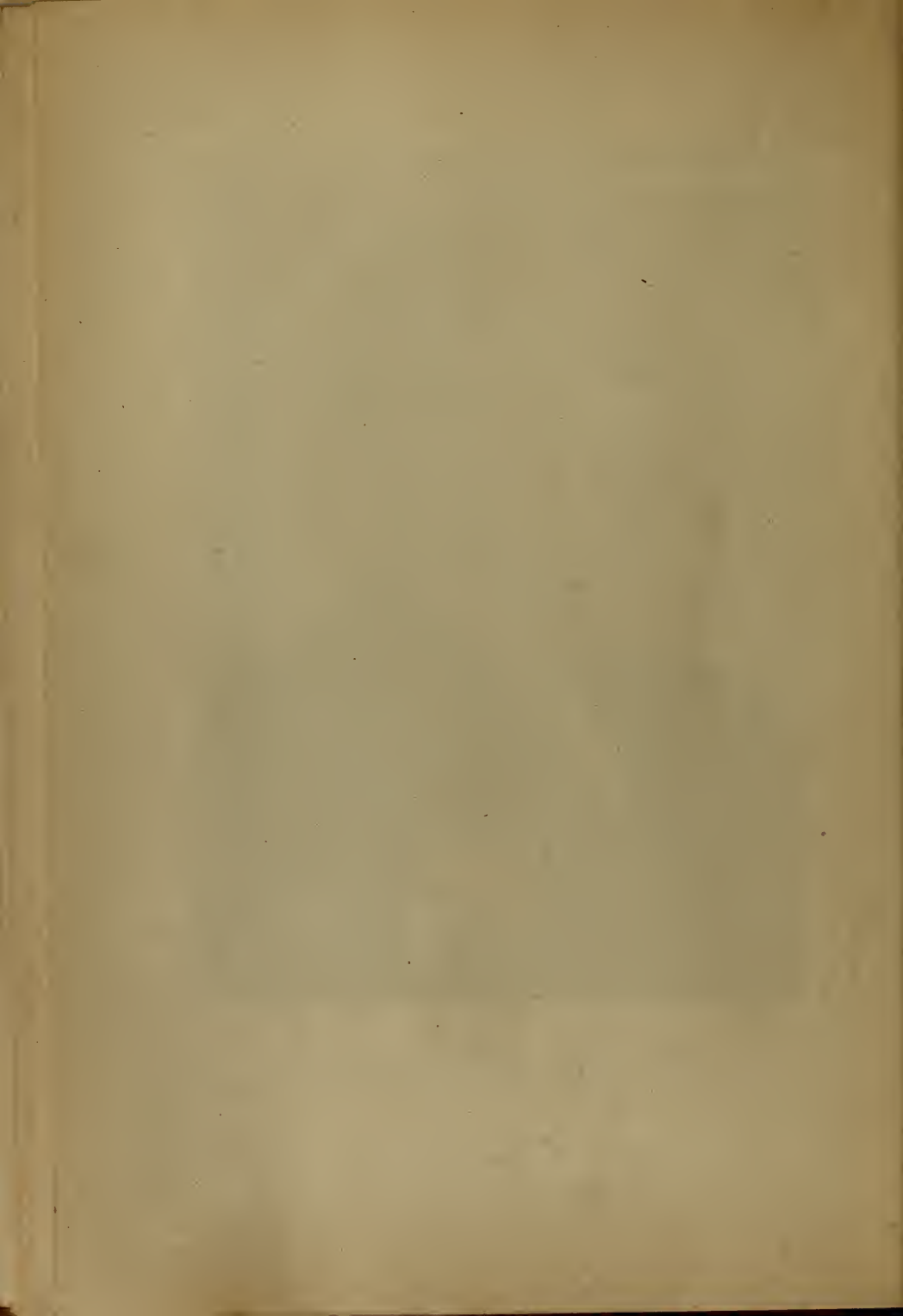
"Efêmeras" — Aderbal de Carvalho — 1894.

"Almanaque do Maranhão" — para o ano de 1896 — confeccionado pela Livraria Universal.

---

(337) — Domingos Vieira Filho — A Viagem dos Livros no Maranhão, in Revista do Maranhão — agôsto de 1951.

Antônio Pereira Ramos d'Almeida, fundador da hoje centenária "Livraria Universal", a mais antiga casa no gênero existente no Brasil.

Dr. Manuel Jânsen Ferreira, autor da "Corografia do Maranhão". Imprimiu novo rumo à "Livraria Universal", da qual era sócio.

Humberto Ramos d'Almeida Jânsen Ferreira, há muitos anos proprietário da centenária LIVRARIA UNIVERSAL.

"Fragmentos para a Corografia do Maranhão" — Justo Jânsen Ferreira — 1901.

"A propósito da carta geográfica do Maranhão" — Justo Jânsen Ferreira — 1904.

"História do Maranhão" — Barbosa de Godóis, 2 vols. — 1904.

"Corografia do Maranhão" — Justo Jânsen Ferreira.

"Estatuetas" — versos, Maranhão Sobrinho — 1909.

"Vencidos e Degenerados", romance — Nascimento Morais — 1910.

"A energia térmica e as teorias que a interpretam". "O calor atmosférico". Herbert Jânsen Ferreira — 1919.

"Bilharziose ou Schistosomose". Aquiles Lisboa — 1920.

"A divisória pelo Parnaíba". Justo Jânsen Ferreira — 1921.

"Ação ordinária de perdas e danos" — Drs. Miguel Rosa e Armando Madeira — 1925.

"O Poeta Nacional" — Clarindo Santiago.

"A Escola Mineira" — Clarindo Santiago.

"Lira Sertaneja" — várias edições.

"Gonçalves Dias" — Alfredo de Assis — 1926.

"Noções de Corografia do Maranhão" — Manoel Jânsen Ferreira — várias edições.

"A Cidade de São Luís" — Antônio Lopes e Wilson Soares.

"Palestra sôbre Henriques Leal" — Ruben Almeida — 1928.

"Raízes e radicais gregos existentes em português" — Rubem Almeida — 1930.

"Peneirando" — versos humorísticos — Tito Novais, 2.º vol. 1932.

"Ilha do Maranhão" — Ribeiro de Sá Vale — várias edições.

"Antologia Maranhense" — Ribeiro de Sá Vale — 1937.

"Ação ordinária de cobrança" — Gabriel Rebêlo — 1941.

CAPÍTULO XXVII

O jornal "O País", órgão do corpo comercial do Maranhão

O estudo do periódico "O País" só pode ser feito simultâneamente com o da vida do seu redator chefe e proprietário — Temístocles da Silva Maciel Aranha. Separá-los é prejudicar a obra, tal a maneira porque o jornal refletiu o espírito do jornalista, dia após dia, durante vinte anos, que foram justamente os mais brilhantes da trajetória de um e da vida de outro.

Numa terça-feira, às 23 horas do dia 8 de agôsto de 1837, no sítio Maracujá da povoação São Joaquim do Bacanga, nasceu Temístocles. Neste mesmo sítio, a 1.º de novembro do ano seguinte, foi batizado pelo frade carmelitano Manuel da Silva Soares, servindo de padrinhos seu avô paterno Inácio de Loyola Maciel Aranha e dona Josefa Joaquina Lisboa. Em 1850, vemo-lo matriculado no Liceu Maranhense, cujas aulas freqüenta até 1853, quando seus pais — João Joaquim Maciel Aranha (338) e Josefa Joaquina Morais e Silva — resolvem fazê-lo estudar engenharia na capital do Império, para onde segue no vapor "Paraná" a 15 de outubro dêsse mesmo ano de 1853. Na Escola Central, onde ingressa em 1854, figura o môço maranhense entre os bons

---

(338) — João Joaquim Maciel Aranha nasceu em 4-5-1808 e faleceu em 9-4-1878. Foi vereador e procurador da Câmara de São Luís, deputado provincial e chefe da 3.ª seção do Tesouro da Província.

estudantes, ao lado de André Rebouças, de quem foi íntimo amigo. Não concluiu, porém, Temístocles o curso, iniciado sob tão promissores auspícios. Abalara-lhe a saúde grave enfermidade, que o fêz regressar ao Maranhão em 1857, para não mais deixá-lo.

Tinha, então, vinte anos de idade. Nada obstante, instala um instituto particular de ensino — o Colégio de São João Batista — e é convidado para dirigir o "Jornal do Comércio", em substituição ao fundador desta fôlha, Prudêncio José Botelho. (1858).

A partir dessa época, a vida de Temístocles é um duplo apostolado: quando deixa a cátedra de professor, em que se revela exímio como poucos, é para manejar a pena de jornalista, que anima, orienta e conduz a sociedade. [339]

É que lhe corria nas veias, pelo lado materno, o mesmo sangue que animava a fibra de José Cândido de Morais e Silva, [340] o fundador do segundo colégio que teve a Província e do impávido jornal "O Farol", o qual assinalou uma época inconfundível na história da imprensa do Maranhão.

Como diretor do "Jornal do Comércio", o jovem jornalista permaneceu até março de 1861, mês em que passou a redigir, em companhia do doutor Carlos Fernando Ribeiro, posteriormente Barão de Grajau, o periódico "Imprensa", que deixou em outubro dêsse mesmo ano, para ir substituir Sotero dos Reis na redação do "Publicador Maranhense", lugar que ocupou durante dois anos.

Foi depois que deixou esta última fôlha, em março de 63 e quando já contava um lustro de lides de imprensa, que Temístocles se abalançou a fundar um jornal sob sua própria responsabilidade.

Em trinta dias, que tantos foram os que medearam da sua saída do "Publicador Maranhense" ao aparecimento do novo jornal, êle projetou e fundou a mais bela criação da sua inteligência e do seu caráter.

O primeiro número do "O País" saiu a 1.º de maio de 1863. Então, tinha de texto 0m36 x 0m235, em três colunas, que se estendiam por quatro páginas. Era bi-hebdomadário, circulando às terças e sextas-feiras. Assinatura anual — 9$000, semestral — 5$000. Até o seu número 18, usou êste sub-título — "Jornal católico, literário, comercial e noticioso", daí por diante substituiu-o pelo de — "Órgão especial do comércio". É que êle já tinha sido convidado para desem-

(339) — Cf. Jerônimo de Viveiros — "O centenário de Temístocles Aranha" — São Luís, 1937.

(340) — Temístocles era sobrinho de José Cândido.

penhar na imprensa o honroso encargo de órgão do corpo comercial do Maranhão. Noticiando o convite, Temístocles confessa-se envaidecido, mas também receoso. Teme a responsabilidade da função. Entretanto, ninguém melhor do que êle poderia exercê-la, e a prova é que, de todos os jornais que representaram o comércio maranhense na imprensa, nenhum o fêz tão bem como o "O País". Foi, de fato, órgão da classe, quer lhe inspirasse as atitudes, quer lhe expressasse o pensamento. Às vêzes, era mesmo conselheiro, como no artigo seguinte:

"OS ATUAIS PREÇOS DE ALGODÃO

"Se é certo que — com os males de uns folgam os outros — nunca êste adágio se verificou, com tanta exatidão e plenitude, como na atualidade em relação à fratricida guerra dos Estados Norte-Americanos, e aos países produtores de algodão; pois ao passo que essa luta gigantesca e de verdadeiro extermínio reduz a ruínas uma das mais poderosas nações do mundo, leva a fome e a miséria a milhares de operários, e faz estremecer de horror a humanidade, os países, que se dedicam à cultura do algodão, colhem dêle fabulosos lucros, e redobram de esforços para aumentar a sua produção.

"O Maranhão, como produtor dêsse gênero, tem tido um bom quinhão na partilha dos lucros provenientes dêle, e melhor o teria, se a produção houvesse tido entre nós o aumento que teve em outros países, sobretudo na Índia e no Egito, que foi, na última colheita, de mais de 50, enquanto que no Brasil não cregou a 10 por cento, e isso mesmo devido em grande parte ao favor da estação.

"Presentemente, os preços prometem continuar a sustentar-se altos por muito tempo, porque também a nenhuma pessoa é dado ainda prever o dia da terminação dessa encarniçada luta, que tendo começado em 1861, continua em 1864 com o mesmo vigor de parte a parte. Mas é incontestável que, quanto mais ela avança, mais se aproxima do seu têrmo.

"A história de tôdas as grandes guerras nos mostra que elas acabam quando menos se espera, e mais encarniçadas as julgam.

"Esta, sem dúvida, terminará do mesmo modo, e conquanto seja nossa opinião que só depois de alguns anos aquêles Estados, outrora tão felizes, poderão reparar-se dos estragos dessa guerra, tão terrível e devastadora, temos como incontestável que a

terminação desta produzirá repentinamente uma baixa enorme nos preços do algodão.

"Para evitar, pois, os consideráveis prejuízos, que a paz nos Estados Norte-Americanos há de necessàriamente ocasionar, convém que os comerciantes dêste gênero atendam muito para o futuro, e comecem de longe a precaver-se contra uma crise, que será, sem contradição, das mais terríveis porque tenha passado o mundo comercial.

"Sabemos que os grandes lucros, que tem dado até agora o algodão, são um poderoso incentivo para a continuação de especulações, e nem nós aconselhamos que se dê de mão a elas. O que lembramos e aconselhamos aos negociantes da nossa praça é que marchem de ora avante com muita prudência e cautela.

"Na terrível crise monetária de 1857 só escaparam a grandes prejuízos aquêles, que prudentemente se preveniram contra ela com muita antecedência. Tenha pois isto muito em vista a nossa praça.

"O que acabamos de dizer em relação aos comerciantes, a cujo interêsse se dedica o nosso jornal, é também, até certo ponto, aplicável aos lavradores, que hesitam em vender o seu algodão ao preço corrente da praça, guardando-o uns na esperança de melhor preço e embarcando-o outros por sua própria conta.

"O assunto de que acabamos de tratar parece-nos digno das mais sérias reflexões, e aos comerciantes da nossa praça, entre os quais há homens muito inteligentes, apresentamos francamente as considerações acima, no intuito de evitar à mesma praça uma crise, que bem pode estar iminente, pôsto o não pareça por enquanto, como já dissemos." (341)

Mas por isso mesmo não lhe regateou elogios nem agradecimentos o corpo comercial do Maranhão. Registam-nos, sem discrepância, os relatórios da Comissão da Praça e da sua sucessora, a Associação Comercial. Haja vista êste de 1869:

"Chamo a atenção do comércio para o jornal "O País", que sempre vemos ao nosso lado em defesa dos nossos interêsses e cuja dedicação cresce à proporção que êle dobra de importância e aceitação. Cumpre declarar-vos que nem uma só vez pedi ao seu redator

(341) — "O País" — de 14-4-1864.

que sôbre assunto de reconhecido interêsse comercial esclarecesse a opinião pública, que não fôsse solìcitamente atendido, sendo que em muitos dêsses negócios foi da redação a iniciativa." (342)

Jornal modesto de Província, sem tipografia própria, nos primeiros anos, (343) com a redação numa rua afastada do centro da cidade, (rua de Santo Antônio, 24), era, contudo, o "O País" cuidadosamente elaborado, com criteriosos artigos editoriais, selecionadas transcrições e interessantes correspondências, que lhe enchiam as duas primeiras páginas, magnìficamente revistas e impressas. Pelas outras duas desdobravam-se farto noticiário e minucioso retrospecto comercial, da autoria de Joaquim Coelho Fragoso.

Desta maneira, o "O País" projetava o panorama da nossa vida social daqueles tempos. E porque era escrito com critério e acendrado amor à terra maranhense, a gazeta de Temístocles Aranha empolgou a opinião pública da Província, tornando-se o seu oráculo.

Nenhum dos seus contemporâneos ousou sequer diminuir-lhe os merecimentos. Joaquim Serra, nos "Sessenta anos de jornalismo", escreveu a seu respeito:

"É uma das fôlhas interessantes do Norte do Império, exercendo decidida influência na opinião pública maranhense e gozando na praça de São Luís do melhor conceito."

De fato, tôda a vida do "O País" está repleta de casos reveladores do seu prestígio na sociedade maranhense. Quem perlustrar-lhe as páginas os encontrará em abundância. Todavia, citemos alguns, ocorridos no seu primeiro triênio de vida.

Com a alta do preço do algodão em 1844, conseqüência da guerra de secessão nos Estados Unidos, os cofres da Fazenda Provincial acusaram um saldo de 260 contos de réis. Temístocles aconselhou que se empregasse êste saldo na amortização da dívida pública. Não se passou uma semana e já o Govêrno da Província expedia ordem para que do saldo referido fôssem empregados 50 contos naquele fim. Noticiando o ato, o "O País" dizia: "Pena é que em vez de 50 contos não fôssem 200".

---

(342) — Relatório do Presidente da Diretoria da Comissão da Praça, José Moreira da Silva, ano de 1869. — Bib. Wilson Soares.

(343) — Nos primeiros anos, imprimia-se nas oficinas de B. de Matos.

Em 10 de janeiro de 1865, publicava o conceituado periódico maranhense no seu noticiário, com o título "Castigo reprovado":

> *"Disseram-nos que há dias viram um preto conduzindo uma carroça com um ferro ao pescoço. Castigos dêstes, quando se dêm, devem ser no interior das casas e não em público, pois é um fato que a civilização repele."*

Como se vê, uma nota de três linhas, envolvendo uma censura. Mas tanto bastou para que a Câmara Municipal, meses depois, reformasse o seu código de posturas, estabelecendo no artigo 88:

> *"É expressamente proibido andarem pelas ruas da cidade escravos com gargalheiras, grilhetas e outros instrumentos de castigo. Aquêles que assim forem encontrados, serão retidos por qualquer dos fiscais, que, depois de tirar-lhes os mesmos instrumentos, os entregarão aos senhores, que pagarão a multa de dez mil réis, e o dôbro nas reincidências."*

De outra feita, (janeiro de 1865), Temístocles mostrou que sendo o preço do boi 14$000 e 16$000, podia-se perfeitamente vender a libra de carne por menos de 200 réis. Passados dias, um marchante escrevia uma carta ao "O País", propondo-se a comprar 2.000 bovinos por aquêles preços, e desta maneira fazia sentir a improcedência do artigo do jornal. Temístocles insistiu na campanha. E a verdade é que, dois meses decorridos, o preço da carne baixava 20 réis em libra.

Para não perder êste prestígio, o redator chefe do "O País" teve, não poucas vêzes, de enfrentar o arbítrio das autoridades.

O processo Castelo Branco deu ensejo ao primeiro dêstes embates. O caso impressionava a alta sociedade de São Luís e Temístocles quis publicar o depoimento do delinqüente. A polícia, porém, recusou-lhe cópia do interrogatório, alegando ter sido tomado em audiência particular do Chefe de Polícia. O jornalista discutiu-lhe o êrro da deliberação e o "Publicador Maranhense", jornal oficioso, defendeu-a, considerando a atitude de Temístocles desrespeitosa à autoridade. Em réplica ao velho órgão, então dirigido por João da Mata de Morais Rêgo, escreveu o diretor do "O País":

"Julga o colega que é desrespeitar à autoridade dizer-lhe civilmente que há contradição em seu procedimento. Parece-nos que nem mesmo o colega pode pensar desta forma. Enquanto a nós, fique sabendo que temos a coragem necessária para dizer a qualquer autoridade, verbalmente ou por escrito, que errou e apontarmos-lhe o êrro."

No ano seguinte, êle diria, discutindo com outro jornal — "O Futuro":

"O "O País" é e será sempre o que tem sido até hoje; não receia que o público o julgue."

E, assim, durante vinte anos, em que foi bi-hebdomadário a partir de 1.º de janeiro de 1865, e, por fim, diário, defendeu o "O País" os oprimidos, clamou contra as injustiças, incentivou os sentimentos altruísticos da sociedade e bateu-se com denodo pela grandeza e felicidade do Maranhão.

Por ocasião da guerra do Paraguai, quando o Govêrno Imperial criou os Corpos de Voluntários da Pátria, "O País" tomou à sua conta a propaganda da idéia. Publica os nomes dos voluntários quando chegam do interior, quando são inspecionados, quando alistados, louvando-lhes a coragem e patriotismo. E dos homens ilustres, que se encarregam de engajá-los, proclama-lhes a benemerência. Não perde de vista os corpos expedicionários que lá se vão para a guerra. Em cada um dêles tem uma meia dúzia de correspondentes. Quando as notícias chegam em dias que não são os do jornal, Temístocles publica-as em suplementos. Nesse noticiário de guerra, desce às mais insignificantes minúcias, na parte referente à tropa maranhense. Publica tudo que vem do Paraguai: correspondências e trechos de cartas particulares, comentários e simples recados.

Não teve "O País" outro proceder quando o flagelo da varíola violentamente nos invadiu a cidade em 1883. Expressa bem os sentimentos do diretor do grande periódico o artigo que publicou em 3 de janeiro daquele ano, despertando a caridade pública. É uma página que dignifica o órgão representativo do comércio na imprensa maranhense. Vale por isso incluí-la neste relato do nosso passado.

"A PESTE

"Vai tomando horrorosas proporções a epidemia da varíola.

"Cresce o número das vítimas diárias e não tem conta o dos atacados. Ruas há, como a do Egito, em que rara é a casa em que não se encontre um doente.

"Está a cidade neste estado, e a caridade adormecida, todos a esperarem os socorros públicos, oficiais, o pão do govêrno.

"Não é isto bastante. Dê o govêrno tudo quanto puder, nestes dias não se regateiam socorros, mas faça a população por si alguma coisa. Tire o abastado um pouco do supérfluo que despende e dê aos que morrem mais da miséria do que da epidemia. Ao abastado siga-se o remediado, que há de achar das verbas de suas despesas alguma que poderá ser cerceada para dela tirar uma esmola para socorrer os desgraçados. O pobre, o que vive do parco salário cotidiano, êsse mesmo encontrará em sua pobreza um óbulo para juntar à dádiva do rico.

"A caridade inventa mil meios para expandir-se e o real do povo produz milagres.

"Oponhamos às violências da natureza a unidade humana, dizia há pouco Vitor Hugo, enviando o produto de uma subscrição em favor dos inundados da Alta-Itália.

"Por tôda a parte, onde se produzir o mal, que a unidade humana se erga e produza o bem.

"Não podemos esperar socorros estranhos, não devemos contar só com o dinheiro do govêrno.

"Organizem-se comissões, que percorram as casas dos indigentes e matando a miséria que nelas reina, diminuam as vítimas da epidemia.

"À frente dêsse movimento ponham-se os sacerdotes, os médicos e aquêles que pelos sofrimentos dos pobres têm compaixão.

"É na direção dessa santa cruzada que mais realçará a influência do padre, a cujo apêlo não haverá quem seja surdo.

"É no meio da peste, a disputar-lhe as vítimas, expondo a própria vida, que o médico dá provas da santidade da sua missão, e que é fiel ao juramento prestado. É aí o seu campo de honra, onde pode com mais brilhantismo mostrar seu patriotismo e coragem, do que o soldado no campo de batalha.

"Estamos dando um triste exemplo de nossos sentimentos.

"O que se dirá de uma cidade, assolada pela peste, na qual não aparece meia dúzia de homens que se ponham em movimento e organizem um serviço de

caridade regular e bem dirigido? Havemos de esperar tudo do govêrno, da caridade oficial? Faça o govêrno por seu lado, mas venha a caridade particular, que ainda achará muito com que se exercitar.

"Não podemos terminar sem nos dirigir às senhoras.

"Quando se trata de caridade tem a mulher a primazia. Ninguém a pratica com mais abundância de coração do que ela, com mais alegria, com mais vontade. Oferece-se agora às senhoras maranhenses excelente ensejo de darem expansão aos nobres sentimentos que lhes guarda o coração.

"Deixai por um momento os vossos cômodos, constituí-vos em comissões, ide à casa de vossos amigos, reuni tudo que puderdes em favor dos pobres, reuni dinheiro, roupa, gêneros alimentícios, tudo, ide, que as vossas virtudes, a vossa beleza, jamais brilharam nos salões, como brilharão nessa caridosa peregrinação.

"Lembrai-vos do que fizestes no tempo da guerra do Paraguai. Se não tivestes essas recompensas fúteis, que o homem tantas vêzes estima, mas que a mulher sempre despreza, tivestes a melhor, a mais agradável das recompensas, a gratidão daquelas mães de família a quem matastes a fome, cujas lágrimas enxugastes, e que guardam indeléveis no coração os nomes de Eponina Conduru e suas companheiras."

E os auxílios não demoraram. Dêles nos dá notícia "O País", de 10 daquele mesmo mês de janeiro: comissões do clero sob a chefia de Monsenhor Mourão, do comércio com Manuel Vieira Nina à sua frente, dos estudantes, presidida por Manuel Antônio de Araújo, e a do "O País".

Mas de tudo isso, nada é tão singular como a imparcialidade em que "O País" se colocava na apreciação dos fatos.

Político militante num partido — o Conservador, onde a sua palavra era acatada e considerada pelo chefe — conselheiro Gomes de Castro, e ouvida com respeito pelos correligionários, que lha exigiam nas ocasiões difíceis, como nas eleições de 84, Temístocles, entretanto, mantinha o seu jornal numa situação de independência assombrosa no meio das fortes lutas que agitavam as agremiações partidárias de então, e, dêste modo, o publicista maranhense impressiona o observador de hoje pela imensa serenidade e grande equilíbrio do seu belo espírito.

Foi com êste aspecto, que êle desempenhou o mandato de deputado do seu partido à Assembléia Legislativa Provin-

cial, na legislatura de 1869-70. Aí o político não perde a linha impecável do redator do maior jornal da Província, embora tenha, muitas vêzes, de defender, com ardor, as idéias e interêsses do seu partido.

Foram essas qualidades invejáveis que ornavam a personalidade de Temístocles Aranha, que levaram o corpo comercial do Maranhão a elegê-lo presidente da sua Associação, numa homenagem significativa ao homem que, honestamente, sem paga, lhe vinha defendendo os interêsses.

Do cargo não fêz o notável jornalista uma sinecura de honras e homenagens; pelo contrário, transformou-o em pesada cruz. Assim, eleito, para logo, empreendeu, só, sem auxiliares, a estafante tarefa de organizar a estatística econômica da Província, e depois, impàvidamente promoveu essas duas esplêndidas exposições de açúcar e algodão, realizadas nos anos de 1883 e 1885, e das quais nos ocuparemos em capítulo posterior.

Com tal diretor, homem que vivia mais para os interêsses da coletividade do que para os seus, é bem de ver não ter sido "O País" uma emprêsa de largos recursos financeiros. Lutou sempre com dificuldades, que foram se agravando dia a dia, até que se viu na contingência de aceitar do comércio auxílio tão insistente quanto expontâneo. Transformou-se por isso em uma sociedade por cotas. Findo um ano, e verificado ainda prejuízo, a emprêsa entrou em liquidação. Passou o jornal à outra sociedade, de que foram diretores José Manuel Vinhais, Manuel José Francisco Jorge, Henry Airlie e Antônio Cardoso Pereira. Servia-lhe de gerente Euclides Faria. Embora convidado, Temístocles Aranha deixou o jornal. A sua despedida, publicada em 31 de março de 1884, justamente no último dia da primeira fase do grande periódico, é uma página impressionante como poucas. Reproduzamo-la na íntegra:

> *"Depois de mais de 25 anos de um exercício apenas interrompido, nos primeiros tempos, por curtos períodos, deixo hoje de ser jornalista.*
>
> *"Depois de uma existência de mais de 20 anos, desde 28 de abril* (344) *de 1863 nunca interrompida, deixa de existir "O País".*
>
> *"Retirando-me da imprensa, posso com orgulho dizer que nela militei só dominado do desejo, que em todos os atos de minha vida me tem acompanhado o desejo de promover o desenvolvimento intelectual e moral desta terra.*

---

(344) — O primeiro número de "O País" tem a data de 1.º de maio de 1863.

"E essa foi por conseguinte a missão que desempenhou o "O País" durante a sua existência.

"Não deve desaparecer um jornal da natureza dêste, sem que o leitor, que já está com êle habituado, seja informado do que motivou esta resolução.

"Há muito tempo lutava o "O País" com grandes dificuldades para manter-se, desde que sua publicação, de três vêzes por semana, passou a ser diária, pois duplicou-se-lhe a despesa e pequeno aumento teve a receita.

"Isto obrigou-me a sacrifícios enormes, até que, esgotados todos os meus recursos, veio uma sociedade em comandita amparar o jornal.

"Vendo, porém, eu, depois de um ano de formada a sociedade, que o estado financeiro da emprêsa não melhorava, dei disto conhecimento aos sócios comanditários, àqueles que tão generosamente me auxiliaram, e a quem a maior gratidão devia; e em vista da escrituração que lhes foi apresentada, e do que lhes expus, resolvemos suspender a publicação do jornal.

"É êste o único motivo porque desaparece "O País".

"Não desaparece o jornal, porque os lucros auferidos pelo seu proprietário coloquem a êste em posição de não precisar trabalhar. Muito ao contrário. Pobre entrei para a imprensa e mais pobre ainda saio dela. Tinha então 20 anos e era solteiro; hoje tenho mais de 40 e numerosa família.

"Não se rompe com hábitos inveterados sem sentir-se grande abalo, não se deixa uma profissão que se exerce, sem a interrupção de um só dia, por mais de 20 anos, sem um profundo sentimento; e assim pode cada um avaliar o que me vai na alma, vendo desaparecer o "O País", êste jornal que criei, que sustentei até o impossível.

"Mas como não há dor sem lenitivo, resta-me a consolação de retirar-me da imprensa sem a ter desonrado, de ter sustentado o jornal no mais elevado nível do conceito público.

"Aos bons e velhos assinantes do "O País", a todos que o auxiliaram, minha eterna gratidão.

"Aos meus companheiros de trabalho, meus amigos, êsses honrados operários, que desde a fundação do jornal o não desampararam e a seus companheiros de oficina, profundo reconhecimento."

Efêmera foi a nova emprêsa. Não durou dois anos. Em 23 de novembro de 85, ela anunciava a venda da tipografia do "O País".

Comprou-a, em nome do partido conservador, o negociante Inácio Parga por 6:100$000, em leilão realizado no dia 21-1-1886.

Nesta terceira fase, desaparecia o "O País", órgão do comércio, para surgir o "O País", jornal político, (25-1-1886).

Êste, porém, ficou longe daquele, apesar de ser a fusão de três jornais — "Província", "País" e "Publicador Maranhense" — e de ter na sua redação os belos talentos de Viveiros de Castro, Jânsen Matos, Barros e Vasconcelos e Abílio Franco.

É que lhe faltava o espírito de Temístocles Aranha. Perlustrar-lhes as páginas é verificá-lo.

CAPÍTULO XXVIII

Os anúncios

O anúncio foi sempre o mais eficiente processo de propaganda comercial. Na nossa terra, êle surgiu com o primeiro jornal — "O Conciliador do Maranhão", em 1821. Designavam-no por um sinônimo — aviso.

A necessidade de readquirir uma valiosa mercadoria perdida — o escravo fugido — foi que determinou os mais antigos avisos. Assim mesmo, não eram freqüentes. "O Conciliador do Maranhão" só os publicou a partir do número 37, (17-11-1821). O "O Censor", periódico de João Garcia de Abranches, editado de 1825 a 1830, passou todo o ano de 25 sem fazê-lo. A "Bandurra", fôlha de 1828, não os publicou nos seus primeiros quinze números. A "Minerva", 1828-1829, que se intitulou de comercial antes de qualquer outro jornal, mas que nunca defendeu os interêsses da classe, apenas inseria três ou quatro anúncios em cada edição.

Com o decorrer dos anos, foi-se verificando as vantagens dos avisos. Já o "Brasileiro" divulgava sete avisos de escravos fugidos, no seu número de 20 de setembro de 1832. Bem compreende-se o aumento da divulgação. Era o único meio de tentar reaver a mercadoria perdida. Daí a multiplicidade desta espécie de avisos e as minúcias dos seus informes, com que se procurava caracterizar o preto fugido. O seu lugar era na última página do jornal. A princípio,

separavam-nos apenas um pequeno traço, depois a vinheta da coluna, e, por último, foram assinalados pela figura do escravo em fuga, que tôdas as tipografias possuíram com pequenas alterações.

Para honra da nossa civilização, na vasta coleta que fizemos de anúncios de escravos fugidos, só um menciona, nas características apresentadas, aquelas màrcas de fogo, atestadoras da ferocidade do tráfico africano, o que indica ou o abandono de tão nefanda prática no continente negro desde época anterior, ou já constituírem elas vexame para o anunciante. A prevalecer esta hipótese, o anúncio citado torna-se mais curioso por haver sido feito por um súdito de Inglaterra, a nação que defendia a liberdade dos escravos. Ei-lo aqui:

> *"Da fazenda denominada — Camacaóca — distrito de Viana, pertencente a Guilherme Wellstood, fugiram 4 escravos em 18 de novembro de 1821 de nomes, Manuel Jorge, de idade 29 anos, marca M.F. no peito esquerdo; Bonifácio, marca M.F., peito esquerdo; Gonçalo, marca M.F., peito esquerdo e Q.R., peito direito; Luís, marca Q.R., peito direito, e M.R.F., braço direito.*
>
> *"Todos foram comprados a Antônio José Meireles, Ferreira & Cia.*
>
> *"As despesas feitas com a prisão dêsses escravos serão prontamente satisfeitas."* (345)

Onde teriam sido marcados com ferro em brasa êstes desgraçados, na terra africana, nos armazéns de Meireles, em Camacaóca? Mistério insondável a resposta, porque êste é um dos casos em que o anúncio, como observa o douto Gilberto Freyre, "reflete um passado que não deixou sinal de vida em nenhuma outra espécie de documento". (346) Mas se êles nem tudo explicam, em compensação, como ainda pondera o grande Mestre, é por seu intermédio que conhecemos o lado mais profundamente humano do passado brasileiro. (347)

Às vêzes, o escravo fugido não trazia as características da raça africana; os sinais eram de quem já tinha sangue de branco, como êste:

> *"A Carlos Vitorino da Silva e Veiga fugiu um escravo, por nome Apolinário, de idade 14 anos, cabe-*

---

(345) — "O Conciliador", 23-2-22.

(346) — Gilberto Frayre — "Inglêses no Brasil", pg. 150.

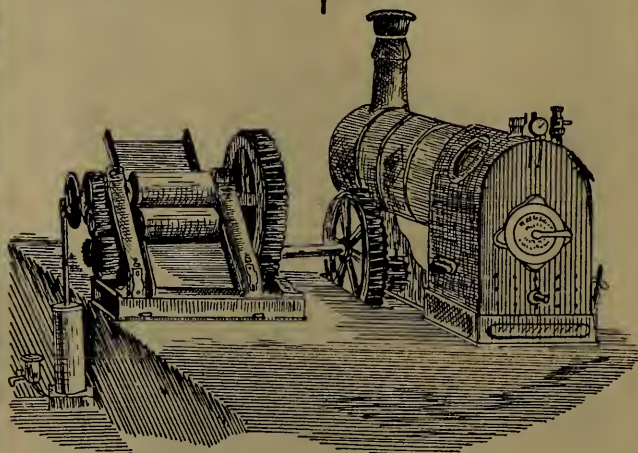
(347) — Gilberto Freyre — obra cit. pg. 149.

Um dos mais característicos anúncios ilustrados dos que então divulgava o célebre jornal "Publicador Maranhense", em 1888.

Anúncios de máquinas de costura e de tintas "Monteiro", da série de anúncios ilustrados insertos no "Publicador Maranhense".

AU ZOUAVE
FRANCAIS.

Itier & Irmãos
N-2.
Cantó Grande, rua Formoza.

Anúncio ilustrado do estabelecimento da firma francêsa Itier & Irmãos, estampado no "Publicador Maranhense", em 1865.

Anúncio de moendas para cana, das que vendiam José Pedro Ribeiro & Cia. Estraído de "O País".

los vermelhos e anelados, marcas de bexiga na cara, com umas cicatrizes da cabeça até a testa, e algumas outras nas barrigas das pernas procurando as curvas. Quem o trouxer ao dono ganhará as alvíssaras." (348)

Mas o tipo comum dos anúncios é o que damos nas estampas dêste livro.

Mercadoria que deixava polpudos lucros, a venda do escravo suportava as despesas dos anúncios — 40 réis por linha impressa. Provinha disso a freqüência com que êles apareciam nos jornais dos tempos. É certo que, exceção dos casos de necessidade, só eram vendidos os escravos de más qualidades. É claro que os vendedores não as citavam nos seus anúncios, proclamando apenas os predicados e às vêzes com exagêro, como os do seguinte:

"AVISO

"Um preto, idade 28 anos, crioulo, bom barbeiro, sangrador, dentista, refina açúcar, cozinha o ordinário de uma casa, muito próprio para tratar dos cuidados e arranjos de uma Fazenda de Escravos. Vende Francisco Ferreira de Carvalho." (349)

Os escravos tinham carne própria para a sua alimentação. É o que se verifica dêste aviso, inserto na "A Bandurra", de 15 de novembro de 1828:

"Na loja de molhados de Figueiredo & Cunha, na rua do Giz n.º 19, próxima a do Sr. João Antônio da Silva, vende-se carne sêca própria para escravos, chegada pròximamente da Parnaíba, ao preço de 2.000 réis a arroba."

A partir de 1828, os anúncios estenderam-se a tôdas espécies de mercadorias, tornaram-se gerais, servindo mesmo de veículo a descomposturas. Sob êste último aspecto, em verdade esquisito, vale apresentar alguns casos:

AVISOS

"Quem quiser dar lição de moral a suas famílias fimininas *e conservar-lhes bons sentimentos, bastará mandá-las confessar, especialmente com os* vir-

(348) — "O Argos da Lei", — 12-4-1825.
(349) — Crônica Maranhense, — 30-6-38.

tuosos Franciscanos, Mercenários *e Reverendo Tezinho, etc, e até se elas forem bonitas de certo hão de vir* convertidas *e mesmo umas* santinhas *em carne.*" (350)

"*Vende-se no Largo do Carmo,* por preço cômodo, *uma nova obra, em um volume que tem por título "Compêndio de Observações — dividido em quatro partes, que contêm as seguintes matérias — 1.ª, Método breve d'*impinar papagaios *à primeira carreira — 2.ª, O verdadeiro fim dos* machados nas portas. — *3.ª, Novo sistema de* furtar terrenos e fontes. *4.ª, Diferentes maneiras de fazer* subornos, *tudo muito bem* observado *por um* Teólogo Carmelita." (351)

"*Saiu à luz uma nova obra intitulada — Tratados d'Incestos — por Mr. de Candidat; um volume, dividido em três partes — 1.ª, Exemplos d'Imoralidade — 2.ª, O Auge da patifaria — 3.ª, Lições de pouca vergonha. — Vende-se na rua da Paz, aí por junto do Escrivão Mendes dos Reis;* preço cômodo." (352)

"*Epitáfio*

Aqui jaz
José Baptista Camecran
A
terra
lhe seja leve
Deus
d'êle se condoa

Maranhão, 8 de julho de 1836." (353)

Em uma catacumba do cemitério do Maranhão.

"*O Dote de Yoyô-Yayá*

Tenho uma filha e quero casá-la; é preciso darlhe um dote: o que farei? Crio a inútil comarca de Guimarães para meu futuro genro." (354)

---

(350) — "A Cigarra" — de 23-12-1828.
(351) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 15-8-1829.
(352) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 15-8-1829.
(353) — "O Investigador Maranhense" — 11-7-1836.
(354) — "Bemtevi" — 4-7-1838.

"Joana Facada, curadeira aprovada e jubilada, congratula-se com o povo desta capital pelas melhoras consideráveis que tem experimentado S. Exc., depois da benzedura que ela devotamente lhe fêz." (355)

Também surgiram por êsse tempo os avisos jocosos, com o fim de obter a restituição de algum objeto furtado:

"O sr. que por brincadeira furtou uma cadeira americana com assento de palhinha e como já tenha passado muito tempo, já não se julga brincadeira, por isso queira mandá-la para donde a tirou, se não quiser ter o desgôsto de ver publicado o seu nome."

"O ladrão

que teve a habilidade de furtar uma bacia de tomar banho, de certo quintal, e quiser ganhar boas alvíssaras, vá outra vez ao mesmo quintal deixar a dita bacia, onde achará a devida paga."

"O seu ao seu dono

"— O engenhoso que contra a vontade do dono retém uma cabra branca com duas crias, queira dar-lhes liberdade quanto antes, se não quiser passar pelo dissabor de ver estampado o seu nome neste jornal e responder perante a autoridade competente." (356)

"— O sr. ... que fêz o favor de levar do toucador de nosso botequim da rua da Paz, — um pente de búfalo, haja de o tornar a pôr no seu lugar, porquanto o que ali se pôs é para uso de todos os senhores que freqüentam aquêle estabelecimento, e não para um só; e se assim o não fizer, será o seu nome publicado, pois que houve quem o visse tirar." (357)

(355) — "Bemtevi" — 1-9-1838.
(356) — "Publicador Maranhense" — ano de 1848.
(357) — "Publicador Maranhense" — 1859.

Às vêzes o anúncio perdia o tom jocoso, para tornar-se apenas uma cobrança áspera e sem atavios:

"O Sr. ... queira ter a bondade de mandar-me os dois pares de mangas de vidro para cima de mesa, que me pediu emprestadas; é grande o esquecimento. Por ora não publico o nome.

Antônio Faustino da Silva." (358)

Os jornais publicavam os anúncios como eram redigìdos, não os corrigiam. Haja vista êste, inserto no "O País":

"Huma burra piquena de ferro, quem na possuir, e se queira desfazer dela, nesta tipografia, se diz quem na compra." (359)

Em 1829, já havia rivalidades entre as padarias da cidade, o que denota concorrência no negócio. Demonstra-o o anúncio seguinte, publicado na "Estrêla do Norte do Brasil", por Luís de Sequeira, pobre cirurgião a quem a moléstia levou à profissão de padeiro:

"Luís de Sequeira, cirurgião aprovado, faz ciente ao respeitável Público, que êle pela sua idade, doença e muita gordura em que o impossibilita usar da sua Arte, como é bem constante, fabrica pão em sua casa, e como lhe consta o haver nesta cidade um boato que êle tem um escravo com mal de São Lázaro, e algumas pessoas mimosas se têm assustado, não se lembrando (de que quem te quer mal é homem do teu ofício), e também algum amigo figurado, que com rasgos de uma língua rasgada ... se diverte, e se deve lembrar o respeitável Público, que o dito Sequeira além de ser Professor e Enfermeiro que foi dez anos do Hospital de Lisboa não devia querer por um perder vinte escravos, assim faz ciente que êle ao Sr. Juiz de Paz, para a sua numerosa família ser inspecionada por Professores eruditos, isto a fim de ver se se acaba semelhante boato, apesar de que a Providência lhe acode que nunca lhe sobeja pão." (360)

---

(358) — "O Progresso" — 18-4-1850.

(359) — "O País" — ano de 1878.

(360) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 26-9-1829.

Em 1828 a cobrança de certos impostos ainda se fazia por meio dos contratadores, conforme se depreende dêste aviso:

"João José de Almeida Júnior, contratador das aguardentes, faz ciente, que no dia 26 do corrente dezembro finalizam as licenças que concedeu por seis meses, por isso tôdas as pessoas que quiserem continuar a vender pelo miúdo, cachaça, restilo, ou composta com herva doce, tirarão novas licenças até 10 de janeiro vindouro, desde quando pretendem fazer suas revistas." (361)

O primeiro meio de transporte urbano que tiveram nossas avós foi a taboca. Ainda em 1850 o "Publicador" anunciava a venda de uma na Praia Grande.

Depois vieram os palanquins ou cadeirinhas, que eram alugados pelas famílias que não podiam possuí-los próprios. Havia gente que fazia êste negócio e por isso anunciava-o. Transcrevemos aqui um dos anúncios:

"— Na casa da rua da Cruz, n.º 2, defronte das casas do sr. Dr. Lobão, há para alugar um excelente Palanquim, novo, muito asseiado, por preço razoável." (362)

Outras pessoas eram especialistas em consertá-los, como o escultor Francisco Luís Marques, morador à rua da Cruz, 21, que dizia saber restaurá-los e pintá-los no gôsto moderno. (363)

Simultâneamente com os palanquins, usavam-se, como meio de transporte, as traquitanas. A gazeta "Estrêla do Norte do Brasil" trouxe êste aviso na sua edição de 26 de setembro de 1829:

"— Quem quiser comprar uma traquitana com uma parelha de cavalos ensinados, procure a Manuel Antônio Rodrigues do Vale, na rua do Giz, casa n.º 10, para tratar do ajuste."

Afastando os palanquins e as traquitanas apareceram, em 1811, as carruagens. Foram introduzidas pelos comerciantes inglêses aqui domiciliados. Parece ter sido José Gonçalves da Silva o primeiro negociante português que possuiu

(361) — "Minerva" — 11-12-1828. Col. cit.
(362) — "O País" — 1878.
(363) — "O Século" — de 25-1-1861.

um dêsses veículos. Na década de 1820 a 1830, já eram comuns nas ruas da nossa capital, como se verifica dêstes avisos:

"Vendem-se duas ótimas carruagens inglêsas, que se acham e podem ver na casa do Sr. Coronel Antônio Rodrigues dos Santos, na rua do Destêrro; se alguém quiser comprar alguma delas pode-se dirigir a João Charleton, morador na rua da Estrêla." (364)

"Leilão de uma carruagem inglêsa que no dia 27 do corrente, às 10 horas da manhã se há de arrematar na antiga Casa dos leilões, na Praia Grande, sendo uma carruagem nova e de bom gôsto. As condições serão declaradas no ato do leilão." (365)

É curioso ressaltar a ausência absoluta de anúncios de casas comerciais inglêsas, na primeira metade do século XIX em contraposição ao que usavam fazer em outras cidades, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Só se pode explicar o fato com o monopólio que exerciam no negócio de sua preferência: importação de tecidos, ferragens e louça; exportação de algodão. Monopolizadores que eram dêstes ramos de comércio, sabiam que os freguezes lhes viriam à porta e por isso prescindiam do anúncio. Nem mesmo quando se retiravam de muda para a Europa, os inglêses aqui domiciliados anunciavam os leilões dos seus móveis, como nas outras cidades brasileiras. Numa pesquisa abrangendo quarenta anos só deparamos com um dêsses anúncios:

"Leilão

"Terça-feira, 22 do corrente, o corretor Lemos Guimarães fará leilão em casa do Sr.

João Clark

de uma excelente mobília de sala, camas, cômodas e bancas de jantar, aparelhos de louça de porcelana para jantar e para chá, obras de pratas, utensílios, que venderá sem reserva de preço, por motivo do Sr. Clark se retirar para a Inglaterra. (366)

---

(364) — "O Conciliador do Maranhão" — 24-11-21.

(365) — "O Conciliador" — 16-3-22.

(366) — "O Progresso" — 15-1-50.

Mas depois de 1850, os anúncios inglêses começam a aparecer. É certo que ainda em pequena quantidade, para o vulto do seu negócio. De Moon & Cia. é o primeiro anúncio que encontramos.

"Moon & Cia.

vendem em seu estabelecimento Manteiga nova, *chegada de Liverpool na barca inglêsa* Jessie, *aos barris a preço razoável."* (366-A)

Não procediam assim os outros estrangeiros, notadamente os francêses, que sofriam a concorrência dos naturais da terra. Os seus anúncios são repetidos e às vêzes em dois e três jornais. Demonstram por isso a necessidade de conquistar freguesia.

Vejamos, entre os muitos que colhemos, os seguintes:

"Aviso

"Pedro Borel, ourives e cravador francês, novamente chegado nesta cidade, participa ao respeitável público que êle se incumbe de tôda casta de obra, relativamente a seu ofício; assim como obras lavradas ou lisas, filigranas, sinetes, brincos e anéis, feixos de pulseiras e cintas, etc. A sua tenda é na rua Grande, na casa supradita." (367)

"Joaquim Chapiu, de nação francêsa, morador na rua Grande, por baixo da casa do Sr. Capitão José Cursino Raposo, tem estabelecido a sua oficina para tingir roupas de côres, lavar véus de filó, chapéus de palha e castor, tirar nódoas em pano; e também encaderna livros; quem precisar de seu préstimo pode dirigir-se à dita casa." (367-A)

"Fortune Ory,

chegado recentemente de Paris, tira retratos pelo Daguerriotipo, para quadros, medalhas e anéis pelos preços de 5$000, 8$000, 12$000 e 20$000."

(366-A) — "O Progresso" — 15-6-53.

(367) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 26-9-1829.

(367-A) — "Crônica Maranhense" — 29-1-1841.

"Grande sortimento

de

Anágoas Balões

de crinalina e outras qualidades, tanto de uma como de duas saias, e para todos os gostos.

Largo do Carmo, 6

Oficina de

M.me Balicco." (368)

"— Etienne Hoefer, alfaiate francês, há pouco chegado de Paris, aonde confeccionou por alguns anos, acaba de abrir a sua loja na rua de Nazaré, 19. As pessoas que se dignarem honrá-lo com a sua confiança encontrarão em sua loja um variado sortimento de fazendas para calça, palitós, casacas, coletes, etc. Trabalha-se com perfeição e por preços muito razoáveis." (369)

"— Mr. Le Grand, morador na rua Grande, fabrica e tem para vender açúcar refinado, em forma e açúcar cand: Adverte igualmente que compra açúcar avariado ou muito ordinário." (370)

"— M.me Samé, rua Grande, 46, recebeu fazendas de sêda." (371)

---

(368) — "O Publicador Maranhense" — 1860.

(369) — "O Publicador Maranhense" — 30-12-1853.

(370) — "O Conciliador", de 1-6-1822.
A segunda refinaria que tivemos foi situada no Largo da Sé, segundo anúncio publicado no jornal "O Progresso", de janeiro de 1853.

(371) — "Publicador Oficial" — 15-11-1834.

"Alcaçar do Elegantismo

Rua Grande, n.º 5

M.mes Ory e Valentina Saint-Amand receberam vestidos de sêda. (372)

"— Carlos Cagnoli, cabeleireiro francês, fabrica chinós. Rua dos Barbeiros, 10." (373)

A êste fazia concorrência um certo Barros, que anunciava:

"Manuel Joaquim Pereira de Barros, pròximamente chegado a esta cidade, faz ciente que tem aberto na Praia Grande sua loja de barbeiro e cabeleireiro, propondo-se a fazer todo e qualquer enfeite de cabelos para senhoras; a saber: marrafas de caracóis, pentes de canudos caudós, caracóis soltos, etc, assim como amola tôda qualidade de ferramenta, tudo por preço cômodo." (374)

Por essa mesma época, tínhamos na colônia francêsa aqui residente, um arquiteto — Jean Baptiste Coland — que oferecia ao "Respeitável Público os seus conhecimentos relativos à arte" e dizia residir à rua Grande, 28, onde morava o Sr. Damazo; (375) e também um outro João Batista, êste da família Pichon, construtor naval, que podia ser procurado na loja de José Jaufret & Cia., rua Grande, 15. (376)

Ao lado dos francêses, que, como estamos vendo, mais ofereciam serviços do que mercadorias, surgiam os italianos. Pelo que se depreende dos anúncios, o primeiro a chegar foi Carlos Carmini. Gostou do Maranhão. fixou nele residência e constituiu família, em cuja descendência vamos encontrar uma das figuras mais venerandas dêsse grupo de mulheres,

---

(372) — "A Imprensa" — 1859.
(373) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 21-11-1829.
(374) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 21-11-1829.
(375) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 1829.
(376) — "O Echo do Norte", n.º 9, ano de 1835.

que passou a vida, silenciosa e mansamente, alfabetizando a criança maranhense.

Carlos Carmini anunciava o ensino de dança e mágica branca:

Aviso

Carlos Carmini, de nação italiana, recentemente chegado a esta cidade, faz saber aos ilustres habitantes da mesma que ensina tôda e qualquer dança, segundo o gôsto moderno, tanto em sua casa (que ao presente é na rua da Palma, n.º 10), como também pelas particulares para que seja chamado; prestando-se ao ensino das ditas danças, tanto a pessoas grandes como para meninos. Também sabe executar vários jogos, ou ligeirezas de mãos, a que vulgarmente dão o nome de mágica branca, e se presta do mesmo modo a ir pôr em prática esta ilusória e assás divertida profissão a casa de qualquer Família, que para êste fim se digne de o chamar. E para que esta notícia se torne geral, a mandou imprimir e colocar nas principais esquinas desta cidade. [377]

Outro italiano que aqui se domiciliou, deixando prole numerosa e digna, foi Domingos Tribuzy, a quem o Maranhão deve o grande serviço de educar-lhe os sentimentos para as belezas da arte. Grande e consumado artista de escola, foi êle o primeiro a passar para a tela a paisagem maranhense. Perderam-se-lhe os debuxos preciosos, mas ficaram-lhe a tradição e os anúncios para atestar-lhe o valor.

Tem aqui o leitor o seu primeiro contato com a sociedade maranhense:

"Domingos Tribuzy, romano, discípulo da Academia de São Lucas, em Roma, onde seguiu o curso regular de desenho linear, de figura, paisagem e pintura, estabelece em sua casa, nesta cidade, uma aula destas prendas. Sôbre o preço, se convencionará segundo o número das lições na semana. Também se oferece a ir à casa de cada um dar lições particulares.

"O artista Tribuzy tira retratos em pintura, miniatura e desenho em todos os tamanhos, e até tão pequenos que servem para medalhas de pendurar ao pescoço das senhoras, e para alfinetes de peito, o que muito usado é na Europa, e mesmo em algumas Províncias do Brasil. Ensina também a bordar em renda

(377) — "O Farol Maranhense" — 25-8-1829.

desenho linear, de figura e paisagem, pintura e ornato; se propõe também a aperfeiçoar a música de cantoria, com o método do célebre Rubini, tanto no italiano como no português, à tôdas aquelas pessoas que já tiverem adiantamento na cantoria, e a pronunciar a língua italiana, que é muito preciso e necessário à boa cantoria.

"Quem quiser utilizar-se do préstimo do anunciante pode dirigir-se-lhe por meio de uma carta ou procurá-lo em a casa das Senhoras Meireles, rua da Estrêla n.º 47."

De nacionalidade alemã apenas um tal Guilherme Scharff anunciava haver instalado uma fábrica de chapéus de sêda de tôdas as qualidades e côres, de fôrmas modernas e preços cômodos. (378)

Dos jornais de 1850 os mais noticiosos eram o "Publicador Maranhense" e o "Progresso". Havia, porém, periódicos que pouco publicavam anúncios. Eram os órgãos partidários. Sustentados pelo chefe do partido político, não precisavam da renda dos avisos. Neste número distinguiu-se a "Nova Época", jornal dos Saquaremas, cujo chefe, doutor Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, (futuro Barão de São Bento) era o seu proprietário.

Foi o "Progresso" o introdutor no nosso jornalismo do anúncio com título, dando-lhe uma redação menos sisuda e mais alegre, como êste:

"Cheguem!... Cheguem!... enquanto não se acabam!...

Pereira & Cia., na rua Formosa, casa n.º 5, há um grande sortimento de fazendas, vindas da Inglaterra pela Barca Anica."

O novo tipo, porém, custou a ser adotado, que o comércio era conservador por excelência. Haja vista o costume de não indicar as casas pela numeração, estabelecida aliás desde 1820, mas por qualquer acidente. Vejam êstes exemplos:

"Aluga-se uma casa na rua da Paz, junto a em que faleceu o Sr. Francisco João Serra, tem mirante, boas acomodações, quintal e pôço."

---

(378) — "Echo do Norte", n.º 8 do vol. 2.º — 1835.

E mais êstes:

"Em casa de Manuel José da Silva Leite, defronte do Largo de João do Vale, ao pé da Sé, há para vender por preços cômodos selins e meias selas com todos os seus pertences, cinturões com pasta, cartucheiras, chapéus de castor, rapé, chouriços, e paios; assim mais presuntos em calda a 180 réis cada libra; tudo de muito boa qualidade e de próximo chegado de Lisboa." (379)

"O fabrico do chocolate que tinha o Barbeiro, defronte das casas do Cirurgião-Mor Barreto, passou para a rua do Quebra Costas, na botica de João José de Lima." (380)

"Francisco da Costa de Figueiredo, morador na Praia do Caju, faz ciente ao respeitável público, que tem em sua Casa fábrica de Licores de diversas qualidades por preços cômodos, a 4$000 a dúzia, e avulsa a 400 réis a garrafa." (381)

Eram poucos os dêste teor:

"João Francisco Lisboa, tendo obtido provisão para advogar na Relação, e mais auditórios desta cidade, oferece o seu ministério a todos os que quiserem honrá-lo com a sua confiança, que o encontrarão a qualquer hora do dia no seu escritório, rua de Nazareth n.º 22." (382)

Os primeiros anúncios de pianos apareceram em 1856. Era uma firma francêsa — Duchemin & Cia., quem os vendia aos preços de 550$000 e 650$000, conforme tivessem sete oitavas ou três cordas.

Mais tarde, Gunston Ede & Cia., estabelecidos à rua do Quebra Costas, diziam vender *pianos fortes* de Ralph Alion & Sons, de Londres.

Não deram, porém, os preços, sinal de que não podiam competir com a marca francêsa de Duchemin.

Mas convém observar que desde 1822, existiam pianos no Maranhão, como se vê do anúncio:

---

(379) — "A Estrela do Norte do Brasil" — 25-7-1829.

(380) — "O Progresso" — 4-7-1849.

(381) — "A Cigarra", de 23-12-1828.

(382) — "Jornal Maranhense" — 8-4-1842.

"Quem quiser comprar um piano forte, de muito boa qualidade, fale com André Ferreira da Silva Pôrto, e à vista dêle se ajustará o seu preço." (383)

Dos anúncios, como meio de propaganda, eram as emprêsas teatrais quem mais se utilizavam, tal como acontece hoje com os cinemas. Dos muitos que vimos, ressaltemos os dois seguintes:

"A Companhia cômica, existente no Teatro denominado de São Joaquim vai abrir o teatro da União, domingo 7 do corrente, expondo em cena o pomposo drama em 5 atos — Roberto na Franconia — e a farça — O Compadre Bonifácio — as pessoas que quiserem camarotes ou bilhetes os acharão à venda no mesmo teatro na véspera e dia." (384)

"Teatro Público.

Sábado — 15 de janeiro de 1848

Benefício da atriz Maria Madalena

O magnífico drama original

Leonor de Mendonça

pelo

Doutor Antônio Gonçalves Dias.

Farça

A Castanheira."

Só em 1855 aparece o primeiro anúncio de vidraceiro. É do Máximo Funileiro e Vidraceiro, com oficina no princípio da rua Grande.

Em 1860 os anúncios já estavam completamente modificados: os que não traziam clichê, vinham redigidos em linguagem alegre, quando a sua natureza a isso se prestava. O dono do "Hotel Pôrto", estabelecimento que honrava a

(383) — "O Conciliador" — de 5-6-1822.
(384) — "O Farol Maranhense" — 2-7-1833.

cidade e que naturalmente estava muito acima da "Horta da Tripa", propriedade de José Antônio Ferreira Viana em 1835; [385] era quem melhor explorava aquêle gênero de reclame.

Procurando introduzir na cidade o uso do sorvete, publicou na revista "A Verdadeira Marmota", de 30 de setembro de 1863, êste espalhafatoso anúncio:

"A quem gosta do que é bom"
Que frescura! Que frescura!
Ao calor da criatura!...

Sorvete, das 8 horas da manhã em diante, no
Hotel Pôrto — rua da Paz.

Bons, baratos e perfeitos
Que aplacam o calor de ardentes peitos!

E também há limonadas
Bem fresquinhas e geladas
Ao bom caju saboroso,
Neste tempo precioso.

"Com 320 réis ùnicamente muda o indivíduo a atmosfera que reina dentro de tôda a máquina intestinal, irritando as vísceras com as exalações calóricas! Passa-se repentinamente de um verão meridional para uma brisa fresca e consoladora! E tudo por 320 réis, é mil vêzes melhor do que um passeio a carro, ainda que fôsse pelo mesmo preço, pois o sorvete toma-se descansado, e no carro leva-se tombos que fazem doer a cúpula cerebral.

"Há no mesmo estabelecimento uma sala bem ornada, onde podem as famílias tomar o sorvete escondido, sem que o vulgo, que transita, observe as caretas que tenham de fazer na ocasião de tomarem.

"Rapaziada! A êle que a coisa é boa."

Em 1860, já eram usados os anúncios com os preços das mercadorias.

Vejamos êste que transcrevemos abaixo e comparemos os preços daquele ano — 1860, com os de hoje:

(385) — "Echo do Norte", n.º 2 — 1835.

"Largo do Carmo n.º 18.

"Na loja de Manuel da Cunha Machado tem os seguintes objetos:

Sapatos de cetim branco	*3.000*	*réis*
Idem de polimento	*2.000*	*"*
Idem " duraque	*1.600*	*"*
Idem " " preto	*1.000*	*"*
Idem " marroquim	*1.200*	*"*
Idem " chiquitos para meninos	*600*	*"*

Em 1878, o "O País" ainda anunciava calçados com êstes preços, e quem os vendia era uma casa luxuosa, freqüentada pela alta sociedade, a de Manuel Matias, sucessor de Antônio Alberto.

"Variado sortimento

9$000

Botinas de pelica dourada, cano alto, enfeitadas para senhoras.

3$500

Sapatos de pelica dourada e preta, salto alto, enfeitados.

6$500

Botinas de côres enfeitadas, cano alto

3$000

Sapatos de tapete com salto para homem e mulher.

5$000

Botinas pretas gaspiadas, enfeitadas, cano alto.

2$000

Borzeguins pretos, gaspiados, para meninas e meninos.

6$000

Botinas pretas de duraque, enfeitadas, cano alto.

1$800

Sapatos portuguêses de trança para homens e senhoras.

4$800

Botinas pretas, gaspiadas, lisas, cano alto

Só se vende a dinheiro
Loja de Manuel Matias."

Pelos anúncios pode-se verificar a época em que foram introduzidos em nossa terra alguns artigos. Vejamos êstes dois sôbre materiais de construção:

"Cimento Romano.

O melhor material conhecido para cais, tanques, poços, alicerces de prédios e outras obras de construção, vende-se muito barato em casa de Manuel Pereira Guimarães Caldas." (386)

A melhor época para os negociantes era a da festa de Nossa Senhora dos Remédios, pardoeira da classe. Aí tôda a população de São Luís enfarpelava-se de novo, e o comércio aproveitava-se do fervor religioso e do entusiasmo pelos folguedos do arraial, para vender suas mercadorias, que anunciava:

"Para os amantes
da Festa dos Remédios.
Loja de Manuel de Araújo Lima.
Rua Formosa, casa n.º 8.
Chailes de caximira estampada
Cortes de sêda, gôsto escossês
Lenços de sêda com franjas
Luvas de pelica
Luvas de fio de Escócia."

E como êste, vinham os jornais cheios de centenas de outros.

A Santa era, em verdade, alvo da maior festa da cidade. Realizavam-na no mês de outubro, pelo luar. Não houve cronista dos nossos costumes, que lhe não dedicasse uma das suas páginas. O material é, portanto, copioso para uma

(386) — "O Constitucional" — 22-1-1853.

reconstituição histórica. Mas a natureza dêste trabalho não nos permite grandes explanações sôbre o assunto, que queremos apenas respigar em ligeiro resumo:

> *"Já um mês ou mais antes do dia da milagrosa Senhora, começava a azáfama da sua festa; as belas e os elegantes perdiam o sono, imaginando nos meios de melhor ataviar-se. Que receios, sobressaltos e angústias nesta amável classe de consumidores, e sobretudo na classe embezerrada dos fornecedores, pela só demora de alguns dias na chegada dos navios que traziam no seu bojo os chapéus, as luvas, os vestidos, as quinzenas,* [387] *as cassas, as sêdas, as plumas, as rendas, as fitas, as flores, as pomadas, os cheiros, e todos os mais gêneros enfim que dão vida e saúde às lojas e intisicam as algibeiras dos fregueses!"* [388] *"Chegados os navios, desenvolvia-se na cidade um incrível assanhamento feminino, um furor de comprar, que pasmava. Os escravos, naqueles dias, voavam ligeiros como fusos, açodados e carregados de grossos e pesados embrulhos, uns comprados; outros enjeitados, êstes pagos à vista, aquêles para logo mais..."* [389] *"Os sapateiros, alfaiates e modistas não tinham mãos a medir, trabalhavam dia e noite. A urgente e pesada tarefa abrangia, ordinàriamente, todo o curso das novenas e só acabava com o último dia da festa."* [390]

Mas no dia aprazado começavam as noitadas, anunciadas de girândolas de foguetes, ao estouro das bombas, a toque de zabumba e a repiques de sinos.

No princípio, todo o custeio da festa corria por conta dos juízes, honra que as gazetas comentavam e que muitos invejavam. Depois, a partir de 1864, na lembrança de Sotero dos Reis, estabeleceu-se o sistema dos noitantes: cada classe financiava os festejos da sua noite. De tôdas, as do comércio e da agricultura tornaram-se as mais famosas. Por sua vez, os moradores do bairro esforçavam-se pelo esplendor da festa. José Vieira Belfort (o Pororóca) e Joaquim Marques Rodrigues, foram os que mais se salientaram nesta tarefa.

O largo metamorfoseava-se pela festa: "Desde a casa do Muniz, pelo páteo e aos lados da igrejinha, que havia um crescido número de casas de sorte, de comidas e bebidas,

---

(387) — Capa de sêda então muito em moda.

(388) — J. F. Lisboa. Obras, vol. II, pg. 515.

(389) — "A Imprensa" — de 10-10-1857.

(390) — J. F. Lisboa — Obra e vol. cit. pg. 516.

realejos, cosmoramas, balanços, burrinhas e cavalinhos de pau, pertencentes a bufarinheiros e regatões, pretos e brancos". (391)

Nos primeiros tempos, havia, nas casas de comer, tripas guisadas, orelhas e pés de porco de escabeche, chouriços de sangue com tacos de guela, salada de beldroegas ou herva frieira", (392) tudo acompanhado de bom tarragona, da branquinha e da gingibirra. (393)

Na época de Lisboa, porém, êstes costumes estavam mudados. É êle mesmo quem nos diz no folhetim a que vimos nos reportando:

> *"A nossa progressiva e refinada civilização vai banindo êsses focos de indigestões e borracheiras, e não sofre mais do que doces leves e delicados, as queijadas, os bolinhos de amor, os pães-de-ló de macaxeira, etc, a que todo o mundo se atira e que todo o mundo apenas rega com água pura do Apicum, salvas as honrosas exceções dos fiéis cultores da antiga lei."*

Para servir a multidão de consumidores de massas, estendia-se pelo largo, em diferentes direções, longa fila de doceiras, — mulatas e pretas do tipo daquelas de que Celso Magalhães ainda conheceu no seu tempo de cronista do "O País", — e que, sentadas em cadeiras, costas ao mar, a face para a multidão, e, adiante de si, sôbre banquinhas, os taboleiros, atestados de doces, a bilha dágua e a lanterna, formava um dos aspectos mais curiosos da festa.

Lisboa conta-nos temer sondar o abismo do consumo e devoração de cada noite; afirmando, todavia, que aquêle que passeasse o largo, à luz do dia imediato, o encontraria alastrado e sórdido dos papéis de tôdas as côres que envolviam os canudos e rebuçados, tão deliciosamente chuchurrabiados na véspera.

Quem desse uma volta pelo largo, veria em várias filas de cadeiras, ladeando a rua que passava em frente à igreja, tôda a aristocracia maranhense, coberta de roupas finas e de jóias; ao lado do pequenino templo, depararia com o sacristão Furtado criticando a desarmonia da orquestra, Loires gabando ao fogueteiro Guela d'Aço o balão que acabara de fazer subir aos ares, e os funileiros Máximo e Tito reconhecendo sob as muitas anáguas de cada vestido cada um

(391) — "A Imprensa" — n.º cit.
(392) — "A Imprensa" — n.º cit.
(393) — "A Imprensa" — n.º cit.

dos duzentos arcos de fôlhas de Flandres, que tinham confeccionado só para aquela festa. Se avançasse para o lado do Largo dos Amores daria com as casas de sortes, nas quais havia de ver o Moura, com a cara encaixilhada em espêsso passa-piolho, o Silvério e o Lobão com gorros à moda turca, o Mesquita com colarinhos têsos e de luvas, e o Valença com enormes socos d'altos tacões.

Mais para o fundo dos Amores, o restaurante do Pôrto, com os seus bailes campestres.

No largo da Cadeia, o pau de sebo, tendo no tôpo uma cédula de 50$000, com a cara do Imperador, e em volta a patuléia da cidade vaiando os que tentavam apanhá-la.

Por tôda a parte, os Adonis e Narcisos, namorando de longe as herdeiras ricas.

A igreja, como do costume, estava ricamente embelecida; todo o interior abafado de damasco rubro com listões brancos e amarelos, assemelhando-se a ouro e prata fina. No altar do fundo, via-se a Mãe de Deus e "no alto do trono, o Filho Excelso".

"A música religiosa", dizia o cronista "que é composição do finado Miró, vai indo menos mal, contudo está longe da do ano passado. Todavia, tem-nos dado as belas ouvertures de Matilde de Sabran, de Rosembergh e outras". (394)

Eram assim as festas da padroeira do comércio, com as quais os maranhenses despendiam, segundo as estatísticas dos tempos, em média, trinta contos de réis.

Mas de todos os anunciantes o que fazia com mais espalhafato era Ezequiel Antônio Rodrigues, proprietário da Casa Brasileira, à rua Grande, esquina com a hoje travessa 5 de outubro, e o que tinha mais espírito artístico era o português Gaspar Pinto Teixeira, com alfaiataria no Largo do Carmo. De Teixeira tudo era feito com arte. Veja-se a estampa que se segue.

Parece que foi no decênio de 1870 a 1880, que chegou ao Maranhão a moda de fazer-se em versos os anúncios comerciais.

O que transcrevemos abaixo, de João Rodrigo dos Passos, estabelecido à rua do Sol, 23, foi feito para o carnaval de 1876:

"Fregueses eu peço vênia
Para meus fatos cantar,
Pois sem canto... só em prosa
Talvez não queiram alugar.

(394) — "O Progresso" — de 6-10-1858.

Eia! lá vai, o que tenho
No meu — Bazar — mascarado!
A êle, caros fregueses,
É vir bem endinheirado.

Temos barbas e bigodes
Tudo feito de cabelo.
Caras que entrarem lisas,
Sairão cheias de pêlo!

Máscaras brancas, ditas pretas,
Encarnadas, mui formosas,
Umas meigas, outras tristes,
Algumas feias e babosas.

Muitos tipos diferentes,
Mesmo o mais obscuro,
Desde o que crê no presente
Ao que espera o futuro!

Temos o tipo do inglês,
Do espanhol fanfarrão,
Do alemão, do biscáio,
Da França até o bretão.

Do português mui ricaço,
Do brasileiro mui pobre,
Do oriental com cochilo,
Do feroz rosto de cobre.

Só não temos jesuíta
Nem do clero secular,
Mas temos muitos diabos
Com quem se pode brincar.

Há fatos de tôda a espécie
E por um preço de convidar,
Quem tiver gôsto e dinheiro
Por certo que há de alugar.

Venham, pois, e sem demora,
Ver, escolher e pagar,
Só assim estarão seguros,
De nos bailes pandegar." (395)

---

(395) — "Publicador Maranhense", 22-1-1876.

Em 1885, o poeta Euclides Faria, sob o pseudônimo de Compadre Lourenço, inaugurou, no jornal "O País", a revista comercial em versos, que teve grande aceitação: (396)

"Revista Comercial

pelo Compadre Lourenço

Diz Júlio César Machado
que os anúncios dum jornal
são sempre, em regra geral,
o ponto mais procurado;
— que um artigo publicado,
chamado — artigo de fundo —
é menos lido no mundo,
mais depressa é desprezado,
que qualquer anúncio feito
sôbre a coisa mais singela,
por exemplo: — que um sujeito
tem camisas de flanela,
que vende ganga amarela,
ou óleo Ducaux pr'a o peito.

Ora, à vista do conceito
dêste escritor português,
resolvi dar neste mês
a meus amáveis leitores
uma revista qu'eu fiz
do que certos vendedores
publicam neste "País";
mas saibam todos primeiro
qu'eu tenho deliberado
deixo ficar no tinteiro
qualquer anúncio fiado,
pois nem do mais emproado
se imprime aqui sem dinheiro.

Na longa lista dos nomes,
qu'eu vejo aqui de repente,
encontro o Nogueira Gomes
a procurar um servente;
que paga por bom dinheiro;
e quando já eu supunha
ficar só neste primeiro,
vejo que o Mundico Cunha

(396) — No mesmo gênero publicou Euclides, na imprensa local, copiosa versalhada, sob o título "Anúncios", na qual satirizava os principais comerciantes da época.

tem pano pr'a mosqueteiro.
Nosso comércio prospera,
ninguém desanime, não,
que às vêzes um fortunão
vem quando menos se espera.
Vai longe êste Maranhão,
quem vos garante sou eu,
pois só curando sezão
jamais aqui se perdeu
lucro certo e proveitoso,
vendendo como o Abreu
— caferana *e* fedegoso.

Há muita gente que faz
sua fortuna imorredoura,
juntando bons capitais
com tecidos nacionais,
que vende o Pinto de Moura.

Outros correm séca e méca
tendo fama apregoada
a vender certa pomada
a tôda gente caréca;
e pr'a dar-vos garantia,
de tão grande gentileza,
vão à Botica Francêsa,
procurem na mão do Dias
— pomada para calvice,
— essa Delsue afamada,
e verão bem confirmada
tôda a verdade qu'eu disse.

Quanto à fazendas gerais,
nem nisso falar é bom,
pois, além de algumas mais,
vende a loja — Trianon
fazendas de altos valores,
como diz nesta gazeta
rendas finas de lã preta,
chapéus brancos e de côres;
e saibam mais os senhores,
(tratando de assunto estranho)
que, livre de alveitares,
vende o Henrique Tavares
um bom cavalo castanho.

Eu tenho uma lista inteira
de muitos anúncios vários,
alguns até necessários,

dizendo desta maneira:
— que seu Neves de Oliveira
tem sabiás e canários,
pintados de côres vivas,
rouxinóis e patativas,
de cantos extraordinários;
só não tem lá juriti,
correndo alegres, festivas,
iguais as locomotivas
do Funque e do Mojoli.

Eu mesmo até fico pasmo,
vendo como a nossa praça
vive em completo marasmo
causando a nossa desgraça.
Já se oferece até de graça
as mais custosas fazendas,
são raras as boas vendas
neste estado financeiro;
quem tiver pouco dinheiro
vá comprar que não se engana
as tais moendas de cana
do José Pedro Ribeiro.

Levado de santo ardor
e pr'a cortar embaraços,
avisa o procurador
da Irmandade dos Passos,
que, quem quiser celebrar
festa ali religiosa,
vá primeiro à rua Formosa
para com êle tratar.
É uma boa lembrança
ter as coisas prevenidas,
como a das taxas fundidas
que tem na Prensa Aliança.

Nos tempos que vão andando
tudo está desanimado,
o povo desalentado
vive a gemer, suspirando;
o próprio vento passando,
despede um hálito môrno,
que mal aquece um pouquinho
a tapioca de forno
que vende Almeida e Sobrinho.

O que consola um momento
e faz nascer alegrias
é ver que o Peixoto Dias
vende em sua casa — cimento,
o mais seguro sustento
nas obras de alvenaria,
seja embora obra gigante
como a casa de mirante
que agora aluga o Garcia.

Quem quiser nesta semana
fazer obras proveitosas
vá na Casa Americana
coser nas silenciosas,
que levando n'algibeira
muitas notas valiosas
pode fazer muita asneira,
qu'os donos nos dão cavaco,
vos dando até laçadeira,
onde existe um só buraco.

Leia sempre todo o mundo
o que diz êste jornal,
tanto os artigos de fundo,
como os da seção geral;
pois tendo pouco desvêlo
em pôr-lhe os olhos por cima,
não sabe o que diz do Melo
o Antônio Joaquim de Lima.

Fiquem, pois, muito entendidos
sôbre êste meu folhetim,
para os que quiserem assim
seus anúncios repetidos,
não se tornarem esquecidos
da principal etiqueta,
que vem a ser — ter cuidado,
antes de ler a gazeta,
em não deixar na gaveta
o seu importe guardado.

Fazendo esta prevenção,
ninguém a julgue vileza,
pois é minha obrigação
nesta simpática Emprêsa.
No que toca à barateza,

nem vale a pena falar,
é só chegar e pagar,
que sai com tôda a certeza.

Portanto, rapaziada,
não façam feio comigo;
quem quiser ser meu amigo
me ajude nesta jornada." (397)

(397) — "O País" — 6-6-1885.

CAPÍTULO XXIX

Realizações do comércio: o Gabinete Português de Leitura e o edifício do Tesouro Público da Província.

NAS realizações levadas a efeito pelo comércio do Maranhão, na época quase todo lusitano, duas serão o objeto dêste capítulo.

A primeira — o Gabinete Português de Leitura — atesta a cultura dos seus organizadores; a segunda — a construção de um edifício próprio para o Tesouro — demonstra o espírito de iniciativa do construtor, que retira do giro do seu comércio não pequeno capital para investir num empreendimento, cujos resultados dependiam de trabalho penoso e permanente.

O Gabinete Português de Leitura foi fundado a 9 de outubro de 1852, à imitação de empreendimentos similares, já executados pela colônia lusa nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

O seu fim era disseminar o gôsto pela leitura, propiciando ao público bons livros de sua opulenta e variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustrativas. Financiavam-lhe a manutenção duas classes de sócios: os acionistas e os subscritores. Os primeiros eram os tomadores de ações, de 20$000 cada uma, e dêles saíam os dirigentes da sociedade; os segundos, sem voto deliberativo, apenas pagavam mil réis por mês.

A ata da sua primeira sessão é datada de 10 de outubro de 1853 e subscrita por Inácio da Costa Duarte, presidente, José Augusto de Brito, 1.º secretário, José Nogueira Pinto, 2.º, João Rodrigues de Oliveira Santos, tesoureiro, e José da Costa Guimarães e Sousa, 2.º tesoureiro. (398)

No ano da sua fundação, emitiu 95 ações, um qüinqüênio depois êste número elevava-se a 187.

A renda anual também ia em escala ascendente: 1854 — 775$000, 1855 — 1:068$000, 1856 — 894$000, 1857 — 1:179$000, 1858 — 1:212$000 e 1859 — 1:364$000. Nestes anos, as despesas oscilaram: 720$000, 585$000, 755$000, 1:158$000, 986$000 e 1.302$000.

No ano da sua abertura, a biblioteca não chegava a 2.000 volumes, dos quais 273 eram emprestados. Em 1854, porém, já contava 2.122, que passaram a 2.414 em 55, a 4.106 em 56, a 7.753 em 57, 7.993 em 58, 7.450 em 60, 7.938 em 61, 8.153 em 62 e 8.634 em 63.

Entre os doadores de livros, o que mais se notabilizou pela generosidade das doações foi Francisco Marques Rodrigues, vindo em segundo lugar Antônio Henriques Leal. Em 1859, o primeiro ofereceu ao Gabinete 26 volumes da *Ilustration Française* e o segundo "Cartas sôbre Química", tradução de sua autoria. As doações nesse ano subiram a 34 obras em 81 volumes.

Durante muitos anos, ocupou o Gabinete a casa n.º 1 da rua da Paz, (Colares Moreira, hoje), de propriedade de Boaventura José Coimbra de Sampaio, e aluguel de 550$000 por ano, da qual João Francisco Lisboa sub-locava o primeiro andar por 300$000 anuais.

Dos diretores que dirigiram o Gabinete Português de Leitura, João Antônio de Carvalho e Oliveira, David Gonçalves Azevedo e Delfim Guimarães foram os que mais se esforçaram pelo progresso da sociedade.

Foi sempre pequeno o patrimônio da prestimosa associação. Em 1864 era de 5:840$980, assim distribuído:

Valor dos livros existentes na biblioteca	4:573$770
Idem dos móveis	624$380
Mensalidades a receber	447$500
Dinheiro em caixa	195$320
	5:840$970

A despesa importou em 1:358$908.

Lamentando a deficiência dos recursos, a Diretoria dêsse ano narra no seu relatório:

---

(398) — Fran Paxeco — Geografia do Maranhão, págs. 654.

"No intuito de aumentar os recursos da associação, a fim de conseguir o acréscimo da livraria, dirigimos circulares a alguns dos nossos compatriotas, cujo concurso em favor dêste estabelecimento ainda se não havia manifestado." "Apenas um pequeno número acolheu bem o nosso pedido, sendo para notar que a maior parte dos que o repeliram são dos que mais carecem da instrução que aqui poderiam adquirir." "Desconhecendo a importância que nos dá a instrução para com a sociedade, êles não compreendem que se possa tirar proveito de uma associação que não distribui dividendo aos seus acionistas, e preferem ao prazer da leitura outros passa-tempos, cujos resultados lhe são muitas vêzes bem prejudiciais."

A despeito da pequenez do seu patrimônio e dêsse indiferentismo de parte da colônia lusa a que acabamos de nos referir, o Gabinete Português de Leitura prestou relevantes serviços à cultura da sociedade maranhense, propiciando, durante muitos anos, variada e boa leitura aos seus sócios e subscritores, numa média de 8.000 livros por ano, além das sessões comemorativas que promoveu, como essa realizada por ocasião da morte do grande escritor Alexandre Herculano, em que o orador oficial — doutor Augusto Olímpio Gomes de Castro — estudou, em períodos magistrais de erudição e saber, vasado numa eloqüência de consumado tribuno, tôda a grandiosa obra de Herculano.

Mas de definhamento em definhamento, a benemérita instituição foi morrendo, até que, nos albores do regime republicano, os seus dirigentes resolveram fechá-la, confiando a guarda da sua biblioteca à "Sociedade Humanitária 1.º de Dezembro".

Foi quando estava em poder dessa sociedade e a seu pedido, que Fran Paxeco examinou o valor da livraria do Gabinete Português, uma das maiores que tivemos no século XIX.

Com a meticulosidade com que tratava os assuntos que lhe eram cometidos, Fran Paxeco calculou em 14 contos de réis o valor global dos 7.000 volumes restantes da biblioteca do Gabinete, fazendo em seguida estas ponderações:

"O comércio de livraria é um comércio muitíssimo especial. Assim, nas belas letras — poesia, romance e drama — se um autor se notabiliza, as primeiras edições valorizam-se. As obras de outras espécies, a não ser excepcionais, quanto mais antigas, menos valem. Exemplificando, citaremos Camilo Castelo Bran-

co, de cuja invulgaríssima produção a biblioteca do Gabinete conta 80 números — 5 de poesia, 65 de romance, 2 de teatro, a que se juntam 8 de crítica. As 80 obras de Camilo poderão valer 400 escudos. O resto pouquíssimo valerá, tirando-se alguns romances de Walter Scott, Lesage, Balzac, Stäel, Schiller, Dumas, Vitor Hugo, Vigny, Eugenio Sue, George Sand, Manzoni, Garret, Herculano, Castilho, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, Alencar, Flaubert, Zola, Eça, Júlio Diniz, Lourenço Pinto, Teixeira de Queirós, Aluízio, Fialho."

"O grosso das estantes forma insôssas páginas de Paulo de Kock, Ponson du Terrail, Montepin, Gaborian, Perez Escrich, etc. Ora, a seção de romances representa mais de dois terços da biblioteca. Isto equivale a dizer que, dêsses 2.813 volumes, apenas se redimem uns 120, figurando neles os de Camilo. As classes em que se encontram os livros de real mérito, por nada comuns, são as de geografia e história. Os outros, numa vastíssima parte, reprelaram-se e perderam, portanto, a estima dos bibliógrafos, que sòmente apreciam as primitivas. Outros, ainda, rolaram num ingrato olvido."

"A função das bibliotecas populares não se compara, de resto, à das bibliotecas eruditas. A do Gabinete abrange ambos os caracteres, consoante se depreende pela existência de bastas obras dos incontestáveis clássicos — Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Diogo Bernardes, Luís de Camões, João de Barros, Diogo do Couto, Azurara, Gaspar Correia, Damião de Góis, Antônio Vieira, fr. Luís de Sousa, Filinto, Bocage, Tolentino, José Agostinho de Macedo, — dos juristas Montesquieu, Rogron, Ferreira Borges, Silvestre Pinheiro, Borges Carneiro, Lobão, Pereira e Sousa, Trigo de Loureiro. Nas letras latinas, — Virgílio, Ovídio, Horácio, Cícero. No teatro, enfim — Gil Vicente, Shakespeare, Corneille, Racine, La Fontaine, Molière, Beaumarchais, Goethe, Hugo, Schiller, Garret." (399)

Do exposto ressalta terem os organizadores do Gabinete Português de Leitura prezado os escritores de renome, denotando assim inteligência e cultura.

A outra realização do comércio, como já assinalamos, foi o edifício para o Tesouro Público da Província.

---

(399) — Fran Paxeco — Geografia do Maranhão, págs. 657 e 658.

Criada em 22 de abril de 1835, ainda quando o Império se debatia nas convulsões da Regência, a Tesouraria da Província, assim como a repartição que lhe sucedeu, depois da lei de 9 de junho de 1838, com o nome de Tesouro Público Provincial, não teve um prédio próprio para seu funcionamento.

Alojou-se por isso em casa alheia — dois ou três compartimentos da Secretaria da Fazenda Geral, e lá permaneceu até 1844, quando o Tesouro do Império lhe exigiu desocupasse aquêles quartos, para neles instalar os correios. Diante do imperativo da ordem, mudou-se o nosso Tesouro para a casa à rua do Quebra-Costas, de propriedade da ricaça Ana Joaquina Jânsen Pereira, alugado para êste fim por 750$000 anuais, pelo Presidente Ângelo Carlos Muniz. Embora amplo, o edifício, que fôra construído para residência particular, não satisfazia às necessidades da repartição. Assim, pensou-se na construção de um próprio. A idéia partiu do Presidente Eduardo Olímpio Machado, que a expôs à Assembléia Legislativa na sua mensagem de 1853:

> *"Insisto pela construção de um edifício para a repartição do Tesouro, cuja planta e orçamento já foram presentes a esta Assembléia. O edifício particular em que existe o tesouro tem custado ao mesmo de aluguéis vencidos até o fim de março de 1852 5:288$306, e até o fim do contrato (12 de março de 1855) deve absorver a quantia de 2:211$694. A casa nova está orçada em 10:985$612. Desta quantia não ficará longe o que se terá dispendido com aluguéis até o fim do contrato — 7:500$000."* (400)

Não se converteu em realidade o projeto do grande Presidente. Em 1862, o Tesouro ainda ocupava o prédio de *Donana* Jânsen, pois neste ano o Presidente Primo de Aguiar consultou a Casa da Praça sôbre o local mais conveniente para mudar-se o Tesouro: se o sobrado da rua da Estrêla contíguo ao que ocupava, ou se para um outro à rua do Trapiche. Por êste decidiu-se o comércio, e para êle foi mudada a repartição arrecadadora da Província.

Ainda aí ficou mal acomodada, tanto que a Assembléia Legislativa Provincial votou a lei n.º 908, de 16 de julho de 1870, autorizando o Govêrno a adquirir um próprio para aquela repartição.

A citada lei teve esta redação:

---

(400) — Eduardo Olímpio Machado — Relatório cit. in "Publicador Maranhense" 2-11-1853.

Art. 1.º — Fica o presidente da Província autorizado a dispender até a quantia de oitenta contos de réis com a compra de um prédio a beira mar, que tenha vastos armazéns e com accessórios de armazenagens, para nele funcionar o Tesouro Público Provincial.

Art. 2.º — Para se realizar esta compra se emitirão apólices a juros de 7 por cento ao ano.

Art. 3.º — Todos os gêneros sujeitos ao impôsto provincial poderão ser depositados nos armazéns do Tesouro, e pagarão uma quantia razoável pela armazenagem e pesada, o que constituirá uma nova renda para a Província.

Art. 4.º — O rendimento dêstes armazéns será exclusivamente aplicado para amortização do empréstimo, de que trata o Art. 1.º, até completa extinção da dívida."

Embora legalmente autorizado, o Presidente de então, doutor Augusto Olímpio Gomes de Castro, não quis deliberar sem ouvir as autoridades e os interessados.

É êle mesmo quem nos conta, em artigo publicado no "O Tempo", (401) as minúcias do caso que apreciamos:

"Desejando habilitar-me para bem executar a citada disposição, nomeei a 21 de novembro do ano findo, uma comissão composta do inspetor do Tesouro Provincial, do presidente da Comissão da Praça, que então era o negociante José Manuel Vinhais, e do chefe da seção da Tesouraria da Fazenda Adriano Duarte Godinho, para indicar-me um prédio que reunisse as condições exigidas pela lei referida.

"A Comissão desempenhou, com o zêlo que caracteriza a cada um de seus membros, a missão que lhe fôra incumbida, e a 26 do mesmo mês apresentou-me o seu relatório, no qual indicou-me diversos terrenos compreendidos nos limites traçados no regulamento de 14 de fevereiro de 1846, para em algum dêles construir-se um prédio nas condições da lei, visto como nenhum encontrou que as satisfizesse.

"Pelos depositários da massa falida da viúva e filhos de José Pedro dos Santos foi-me oferecido pela

(401) — "O Tempo" — n.º 15, de 1881.

Alfandega 18-4 74

bro do anno passado

—Ao Dr. José Mariano da Costa.—Fico inteirado pelo seu officio de 24 de janeiro ultimo de haver Vmc. nesse dia assumido o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca da Barra do Corda, para o qual foi nomeado por decreto de 20 de setembro do anno passado.

—Ao juiz municipal de S. José dos Mattões.—Para poder resolver sobre a designação da villa que tem de servir de residencia do juiz de direito e do promotor da comarca de S. José dos Mattões, convem que Vmc. me envie uma certidão das causas tanto cives como criminaes e commerciaes que se discutem no termo de sua jurisdicção.

Identico ao juiz municipal do termo de S. Francisco.

—Ao inspector d'Alfandega.—Accuso o recebimento do officio que dirigio-me Vmc., em data de hontem, acompanhando dous mappas demonstrativos dos artigos de producção nacional exportados desta provincia, para dentro e fóra do imperio no exercicio de 1872—1873, os quaes, em virtude do aviso do ministerio de de agricultura, commercio e obras publicas de 9 de agosto de 1865, forão exigidos d'esta repartição por intermedio da thesouraria de fazenda.

—Ao inspector da thesouraria de fazenda.—A' vista das contas juntas, mande V. S. pagar a Lopes Prado & Irmão a quantia de 310$680 reis, e a Carlos Andreis a de 235$500 reis, importancia de materiaes que fornecêram para as obras do pharol de S. Marcos, feitas sob a direcção do coronel Manoel Ignacio Bricio.

Outrosim mando V. S. pagar as inclusas Carlos Pereira de Castro, em continuação da que lhe foi ultimamente concedida para tractar de sua saude onde lhe convier.

Despachos.

Dia 6

Luiz Carlos Pereira de Castro, lente de grammatica geral do lyceu, em tratamento na Europa, pede mais tres mezes de licença com vencimentos para continuar a tratar-se.—Passe-se portaria concedendo ao supplicante 3 mezes de licença com os respectivos ordenados, em continuação da que lhe foi concedida.

Luiz Gonzaga de Souza, capitão, pede que se lhe mande pagar a quantia de reis 83$640 que adiantou para pagamento das praças do destacamento da povoação da Victoria, termo do Mirador.—Informe a thesouraria de fazenda.

Lucas José Correia, tenente addido á secção de reserva da guarda nacional de Guimarães, pede passagem para o batalhão n. 9 do municipio de Santa Helena.—Informe o sr commandante superior da guarda nacional dos municipios de Guimarães e Santa Helena, sobre o que requer o supplicante.

Manoel Coutinho de Almeida, professor publico interino da villa de S. Bernardo, pede certidão da sua nomeação passada em abril de 1873.—Passe e secretaria a certidão pedida pelo supplicante.

Officio do dr. juiz de direito da comarca do Grajahú, de 7 de janeiro ultimo, sob 221, representando sobre a conveni-

sem a ilha do *Cerrito*, que é, por assim dizer, a chave do rio Paraguay.

Sob o influxo d'essa benigna esperança foi recebido em Assumpção o general Mitre, plenipotenciario argentino, e ainda sob taes auspicios foram encetadas novas negociações para os tratados definitivos de paz entre o Paraguay e as republicas platinas.

A estas duas republicas devia o Brazil facultar o seu apoio moral nessas negociações, e por isso Assumpção tambem recebeu um enviado brasileiro, o Sr. barão de Araguaya, cujos creditos e reputação eram egide sufficiente contra quaesquer tentamens menos cavalheirosos.

As negociações abriram-se realmente logo após a chegada dos plenipotenciarios á Assumpção, e foram seguindo seus tramites, ora pacificamente, ora com alguma agitação, ás vezes interrompidas por successos extraordinarios, ás vezes continuando sem entraves, embora sempre vistas com serias e apprehensivos cuidados pelos espiritos calmos, que receiavam um mallogro, mais de uma vez annunciado, mas logo desmentido.

Sim, mais de uma vez, durante o curso dessas negociações, boatos terrificantes foram levantados de serio rompimento dos negocios, e mais de uma vez como que ouvio-se no continente sul americano uns como sons precursores de guerra entre nações que outr'ora (e não vai nisto muito tempo) combateram ao lado uma da outra pela santa causa da liberdade de um povo.

Felizmente, porem, predominou o bom senso e o interesse da humanidade, e os boatos foram todos desmentidos pela gravidade dos acontecimentos, à conta da ambiciosa Republica Argentina, cujos sonhos desvairados não se podem compadecer com os principios do direito e da justiça, cujos anhelos ambicios são uma espada de Damocles suspensa sobre a cabeça do Paraguay para aniquilar-lhe a autonomia e independencia.

Não, essa autonomia e independencia não serão offendidas e menoscabadas, porque o Brasil ha de saber cumprir o seu dever, se a tanto o levar o arrojo dos argentinos, se elles não quizerem decididamente chegar a um accordo razoavel, aliás indicado no protocollo a que já nos referimos.

Aceite a Republica Argentina a linha do Pylcomaio; aceite a neutralisação da ilha do *Cerrito*, sob a garantia dos alliados do 1º de maio de 1865 e do Paraguay; e certamente evitará os males que todos receiam, não offendendo a integridade e independencia do Paraguay, e afastando uma guerra, que só póde ser prejudicial a todos os mais vitaes interesses dessa banda da America.

Não é esse, porem, o procedimento que parece dever ter a Republica Argentina, não. Pelo contrario, os seus anhelos, os seus maiores desejos são o que sempre foram a conquista do Paraguay.

Para isso aquella republica procura sempre immiscuir-se nos negocios internos do Paraguay; para isso procura ella sempre derrubar o actual governo da Assumpção, em quem não vê nem póde ver um instrumento seu, em quem percebe que ha manifestas tendencias para o Brazil, alliado, protector nato do Paraguay.

Não foram outros, por certo, os intui

Receiando o governo que os revoltosos se aproximassem e entrassem na capital, pedio o auxilio dos alliados, e estes, não sem alguns escrupulos do general Mitre, reuniram-se, e, depois de combinar com o presidente da republica, ordenaram aos seus generaes que auxiliassem ao governo; fazendo todo o possivel para que os revoltosos não entrassem na cidade e ahi praticassem violencias e desordens, e mandaram pôr ás ordens do presidente Jovellanos uma guarda argentina e outra brazileira para o fim de guardarem a casa de sua residencia.

Pouco depois os ministros aliados receberam duas notas dos revolucionarios firmadas por Barreiro e Caballero, e tendo-as respondido collectivamente, conferenciaram com o presidente Jovellanos no sentido das medidas a tomar.

Tinha apenas acabado a conferencia, quando souberam os ministros que os revoltosos se aproximavam da capital, e foram ao seu encontro, seguidos por varios generaes e pelo pessoal de suas legações, e, tendo occupado uma posição conveniente e disposto todas as cousas, mandaram dous chefes militares prevenir ao general Caballero de que podia abrir as hostilidades, *unicamente sobre o recinto fortificado, visto como todo o resto da cidade achava-se sob a garantia collectiva dos alliados, que se mantinham com as armas nas mãos, assegurando-lhe que não seriam hostilisadas as suas tropas se cumprissem essa clausula e respeitassem a cidade.*

Aceita a clausula pelo general Caballero e postadas as forças alliadas na praça de S. Francisco, avançaram os revoltosos, e atacaram a praça da cathedral, onde se

Fac-simile da primeira página do "PUBLICADOR MARANHENSE", n.º 53, de sexta-feira, 13 de fevereiro de 1874.

quantia de sessenta contos de réis, paga em apólices o prédio pertencente à mesma massa, sita na rua Direita, à beira-mar.

"Conquanto não fôsse posta em dúvida a boa construção dêsse prédio, nem contestado que êle valesse a quantia pedida, circunstância que não foi preciso averiguar, não me era possível fazer aquisição dêle, em vista das informações que me foram dadas quanto a sua situação, dificuldades do desembarque dos gêneros que ali teriam de ser recolhidos e mais ainda da sua saída para o mercado, informações que foram confirmadas pelo parecer da comissão de que falei, a qual o declara impróprio para a repartição do Tesouro Provincial justificando a sua opinião com razões valiosas.

"O negociante José da Cunha Santos propôs-me também a venda dos armazéns que possui na rua do Trapiche pela quantia de 160:000$000, pagos em apólices a juros de 7 %. Além de ser excessivo o preço pedido, duplo da quantia autorizada pela lei, tinha ainda a Província de construir o pavimento superior, onde pudesse funcionar a repartição do Tesouro, despesa que talvez excedesse a réis 40:000$000, o que elevaria o valor total do prédio à soma de duzentos contos.

"Não pude aceitar a proposta. Por mais sedutora que fôsse a perspectiva dos lucros provenientes da armazenagem, que o proponente calculava de modo a indenizarem a Província no lapso de dez anos, entendi que não devia exceder a autorização da lei, aumentando a dívida fundada da Província, que já é avultada e onerando o Tesouro com o pagamento dos respectivos juros. O prédio oferecido não podia ser desde logo aproveitado, para a repartição do Tesouro, era necessário construir antes o pavimento superior, que talvez não se concluísse dentro de um ano. Tinha, pois, de empreender essa obra, o que sobretudo desejava evitar, pela amarga experiência que temos do que são obras públicas na Província.

"Em 29 de novembro de 1870, apresentou-me o Sr. Francisco Gonçalves dos Reis uma proposta para a construção de um prédio apropriado à repartição do tesouro provincial, sob condições que se podem resumir nas seguintes:

> *"Construir no terreno de sua propriedade, contíguo ao armazém do finado José da*

Cunha Santos, um prédio de dois pavimentos destinado o superior à repartição do Tesouro, e o inferior à armazenagem dos gêneros de produção da Província, excluídos o algodão, arroz e madeira, com uma ponte levada a baixa mar, para facilitar o embarque e desembarque dos mesmos gêneros.

"Não perceber aluguel pela parte do edifício ocupado pela repartição do Tesouro, e no fim de quarenta anos entregar o prédio à Província sem retribuição alguma.

"Perceber durante quarenta anos as taxas de armazenagem, embarque e desembarque dos gêneros recolhidos aos armazéns, taxas que não podiam exceder as que estavam em vigor no trapiche do Sr. Cunha Santos.

"Era para mim fora de dúvida," dizia Gomes de Castro, "que a lei de 16-7-1870 não me inibia de contratar a obra sob as condições expostas; e uma vez que ficasse o ato dependente da aprovação da Assembléia Provincial, não excedia praticando-o as atribuições de meu cargo."

Nada obstante assim convencido, ouviu o Presidente a opinião do Procurador Fiscal da Fazenda Provincial, doutor Frederico José Correia, que, em ofício de 9 de novembro de 1870, dava êste parecer:

"Ainda que o contrato que se pretende fazer não esteja de acôrdo com a autorização dada ao Govêrno pela lei n.º 908, e sobretudo, pareça contrariar o disposto no artigo 3.º, nem por isso entendo que o Govêrno esteja inibido de contratar no sentido das bases propostas, visto que daí nenhum ônus resulta para a Província; e se esta vem a ficar privada, durante o prazo do contrato, da nova renda que teve em vista dar-lhe a citada lei, também por outro lado vem ela a libertar-se da emissão de apólices no valor de oitenta contos de réis e do pagamento dos juros respectivos; além de que é inquestionável que um prédio comprado não seria capaz de satisfazer, como um construído de propósito, as necessidades de uma repartição fiscal da ordem do Tesouro Provincial."

"Removida assim a questão de legalidade e competência," narrava Gomes de Castro, "surgia a da utilidade, não menos grave e importante." "Eram em

meu conceito óbvias as vantagens da proposta, uma vez modificada quanto ao prazo exigido. Quis, porém, fortalecer-me com a opinião de pessoas competentes, sujeitando a proposta ao exame e apreciação de uma experiência mais sólida que a minha."

Neste propósito, Gomes de Castro ouviu os pareceres do inspetor, do contador e do chefe de seção do Tesouro, do inspetor da Alfândega e do procurador fiscal da Província. A todos pareceu aceitável a proposta, já, então, modificada quanto ao prazo, que passou a ser de 25 anos, em vez de 40.

Discutidas as cláusulas do contrato pelo Presidente da Província e pelo doutor Francisco de Melo Coutinho de Vilhena, advogado do proponente, foi êle assinado a 10 de fevereiro de 1871.

Defendendo-o de acusações, assacadas 10 anos depois de sua assinatura, pelo jornal "O Liberal", argumentava Gomes de Castro:

"Quem se der ao trabalho de comparar êsse contrato com a proposta primitiva, que se acha arquivada na secretaria da Presidência, há de reconhecer que os interêsses públicos foram convenientemente atendidos, e que, apesar da conhecida superioridade do representante, se alguém se podia queixar, não era de certo a Província."

"Com efeito, o prazo de 40 anos, primitivamente proposto, fôra reduzido a 25; deu-se ao prédio o valor de 150 contos, manifestamente inferior ao seu custo, atentas as suas dimensões, e à qualidade do terreno em que foi êle construído, terreno banhado pelo mar duas vêzes ao dia; e reservou-se o Govêrno a faculdade de chamar a si a propriedade do prédio no fim de 15 anos, pagando a metade dêsse valor."

"Pagava a Província pelo aluguel da casa ocupada pelo Tesouro a anuidade de 1:900$000. Se no fim de quinze anos, usar o Govêrno da faculdade que lhe reservou o contrato, ficará a Província com o prédio não por 75:000$000, mas por 46:500$000, pois terá poupado em aluguéis a quantia de 28:500$000."

"Dado, porém, que só no fim de vinte e cinco anos, adquira a Província o domínio e posse do prédio, além desta importante aquisição, terá lucrado a quantia de 47:500$000, poupada em aluguéis durante êsse período."

Outro ponto do contrato que serviu de objeto às acusações do "O Liberal" era que êle criava um monopólio.

No seu citado artigo, Gomes de Castro rebateu também êste aspecto da crítica, argumentando:

"Não serei eu quem venha justificar um regime de exceção, sempre funesto à indústria, e raras vêzes proveitoso ao Govêrno que o autoriza. Felizmente, a acusação não é verdadeira, nem resiste à análise."

"Observarei em primeiro lugar que pelo contrato só os gêneros sujeitos a direito *devem ser recolhidos aos armazéns do Tesouro. Dêstes foram excetuados o algodão, o arroz e as madeiras. No dia em que a Assembléia Provincial abolir o impôsto de exportação, que pesa sôbre o açúcar, como exige o nosso próprio interêsse, ficará o monopólio reduzido a tão pequena causa, que não merecerá a atenção dos amigos da liberdade."*

"Mas a obrigação de recolherem-se os gêneros sujeitos a direito *em um lugar certo e determinado é medida que entende com a fiscalização da renda, e nunca, que eu saiba, se contestou ao Govêrno o direito de estabelecê-la. As mercadorias importadas do estrangeiro são recolhidas às Alfândegas do Império, não que seja isso um monopólio do Estado, mas como o meio de verificar a qualidade, a quantidade e o pêso, e receber os direitos respectivos. Cobra o Tesouro Público, um impôsto sob a denominação de armazenagem, mas como compensação das despesas motivadas pelo serviço, como equivalente dêle. E nada impede que abandone êsse serviço, e a sua remuneração à indústria privada, mediante certas garantias contra possíveis extravios dos direitos, e é justamente o que acontece, quando declara alfandegado algum trapiche."*

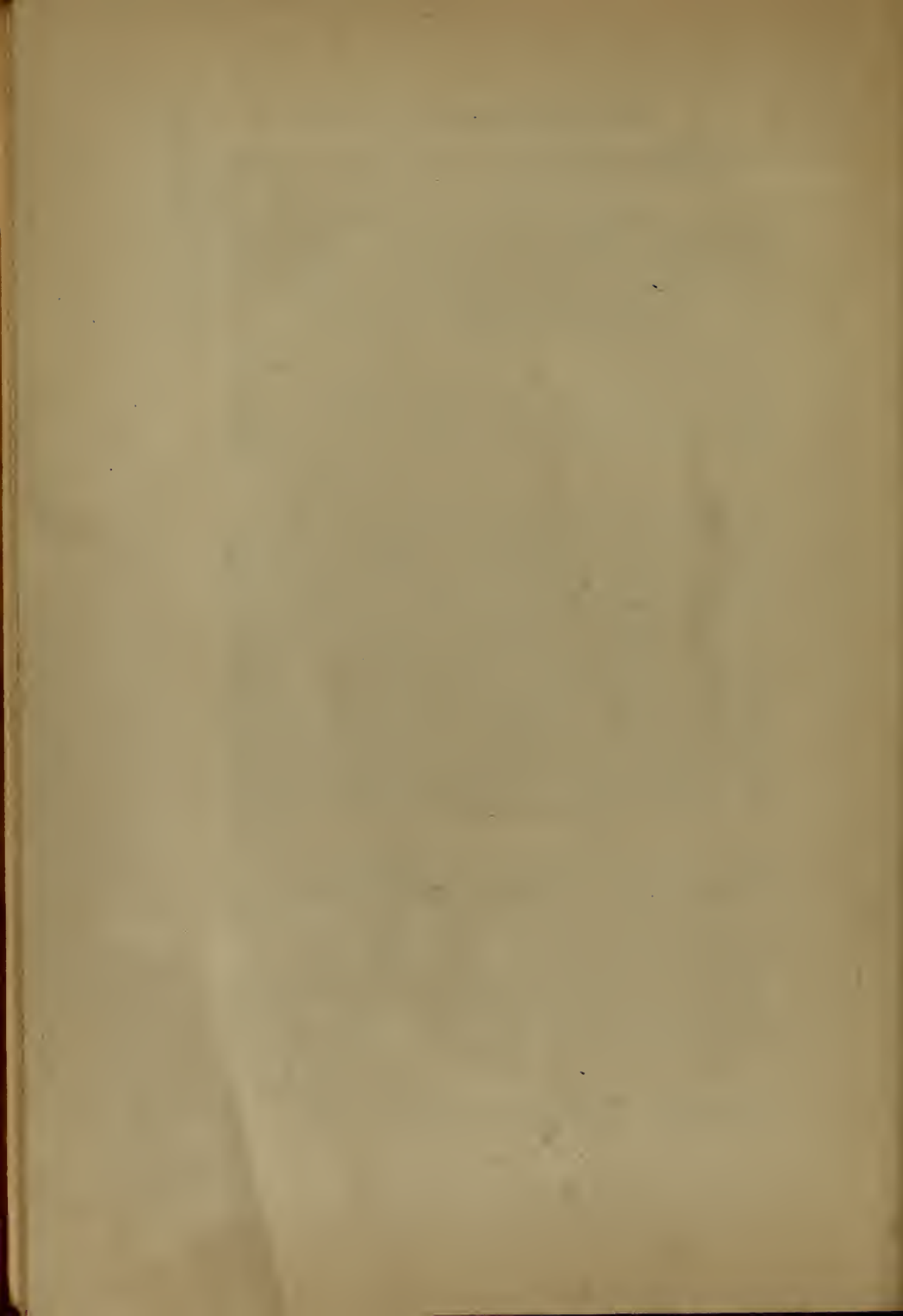
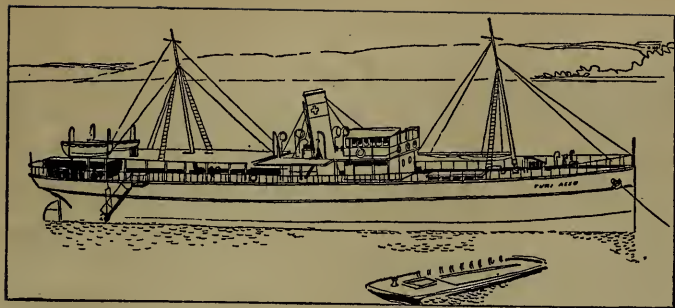
"O que é lícito ao Govêrno Geral, não o é menos ao Provincial; e se a medida é necessária à boa fiscalização da renda pública, fôra pueril condená-la pelo receio de assemelhar-se a um monopólio."

"Já o regulamento de 14 de fevereiro de 1846 fixara os limites dentro dos quais era prometido o desembarque dos gêneros sujeitos a direito. A liberdade fôra assim restringida no interêsse da fiscalização da renda; e como nesses limites não havia mais de dois trapiches, (um só me era conhecido) estava de fato estabelecido o privilégio a favor de seus proprietários."

"Como quer que seja, porém, a verdade é que alguma coisa tinha de ser concedida ao empresário

em troca do edifício; e não creio que se pudesse ceder menos."

"Se o contrato de 10 de fevereiro fôsse obra de um presidente estranho à Província, talvez lhe não achasse tantos defeitos a crítica apaixonada dos que tudo decidem sem reflexão e sem estudo. Assinou-o porém um filho da Província, forçoso era que se cumprisse a palavra de Cristo:"

"Non est propheta, sine honore nisi in patria sua."

CAPÍTULO XXX

Aspiração sempre renovada: o pôrto de São Luís

PARA os maranhenses, a construção do pôrto de sua capital constitui a sua maior e mais ardente aspiração, e por isso mesmo não a deixam esvaecer, antes, renovam-na continuadamente.

No decorrer de dois séculos, sonharam com as riquezas auríferas de Maracassumé, com o cobre do Grajau, com a borracha do Caru, com o canal do Arapapahy, com a via-férrea Tocantina, com os engenhos centrais, com as fábricas de uma nova Manchester, mas de tudo se desiludiram, só do pôrto não se desvanecem. Esperam-no sempre, resignadamente. É que êle se impõe com o império das realizações imprescindíveis. Virá um dia. E enquanto o aguarda, o maranhense registra em jornais e revistas os esforços e as tentativas, os fracassos e desilusões, fazendo assim a história do seu sonho, numa vindita contra os que lhe vêm protelando a realização.

Em verdade, narrá-las, mesmo sem comentários, é uma tremenda acusação aos culpados.

Em língua portuguêsa, quem primeiro se referiu ao nosso pôrto foi Simão Estácio da Silveira, no seu opúsculo "Relação sumária das Coisas do Maranhão", publicado em Lisboa no ano de 1624, e do qual já tratamos em capítulo anterior.

Considera-o Silveira "muito excelente barra", com os ventos de longo da costa "tão largos para entrar como para sair a tôda a hora, sempre lestes em pôpa para o Maranhão e dali para as Índias, e dentro tem boníssimos portos, com o vento por cima da terra, para espalmar e varar".

Passados cêrca de vinte anos, não se modificara, era ainda um magnífico ancoradouro, pois abrigara, no seu recesso, a poucas braças de terra, em frente ao Destêrro, uma esquadra holandesa de dezoito velas, sob o comando de João Cornelles Lichthart.

Mas um século depois, Bernardo Pereira de Berredo, que foi Governador do Maranhão de 1718 a 1722, e de cuja história foi também destacado cronista, apesar de afirmar haver no pôrto de São Luís "fundo bastante para fundear navios", informa terem os pilotos, que demandavam êste ancoradouro naqueles tempos, de vencerem os obstáculos de um banco de areia, no canal de entrada, diante do qual os navios eram compelidos a parar, quando as águas das marés não lhes permitiam montá-lo. (402)

Era o comêço da obstrução do nosso pôrto. Já o canal de acesso ia oferecendo dificuldades. Mais meia dúzia de decênios e elas surgiriam também nos ancoradouros internos.

Proclamou-as em primeiro lugar Dom Diogo de Sousa, quando governando o Maranhão em 1799 sentiu o dever de comunicar a El-Rei:

> *"Há dez anos ainda fundeavam os navios em quatro braças nos dois surgidouros próximos ao Destêrro e baluarte de Palácio, e já em janeiro dêste ano apenas podiam fundear no segundo de três ou dois e meio braças, e sendo o pôrto mais entulhado nesta invernada, oito navios ficaram pegados na baixa-mar das águas vivas de março, e alguns nas da presente oposição da lua, entre os quais também a fragata "Golfinho", surta no estreito pôço chamado de São Francisco."*
>
> *"Em tais circunstâncias," continuou Dom Diogo, parece ser preciso:*
>
> *"1.º — Levantar um cais das Mercês ao Baluarte, e paralelamente uma estacada no banco fronteiro;*
>
> *"2.º — Tapar o canal de pouco fundo;*

(402) — Berredo — "Anais Históricos", cit. por Wilson Soares in. Revista de Geog. e Hist. pg. 20 — 1950.

"3.º — Abrir a barra rompendo a pequena largura da Ponta da Areia, e entulhar a entrada atual;

"4.º — Fechar a embocadura do braço do Anil entre o dito baluarte e a Ponta de São Francisco."

A êste conselho do estadista luso não atendeu a Coroa. Entretanto, parece que êle teve o merecimento de firmar a necessidade de serviços no ancoradouro, para evitar-lhe a obstrução. Pelo menos é o que indica a vinda do Capitão de Mar e Guerra Antônio Joaquim de Oliveira, em 1817, ao Maranhão, para o fim de "examinar e traçar o plano da obra, que se deve fazer no sentido de melhorar a barra e pôrto desta cidade". (403)

Oliveira julgou em *ruínas* o pôrto de São Luís, no relatório com que se desobrigou da comissão, o qual vamos transcrever na sua parte principal, como documento curioso dêste capítulo:

"Sendo a cidade de São Luís edificada em diferentes elevações, de uma parte do chão desta ilha as ruas tôdas planos inclinados, com declive para o rio, são em parte montões de areia, e em outras profundas covas, onde se despenham as grossas e rápidas correntes, que ocasiona a muita chuva que cai durante quatro ou cinco meses, as quais formando corruções, e removendo a terra a levar e depositar no canal. Sendo esta a grande causa da sua obstrução, para evitar a total ruína, julgo ser de primeira necessidade calçar todos os caminhos donde provém tanto dano."

"Julgo igualmente que se proíba que a casca de arroz (que monta 500.000 alqueires por ano), se lance nas margens do canal, assim como que os navios estrangeiros lancem a pedra do lastro no lugar do ancoradouro."

"Sendo as areias, que as correntes e os fortes ventos levam para o canal as que aumentam a grandeza do seu maior leito, julgo que neste pôrto mais do que em nenhum outro se precisam construir diques de estreitar, ou de esporões, feitos de fachina, de espaço a espaço, por todo o comprimento do canal, e

(403) — Livro 15, ofício n.º 1.161 do Governador ao Intendente de Marinha — Arq. da Secretaria da Justiça, Segurança e Negócios do Interior.

alguns dêstes mesmos diques pedrados onde for preciso, a fim de aumentar a coluna do fluido e a corrente, o que só pode extinguir as coroas e os bancos de areia sôlta."

"A verdade desta asserção acharam como experiência os melhores engenheiros hidráulicos, como Perronet, Bellidor, De Lautre, Prony e outros que tornaram navegáveis grandes e obstruídos rios. Confluindo o rio Anil e o do Bacanga no lugar do ancoradouro, não só não serve esta confluência para fazer mais fundo o canal neste lugar, mas ainda aumenta o seu entupimento, como tenho observado, alongando a restinga marcada na planta com a letra M, — esta restinga, e outras na parte da cidade, tem nascido das barreiras que há, as quais com as chuvas, despegando de si grandes massas que a maré corrói, na mesma maré se vão estender nas partes mais salientes; por esta razão julgo também a vantagem de deixarem grandes porções de terreno em sêco, onde se podem levantar grandes edifícios muito interessantes para a Real Fazenda."

Dêste relatório depreende-se que para Oliveira a obstrução do pôrto provinha da erosão das barreiras da cidade e de outros pontos circunvizinhos.

A idéia persistiu durante muitos anos. Os canais propostos por Joaquim Mariano Ferreira e João Gualberto da Costa ligando a Madre Deus aos Remédios e a Ponta de São Francisco ao Igarapé do Jânsen, na sessão do Conselho Geral da Província do ano de 1830, não tiveram apenas em mira o aformoseamento da cidade, senão também preservar os ancoradouros de obstrução completa. [404]

Não se tornando realidade esta resolução do Conselho, o Govêrno da Regência Permanente, no qual o Maranhão teve um dos seus filhos mais ilustres — João Bráulio Muniz — procurou executá-la, consignando no orçamento de 1833 a verba de 382 contos para os dois projetados cais, conforme já enunciamos em outro capítulo dêste livro.

Ainda desta vez, o plano não logrou realidade. O falecimento prematuro de Bráulio, certo, que não deixou de influir no malôgro de tão útil empreendimento.

E os maranhenses continuaram a esperar.

Entretanto, não passou pela curul governamental da nossa Província estadista, consciente de seus deveres, que não clamasse pelo melhoramento do pôrto de São Luís.

---

(404) — Anais do Conselho Geral da Província — Arq. da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança.

O Coronel Luís Alves de Lima, mais tarde Duque de Caxias, mesmo no turbilhão de afazeres a que o obrigava a pacificação da Província, não deixou de alertar ao Govêrno Geral para o estado do canal de acesso ao pôrto, "que em frente da Ponta d'Areia era um filete sinuoso e cheio de perigos".

Herculano Ferreira Pena, em outubro de 1849, escrevia na mensagem que dirigiu à Assembléia Provincial Legislativa:

"A navegação sofre tropeços, além dos riscos da entrada do pôrto, por falta de fundeadouro seguro."

"Há trinta anos, pouco mais ou menos, fundeavam os navios no rio Bacanga, quase defronte da Igreja das Mercês, e hoje ficam mais de cem braças para a parte da foz. Então, podia o pôrto admitir um grande número dêles, porque fundeavam três a três em uma só linha, mas hoje não cabem mais de doze a quinze, e mui poucos lugares há próprios para os de quinhentas toneladas."

Não foi menos explícito o Presidente Eduardo Olímpio Machado no seu relatório de 1855:

"Uma das necessidades mais urgentes do comércio da Província," disse êle, "é sem dúvida a escavação do pôrto, o qual se acha por tal forma obstruído, que as embarcações de grande lote já apenas podem chegar, e não sem dificuldade, e, por ventura, algum perigo, ao centro da linha entre a fortaleza da barra e o ancoradouro da descarga, donde resulta, que estas, pela grande distância, se tornam muito dispendiosas, e, às vêzes, nas ocasiões de mau tempo, perigosas." (405)

Às advertências dos Presidentes seguiam-se as reclamações do comércio, através dos jornais da época.

Da natureza dessas reclamações dá perfeita idéia a que trasladamos abaixo, inserta no periódico "O Constitucional", de 21 de maio de 1853.

"Ainda há poucos dias escrevemos um artigo sôbre a eminente ruína de que se acha ameaçado o farol da Ilha de St. Ana, em razão do progressivo

(405) — Eduardo Olímpio Machado — Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Maranhão, in "Publicador Maranhense — 6-6-1855.

arrasamento da Ilha pelas águas do oceano; hoje ocupar-nos-emos com o nosso pôrto e barra, cujo canal vai sendo sucessivamente obstruído por bancos ou coroas de areia, e será pela ventura destruído dentro de alguns anos, se se não entender em sua escavação e melhoramento.

"Eis as informações que podemos obter sôbre o estado de deterioramento do pôrto:

"O canal da barra; entre o forte Sto. Antônio e a coroa denominada da Minerva, tem na baixa-mar de duas a duas braças e meia dágua, quando dantes tinha quatro braças. Isto é devido ao crescimento da restinga, que, partindo do lugar mais saliente ao norte do baixo de Santo Antônio, e correndo noroeste sudoeste, quase que se une à coroa sobredita.

"Defronte da ponta de São Francisco conserva o canal o mesmo fundo de três braças dágua com a mesma largura que dantes tinha.

"Em frente ao reduto do norte do baluarte tem igualmente crescido a restinga, que unindo-se à coroa de sotavento, forma um taboleiro que dá ùnicamente passagem em duas braças dágua, de modo que não podem ali fundear navios de alto bordo, como outrora. Para isto tem concorrido a obra do cais da Sagração e o seu aterramento.

"Na prolongação do canal em frente do extinto arsenal de marinha, há uma braça dágua na baixa-mar, quando dantes ali fundeavam navios que demandavam quinze pés dágua. Isto é devido ao crescimento da mesma coroa de sotavento que corre quase paralela ao ancoradouro na direção norte sul, deixando defronte do Destêrro um canal tão pouco profundo, que mal pode dar passagem a um pequeno escaler.

"É pois evidente que o nosso pôrto, que já teve muito mais capacidade, do que a que hoje apresenta, se vai todos os dias obstruindo, e que, a irem as coisas neste progresso, deixará, ao cabo de algum tempo, de admitir navios de alto bordo. A nossa bela capital com um pôrto obstruído, e capaz ùnicamente de comportar embarcações de menor porte, como escunas, hiates e sumacas, decairá necessàriamente de sua opulência, e apresentará num futuro, talvez bem próximo, o aspecto melancólico das cidades e povoações, que perderam a sua importância.

"Tal é certamente a sorte que aguarda a cidade de São Luís, se não for removido ou embaraçado o progressivo obstruimento, que lhe ameaça o pôrto.

Assim uma máquina de escavação, que vá desobstruindo o canal das areias que o cumulam e destroem, é indispensável ao melhoramento e conservação do mesmo. Êste benefício, não só é imperiosamente exigido pelo interêsse da marinha mercante nacional e estrangeira, mas também pelo da mesma armada imperial, que tem de mandar os seus vasos consertar neste pôrto, logo que se construa o dique que tem de ser fabricado na praia das Mercês. Sem a desobstrução do canal, ficará de certo incompleta uma obra de tanta urgência, visto que aquela é o necessário complemento desta.

"Já em 1826 se experimentava esta necessidade, porque o govêrno imperial mandou da capital do império para esta Província, naquele ano, uma máquina de escavação, para ser empregada no melhoramento do pôrto. Esta porém não chegou a servir, porque, tendo-a o govêrno mandado examinar depois em 1842, verificou-se que se achava em mau estado, e necessitada de um consêrto que importaria talvez no seu custo. Outra, que estava destinada a substituí-la, foi, segundo constou do Diário do Rio de Janeiro, empregada na obra da alfândega daquela cidade, propondo-se o govêrno a comprar uma nova para êste pôrto.

"A necessidade reconhecida em 1826 tem crescido nos 26 anos que decorrem de então para cá, e irá todos os dias em aumento, enquanto não for provida de remédio. Assim, ou se conserte a máquina de escavação que se acha inutilizada nesta Província, ou se compre outra nova, é por demais indispensável uma máquina desta natureza para ser empregada no desobstruimento do canal, que quanto mais tarde for empreendido, tanto mais difícil e dispendioso será, em razão das areias que o vão progressivamente cumulando."

Nada obstante todo êsse clamor e a importância mesmo do problema, o Govêrno Imperial era desidioso nas ineficazes medidas, que tomava para resolvê-lo.

A barca de escavação, destinada ao nosso pôrto como única solução ao seu caso, tem uma história sem similar no país.

Chegou ao Maranhão em 1828, mas faltando-lhe as peças principais. Não lhe fêz funcionar o engenheiro Guilherme Patrich, contratado para consertá-la. Foi por isso abandonada. Em 1842, o Ministério mandou comprar em Londres uma máquina de fôrça de 16 cavalos, para substituir

aquela. No ano imediato, o Govêrno do Maranhão recebia o novo maquinismo diretamente da Inglaterra, mas desmontado, o que determinou a sua remessa para o Rio de Janeiro, na charrua "Anfitrite". No arsenal de marinha da Côrte, onde devia ser armado, mas que não foi, permaneceu até 1852, ano em que enviaram as peças ainda dispersas para Pernambuco. Afinal, lá montada, em agôsto de 53 estava no Maranhão. Só nesta ocasião verificou-se não hàver batelões para receber o entulho retirado do fundo do mar pela draga, nem uma lancha que os rebocasse. Consumiram-se três anos em tomar esta providência. Desta maneira, só em maio de 56 começou a draga a trabalhar na restinga da Ponta de São Francisco. Fazia 28 anos que tínhamos recebido a primeira máquina escavadora, quando retiramos do fundo do nosso pôrto o primeiro metro cúbico de entulho!

A escavação do ancoradouro já era um martírio, mas nem por isso se nos apiedou o destino.

Em setembro de 56 a draga paralisava os trabalhos por haver-se partido o seu guincho. Mais um ano para vir um novo guincho, que logo na experiência partiu os dentes da roda. Resolveu-se, então, construir uma terceira draga, de menor calado, com os maquinismos da segunda. Decorridos oito anos, ficava concluída a nossa terceira draga, que não foi de empréstimo ao Govêrno do Pará, porque o nosso presidente de então — Lafayete Rodrigues Pereira — secundou a enérgica reclamação do comércio contra a ordem do Ministério.

Era natural que concluída a construção da draga pusessem-na a funcionar. Assim, porém, não aconteceu. Encalharam-na à praia de Santo Antônio, porque o orçamento do Império lhe não consignara verba para o funcionamento. Ainda em setembro de 1868 lá se achava, conforme comunicação do Presidente Ambrósio Leitão da Cunha ao Ministério, na qual dizia:

> *"É de lamentar que havendo o Estado feito não pequena despesa com a construção de uma barca destinada à escavação do pôrto desta cidade, se deixasse a mesma aniquilar-se, como se achava, sem prestar os serviços para que fôra feita."*

Diante desta reclamação, veio o crédito de vinte contos, e a 1.º de novembro a draga começou a trabalhar, mas sempre naquele velho sistema de intermitentes repousos.

Escavações contínuas e eficientes só conseguimos a partir de 1891, com a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, concessionária dos serviços do pôrto de São

Luís. Assim mesmo apenas nos primeiros anos, quando tais serviços eram dirigidos pelo engenheiro Fábio Hostílio de Morais Rêgo. Depois, tudo voltou ao velho regime.

No plano de Oliveira, como vimos, havia paralelamente à desobstrução do pôrto a construção de um cais, contornando a cidade, desde Madre Deus até os Remédios. Começado em setembro de 41, teve a sua metade concluída em agôsto de 1910. Da outra parte nunca se cogitou.

Escavação e cais porfiavam em inércia e desídia!

Mas se caminhavam por esta maneira as obras materiais do nosso pôrto, em compensação sobravam-lhe estudos, planos e projetos. Sôbre o assunto existe uma literatura, aliás de valor, na opinião dos entendidos.

A longa série começa pelo estudo do Capitão-Tenente Giacomo Raja Gabaglia, ilustre e competente oficial da nossa marinha de guerra.

Para Gabaglia a obstrução do pôrto da capital do Maranhão era um "fato dolorosamente verídico" e tinha como causas:

1.ª — A grande largura do rio Bacanga, que muitas vêzes alcançando cêrca de 1.000 braças, principalmente nas proximidades do ancoradouro e enseadas vizinhas a São Tiago, dá lugar ao levantamento de vagas, que, tendo maior desenvolvimento, atuam já sôbre o fundo, já mantendo em suspensão sedimentos, que, conduzidos de à montante, tendem sucessivamente a depositar-se antes de chegar aos bancos exteriores da barra.

2.ª — As areias que os ventos levantam em grandes massas ao longo da costa.

3.ª — As terras arrastadas da cidade pelas águas das chuvas.

4.ª — A construção do cais da Sagração.

5.ª — A obstrução devida ao abandono de velhos cascos de navios, aterros em execução nas proximidades do litoral, lixos, lastros, etc.

Como meios de combater essas causas, indicava Raja Gabaglia:

"Manter severa execução dos preceitos estabelecidos no regulamento das capitanias, no interêsse da polícia do litoral e conservação dos portos."

"Regular o corte dos mangues nas margens dos rios Anil e Bacanga, e corrigir, taludando de maneira grosseira, aquêles pontos de ribanceiras mais elevadas onde as águas solapam as bases."

"Atenuar os efeitos das enxurradas, que na estação calmosa precipitam na praia de Santo Antônio e outros pontos as imundícies e entulhos da cidade."

"Fixar as areias pelo emprêgo de fachinas ou plantio dos cômoros situados no desenvolvimento da costa, entre São Marcos e Ponta d'Areia."

"Igualar o fundo do pôrto, escavando-o pela concentração dos esforços combinados de três máquinas a vapor de movimento contínuo."

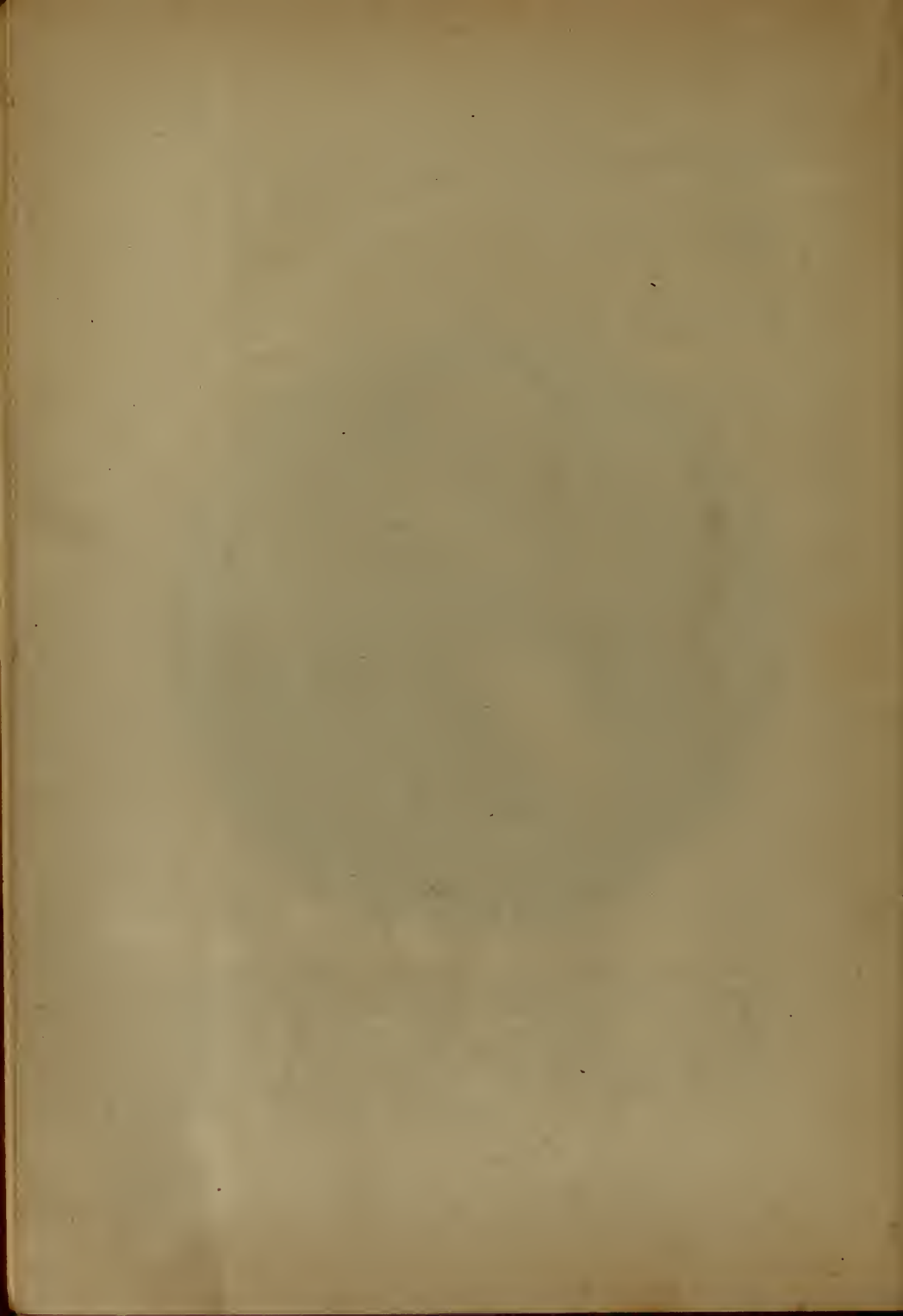
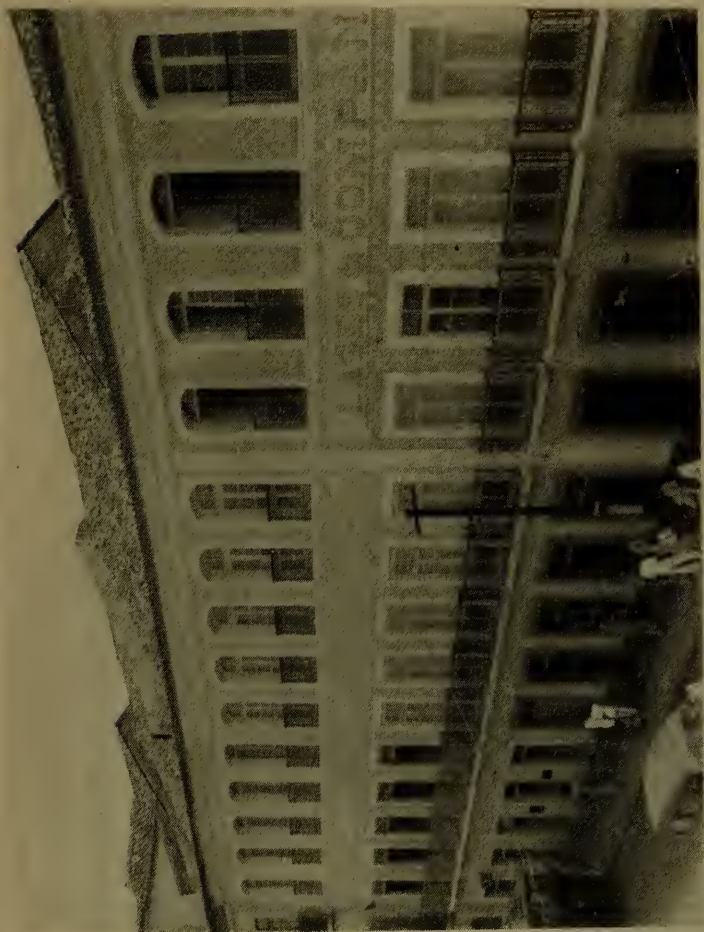
Tôdas estas obras foram orçadas em 533 contos e seriam executadas em três anos.

Contrapondo-se à opinião de Raja Gabaglia, surgiu na Câmara dos Deputados o nosso genial Sousinha, que na sessão de 14 de julho de 1862 proferiu famoso discurso.

Recusava o doutor Joaquim Gomes de Sousa as razões apresentadas pelo oficial de Marinha como causas da obstrução do pôrto de São Luís. Para êle a causa era a corrente marítima que passava pela costa maranhense e, portanto, não havia outro meio de evitar a sua obstrução senão dragá-lo.

"Não é na terra," disse o grande geômetra terminando o seu discurso, "é no céu, lá, onde se decretou que o holandês devia eternamente reparar os seus diques contra as invasões tempestuosas do mar do norte, que parece às vêzes querer levantar-se em massa do seu leito para se lançar sôbre os continentes; foi lá também que se condenou o filho do Maranhão a cavar, e a cavar para sempre o seu pôrto."

Êstes argumentos de Gomes de Sousa tiveram grande repercussão entre os técnicos do país. O próprio Conselho Naval aprovando o relatório de Gabaglia, não deixou de proclamar que a principal causa da obstrução do pôrto do Maranhão era a areia arrastada pela corrente litoral ou do cabo de São Roque, denominada por Maury de Corrente do Brasil, a qual acompanhava a costa, ainda na latitude da nossa Província. Era a tese de Sousinha.

JOSÉ DA CUNHA SANTOS, fundador da firma CUNHA SANTOS & CIA.

Grupo de sobradões de azulejos, sitos à antiga rua do Trapiche, atualmente rua Portugal, vendo-se o estabelecimento de LAGES & CIA., sucessores da firma secular AZEVEDO ALMEIDA & COMPANHIA. (Foto coleção Joaquim Luz)

Capela canstruída pelo Camércia Maranhense para sua padraeira, N. S. das Remédias, em 1810.

Esta estampa é uma reconstituição baseada em antigo postal da coleção do Prof. Viveiros

Todavia, o Govêrno Geral houve por bem ouvir André Rebouças, na época a maior autoridade da engenharia brasileira.

Rebouças salientou no seu parecer que no pôrto do Maranhão incidiam grandes marés, circunstância que caracterizava a costa maranhense. Recordando que o mesmo se dava no Havre, Dunquerque e Liverpool, onde tinham resolvido o problema com a construção de docas, propunha para o Maranhão uma solução analógica.

Do seu estudo extratamos êstes períodos:

"A natureza concedeu ao pôrto uma barra que, sem o menor auxílio do homem, se conserva, durante 50 anos, sem alteração alguma, nem em largura, nem em profundidade! É um ancoradouro natural, bem abrigado, por meio do qual se faz, há três séculos, o comércio do Maranhão com o Império do Brasil e com todo o mundo."

"A obstrução do pôrto do Maranhão tem tido lugar tão sòmente no ancoradouro anterior, no leito dos rios Bacanga e Anil."

"O distinto prático Joaquim Duarte de Sousa Aguiar afirma, e com êle estiveram de acôrdo todos os práticos, a que consultei, que o grande banco, situado entre o Tamancão e a praia das Mercês, onde foi escolhido o local para a construção do dique, existe há 40 anos; havia, porém, entre êste banco e a praia das Mercês, um canal que, mesmo na baixa-mar, conservava 14 a 15 pés de água, e servia, portanto, de ancoradouro aos navios de comércio. Êsse canal fica hoje quase a sêco na baixa-mar."

"Assim, pois, se a barra do Maranhão se tem conservado quase inalterável durante êsse longo período, o atêrro do Bacanga tem pelo contrário crescido, em uma proporção espantosa (14 pés em 40 anos); êsse fato demonstra quanto é urgente que a arte do engenheiro interceda em favor dêsse pôrto, um dos mais belos portos de grandes marés, de que tenho notícia."

"No Anil, a obstrução também marcha ràpidamente. Havia aí, quarenta anos atrás, um canal de seis a sete pés de profundidade, o qual se estendia, desde o pôrto de São Luís, até a colina de Nossa Senhora dos Remédios; êste canal fica inteiramente a sêco em maré vazia."

"A obstrução dos portos segue uma marcha extremamente rápida, sobretudo nos últimos anos;

continuando-se no sistema atual de pequenas medidas, quando são necessários meios enérgicos para se lutar com a natureza, estará, em breve, inteiramente aterrado o ancoradouro natural do Maranhão."

Tão convencido estava André Rebouças das vantagens da exploração comercial do pôrto de São Luís por uma emprêsa que lhe fizesse as obras, que, associado ao engenheiro maranhense Raimundo Teixeira Belfort Roxo, pediu ao Govêrno Imperial a concessão necessária ao empreendimento, a qual lhe foi dada pelo prazo de noventa anos. (406)

Esta concessão, porém, caducou, por não terem os dois sócios levantado na Europa o capital que desejavam.

A fileira de estudos continua: Gustavo Dodt, John Hawkshaw, Leite Lôbo e Milnor Roberts.

Em 1890, o Govêrno autorizou o dr. Aarão Reis a construir as obras do pôrto. Pela primeira vez, não positiva o local, oscila entre São Luís e Itaqui. Manda que estudem os dois pontos, êle optará depois, mas esclarece que no primeiro local seguir-se-iam, no possível, os estudos de Rebouças, Hawkshaw e Roberts, e, no segundo, devia ser logo projetada uma via férrea ligando o pôrto ao centro comercial de São Luís.

Aarão Reis transferiu a concessão à Emprêsa Industrial de Melhoramentos do Brasil e esta à Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, que se limitou à dragagem do pôrto e construção do cais da Sagração.

Para o que estava projetado, era nada o que se fazia. Talvez por isso mesmo continuaram a surgir novos projetos: o de Fábio Hostílio, o de Sousa Bandeira, o de Miranda de Carvalho, etc.

Por êsse tempo, princípios do século XX, assentou-se em definitivo o lugar do pôrto. Seria no Itaqui. Decorrido, porém, um decênio, voltou-se à idéia do aparelhamento do antigo pôrto de São Luís. Os orçamentos, que tinham começado em 2.000 contos, já estavam em 10.000. E as obras ficavam na fase preliminar dos estudos.

Durante todo êsse longo período, o comércio reclamava.

O seu ofício de 18 de agôsto de 1918 ao Govêrno é uma prova da energia com que o fazia. Vejamo-lo nos seus tópicos principais:

"Em 1913, as companhias estrangeiras de navegação, que mantinham linhas para o nosso pôrto, fize-

---

(406) — Dec. n.º 4.541, de 20-6-1870.

ram, coletivamente, uma reclamação enérgica às autoridades do país, contra as dificuldades do acesso ao pôrto e os crescentes riscos a que os seus navios eram submetidos. Como ninguém providenciasse, equiparavam os fretes para São Luís aos de Manaus, muito mais distante da Europa e dos Estados Unidos. Por seu turno, o Lóide cobra o mesmo frete do Recife, para os portos ao norte do Maranhão, pelas mercadorias embarcadas aqui, e em 1918 negou-se a receber, na platina Buenos Aires, um carregamento de farinha para cá, alegando a péssima situação dêste ancoradouro. Os encalhamentos repetem-se amiúde, porque o ziguezagueante canal só é praticável em maré alta, e não permite que estacionem, de uma vez, mais de três vapores. Há ainda outros fatos nocivíssimos. A oscilação da maré, no pôrto, é de cêrca de sete metros; os navios só podem entrar ou sair em preamar, de modo que quando um navio chega, ou quando termina a carga, depois de algum tempo de vasante, é forçado a esperar, com um notável prejuízo, durante doze horas, pelo preamar vindouro. É inútil dizer que a série de estorvos indicados nos criam uma atmosfera de receios e descrédito. São provas inequívocas dêste fato as medidas de exceção das companhias marítimas e as infinitas histórias, mais ou menos verídicas, mas desairosas para o pôrto, correntes entre os embarcadiços. Junte-se a tudo isto, um serviço de carga ou descarga mal organizado, 60 % mais caro do que o do pôrto do Rio, e ter-se-á o que, numa triste realidade, é o pôrto de São Luís do Maranhão."

Não se podia dizer mais.

Assim acossado, teve então o Estado do Maranhão a veleidade de requerer ao Govêrno da República a concessão para construir as obras do pôrto e usá-las em seu proveito.

Satisfeito o pedido, celebrou um contrato com uma firma de fama mundial, C. H. Walker & Company Limited, de Londres. Em estudos preliminares gastou-se para mais de mil contos.

Só depois de concluídos tais estudos, foi que se verificou a vantagem do cais fixo sôbre o cais flutuante e a necessidade de um serviço de proteção às ribanceiras arenosas da Ilha de São Luís, cuja erosão era considerada, então, a principal causa do entulhamento do pôrto.

Novo decreto do Govêrno Federal aprovou estas modificações, as quais elevaram a 23.000 contos o orçamento realizado.

Os trabalhos estavam nesta altura, quando o Govêrno do Maranhão reconheceu a impossibilidade de levantar aquêle capital, fato aliás que ninguém ignorava, dada a situação do mercado financeiro do mundo, após a grande guerra de 1914-1918. Deu-se, então, marcha à ré. Rescindiu-se o contrato com C. H. Walker & Company Limited, pagou-se-lhes a multa estabelecida e a concessão caducou.

Mergulhou-se, então, em longo período de desânimo. Quando dêle emergimos foi com o propósito de localizar o pôrto do Itaqui.

No Itaqui ou em São Luís, o comércio maranhense precisa de um pôrto, que lhe permita pôr um ponto final nesta triste história, que não dá prazer em narrá-la.

CAPÍTULO XXXI

O comércio maranhense no decênio de 1860 a 1870

COM a chamada guerra de secessão (1860-1865), os Estados Unidos resolveram o problema da liberdade dos seus escravos e a Inglaterra viu-se privada do seu maior mercado de algodão. A ameaça do colapso da sua indústria de tecidos, já então importante no mundo, determinou espantosa alta do preço da matéria prima, beneficiando os produtores. Nestes benefícios o Maranhão ia ter a sua parte, como segundo produtor do gênero no Brasil.

A alta fôra vertiginosa. De 3$500, preço médio de 15 quilos no último biênio, chegara até 30$000. Êste preço, em verdade alucinante para a época, fazia presumir o aumento da produção. Aconteceu, porém, que êste princípio de economia política não se verificasse aqui. O Maranhão não conseguiu aumentar a sua produção algodoeira. O desvio de grande número de lavradores de algodão para a cultura de cana, começado em 1848 e na sua fase de maior entusiasmo em 1860, explica o fenômeno. Os capitais invertidos nos engenhos de açúcar faltaram à lavoura algodoeira. Foi esta uma tese muito discutida na imprensa maranhense. Negava-a Antônio Henriques Leal, afirmando ter a cana de açúcar apenas ocupado os terrenos imprestáveis à cultura do algodão e que o seu estacionamento provinha do empirismo com que era praticada, o que a tornava mudável e errante à procura de terras fortes, longe dos povoados, exigindo

novos caminhos e novas instalações. (407) Por seu turno, os partidários do algodão exaltavam-lhe as vantagens da cultura, editando manuais a respeito, como êste cujos sumários dos capítulos os periódicos publicavam: (408)

Manual do plantador de Algodão,

por Turner.

Capítulo I

Métodos ordinários da cultura do algodão

Capítulo II

Sistema aperfeiçoado da cultura do algodão do dr. N. B. Claud.

Capítulo III

História Natural do algodão, suas espécies e variedades

Capítulo IV

Moléstia e insetos destruidores da planta do algodão

Capítulo V

Análise da planta do algodão com relação à aplicação dos estrumes.

Capítulo VI

Consumo do algodão e tráfico do algodão, de 1825 a 1850, pelo professor Inc. Kuy que foi da Universidade da Geórgia.

Capítulo VII

Carta do Secretário de Estado

Capítulo VIII

História do algodão e do engenho de algodão (409)

(407) — "A Imprensa" — nºs. 37 e 47 — 1858.
(408) — Edição da Tip. "Globo".
(409) — "O Globo", de 5-11-1858.

Como quer que seja, porém, no qüinqüênio de 61-65, a nossa produção algodoeira quedou-se numa média de 39.000 sacas de 95 quilos. Quando os lucros dêste lustro permitiram o reaparelhamento da lavoura algodoeira, e ela deu o avanço para uma produção de 60.000 sacas, era tarde, a época dos preços altos tinha passado.

Pelos quadros abaixo, vê-se bem a exportação que dos dois produtos — algodão e açúcar — fazíamos nos três decênios de 1850 a 1880.

Exportação de algodão, 1851 a 1880

Anos	*Sacas de 95 quilos*	*Anos*	*Sacas de 95 quilos*
1851	53.990	1866	45.248
1852	37.868	1867	50.207
1853	41.662	1868	64.937
1854	61.056	1869	64.297
1855	50.879	1870	60.665
1856	43.390	1871	72.793
1857	41.611	1872	61.170
1858	42.124	1873	42.140
1859	35.356	1874	39.985
1860	36.580	1875	47.846
1861	34.201	1876	41.626
1862	38.290	1877	37.397
1863	40.250	1878	37.552
1864	39.545	1879	42.139
1865	48.718	1880	52.879

Exportação de açúcar de 1860 a 1882

Anos	*Sacas de 60 quilos*	*Anos*	*Sacas de 60 quilos*
1860	12.600	1871	56.000
1861	5.650	1872	83.000
1862	26.600	1873	83.000
1863	35.000	1874	113.000
1864	37.300	1875	115.000
1865	32.500	1876	181.000
1866	30.000	1877	170.000
1867	31.000	1878	86.000
1868	40.000	1879	116.000
1869	35.000	1880	158.000
1870	43.000	1881	225.000
		1882	268.000

Para obter-se a produção da Província, deve-se acrescentar a êstes números o que ela consumia, 20.000 sacos no cálculo de Temístocles Aranha.

A maior produção algodoeira foi a do ano de 1871 — 72.793 sacas, que, diferindo de cêrca de 12.000, tanto da do ano anterior como do seguinte, bem evidencia a dependência em que viviam do correr das estações as colheitas maranhenses. Daí não atestarem os dados estatísticos expostos, um aumento progressivo de produção, durante trinta anos, justamente o período de maior evolução do segundo reinado.

Não se dá o mesmo em relação ao açúcar. Em vinte anos, a exportação passou de 12.600 sacas a 268.000, isto é, tornou-se vinte vêzes maior. E como nos canaviais também influíam as estações, segue-se que foi incontestável a corrida dos fazendeiros de algodão para a indústria açucareira.

Mas apesar da influência que o açúcar ia exercer na nossa balança mercantil, o comércio da praça de São Luís apresenta o fenômeno da restrição do número dos comerciantes na proporção do aumento do volume dos produtos exportados. Demonstra-o com clareza o quadro abaixo:

Atividades comerciais (410)

	1850	*1860*	*1870*	*1880*
Armazéns em geral	48	58	79	54
Armazéns de ferragens	6	6	6	6
Armazéns de madeiras	—	4	2	5
Escritórios	37	39	32	24
Lojas de modas	51	33	44	31
Farmácias	12	7	6	7
Livrarias	3	5	4	4
Quitandas	185	151	189	140
Barracas	29	34	23	12
Botequins	3	4	4	5
Refinarias de açúcar	4	7	12	12
Padarias	7	9	14	14
Açougues	43	20	28	30
Ourivesarias	13	10	13	8
Agências de leilões	—	4	2	3
Fábricas de pilar arroz	6	5	4	4
Fábricas de sabão	0	3	3	3
Fábricas de charutos	2	4	8	2
Fábricas de chocolate	0	4	3	1
Fábricas de licores	0	3	3	1
Fábrica de fogos e foguetes ..	2	2	4	3

O fato tem explicação. É que, por essa época, perdíamos três dos nossos mercados consumidores: Ceará, Piauí e Pará, os quais passaram a abastecer-se nas praças européias, tornando-se, em virtude da própria autonomia conquistada, concorrentes da praça de São Luís no comércio das regiões maranhenses das margens do Parnaíba e do Tocan-

(410) — Almanaque do Maranhão — 1849. Antônio Rêgo
— Almanaque do Maranhão — 1860. B. de Matos
— Almanaque do Maranhão — 1870. João Cândido de Morais Rêgo Júnior.
— Diário do Maranhão — 1880.

tins. Perdíamos mercados e conquistávamos concorrentes. O resultado foi o fenômeno que anotamos, comprovado no quadro exposto: a queda progressiva e continuada do número dos nossos estabelecimentos comerciais. A área da praça, que se estendia pelas ruas da Estrêla, Giz e Palma e ia até a Mercês, encolheu-se, tomando como limites a rua Direita, de nada valendo os melhoramentos introduzidos na *urbs,* água, gás e bonde.

Daquela época em diante, nenhum barraqueiro passaria à condição de armazenista. Na década anterior, não poucos o fizeram: Cunha Santos, Alves Nogueira e Jorge & Santos.

Quem observa o fenômeno depois de tantos anos decorridos, tem a impressão de que houve um expurgo dos pequenos e dos fracos. Na crise, que de fato houve, não se viram as escandalosas falências. A lentidão com que se desenvolveu dá a idéia de uma seleção natural das casas desprovidas de sorte. Só ficaram as grandes, mas estas venceram brilhantemente, e algumas se projetaram por cem anos.

Destas existem duas: Azevedo Almeida & Cia. e José da Cunha Santos & Filho, hoje, respectivamente, Lages & Cia. e Cunha Santos & Cia. Ltda.

A primeira foi fundada em 1815 por José Joaquim de Azevedo Almeida, português de nação, cuja vinda para o Maranhão não podemos precisar. Era homem de inteligência, revelada no tino com que dirigiu o seu estabelecimento comercial, tornando-o grande exportador de açúcar, rival de Almeida Júnior & Cia., que era a maior e que desde o comêço do século até o fim do período colonial vinha sendo contratadora da venda de aguardente na cidade.

É de 1873 o mais antigo balanço ainda existente no arquivo da velha firma maranhense.

Por êste balanço a casa tinha feito um movimento de 876:526$963 no mencionado ano, sendo o seu capital de 404:788$533, assim distribuídos:

José Joaquim de Azevedo Almeida	347:749$616
Antônio da Costa Reis	34:549$921
José Antônio da Silva Ferreira	22:488$996

Os lucros foram de 71:711$046, cabendo:

a Azevedo Almeida 6/8	53:783$286
a Costa Reis	8:963$880
a Silva Ferreira	8:963$880

Numerosa a freguezia da casa, cêrca de 826, dos quais 584 deviam 743 contos e 242 eram credores de 238 contos.

Na Europa, a firma devia 110 contos, sendo seus maiores credores José Joaquim de Azevedo Almeida, de Lisboa, com 33 contos e Gunston Sons & Cia., de Liverpool, com 31.

O estoque de mercadoria em casa era de 107 contos de réis.

É curioso esmiuçar o custo dessas mercadorias. Façamo-lo no quadro abaixo:

Chita francêsa	$330
Dita estreita	$200
Musselina	$340
Morim 1.ª — peça	13$920
Dito 2.ª — ”	12$240
Dito 4.ª — ”	9$600
Doméstico, peça	4$000
Zuarte inglês, mt.	$346
Riscado, mt.	$158
Dito azul, mt.	$160
Alpaca, mt.	$640
Lustrim, mt.	$400
Popelina, mt.	1$125
Gorgorão de sêda	4$000
Resma papel francês	3$318
Envelope, cento	$400
Chapéu palha francêsa	1$000
Chapéu chile	3$000
Lenço, dúzia	1$500
Toalha felpuda, dz.	8$000
Ditas linho, dz.	10$000
Leque de sândalo	1$800
Peitilhos de linho, dz.	10$000
Punhos de linho, dz.	4$000
Erva doce, arroba	12$000
Pimenta, arroba	15$000
Linha, 500 Yards., dz.	2$200
Escôva dente	2$000

O costume da época era as casas comerciais hospedarem, gratuitamente, os seus freguezes do interior quando vinham à capital. Para isto utilizavam o andar superior do sobrado em cujas lojas tinham o estabelecimento comercial. Aí também alojavam-se os caixeiros solteiros. Tal prática exigia o aparelhamento completo de uma casa de residência: da cozinha à sala de visitas. Azevedo Almeida, que contava na sua grande freguezia vários titulares (os barões de Mea-

rim e São Bento por exemplo) e não poucos lavradores de viver opulento, possuía, para essas ocasiões, custosa baixela de prata que vem mencionada no citado balanço, sob o título "em casa": 1 cafeteira, 2 bules, 1 açucareiro e 1 manteguei-ra, tudo de prata, pesando 1.550 gramas a 450 réis — 697$500; e mais 1 colher para arroz, 1 dita para sopa, 12 ditas, 11 para chá, 1 para açúcar, 1 paliteiro e uma salva, no valor de 121$760.

Ornavam o andar dos hóspedes êstes móveis: mobília da sala de jantar, composta de sofá, jardineira, 2 bancas e 12 cadeiras — 100$000; 6 mesas de jantar — 30$000; 2 1/2 dúzias de cadeiras americanas — 62$500; 4 ditas de braço — 16$000; mobílias dos quartos — 30$000; louça — 30$000.

Por êstes dados vê-se não terem sido rotineiros os processos de comércio da firma Azevedo Almeida & Cia. Com um capital de cêrca de 400 contos tinha em mãos de seus freguezes 740. Outros informes atestam a amplitude de sua visão e a generosidade de suas ações. Não foram de outrem senão dela a tentativa da organização de um segundo engenho central na Província, e a formatura em medicina de Francisco Ferreira Nina, filho de um dos freguezes da casa. A belíssima prova de generosidade dêste último ato entre nós só encontra similar nos auxílios com que Manuel Inácio Dias Vieira acudiu o caixeiro Pedro Freire, na hora amarga do seu exílio para o Amazonas.

O fundador do segundo armazém a que nos referimos linhas acima foi Santo José da Cunha, que em 19 de setembro de 1840 comunicava ao público passar a assinar-se José da Cunha Santos, naturalmente para pôr o nome de acôrdo com a sua firma comercial: Ignora-se o ano de sua emigração para o Maranhão. Sabe-se apenas que era de Espanha, donde veio num veleiro, cujo capitão o trouxera, ainda menino. Quando a crônica da cidade o encontra, já se acha em plena juventude, estabelecido com uma barraca, em frente à Casa das Tulhas, ao lado da praia, vendendo água potável, alcatrão e breu aos navios que ancoravam no nosso pôrto. Para o seu negócio, abastecia-se de água nos poços de Donana Jânsen, no Apicum e em Vinhais, donde lhe vinha em pipas, conduzidas em carros de bois e em canoas. Das fontes da famosa matrona tornou-se o melhor freguez. Adveio-lhe daí a atenção de Donana Jânsen, de quem foi depois compadre e sócio no abastecimento dágua da cidade. Vendiam-na ao preço de dez réis o caneco (18 litros) às portas das casas, aonde vinham nos carros de pipas, com pouca higiene. A fama da excelência da água neutralizava êste defeito. O negócio desenvolveu-se, propiciando bons lucros aos sócios. E foi para não perdê-lo que Ana Joaquina Jânsen Pereira e

José da Cunha Santos moveram aquela infernal campanha contra a Companhia das Águas do Rio Anil, fundada pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, a qual se propunha a canalizar as águas do Rio Anil para o abastecimento da nossa cidade. A luta devera ter custado bom dinheiro, mas Donana Jânsen era a maior proprietária de prédios urbanos e de latifúndios da Província, e a barraca de José da Cunha Santos já se transformara em armazém de fazendas, cereais e ferragens.

Na década de 70 a 80, a casa de José da Cunha Santos passou por transformações notáveis. O filho do primeiro matrimônio do velho espanhol chegara da Inglaterra, onde fizera a sua educação comercial com inteligência e aproveitamento, e entrando para a sociedade, que passou a ser José da Cunha Santos & Filho, adotou no negócio novos processos.

Em pouco, entravam também para sócios da firma Joaquim da Silva Aroso e José Custódio da Silva Guimarães, ambos genros do velho espanhol.

Num rítmo acelerado de progresso, a casa Cunha Santos & Filho galgou na praça de São Luís a posição do maior armazém no ramo de sua especialidade. Já o era em 1880, quando publicava no Almanaque do "Diário do Maranhão" anúncios como êste:

"José da Cunha Santos & Filho

Rua do Trapiche

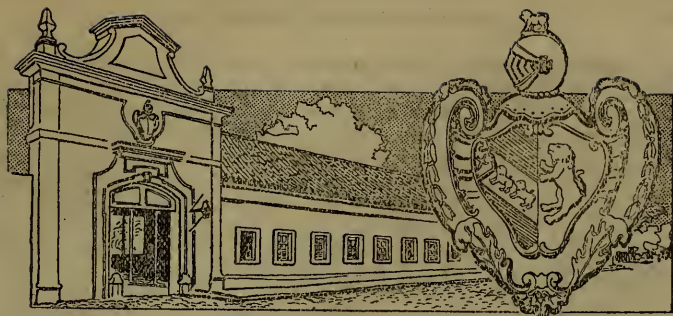
Ns. 30, 31 e 32

Maranhão

Grande estabelecimento de gêneros navais, como sejam cabos, lonas e brins de tôdas as qualidades, poliame, breu, alcatrão, pixe, blackverniz, estopa de linho e nacional; pregos e taxas de ferro, cobre e zinco; cobre em fôlha, âncoras, fateixas, correntes, amarras de piassava, viradores, piassava em rama, pás de ferro, filete de tôdas as côres, bandeiras e sinais, peças de artilharia, fio de tôdas as qualidades, agulhas para marinheiro, ditas para marear e todos os demais objetos para uso e construção; tintas em pó e preparadas — tôdas as côres; óleos, água-rás, terebentina, brochas, pincéis, tudo o mais que é preciso para pinturas, havendo sempre um sortimento incomparável dos mesmos. Único depósito das verdadeiras linhas ameri-

canas para anzóis de Milmard. Grande sortimento de ferragens americanas de Collin, portuguêsas, alemãs, francêsas e inglêsas. Papel de embrulho, querosene e outros gêneros americanos; gacheta, lixas, massas, graxa, sêbo em rama e outros artigos para máquinas. Há também grande sortimento de fouces, enxadas e outros artigos para lavoura. Ferros de gomar e simples e a vapor, panelas, caçarolas, chaleiras, frigideiras, chocolateiras, caldeirões, fogareiros, bacias, tachos, cutelaria, garfo para assar carne e torrar pão, tijolos para limpar facas, e muitos outros artigos para uso doméstico. Pregos, zinco em fôlhas. Sortimento de objetos de alvenaria. Fazendas por grosso e a retalho. Grande e variado depósito de gêneros de estiva, secos e molhados. Escritório de comissões e consignações. Cal da Fábrica Roma Velha e cal virgem. Único depósito do verdadeiro cimento romano de Portland."

Com êsse tão grande e variado sortimento, é claro que Cunha Santos se ligaria intimamente às grandes iniciativas aqui realizadas em prol do progresso maranhense, como fornecedora de material, no que mais de uma vez tem empenhado grandes capitais. De uma feita, em ocasião de alarmante desequilíbrio orçamentário, avalisando letras e fazendo fornecimentos, teve em mãos do Govêrno do Estado cêrca de 500 contos de réis.

Colaboradora do nosso progresso, casa de centenárias tradições, velha companheira da agricultura e da indústria maranhenses, é mais que justo consignar neste livro os nomes dos homens que a vêm dirigindo. São êles: José da Cunha Santos, José da Cunha Santos Júnior, Firmino da Cunha Santos, José Custódio da Silva Guimarães, Joaquim da Silva Arôso, Antônio da Silva Arôso, Nicolau Fernandes Guimarães, José Pinto Peixoto Guimarães, Albano Mendes da Silva, Marcelino Passos, Raimundo Archer da Silva, Francisco José de Castro, Francisco Xavier Ribeiro da Fonseca, Alfredo Guedes de Azeredo, José da Cunha Santos Guimarães, Domingos Correia de Carvalho, Joaquim Ribeiro Lopes da Silva, Amélia da Cunha Santos Arôso, Alice Fernandes Azeredo, Sotero Bento Gonçalves, Amadeu da Cunha Santos Arôso, Francisco de Castro Lins, José Zoroastro da Silva Vieira, Heráclito da Silva Câmara, Enéas de Vilhena Frazão, Alfredo Guedes de Azeredo, Emanuel da Cunha Santos Arôso e João Côrtes Maciel.

CAPÍTULO XXXII

A questão das cédulas falsas

A praça comercial do Maranhão sempre gozou da justa fama de séria e honesta, séria nos seus compromissos, honesta nas suas transações. Escândalos como da falência Domingos da Silva Pôrto eram raríssimos.

Mas, apesar de tudo isso, e sem que mesmo influísse no crédito da praça, aparecia de quando em quando, dinheiro falso na circulação.

Já estudamos — e até com detalhes — o enxame de moedas de cobre falsas em 1834. Decorridos onze anos, Sotero dos Reis denunciava pelas colunas da "A Revista" nova aluvião de dinheiro falso, a que êle, jornalista de frase comedida, chamava de *calamitosa desgraça.* "O Publicador Maranhense", órgão oficioso, reproduziu-lhe o artigo, cujos tópicos principais transcrevemos: (411)

> *"O Maranhão foi ùltimamente inundado por uma aluvião de cédulas de vinte mil réis reputadas falsas, no valor de 80 a 100 contos de réis, segundo os cálculos mais razoáveis."*
>
> *"Dos particulares, tanto os que podiam apenas possuir vinte mil réis em papel, como os maiores capi-*

(411) — "Publicador Maranhense", de 4-1-1845.

> *talistas, quase todos tiveram gravíssimos prejuízos. O comércio foi a classe que mais sofreu."*
>
> *"Houve muitas casas que perderam de um até cinco contos de réis e mais; o número, porém, das que perderam centenas e centenas de mil réis é sobremodo avultado. Na tesouraria da fazenda acharam-se 21:400$000 de cédulas reputadas tais pela comissão de exame, e dizem que na caixa militar do batalhão de fuzileiros existem 3:000$000, na alfândega de 400 a 500$000, etc. Os empregados civis, militares e eclesiásticos quase todos receberam nelas os seus vencimentos do mês de novembro. Foi uma calamidade geral, um ensaio de bancarrota! Tão extrema é a desconfiança que reina na praça que as próprias notas de vinte mil réis verdadeiras ninguém as quer receber. As permutações indispensáveis para o sustento diário, essas mesmas se dificultam, porque as notas miúdas de um, dois e cinco mil réis são raras na circulação, por serem as que se guardam no momento."*

E depois de várias considerações sôbre o caso, dizia Sotero:

> *"Segundo se afirma, foi depois da vinda do "Paraense" para cá, há um mês mais ou menos, que se observou fazerem certos indivíduos transações de grandes vultos, pagas nas referidas notas."*
>
> *"Um mês só bastou para fazer estremecer tôdas as fortunas! Pobre Maranhão."*

Desta vez, o valor da moeda falsa era elevado. Não se tratava mais dos oitenta réis da moeda de cobre, o roubo passava a ser feito em parcelas importantes para a época. Todavia, o inquérito aberto pelo Chefe de Polícia, desembargador José Mariani, nada apurou. O Juiz Municipal Suplente da 1.ª Vara julgou os indiciados sem culpa, os quais tiveram no jornal "O Correio" bons defensores.

A celeuma, porém, foi grande em tôda a Província e serviu para que os falsários se retraíssem no largo período de 23 anos.

Foi, pois, em 1868 que ocorreu o grande escândalo da chamada *questão das cédulas falsas.*

A primeira notícia surgiu no "O País", jornal considerado órgão da classe comercial, na sua edição de 23 de novembro de 1867. Vinha numa correspondência do Pará, em que se dizia terem lá chegado cédulas falsas em maços de dinheiro remetidos do Maranhão.

Em 25 do mesmo mês, o Presidente da Província, bacharel Antônio Epaminondas de Melo, recebia do Inspetor da Tesouraria da Fazenda a denúncia de que circulavam na praça de São Luís notas falsas, fato que o levara a examinar o dinheiro em caixa na sua repartição; nada, porém, encontrando que comprovasse a notícia.

Epaminondas de Melo, no dia seguinte, dirigiu ao Chefe de Polícia, então Eduardo da Silva Rabelo, um ofício reservado, em que ordenava rigorosa sindicância a respeito e adiantava serem as cédulas falsas do valor de 10$000 e delas existirem na "Caixa Filial do Banco do Brasil."

O histórico das diligências do Chefe de Polícia foi feito no ofício de 28 e esclarecia o caso: José Francisco Arteiro, comerciante matriculado na praça de São Luís, havia recebido de Manuel José Teixeira de Melo a quantia de doze contos em maços de um conto de réis. A leitura da notícia do "O País" despertara-lhe a atenção para a possibilidade de haver naquele dinheiro algumas cédulas das impugnadas como falsas. Examinando-as, encontrou, de fato, em dois maços, setenta notas de papel branco, 1.ª série, do valor de dez mil réis, reconhecidamente falsas. Sem perda de tempo, entendeu-se com Teixeira de Melo, que lhe declarou haver sido aquela quantia recebida por seu sócio José Augusto de Oliveira na Caixa Filial do Banco do Brasil. Levado o caso ao conhecimento do Presidente da Diretoria dêste estabelecimento de crédito, João Gualberto da Costa, pelo negociante José Arteiro, propôs êste uma vistoria no saldo em caixa, verificando-se existir nele oitenta e seis das tais notas reputadas falsas, seis das quais a Polícia apreendeu, para o competente exame pericial. Acontecia, porém, — acrescentava o Chefe de Polícia, não haver na cidade técnicos capazes de um exame categórico e positivo.

Nesta conjuntura, o Presidente da Província enviou ao Ministro da Fazenda, na ocasião Zacarias de Góis e Vasconcelos, as seis cédulas para o exame devido. Aguardava êle o resultado dêste exame, quando recebeu do Ministro da Justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o ofício de 8 de janeiro de 1868, onde se declarava terem sido presos no Ceará os comerciantes Antônio Martins de Castro e Joaquim Francisco Dias por haverem introduzido na circulação cédulas falsas de dez mil réis, e como afirmassem terem tais notas procedido de remessas feitas pelas firmas de Castro, Sousa & Cia., José Francisco Arteiro e José Joaquim de Azevedo Almeida & Cia., tôdas da praça de São Luís, fazia-se mister providenciar no sentido de serem êsses comerciantes, como os demais complicados no caso, entregues à ação da justiça.

Não obstante ordem tão terminante, Epaminondas de Melo esperou para agir, o resultado do exame pericial, que só chegou a 21, com a notícia sensacional de que as notas eram falsas. Dias depois, chegava-lhe também o ofício de 19 de março do Ministro da Justiça censurando-o pela demora da prisão dos culpados.

Nestas condições, o Presidente foi levado a agir.

No dia 18 de abril de 1868, cinco das mais representativas figuras do comércio maranhense eram prêsas no Quartel do Campo d'Ourique. (412)

Estatelado e atônito, o corpo comercial assistiu, na praia grande, as prisões dos seus mais conceituados membros. Mas no dia seguinte, começou a reação, num movimento de solidariedade em tôrno dos detentos, como talvez não tivesse havido outro igual no Maranhão.

"O País", periódico que melhor estereotipava o cenário da época, dizia:

> *"A praça desta cidade passou por uma comoção das mais violentas que se pode imaginar."*
>
> *"A cidade está oferecendo nestes dias um espetáculo imponente e digno de respeito, e até hoje nunca visto."*
>
> *"As ruas comerciais estão desertas, os estabelecimentos fechados e as transações totalmente paralisadas."*

Em verdade, o comércio em pêso tinha-se reunido na Casa da Praça, deliberando tomar luto pesado por três dias, e dirigir ao Presidente da Província uma representação, que foi levada a Palácio por uma grande multidão, trajada rigorosamente de preto.

Redigida em têrmos ponderados, a representação, como vamos ver, apenas lamentava a ocorrência e testemunhava a honradez em que tinha os detentos.

> *"O corpo do comércio desta cidade foi ontem à tarde surpreendido com a inopinada notícia da prisão, ordenada por V. Ex.ª, de alguns de seus membros, entre os quais se contam nomes dos mais considerados e respeitados na sua classe, como introdutores de cédulas falsas na circulação."*
>
> *"A prisão, Ex.mo Senhor, por tal motivo, dêsses negociantes qualificados, conhecidos e estimados por*

(412) — Ofício de 17-4-1868 do Presidente do Maranhão ao Chefe de Polícia.

sua ilibada conduta e precedentes sempre honrosos, não podia deixar de causar profunda sensação entre todos os negociantes desta praça, que, folgam de dizê-lo os abaixo assinados, procuram constantemente pautar o seu procedimento pelo justo e honesto, tornando a praça do Maranhão uma das mais moralizadas dêste Império."

"*Para expressarem o seu pesar por essa ocorrência que os sobressaltou, e para manifestarem perante V. Ex.ª o conceito que entre êles gozam por seu caráter honesto os seus colegas compreendidos na ordem de prisão por V. Ex.ª expedida, reuniram-se hoje em assembléia geral os abaixo assinados.*"

"*De que os ditos negociantes não têm parte alguma na introdução de notas falsificadas nesta Província, V. Ex.ª mesmo deve estar persuadido, pois aparecendo as notas falsas, e procedendo V. Ex.ª as necessárias averiguações, não encontrou matéria para contra êles instaurar o processo crime.*"

"*Nessa ocasião, antes da investigação, louvado foi o procedimento do nosso colega José Francisco Arteiro, por haver remetido à V. Ex.ª as notas falsificadas que achou em seu poder, justificando à procedência das mesmas.*"

"*Além disso, convém notar que as investigações a que procedeu V. Ex.ª em casas dos negociantes José Joaquim de Azevedo Almeida & Cia., José Francisco Arteiro; Castro, Sousa & Cia., à requisição do Sr. Chefe de Polícia do Ceará, pela circunstância de terem êles feito remessas de dinheiro à de Castro, Sousa & Dias, daquela Província, onde se encontraram notas falsificadas, satisfizeram tão completamente ao sobredito Chefe de Polícia, que, conservando êle presos os sócios gerentes daquela firma, os mandou pôr imediatamente em liberdade, julgando improcedente o processo instaurado.*"

"*Sendo as suspeitas sôbre as referidas casas motivadas pelas remessas de dinheiro em notas para o Ceará à casa de Castro, Sousa & Dias, filial da de Castro, Sousa & Cia. desta; uma vez que o processo instaurado foi havido por improcedente, porque a dita casa justificou a procedência das notas falsificadas achadas em seu poder, como aqui o fizeram Almeida & Cia., Arteiro e Castro, Sousa & Cia., parece infundada a suspeita que sôbre êstes ora se faz recair.*"

"*O corpo comercial desta cidade, abaixo assinado, tomando a liberdade de dirigir à V. Ex.ª estas*

palavras em abono de seus colegas, não tem outro fim senão dar um testemunho verdadeiro e significativo da honestidade que os distingue e honra, honestidade provada por todos os precedentes de sua vida."

Assinavam esta representação a comissão da praça e mais 386 comerciantes.

Mas no dia seguinte, começaram as adesões das outras classes ao comércio.

Logo cedo, todos os botes da rampa levantaram ferro e foram encalhar na Praia Pequena.

Os operários da Fundição não compareceram ao serviço e dirigiram significativa carta ao Presidente da Comissão da Praça.

No Quartel do Campo d'Ourique, as visitas aos comerciantes presos sucediam-se em grupos numerosos.

Caixeiros, na Praça do Comércio, rasgavam e queimavam em tulhas o jornal oficioso — "Publicador Maranhense" — que defendia o ato do Govêrno.

Pela cidade tôda pululavam os boatos: a Companhia Francêsa não daria espetáculo por três dias, os açougueiros iam grevar, as padarias fechariam, todo o movimento urbano ficaria paralisado.

Por seu lado, os jornais dividiam-se: o "Publicador" tomou a defesa do Govêrno, o "País", a "Situação" e o "Constitucional" ficaram com o comércio.

O Govêrno sentiu que a opinião pública cambava para o lado do comércio, e, para conquistá-la, fêz inserir no seu órgão esta nota:

> *"Para evitar que venha sendo desvairada a opinião pública com essas manifestações ostensivas e aparatosas de reprovações ao procedimento da autoridade, vamos divulgar os atos oficiais a respeito do caso."* (413)

A divulgação, porém, longe de modificar o ambiente, tornou-o mais tenso ainda com a discussão que suscitou entre os periódicos.

"O País" dizia no seu número 47 de 1868:

> *"Nos coramos de pejo ao ouvirmos as palavras do doutor Chefe de Polícia."*

---

(413) — "Publicador Maranhense", de 23-4-1868.

"Não foi S. S. o intérprete da lei, trocou as cândidas vestes do magistrado pelas do executor de ordens, que obedece sem discutir."

"Faltou-lhe a coragem para dizer o que estava em sua consciência."

"A Situação" inqueria:

"Desde quando um Ministro da Coroa tem o poder de ordenar prisões? Já deixou de ser crime o cumprimento de ordens ilegais?"

E o "Constitucional" afirmava:

"É ilegal o ato, porque o Ministro de quem se diz partir as tais ordens, não as podia ordenar, *ainda que tivesse em seu poder a base criminal, base que só poderia servir ao juiz da formação da culpa."*

Defendendo o Govêrno, o "Publicador Maranhense" alegava terem sido as prisões efetuadas em cumprimento da lei, que a autorizava nos crimes inafiançáveis. E perguntava:

"Teve a polícia motivos sérios e procedentes para executar a lei e efetuar a prisão? Ninguém responderá que não. O fato provado até a evidência, e confessado pelos negociantes presos, e todos os seus pares mercantis, praticado à luz do dia, perante Deus e os homens, é que as cédulas falsas foram introduzidas na circulação pelo comércio. Porquanto o grande foco *donde emanou o* novo *papel moeda, e daí entrou em circulação, sempre por mão de negociante, foi a Caixa Filial — o primeiro e o mais importante estabelecimento mercantil do Maranhão. O fato provado até a evidência, é que todos os negociantes que tinham, ou receberam essas cédulas* novas, *metódica e sistemàticamente arrumadas, sotopostas e sobrepostas às verdadeiras, as foram* passando *e* repassando *nas transações diárias.*

"É claro que os inocentes provarão a sua inocência."

Na sua edição de 24 de abril, o "Publicador" levava a questão para o jacobinismo.

"Não pressentiram os cegos," dizia o velho periódico maranhense, "que atrás da defesa dos inocentes, *transluz uma grande insolência!?" "É o ele-*

mento português a querer abater os brasileiros." "Que significa o Sr. Cônsul de Portugal fardar-se *e ir a Palácio reclamar por portuguêses."*

Desdobravam-se assim os acontecimentos, quando um novo boato veio ainda mais agravá-los.

Pela cidade tôda correu, de bôca em bôca, que o vapor Guará, da Companhia Brasileira de Paquetes, esperado de Belém, não receberia carvão no pôrto de São Luís, porque a isso ia se opor o comércio, que estava resolvido a meter ao fundo do mar as alvarengas, se tanto fôsse preciso.

O agente da Companhia, Manuel Antônio dos Santos, deu ciência do boato ao Capitão dos Portos, que incontinente conferenciou com o Presidente da Província.

Epaminondas de Melo oficiou ao Presidente da Comissão da Praça responsabilizando o corpo comercial pelo atentado que se premeditava.

Na resposta da Comissão da Praça, firmada pelo seu presidente de então, Cândido César da Silva Rosa, há êste trecho, que vale transcrever:

> *"O comércio do Maranhão, cuja moralidade e ordem, folgo dizê-lo, V. Ex.ª tem tido ocasião de apreciar, jamais alimentaria a idéia, quanto mais executar um tão sinistro plano."*
>
> *"Protestando, pois, por tal motivo, contra tão injusta e infundada suspeita, devo garantir a V. Ex.ª, que o corpo do comércio do Maranhão, cujo espírito ordeiro, é geralmente reconhecido, jamais daria um só passo, que êste fôsse perturbar a tranqüilidade pública e interêsses gerais."*

É evidente o desassombro com que o comércio agia na melindrosa questão. Era esta atitude que levava a redação do "Publicador" a observar:

> *"Não podemos admitir que alguma associação,* por mais rica e numerosa que seja, *se queira constituir um* estado *no Estado, com autonomia própria e especial, com imunidades, privilégios e isenções que a lei não confere."*

Esta linguagem do jornal de Inácio José Ferreira exasperou o comércio, que, sem mais rebuços, declarou guerra de morte ao decano da imprensa maranhense.

É o seu próprio dono quem nos historia a campanha:

"A dignidade pessoal, o espírito de classe e até a distinção delicada e perigosa de nacionalidade, tudo tem sido empregado como recurso para levantar uma cruzada contra o jornal, que ousou reprovar o procedimento inconsiderado e tumultuário, promovido por alguns negociantes, e apresentando como expontâneo e unânime do comércio."

"Até hoje é já grande o número de assinantes que se tem despendido. E crescerá... porque neste sentido com esforços trabalham poderosos, *que têm a fôrça de impor a retirada de certos assinantes, como têm tido para exigir o mais que se tem feito.*

"O que, porém, se espera com isto? Qual é o resultado que se procura obter? Impor silêncio ao "Publicador"...!
Veremos se o conseguirão."

Dias depois, o velho periódico anunciava que das suas colunas para mais de cem anúncios tinham sido retirados.

E na edição de 27 de abril, inseria esta nota, firmada com a assinatura de Inácio José Ferreira:

"Acabo de sofrer um insulto que não tem qualificação.
"Custa a dizer-se, tão vil e baixo foi.
"Amanheceu hoje o meu estabelecimento tipográfico, segundo foi por diversas pessoas testemunhado, com as portas emporcalhadas, tendo-se em algumas delas depositado grande porção de excremento.
"Nem o título de Tipografia Imperial, *com que se honra o meu estabelecimento, foi respeitado!*
"Não posso atribuir êste insulto senão a uma indigna represália pela posição que tem tomado o meu jornal em relação ao negócio das cédulas falsas.
"Levo o fato ao conhecimento do público para que o tome no devido valor, e denuncio-o à Polícia, a quem peço as providências que julgar acertadas para que pelo menos não se reproduza um ato desta ordem."

Afinal, o Juiz Municipal da 2.ª Vara, doutor Braulino Cândido do Rêgo Mendes julgou improcedente o sumário instaurado contra os negociantes suspeitos de terem passado notas falsas, sentença que logo depois foi confirmada pelo Juiz de Direito Antônio Francisco de Sales sòmente na parte relativa aos indiciados Arteiro, Almeida, Rocha Santos, Primo e Hora Júnior, e revogada quanto a Gonçalves de Jesus,

Castro e Moreira de Sousa, aos quais pronunciou como incursos no artigo 174 do código criminal.

Desta sentença devera ter apelado para o Tribunal o promotor Felipe Franco de Sá.

Não o fêz, porém. Por isso o Ministro da Justiça fêz expedir o aviso de 14 de agôsto de 69, publicado no "Diário Oficial n.º 219, no qual o Ministério declarava ao Presidente do Maranhão

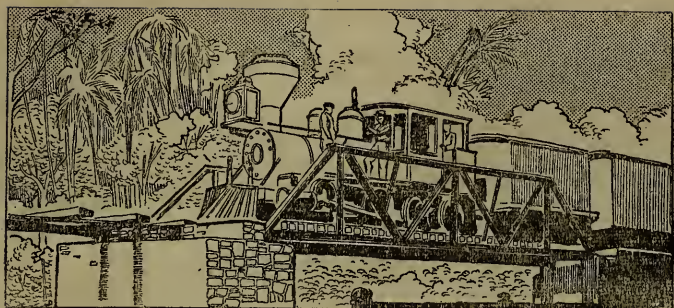
> *"que o Govêrno Imperial ficava inteirado do que ocorreu no processo instaurado na capital por crime de introdução de moeda falsa, e não podia deixar de estranhar o procedimento do promotor público, o qual devia ser demitido e mandado responsabilizar pela sua omissão em não apelar da sentença que absolveu os acusados."*

Divulgado pela imprensa êste aviso, Felipe Franco de Sá fêz inserir no "Publicador" a comunicação seguinte:

> *"Dando notícia dêste aviso, "A Situação" e "O País" a acompanharam de palavras que sobremodo me penhoram. De coração agradeço aos seus ilustrados redatores. É assim que procedem homens honestos e adversários leais e conscienciosos.*
>
> *"A satisfação do dever cumprido, e a estima da opinião pública de sobejo compensam quaisquer injustiças.*
>
> *"Presumo também que o sr. Ministro foi mal informado, e que, uma vez patenteada a verdade, dará o seu ao seu dono. Justificar-me-ei plenamente perante o Govêrno, e, em tempo oportuno, perante o público; não para o público atual do Maranhão, que bem me conhece, e acompanhou êsse processo em tôdas as suas fases, mas para fora desta Província e para o futuro.*
>
> *"Quanto à calúnia, se a houve, hei de esmagá-la como quem esmaga um réptil."* (414)

E tempos depois publicava o prometido opúsculo, que é hoje raridade preciosa da bibliografia maranhense.

---

(414) — "Publicador Maranhense", 19-9-1868.

CAPÍTULO XXXIII

Ainda a Comissão da Praça

NAS atitudes da Comissão da Praça a nota predominante foi sempre a mais absoluta e irrestrita solidariedade aos membros do corpo comercial maranhense. Não poucas vêzes, êste sentimento estendeu-se às classes a êle ligadas. Foi assim na luta travada entre a Capitania dos Portos e os catraieiros de São Luís, na qual êstes tiveram a defender-lhe a causa a Comissão da Praça, presidida então por Luís da Serra Pinto, que foi o mais denodado defensor desta política entre os comerciantes de São Luís. Partisse de onde partisse o ataque, viesse mesmo de prestigioso amigo, e o comércio inteiro se levantava, através do seu órgão representativo para defender-se da acusação e repelir a avilta.

Deu-se isto com o doutor Augusto Olímpio Gomes de Castro, justamente dos políticos maranhenses o que gozava de mais larga soma de amizades na classe comercial, de que era uma espécie de consultor jurídico. De fato, em tôrno do seu escritório de advocacia, localizado no pavimento térreo do edifício do Banco Comercial, passavam quase que diàriamente os vultos mais eminentes da praça: Martinus, Laurindo, Airlie, Juca Marques, Fernandes, Silva, Manuel Jorge, Cândido Rosa, etc.

Mas nem por serem assim tão íntimas as relações, deixou a Comissão da Praça de rebater-lhe, com desassom-

bro, os ataques, quando êstes surgiram numa destas contingências da vida.

O caso ocorreu quando Gomes de Castro assumiu, pela primeira vez, a presidência da Província, em 1870. Para a inspetoria do Tesouro Público, o novo presidente levou um homem de notável saber — doutor João Antônio Coqueiro, que era seu concunhado. Foi o relatório de Coqueiro, na parte relativa à arrecadação do impôsto sôbre o algodão, que deu lugar ao incidente em aprêço.

Dizia o inspetor do Tesouro nesse relatório:

> *"Conquanto tenha melhorado muito a fiscalização do Tesouro em conseqüência das alterações que tem sofrido as leis e regulamentos fiscais, torna-se imperiosa a necessidade de reformá-los, pois muito longe estão ainda de preencherem tôdas as condições indispensáveis, em ordem a evitar em larga escala o extravio do direito.*
>
> *"Com efeito, lançando-se a vista sôbre os balanços do Tesouro desde a sua criação até hoje, observa-se atestarem os números o progressivo aumento da renda, salvo um ou outro ano, em que circunstâncias extraordinárias concorreram para a sua declinação, fato que comprova o que avancei sôbre a fiscalização, porquanto suponho não errar asseverando, que para tão lisongeiro resultado pouco ou muito pouco deve ter concorrido a lavoura da Província, por assim dizer, estacionária desde muitos anos.*
>
> *"Êstes mesmos números, porém, que por um lado abonam a fiscalização como acabei de mostrar, servem por outro para condená-la, e basta para prová-lo a sua confrontação com os de outras Províncias, inferiores à nossa em categoria, como a Paraíba, Sergipe e Alagoas, cujas rendas públicas são em proporção muito superiores à nossa.*
>
> *"Há manifestamente descaminho dos direitos; não se pode, porém, provar em quanto é lesada anualmente a fazenda pública, porque ainda até hoje ignora-se, infelizmente, qual seja a produção da Província e qual o seu consumo.*
>
> *"De algodão, sôbre o qual parece que não devia haver a menor dúvida, porque é todo exportado, não se conhece a produção."*

Fazendo outras considerações, o doutor Coqueiro concluía pela assertiva de que havia grande desvio de direitos só neste gênero.

Dêste tópico do relatório do inspetor do Tesouro o Presidente Gomes de Castro deu conhecimento à Assembléia Legislativa Provincial.

Não deixou a Comissão da Praça tempo para que o público comentasse a denúncia, *incontinente* fêz inserir no "O País" a sua defesa, com uma argumentação tão convincente e esmagadora que César Marques a transcreveu no seu já citado Dicionário, donde a extratamos. (415)

"O sr. inspetor do Tesouro Provincial no relatório que sôbre os negócios da sua repartição ùltimamente dirigiu à Presidência da Província, ocupando-se da exportação do algodão em 1870, exprimiu-se assim:

"Quanto à exportação (do algodão) constando das prensas que fôra de 60.087 sacas e do Tesouro de 49.290, parece que deixou a Fazenda de perceber o impôsto relativo à diferença, isto é, de 10.788 sacas.

"Neste período s. s. escreveu — parece, *ou não asseverou positivamente que essas 10.788 sacas haviam sido exportadas por contrabando, mas é fora de dúvida que nisso acreditava, e tanto que pouco antes deixou escrito — Há manifesto desvio de direitos. — Assim, nas frases subseqüentes não fêz o sr. inspetor senão indicar em que principalmente consistia o extravio de direitos.*

"A êste relatório seguiu-se o do sr. Presidente da Província doutor Gomes de Castro, no ato da abertura da Assembléia Provincial. Aí no artigo concernente à fazenda s. exc. declarou esposar a mesma opinião do chefe do Tesouro.

"Eis as suas próprias palavras, extraídas do "Publicador", n.º 109:

"O digno inspetor do Tesouro Público Provincial ocupando-se dêste assunto no seu relatório (da exportação clandestina do algodão) manifesta a opinião, com a qual me conformo, *de que há descaminho de direitos provinciais, não podendo, porém, determinar o valor em que a Fazenda Pública é lesada, por ainda ser ignorada qual é a produção e o consumo da Província.*

"Quanto ao algodão, por exemplo, do ano de 1870, a estruturação das prensas dá como exportadas 60.078 sacas e a do Tesouro 49.290, parecendo pois que deixou êle de receber o impôsto de 10.788 sacas.

(415) — César Marques — Dicionário Hist. e Geog. da Província do Maranhão, pg. 523.

"Está, pois, bem claro que tanto a inspetoria do Tesouro como a Presidência da Província acreditam serem no ano de 1870 subtraídas aos direitos gerais e provinciais 10.788 sacas de algodão.

"O zêlo pelos públicos interêsses em todos sempre é muito digno de louvor. Da parte do empregado público torna-se em um dever indeclinável; é mister, todavia, que não abuse da sua posição, lançando, sem fortes motivos que o justifiquem, a ignomínia sôbre qualquer pessoa, e principalmente sôbre corporações respeitáveis; porém o sr. Inspetor do Tesouro não tinha base sólida para o que sôbre o contrabando do algodão escreveu.

"Subtrair à fiscalização quase onze mil sacas em um só ano é hoje impossível neste pôrto. Se a acusação fôra justa, infalìvelmente o roubo seria coadjuvado pelos empregados fiscais, porque, diga-se o que se quiser, uma ou outra saca isolada pode à formiga ir para bordo apesar dêles; o contrabando avultado não. Agradeçam pois aquêles empregados a benevolência com que o sr. Inspetor os mimoseou.

"Cabe-lhes largo quinhão na afronta por êle feita ao corpo comercial.

Os transuntos acima foram daqueles dois relatórios, como se viu, lançaram, cremos que mui involuntàriamente, uma grande e imerecida nódoa sôbre a corporação representada pela Comissão da Praça, pelo que esta, já por dever do seu cargo, já por amor de classe, e já finalmente por interêsse próprio, buscará repelir semelhante ofensa.

"São exportadores os membros da Comissão e presam muito a sua honra para tolerarem que sôbre ela, embora indiretamente, pese o labéu a todos os homens de negócio, arrojado pelos mencionados relatórios.

"Vai, pois, a Comissão provar que se o sr. Inspetor do Tesouro Provincial, do qual partiu a ofensa, melhor investigara, mais verídico fôra nas informações ministradas à Presidência, evitando agravar uma corporação, na qual sem dúvida existirá um ou outro membro pôdre, mas cuja grande maioria procede com boa fé e honradez em suas transações, e que, apesar de completamente desauxiliada dos poderes políticos, não raramente há sido bem útil à Província.

"Comparando a escrituração das prensas com a do Tesouro da Província, o sr. Inspetor raciocinou assim: — Se aquelas em 1870 exportaram 60.087

sacas, e o Tesouro apenas de 49.290 recebeu direitos, segue-se que por contrabando embarcaram 10.788.

"O raciocínio, de feito, seria lógico, se não se exportasse muito algodão que aqui ùnicamente paga os direitos gerais, e às vêzes nem êsses.

"Provàvelmente, o sr. Inspetor não se lembrou dêste algodão, escapando-lhe o exame das guias que ao Tesouro são levadas, e julgamos que nele arquivadas.

"Contudo, da certidão passada na Alfândega, em 23 de maio, por cópia no fim desta correspondência, vê-se que em 1870 aquela repartição entre outro algodão despachou 10.560 sacas, trazidas de outras Províncias, (Ceará, Piauí e Pará), vindo com guia 9.012, e 1.548 em trânsito; aquelas sujeitas ùnicamente a direitos gerais, e as outras a nenhuns, ou simplesmente às despesas do expediente.

"Também em seguida vão publicadas duas cartas dos proprietários das prensas, declarando a do sr. Castro Reis haver desde 1.º de janeiro até 31 de dezembro exportado 33.443 sacas e 26.684 a dos srs. Viúva de João Gualberto da Costa & Filhos; ambos 60.127 e não 60.078, como assevera o relatório da inspetoria. Porém comparando aquêle número 60.127 com o das sacas despachadas na Alfândega para pagamento dos direitos (58.608), teremos, adicionando-lhes às 1.538 que, por virem em trânsito, os não pagaram, 60.146 sacas, ou a conta pelas pretensas fornecidas à Comissão da Praça, e mais 29 sacas despachadas na Alfândega.

"Mui a miúdo acontece despacharem-se em fins de dezembro porções de sacas de algodão, que tão sòmente chegam a embarcar em janeiro, não podendo em tal caso o mapa dos despachos da repartição fiscal conferir com o dos embarques na prensa, e foi naturalmente o que aconteceu no caso presente.

"A Alfândega deu-nos a soma das sacas despachadas de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1870, mas não afirmou, nem podia afirmar que tôdas essas sacas ficassem postas a bordo. Pelo contrário, as prensas indicam-nos o total do algodão que no curso do ano enviaram para os navios; contudo, não nos dizem que êsse total representa exatamente tôdas as sacas despachadas nesse ano.

"Na Alfândega, lançam-se os assentos nas datas dos despachos, nas prensas, é na dos embarques, o que completamente estorva a combinação do número das

sacas despachadas em um estabelecimento e embarcadas noutro, podendo às vêzes a diferença ser de centenares e mesmo de milhares de sacas.

"Postas assim as coisas à sua verdadeira luz, bem patente fica o êrro do sr. Inspetor, tão fàcilmente acreditado pela Presidência, como achado pela consciência pública, que logo notou a absoluta impossibilidade de tamanho extravio.

"Busquemos outros têrmos de comparação.

"As duas prensas em 1870 exportaram 60.127 sacas. A conta do Tesouro não passou de 49.290, porém acrescidas a estas as 10.560 que a certidão da Alfândega nos dá vindas com guia ou em trânsito, aí estão 59.850 sacas, dando-se apenas uma falta de 277.

"Esta falta será maior comparando o número das sacas exportadas pela Alfândega com a das que mencionou o Tesouro, ajuntando-lhe as 1.584 em trânsito pela Alfândega não incluídas nas 58.608 de que fala a sua certidão. Com estas, a sobredita repartição deu saída a 60.150 sacas, das quais deduzidas 59.850 (as 49.290 do relatório juntas às 10.560 vindas de outras Províncias com guia ou em trânsito), aparecerá então uma diferença de 306 sacas para mais, que pode resultar de diversas causas totalmente alheias ao contrabando.

"Dêste modo, se as cifras não mentem, desaparece o imaginado extravio, e reabilita-se o crédito da gente do comércio, tão duramente rebaixada nas apreciações da inspetoria e da Presidência da Província, a qual também pecou por às asserções daquela dar fé evangélica, sem proceder a todos os exames a que a honra da classe comercial tinha direito.

"Naquele seu relatório ainda o sr. Inspetor fêz grande reparo na desproporção que em 1870 se deu entre o número de sacas recolhidas na prensa (67.376) e o das conduzidas nos transportes da companhia fluvial a vapor. Êstes carregam apenas 40.958, indo, todavia, às prensas mais 26.448. Acha, porém, a comissão da praça infundado êste reparo de s. s., provindo êle sem dúvida de não conhecer bem a situação da navegação fluvial à vela, a qual, embora assás decaída, ainda não morreu.

"Conduzem os navios da companhia fluvial especialmente os algodões depositados em Caxias e no Codó. Êles vão para ali carregados, e achando abundância de carga para o regresso, tomam-na, sendo assás difícil aos produtos estacionados no Coroatá,

Itapicuru, Rosário e outros pontos intermediários achar lugar para serem transportados à capital.

"No entanto, o algodão que por lá fica, mais tarde ou mais cedo, vem aqui procurar comprador em barcos de vela.

"Do Mearim e principalmente do Pindaré, quase tudo se remete sem ser nos vapores da companhia, nem Viana até agora tem tirado proveito algum de tais vapores. Acontece de igual modo a boa parte dos produtos importados de Bragança, Vizeu, Guimarães, e Curupuru. O rio Munim ainda não teve a dita de nas suas águas receber um só barco a vapor. Enfim, do Brejo e de boa porção do Piauí desce pelo rio Parnaíba quantidade não diminuta de algodão e de outros produtos aqui trazidos para pagamento de débitos ou exportação. Parte disto carrega-se nos vapores da companhia, mas os dois barcos do sr. José Coelho de Miranda em cada quinzena despejam aqui centenares de sacas e milhares em cada ano. Assim, a navegação interna em barcos de velas ainda não se acha tão abatida como ao sr. Inspetor parece, e graças a Deus já que assim acontece. Quando só ela freqüentava os portos e rios da Província, esta capital era abundante, ou, mais do que isso, era fartíssima, e por preços razoáveis; hoje, apesar do vapor e da rapidez das viagens, a cidade quase se acha faminta, perdendo-se no interior imensos produtos com grande lástima dos lavradores e dos habitantes da capital, que todos nisso perdem.

"Entende a Comissão da Praça que com o que fica dito exuberantemente provou a injusta acusação feita à classe que representa, e que o relatório do sr. Inspetor do Tesouro pecando pela inexatidão com que falou no contrabando do algodão, merece ser pelo mesmo sr. prontamente corrigido, e se o fizer dará nisso uma grande prova de probidade e sensatez.

"Todos erram, mas só os néscios ou obstinados recusam dar acolhimento à verdade quando se lhes apresenta, e a comissão necessàriamente acredita que s. s. não entra nesse número.

"Concluindo, declara a comissão que os originais a que neste escrito alude se acham na Casa da Praça, podendo ser aí examinados por quem quiser."

Assinavam êste documento Antônio José Vila Nova, presidente — José Joaquim de Castro, secretário — Luís Ribeiro Leite, tesoureiro — José Francisco de Brito Pereira

Júnior — Raimundo José Ferreira de Castro — Antero José Machado — Eduardo Augusto Plácido.

Foi êste espírito de classe, criado pela Comissão da Praça, que permitiu se formasse, numa época de excessivos rigores para os auxiliares do comércio, uma sociedade beneficente protetora dos caixeiros, a qual teve longa existência.

Em 1878, contava esta sociedade 223 sócios, sendo 158 efetivos, 35 auxiliadores, 17 beneméritos, 10 honorários e 3 correspondentes. Neste ano, a receita foi 2:599$000 e a despesa 3:468$000, verificando-se um déficit de 869$000. O seu patrimônio era de cêrca de 9 contos de réis. Manteve aulas de português, francês e escrituração mercantil e os auxílios aos seus associados importaram em 1:785$000.

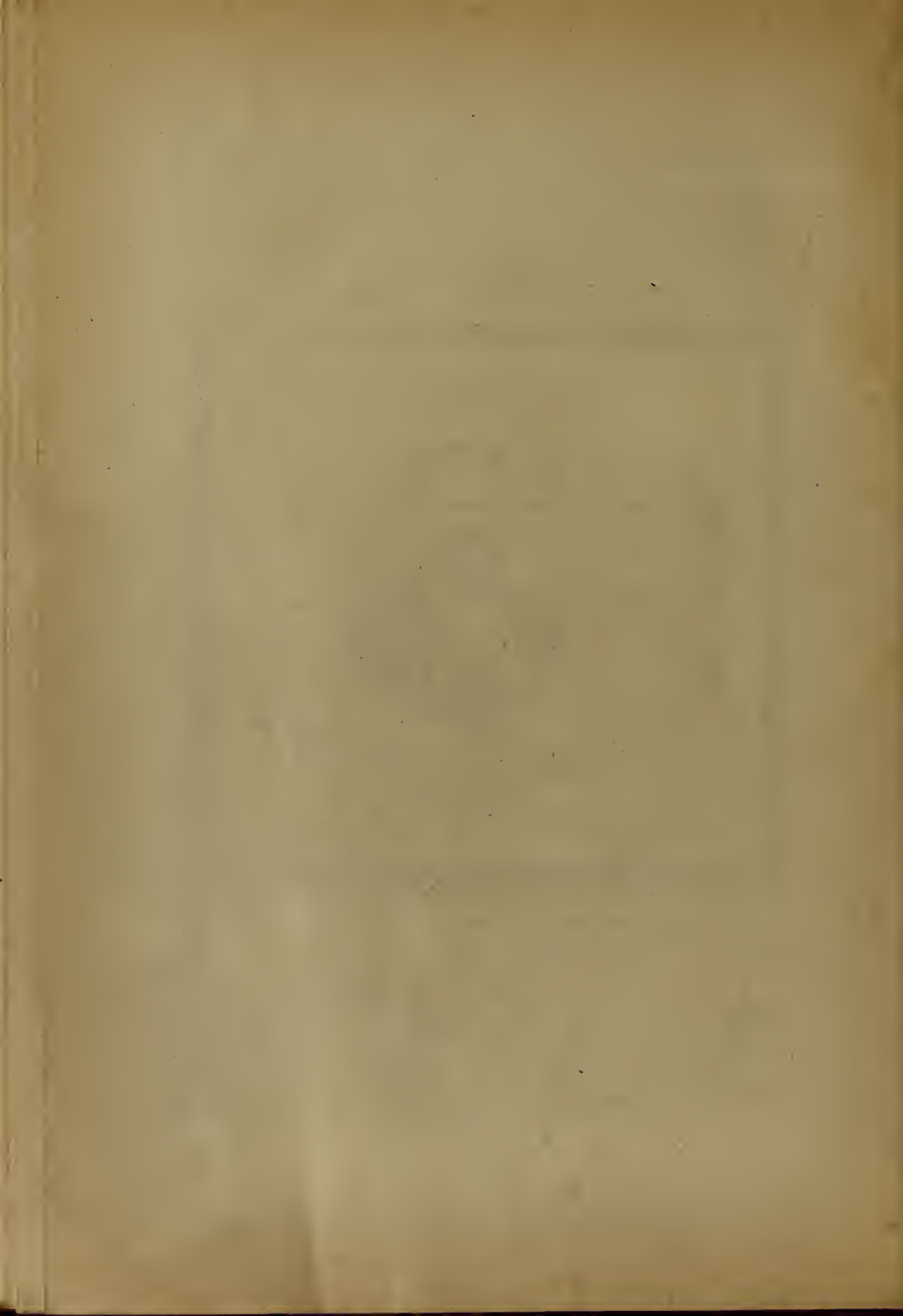
E tudo isto era feito espontâneamente, sem leis e regulamentos que coagissem a classe.

Mas isto não quer dizer que não houvesse exceções no corpo comercial. Houve-as e não poucas. Passados trinta anos, ainda se contavam patrões, que forçavam aos seus caixeiros a retirarem-se das sociedades literárias a que pertenciam por nocivas à carreira comercial, justificando êste conceito com exemplos, que apontavam ufanos, de homens de letras, cujas vidas eram rosários de privações e vexames.

Em 1878, o órgão representativo do comércio sofreu a sua primeira transformação, passando a denominar-se "Associação Comercial".

Assim, com o nome de "Comissão da Praça" êle teve 24 anos de existência. De tôdas as diretorias a primeira foi a que logrou maior número de reeleições. Foi quatro vêzes reeleita, de 1855 a 1858, apesar de ter sido, como já assinalamos, a menos eficiente. Só uma diretoria renunciou, a de 1867. Vários comerciantes foram reeleitos presidentes da diretoria. Luís Serra Pinto foi o que alcançou maior número de reeleições, ocupando em cinco mandatos a presidência da Comissão da Praça. Mereceu esta distinção, pois ninguém o excedia em dedicação quando entravam em jôgo os interêsses da classe, os quais defendia de vizeira erguida, desassombradamente. Depois dêle vem Manuel José Vinhais, que foi honrado com três eleições para presidente. É de notar a ausência do nome de Martinus Hoyer neste alto cargo. Ninguém melhor do que êle para ocupá-lo. Entretanto, nem como vogal aparece o seu nome.

Não lhe invalidando a eleição a sua qualidade de estrangeiro, como em verdade não a impedia, só se explica esta abstenção pelo feitio natural do seu espírito, que preferia às agitações das diretorias o silêncio do seu gabinete, no convívio dos economistas e dos filósofos ou nas idealizações das emprêsas que desejava para o Maranhão.

O Dr. Antonio de Almeida Oliveira foi advogado do comércio, em seu tempo

26

ESCOLHA ESPECIAL DE FAZENDAS

Recebidas DIRECTAMENTE DE França

Inglaterra ALLEMANHA E Suissa

Deve o Sr. Narciso José Teixeira

á Agostinho José Rodrigues Valle

EM MARANHÃO

Rua do Nazareth, defronte do Jardim

Maranhão, 20 de setembro de 1871

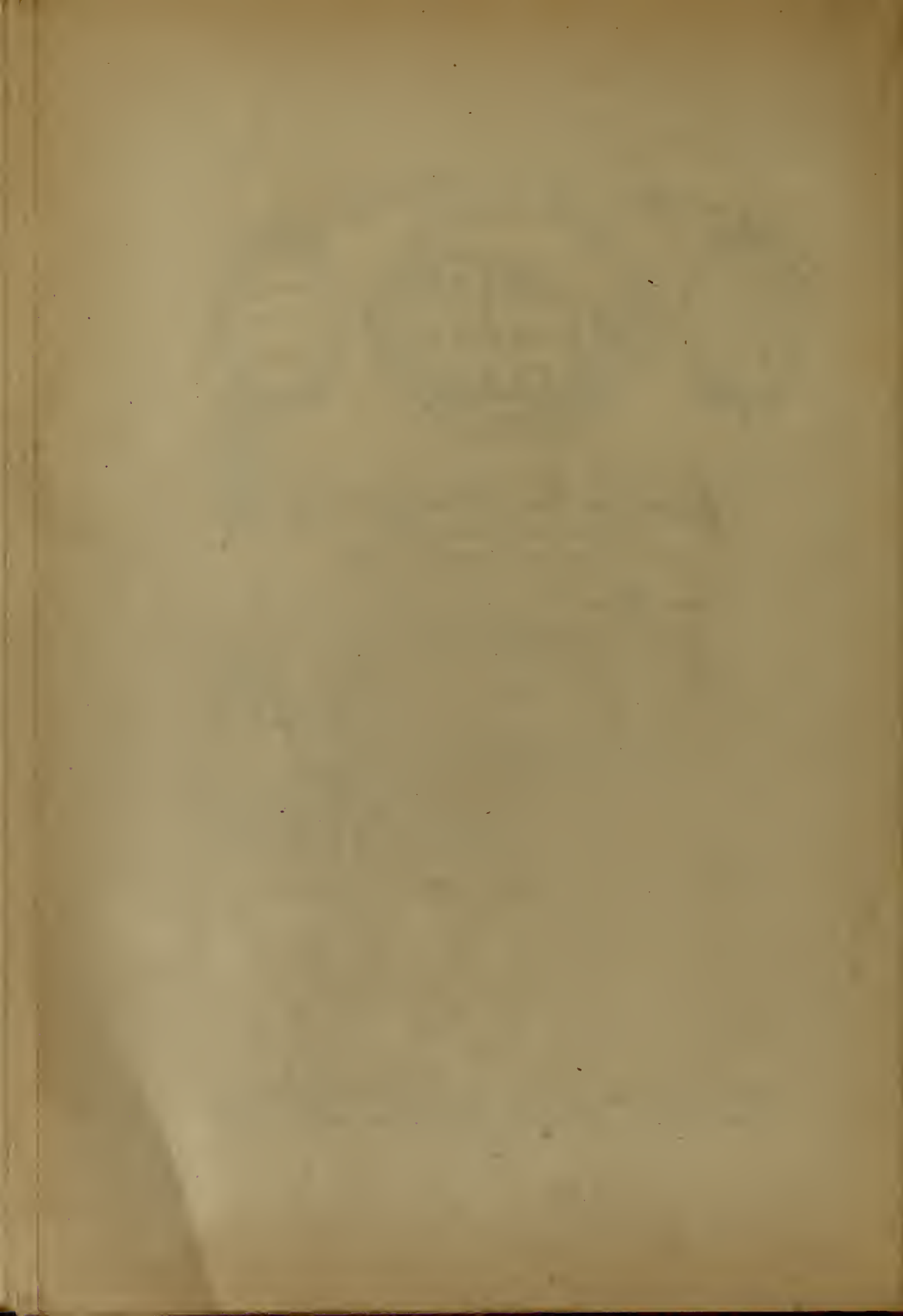
	Para a menina Narcisa, filha do finado		
	José Theodoro Damasceno		
4	covados de lustrim	1200	4$800
1½	varas de fita preta	1000	1$500
		Rs.	6$300

Recebi seis mil e trezentos reis.

Maranhão, 21 de setembro de 1871.

Delphim [illegible] Couto

Por Agostinho José Rodrigues Valle

Fac-simile de uma conta da firma Agostinho José Rodrigues Valle. No medalhão do centro vê-se o prédio onde fucionava o estabelecimento comercial, prédio êsse ainda hoje conservado com ligeiras modificações na fachada.

Afigura-se-nos ato de justiça consignar nestas páginas, cujo objetivo é comemorar o primeiro centenário da Comissão da Praça, os nomes daqueles comerciantes que passaram pelas suas diretorias, sacrificando em favor da coletividade horas preciosas de seu intenso labor. (*)

1.ª Diretoria — de 1854 a 1858

Presidente — João Gualberto da Costa
Secretário — Jorge Maria Lemos de Sá
Tesoureiro — Manuel Antônio dos Santos.

Vogais

José Antônio da Silva Guimarães
Manuel Gonçalves Ferreira Nina
Luís da Serra Pinto
Manuel Pereira Guimarães Caldas
Antônio Francisco de Azevedo
Joaquim Antônio da Silva Ferreira

2.ª Diretoria — 1859

Presidente — Manuel Gonçalves Ferreira Nina
Secretário — Joaquim Antônio da Silva Ferreira
Tesoureiro — Manuel Pereira Guimarães Caldas

Vogais

João José Fernandes Silva
Antônio Lopes Ferreira
Alix Fournier
Carlos Jefferies
Antônio da Cunha Sobrinho
Manuel Antônio dos Santos

3.ª Diretoria — 1860

Presidente — Manuel Pereira Guimarães Caldas
1.º Secretário — João José Fernandes Silva
2.º Secretário — Manuel Antônio dos Santos
Tesoureiro — Manuel Gonçalves Ferreira Nina

(*) — E' indispensável salientar aqui que os dados alusivos às diretorias da antiga Comissão da Praça, referidos neste capítulo, não expressam a exatidão desejada, de vez que o A., pesar dos esforços dispendidos, não pôde consultar, por inexistentes nos arquivos da hoje Associação Comercial, os diversos relatórios e livros de atas daquele primitivo órgão de classe.

Vogais

Joaquim Antônio da Silva Ferreira
Antônio Lopes Ferreira
Carlos Jefferies
Alix Fournier
Antônio da Cunha Sobrinho

4.ª Diretoria — 1861

Presidente — Luís da Serra Pinto
1.º Secretário — João José Fernandes Silva
2.º Secretário — José Joaquim Lopes da Silva
Tesoureiro — Joaquim Antônio da Silva Ferreira

Vogais

Joaquim José Alves Júnior
Antônio Joaquim de Lima
Benjamin Hockart
Manuel Pereira Guimarães Caldas
Manuel Antônio dos Santos

5.ª Diretoria — 1862

Presidente — Manuel Gonçalves Ferreira Nina
1.º — Secretário — Antônio Lopes Ferreira
2.º Secretário — Laurindo José Alves de Oliveira
Tesoureiro — João Ferreira Baltar

Vogais

Cândido César da Silva Rosa
José Antônio de Matos Freitas
Francisco Antônio de Lima
Manuel Antônio dos Santos
W. Grenger

6.ª Diretoria — 1863

Presidente — Luís da Serra Pinto
1.º Secretário — João José Fernandes Silva
2.º Secretário — João Rodrigues de Oliveira Santos
Tesoureiro — José Moreira da Silva

Vogais

Francisco Pereira da Silva Novais
Agostinho Coelho Fragoso

José Coelho de Miranda
José Manuel Barbosa
Benjamin Hocrat

7.ª Diretoria — 1864

Presidente — Luís da Serra Pinto
1.º Secretário — João José Fernandes Silva
2.º Secretário — Laurindo José Alves de Oliveira
Tesoureiro — Manuel Joaquim de Azevedo Magalhães

Vogais

Manuel Francisco Jorge
José Manuel Barbosa

8.ª Diretoria — 1865

Presidente — Walter Granger
1.º Secretário — Agostinho Coelho Fragoso
2.º Secretário — João R. de Oliveira Santos
Tesoureiro — Luís Autran

Vogais

Luís Serra Pinto
Pedro José dos Santos
Antônio Joaquim de Lima
José Antônio de Matos Freitas
Manuel Joaquim de Azevedo Magalhães

9.ª Diretoria — 1866

Presidente — Luís Serra Pinto
Vice-Presidente — Luís Autran
1.º Secretário — Laurindo José Alves de Oliveira
2.º Secretário — João Marques da Silva
Tesoureiro — José da Cunha Santos

Vogais

Joaquim Coelho Fragoso
José Coelho de Miranda
Augusto Cristiansen
João Rodrigues Saraiva

10.ª Diretoria — 1867

Presidente — Luís Serra Pinto
Vice-Presidente — Carlos Henrique da Rocha

1.º Secretário — Joaquim Antônio da Silva Ferreira
2.º Secretário — João Rodrigues Saraiva
Tesoureiro — Benjamin Hocart

Vogais

José Coelho de Miranda
José da Cunha Santos
Francisco Pereira da Silva Novais
Carlos Engelhard

Esta diretoria renunciou em maio, sendo eleita esta:

Presidente — Manuel Antônio dos Santos
Secretário — João José Fernandes Silva
Tesoureiro — Joaquim José Alves Júnior

Vogais

Guilherme Wilson
João Tavares da Silva
Agostinho Vale
Júlio Duchemin
Jacob Toucedo
Antônio Póvoas

11.ª Diretoria — 1868

Presidente — Manuel Antônio dos Santos
Vice-Presidente — Joaquim José Alves Júnior
1.º Secretário — Antônio Marques Póvoas
2.º Secretário — João Tavares da Silva
Tesoureiro — Jacob Toucedo

Vogais

João José Fernandes Silva
Guilherme B. Wilson
Agostinho José Rodrigues Vale
José Gonçalves Machado

12.ª Diretoria — 1869

Presidente — Cândido César da Silva Rosa
Vice-Presidente — Antônio Lopes Ferreira
1.º Secretário — Custódio Gonçalves Belchior
2.º Secretário — João Câncio Pereira Prazeres
Tesoureiro — Trajano Augusto Valente

Vogais

José Manuel Barbosa
José Antônio Moreira
Antônio Rodrigues Ferreira Nina
Guilherme B. Wilson

13.ª Diretoria — 1870

Presidente — José Manuel Vinhais
Vice-Presidente — Domingos T. Jorge de Carvalho
1.º Secretário — Inácio Nina e Silva
2.º Secretário — Roberto Antônio Moreira
Tesoureiro — Manuel da Silva Rodrigues

Vogais

Domingos Francisco Rios
Domingos Gonçalves Branco
Franklin Jânsen Serra Lima
Manuel Soares Teixeira

14.ª Diretoria — 1871

Presidente — José Manuel Vinhais
Vice-Presidente — Domingos T. Jorge de Carvalho
1.º Secretário — Inácio Nina e Silva
2.º Secretário — Roberto Antônio Moreira
Tesoureiro — Manuel da Silva Rodrigues

Vogais

Domingos Francisco Rios
Domingos Gonçalves Branco
Franklin Jânsen Serra Lima
Manuel Soares Teixeira

15.ª Diretoria — 1872

Presidente — Antônio José Vila Nova
Secretário — José Joaquim de Castro
Tesoureiro — Luís Ribeiro Leite

Vogais

Eduardo Augusto Plácido
Raimundo José Pereira de Castro
José Francisco de Brito Pereira Júnior
Antero José Machado

16.ª Diretoria — 1873

Presidente — José Manuel Vinhais
Secretário — A. A. da Silva Nunes
Tesoureiro — José Domingues Moreira

Vogais

Manuel Soares Teixeira
José Joaquim de Castro
Domingos Enes Pereira
Manuel Antônio de Pinho Júnior

17.ª Diretoria — 1874

Presidente — José Joaquim Pereira dos Santos
Secretário — José Pedro Ribeiro
Tesoureiro — Antônio Justino de Miranda

Vogais

Franklin Jânsen Serra Lima
Jerônimo José Tavares
Luís Manuel Fernandes
Domingos Teotônio Jorge de Carvalho

18.ª Diretoria — 1875

Todos reeleitos

19.ª Diretoria — 1876

Presidente — José Joaquim Lopes da Silva
Secretário — João Câncio Pereira Prazeres
Tesoureiro — Antônio Justino de Miranda

Vogais

Domingos Gonçalves Belchior
Henrique Airlie
Francisco de Paula Silva Pereira Júnior
Manuel Martins de Castro

20.ª Diretoria — 1877

Presidente — José Lopes da Silva
Vice-Presidente — Laurindo José Alves de Oliveira
1.º Secretário — José Antônio Asper do Rêgo
2.º Secretário — José Pedro Ribeiro
Tesoureiro — Francisco Guilhon de Oliveira

Vogais

José Moreira da Silva
João Marques da Silva

CAPÍTULO XXXIV

A Associação Comercial do Maranhão

NÃO nos conservou a crônica da cidade de São Luís o nome do assinante que teve a idéia de transformar a "Comissão da Praça" em "Associação Comercial do Maranhão".

Do que se tem certeza é que entre os assinantes o mais entusiasta pela idéia era José da Cunha Santos Júnior, môço educado na Inglaterra, e que a transformação foi recebida na praça com indiferentismo congelador.

Temístocles Aranha combateu essa indiferença por um assunto tão importante, em artigo publicado no "O País", de 20 de janeiro de 1878.

Nesse artigo dizia o notável jornalista:

"A criação da "Associação Comercial" nesta cidade sôbre ser de necessidade vital para as partes mais diretamente interessadas, é, além de tudo, um solene e eloqüente protesto contra o desprestígio em que tem caído a nossa classe.

"Por duas vêzes foram convidados os assinantes da "Casa da Praça" com o fim de se proceder a eleição da comissão que deve representá-la no ano vigente e quase que ninguém compareceu, pelo que o desânimo invadiu a atual comissão, do mesmo modo que a

negligência e o abandono adormeceram aquêles que deviam verificar tão útil quão proveitosa instituição.

"Pasmoso indiferentismo! Que indiferentismo censurável nota-se nesta terra para tudo quanto não diga respeito ao interêsse próprio e às misteriosas oblações à fascinadora deusa do egoismo!

"De novo faz-se nova convocação, e diz-nos um pressentimento que igual aos anteriores será o sucesso.

"Não há Província em que a classe comercial deixe de ter um representante constituído em corpo coletivo; só o Maranhão é que propositalmente quer se constituir exceção, e depois, quando formos acossados por potências superiores, quando ordens arbitrárias e vexatórias forem contra nós expedidas, ou teremos de emudecer porque fomos os próprios a nos amordaçar, ou, se pretendermos representar contra, não encontraremos quem interprete nossos sentimentos e advogue nossa causa.

"Pedimos, portanto, encarecidamente aos senhores assinantes da Casa da Praça, a todos os negociantes em geral, e lembramos aos lavradores que compartilham dos nossos interêsses, o obséquio de comparecer a essa reunião, donde qualquer proveito que resulte será por todos auferido."

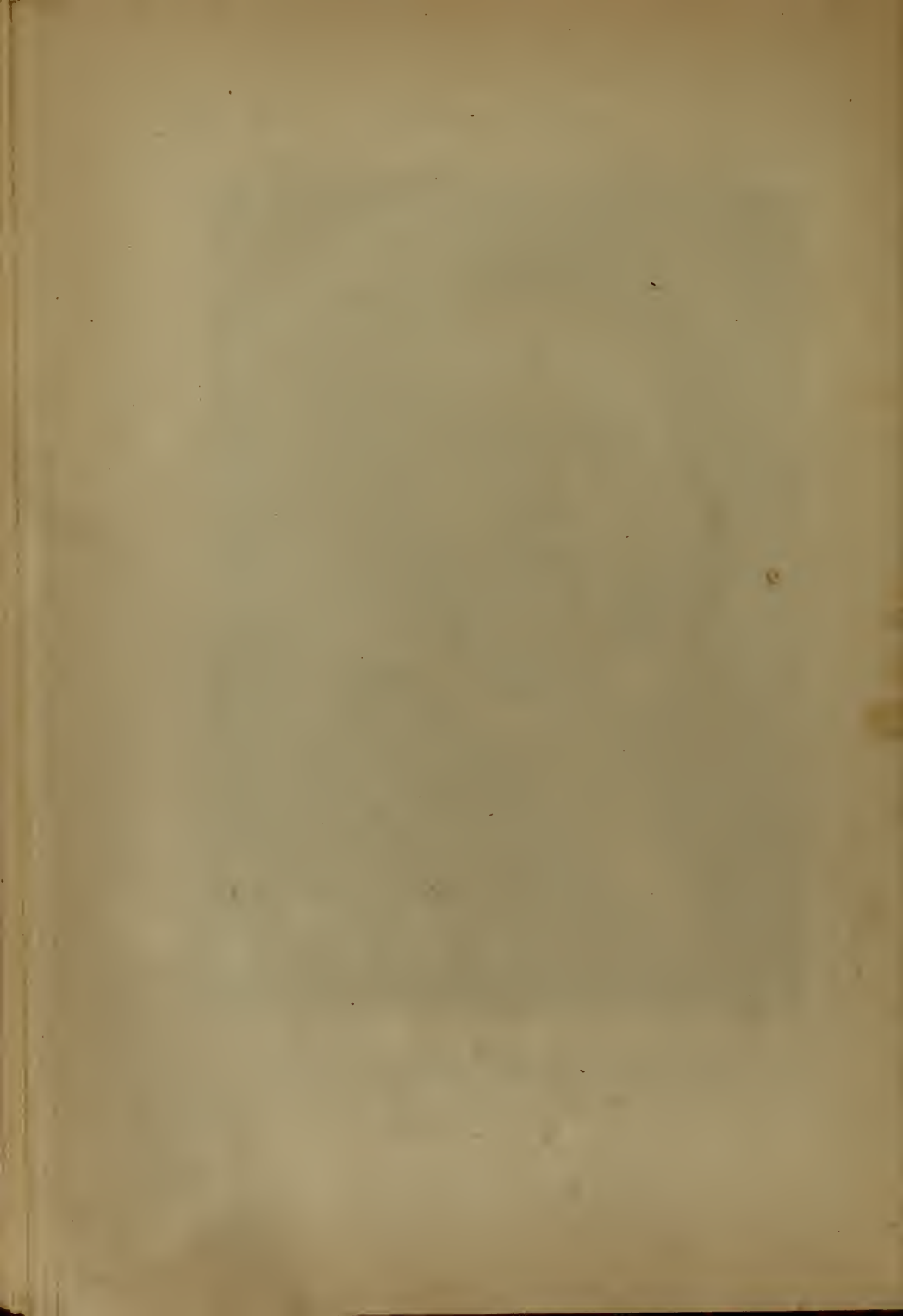
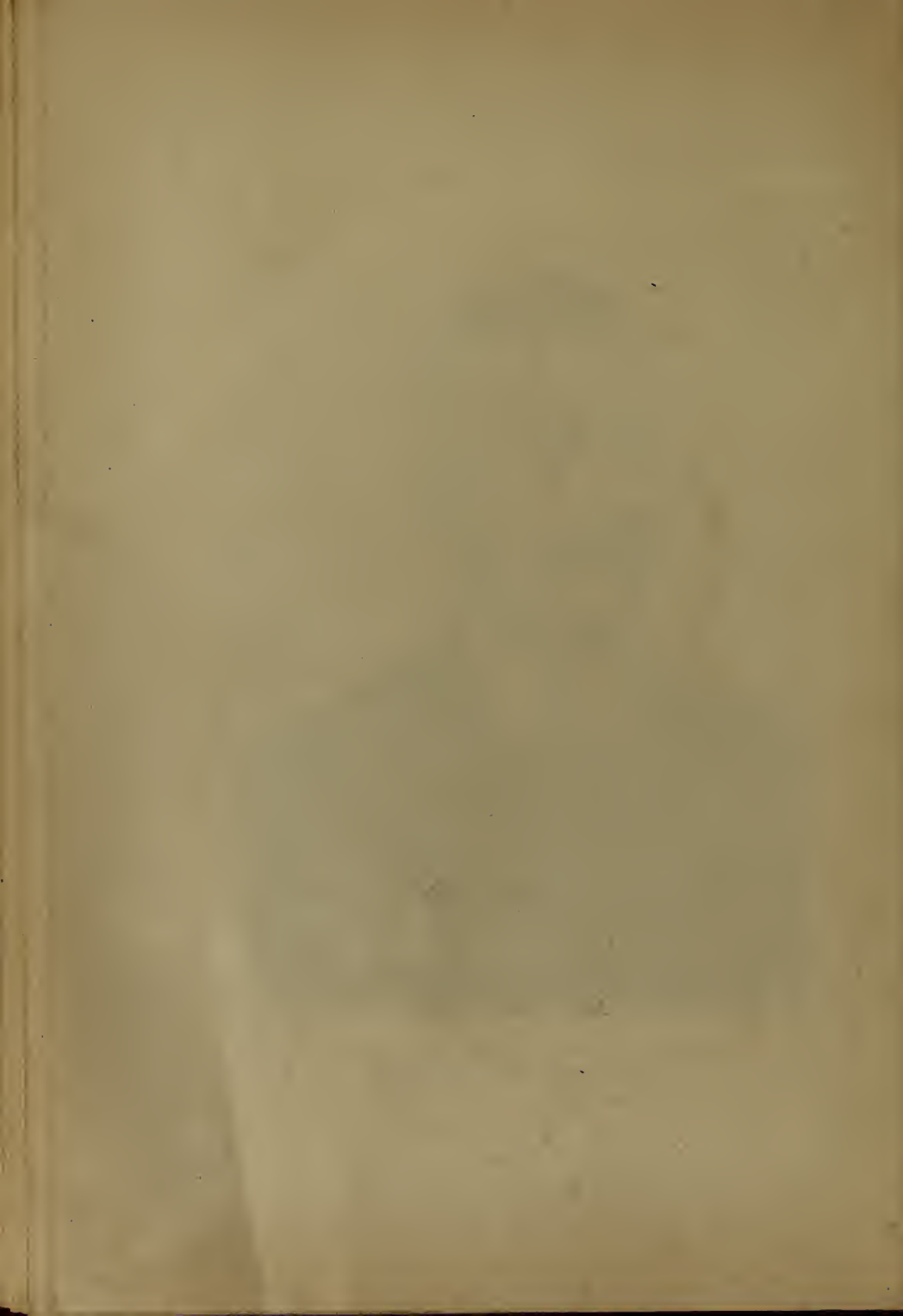
E ao sufrágio dos comerciantes apresentava Temístocles esta chapa:

José Moreira da Silva — Presidente
José Joaquim Pereira dos Santos — Vice-Presidente
Antônio Justino de Miranda — 1.º Secretário
Antônio Cardoso Pereira — 2.º Secretário
José Pedro Ribeiro
José da Cunha Santos Júnior
João Tavares da Silva
Joaquim Coelho Fragoso

Êste artigo de Temístocles surtiu o efeito desejado, e nem era de esperar outro resultado, pois a palavra do consagrado jornalista de há muito que vinha sendo ouvida com acatamento.

Os assinantes da "Casa da Praça" compareceram e a reunião realizou-se.

Prestadas as contas e aprovado o relatório referente ao ano anterior, Cunha Santos Júnior propôs a reforma radical da velha sociedade e a mudança do nome para "Associação Comercial do Maranhão".

JOSÉ DA CUNHA SANTOS JÚNIOR, sócio da primitiva firma CUNHA SANTOS & FILHO, atual CUNHA SANTOS & CIA., LTDA.

JOÃO ALVES DOS SANTOS, antigo comerciante de alta projeção na praça maranhense, português de nascimento.

Vinhais, Saraiva, Fragoso e Nina discutiram esta proposta, que, afinal, foi aprovada, designando-se, então, para a confecção dos estatutos, uma comissão composta de Cunha Santos Júnior, Joaquim Coelho Fragoso e Pereira dos Santos.

Em 31 de janeiro de 1878, a comissão publicava o projeto dos estatutos no diário "O País" e a 5 de fevereiro começou-se a discutí-los. Aprovados e submetidos à apreciação do advogado da "Casa da Praça", dr. Antônio de Almeida Oliveira, eram em 12 do mesmo mês de fevereiro entregues ao Presidente da Província. No dia 21, reuniram-se 26 assinantes em Assembléia Geral, sob a presidência de José Joaquim Lopes da Silva, aprovaram todos os atos da diretoria, relativos ao assunto, e procederam a eleição dos membros do novo corpo dirigente da sociedade, que ficou assim constituída:

Presidente — José Moreira de Sousa
Vice-Presidente — José Joaquim Pereira dos Santos
1.º Secretário — José Antônio Asper do Rêgo
2.º Secretário — José da Cunha Santos Júnior
Tesoureiro — Antônio Justino de Miranda

Vogais

João Tavares da Silva
Franklin Jânsen Serra Lima
Joaquim Coelho Fragoso
José Pedro Ribeiro

Conselho Fiscal

Laurindo Alves de Oliveira
José Manuel Vinhais
Bento José Esteves Dias

A 28 de fevereiro realizou-se a posse da nova diretoria.

Estava fundada a Associação Comercial do Maranhão e todos receberam-na com grandes simpatias e profundas esperanças.

"The Western Telegraph Company" convidou-a para inaugurar o cabo submarino, que se acabava de estender entre Belém e São Luís, e quatro jornais — "O País", "Diário do Maranhão", "Publicador Maranhense" e "Telégrafo" — ofereceram-lhe gratuitamente suas colunas.

Entretanto, ia o novo órgão representativo do comércio agir num ambiente sobremodo carregado de apreensões, profundamente sombrio.

Viam-no assim os homens de saber daqueles tempos, os quais divergiam apenas na determinação das causas.

Faziam três anos, que Gomes de Castro, em documento público, tinha escrito:

"Melhor do que eu, conhece V. Exc. o estado da lavoura da Província.

"Prêsa à rotina, desfalcada de braços, curvada ao pêso de um débito que de ano para ano cresce e a assoberba, se é triste o seu presente, mais triste e desanimador se lhe antolha o futuro.

"Tendo perdido a fé em seus próprios recursos, não luta por vencer as dificuldades que a embaraçam: suas únicas esperanças depositou-as no Govêrno, fiando ao tempo a solução dos graves problemas, que a interessam.

"Deu-nos a providência um solo feracíssimo, apropriado a todo gênero de cultura. Mas, a terra reserva os seus tesouros para quem a cultiva e só ao trabalho concede os frutos, que esconde à inércia.

"No seio da opulência ameaça-nos a miséria, e os dons da natureza, tão pródiga para conosco, continuam abandonados e perdidos.

"São em verdade grandes os embaraços resultantes da falta de capitais e braços; não são, porém, insuperáveis, nem, em meu humilde conceito, as causas únicas, nem as mais poderosas do atraso da lavoura. Com os braços e capitais que nos restam, poderia ser outra a produção, e mais próspero o estado de tão importante indústria. Ao menos é certo que muitos lavradores há que não devem, e ao contrário melhoram os seus estabelecimentos, dispõem de largo crédito e enriquecem."

Para Alexandre Teófilo de Carvalho Leal a causa da situação precária da lavoura maranhense "estava nas condições econômicas do país e não no lavrador". E afirmava: "a prosperidade da Província depende pura e exclusivamente da reforma radical dos processos seguidos até hoje, transformando a pequena cultura do braço do homem na grande cultura mecânica, e substituindo o sistema intensivo das culturas contínuas".

Não pensava Martinus Hoyer de maneira diferente no tocante à crise porque passava a lavoura maranhense na época em aprêço.

Dizia êle em artigo, citado pòr Sérgio Vieira, conceituado proprietário da fazenda "Santa Bárbara", sita na ilha de São Luís:

"Luta a lavoura da Província, há anos, com adversa fortuna. Seus produtos acham-se depreciados pela esmagadora concorrência de produtores mais adiantados e felizes, sôbre quem não pesa o iníquo anti-econômico impôsto de exportação, o qual nesta Província absorve atualmente nada menos que a quinta parte do líquido dos referidos produtos! Suas colheitas têm sido escassíssimas, devido às irregularidades das estações; e finalmente, de dia em dia, diminuem os braços que a custeam, e que, para liquidação de seu débito passivo, são em larga escala exportados para as prósperas Províncias do sul. Em tais circunstâncias não pode a lavoura encarar sem terror a época mais ou menos próxima, em que, extinto o elemento servil na Província, faltar-lhe-ão absolutamente os braços válidos, sem que ela tenha podido, por meio de uma inteligente aplicação de processos agrícolas adiantados, aumentar a produção e reconstruir o capital que hoje tem imobilizado em escravos.

"No entanto, o mau estado do nosso comércio procede principalmente de ter êle imobilizado na lavoura quase todo o seu capital e ainda o que pode dispor por meio do crédito, com grande prejuízo seu e da própria lavoura, à qual se vê forçada a impor ônus pesadíssimos, como juros de 11 e 13 % ao ano e amortizações de quatro em quatro meses, pois estas são também as condições a que por sua vez está sujeito nos bancos.

"E, ao passo que se mantêm tão exorbitantes taxas de juros, observa-se a anomalia de afluírem para os bancos a 7 % somas avultadas.

"Quando um país se acha em condições econômicas normais ou prósperas, a ruína de uma ou mais fortunas industriais pode não afetar a sociedade nos seus interêsses materiais. O capital social, conjunto dos haveres dos membros da mesma sociedade, sofrerá assim simples mutações parciais; haverá transferência de propriedade de indivíduo para indivíduo. Nas circunstâncias excepcionais, porém, da nossa lavoura, as liquidações forçadas de estabelecimentos agrícolas equivalem a verdadeiras destruições *no capital social, pois tais liquidações dão geralmente em resultado o abandono dos mesmos estabelecimentos e a completa cessação de sua exploração, porque os braços escravos que os custeiam, e que constitui a única parte dêles de valor prontamente realizável, lhes são retirados. Assim é que êsses centros de trabalho, se*

reduzem de um momento para outro a desertos, e vemos proprietários, ontem felizes e vivendo com suas famílias na abastança, entregues hoje à mais extrema penúria; há pouco, membros ativos e produtores da sociedade, agora, transformados em tristes parasitas!" (416)

No ano de 1877, êste aspecto geral agravou-se com a sêca que começou a assolar as Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e parte da do Piauí e escassas chuvas no Maranhão.

O retrospecto comercial de 1878, publicado no "O País", focaliza esta nova infelicidade. Resumamo-lo:

A situação calamitosa de Fortaleza, onde a varíola matava num trimestre para mais de vinte mil pessoas, fazia-nos perder um dos nossos melhores mercados. Se a colheita do algodão havia sido regular, pois esta planta não é sensível à falta de chuvas, em compensação a do açúcar não chegara à metade da de 1877, que aliás não fôra abundante. A produção do arroz e farinha fôra má, não chegando em alguns municípios para o consumo local. O câmbio para a Inglaterra baixara de 24 para 21 1/4, o que se explicava com a escassez de colheita numa grande parte do Império, a avultadas remessas de numerário, feitas pelo Govêrno, para pagamento de juros da dívida pública e a grande emissão de papel moeda. Continuava a grande exportação de escravos para o sul, o que era considerado um grande mal, porque o capital representado pelos escravos exportados não ficava na Província, era remetido para Portugal, onde a moeda não corria os riscos da desvalorização, provocada pelas oscilações do câmbio. No período de 1860 a 1875, o Maranhão exportou para o sul do país 5.357 escravos, os quais renderam de impostos cêrca de 47 contos de réis. Pelos cálculos que então se faziam, dêstes 5.300 braços, 2.650 produziam nas fazendas 600.000 arrobas de açúcar ou 400.000 de algodão. (417)

A situação, portanto, não podia ser mais desfavorável para o comércio da praça de São Luís, mas a Associação Comercial enfrentou-a com denodo e energia.

Vejamos as suas atividades, através dos relatórios das suas diretorias:

---

(416) — Jornal da Lavoura, n.º 17 pg. 140.

(417) — "O País, — 5-1-1879.
Jornal da Lavoura, n.º 3, pg. 30.

1878

É datado de 15 da janeiro. Trata-se dos seguintes assuntos: Representações — Efeitos da sêca — Socorros à pobreza — Telégrafo — Navegação fluvial — Bancos — Contas — Memorial — Sócios — Diretoria.

No capítulo representações, comunica haver reclamado junto aos poderes competentes contra o impôsto do tabaco, armazenagem do Tesouro Provincial e morosidade no serviço de despachos da Alfândega.

O seu corpo social compunha-se de 120 associados. A anuidade era de dez mil réis. A receita foi de 2:198$000 e a despesa de 1:752$000. Naquela incluía-se 40$000, proveniente de 251 ks. de gazetas vendidas a Alves Nogueira & Cia.

O espírito humanitário da Associação Comercial do Maranhão manifestou-se logo no seu primeiro ano de vida, organizando uma comissão composta de José da Cunha Santos Júnior, Manuel Silvestre da Silva Couto e João Rodrigues Saraiva, para importar farinha sêca do sul e vender pelo custo em São Luís, dada a carestia do gênero, devido à sêca do nordeste. Na transação perderam 2:740$000, mas o ato de benemerência ficou para dignificar aquêles que o praticaram.

Entre as medidas de organização interna dêste primeiro ano, está a nomeação de um guarda do prédio, o qual devia permanecer fardado, durante as horas de expediente. Chamava-se Licurgo Augusto Coelho. Era mulato e orgulhava-se do cargo. Por onde andava, anunciava-se: "Licurgo da Associação".

1879

Pelo relatório dêste ano vê-se ter a diretoria da Associação Comercial pedido ao Govêrno providências sôbre a suspensão do serviço de dragagem do pôrto, a ruína do edifício da Alfândega, limpeza dos rios e a necessidade de uma estrada de ferro de Caxias à Cajaseiras e outra de Barra do Corda ao Tocantins.

Num capítulo especial, congratula-se com o corpo comercial pela organização da emprêsa do "Engenho São Pedro", e noutro lamenta o falecimento do comerciante José da Cunha Santos Júnior, um dos seus mais dedicados diretores.

O número de sócios subiu a 124. O balanço acusa a receita de 1:888$000 e a despesa de 1:575$000.

1880

Não se conformando com o descaso do Govêrno, renova as reclamações anteriores, acrescentando-lhes mais a da melhoria do serviço de sinais da fortaleza da Ponta d'Areia.

O número de associados volta a 120. Receita — 1:600$000; despesa — 1:400$000.

1881

Renovam-se as reclamações: pôrto, estrada de ferro, prédio da Alfândega, armazéns do Tesouro, sinais. O quadro social passa a 116. A receita não vai além de 1:362$000. Restringe-se a despesa a 1:079$000.

1882

Reveste-se o relatório de 82 de uma nova forma. Não é mais o simples relato dos acontecimentos comerciais ocorridos no ano, como vinha sendo; passa a comentá-los e a criticá-los, denotando com isso a energia de quem o escreveu

Assim é que começa com esta apreciação acêrca dos nossos principais produtos de exportação e da política cambial da época.

"Os países com que entretemos mais extensas relações comerciais são a Inglaterra. Portugal, França e Alemanha, e depois dêstes os Estados Unidos da América.

"Recebemos dêsses países os produtos de sua indústria, e damos-lhe em troca os de nossa agricultura, figurando na primeira linha dêstes o açúcar e o algodão.

"Nesta permuta, embora não se incline a balança a nosso favor, está a praça do Maranhão sempre em cômoda posição diante de seus fornecedores da Europa; tal é o esfôrço que emprega para sustentar seu crédito.

"Cabe aqui uma observação.

"O algodão e o açúcar encontram nos mercados europeus formidáveis competidores, e, com pesar o dizemos, perdemos sempre quando entramos em confrontação. O próprio algodão, cuja qualidade talvez só encontre superior no célebre *sea island,* é em geral tão mal preparado que sua cotação fica a par, e não raro cede à de outros que lhe são inferiores quanto à natureza do produto.

"O açúcar é também tão mal fabricado que em geral fica abaixo das piores produções similares. Para melhorar êste estado, mil avisos têm sido feitos aos produtores, já citando-se-lhes juízos imparciais de pessoas autorizadas, já

o que dizem os correspondentes na Europa, os quais lamentam tão deplorável descuido.

"Tratando dêste ponto, ainda uma vez apelamos para os nossos lavradores, lembrando-lhes que na competência que têm de sustentar nos mercados para onde são remetidos seus produtos, mais lucrará aquêle que mais e melhor produzir.

"Isto, que aliás é intuitivo, hão êles cada dia mais sentir, quando fábricas mais aperfeiçoadas se forem montando, e, principalmente, a medida que a produção se for tornando mais cara pela escassez do braço escravo, que a natural evolução libertará um dia.

"Fôssem nossos produtos mais aperfeiçoados, e também regulassem as oscilações do câmbio por fatos explicáveis, que ainda mais próspero seria o comércio desta Província e mais folgadas suas relações com as praças européias.

"Não nos caíram inadvertidamente da pena as duas frases que acabamos de escrever — *próspera a Província — oscila o câmbio desordenadamente.*

"A prova da primeira asserção é fornecida por algarismos. Compulsem-se os valores da exportação e importação dos últimos anos, e ver-se-á que têm êles aumentado, não na progressão que se nota nas felizes Províncias do Pará e São Paulo, mas sempre em progressão crescente.

"É de pasmosa irregularidade a mudança do câmbio no país. Não há comerciante, por mais perspicaz que seja, não há economista, por mais versado nas leis que regem estas matérias, que possa prever o estado do câmbio em certa época, e não há ninguém que muitas vêzes não seja tomado de surpresa por uma alta ou baixa para a qual não encontra explicação natural.

"Por demais tem sido discutido êste assunto para aventurarmos proposições, que outros com dados irrecusáveis têm demonstrado."

Outro ponto interessante do relatório em aprêço é aquêle com que responde o inquérito formulado então pela Câmara dos Deputados sôbre os meios de dar maior desenvolvimento ao comércio e à indústria do país.

Dizia a diretoria da Associação Comercial, depois de confessar não poder de momento abordar todos os variados assuntos do questionário referido:

"Quais são preferíveis — os direitos específicos ou os direitos *ad valorem?*

"Inclinamo-nos por êste sistema, porque evitará as queixas a que dá lugar o outro, reduzirá o serviço, o que é

muito atendível, por economizar tempo e dinheiro ao Estado e ao comércio.

"Convém ou não manter a liberdade de cabotagem?

"É certo que a liberdade de cabotagem vai fazendo desaparecer a marinha mercante nacional, porque não pode esta entrar em concorrência com o estrangeiro, cujos elementos o colocam em posição de não admitir competência.

"O mal que disto resulta é palpável. Extinta a marinha mercante nacional, além de ficarmos em completa dependência da marinha estrangeira, no serviço de transportes nas costas do país, o que pode ser-nos até fatal, sofrerá a marinha de guerra, que daquela tira o melhor de seu pessoal.

"O resgate do papel moeda deverá ser lento e operado com os recursos do Tesouro, isto é, com saldos que venham representar os nossos orçamentos ou convirá fazê-lo por meio de operações de crédito que permitam a criação de um banco de circulação com caixas filiais nas Províncias e encarregado do referido resgate? Nesse caso, qual deve ser sua organização?

"Ainda mais importante do que a do elemento servil é para o país a questão do seu meio circulante.

"Qual é o nosso dinheiro?

"O papel fiduciário inconversível; um papel que nada representa, porque quando o portador o leva ao Tesouro para *ser pago,* dá-se-lhe em pagamento *outro papel* igual, ou só diferindo na estampa, na série ou nos valores das notas.

"Dar estabilidade ao meio circulante, dizia o Visconde de Albuquerque, é objeto digno da maior atenção; todos os esforços se devem fazer para conseguí-lo; a sua realização é um grande golpe na imoralidade que grassa no país. É sôbre a flutuação da moeda que se fazem muitas especulações imorais.

"Esta verdade está gravada no espírito de todos que estudam os nossos negócios.

"É incalculável a soma que perde o país por sua circulação inconversível.

"Mas tal circulação não significa tão sòmente perda, é uma vergonha para o país que a sustenta, como dizia Sherman, o grande Ministro que salvou a fazenda dos Estados Unidos.

"Reconhecida a existência dêsse cancro que corrói as fôrças vitais da nação, como extirpá-lo?

"Pergunta a comissão de inquérito se não será conveniente aplicar as sobras da receita a tal operação.

"Mas recorde-se a comissão que nos orçamentos sobras não há; lembre-se que o *déficit* é permanente, é verba obrigada como as das despesas ordinárias.

"O outro alvitre — o da criação de um banco especial para êsse fim, afigura-se-nos uma criação de luxo. Porque o Banco do Brasil, verdadeiro banco do Estado, não será incumbido dessa missão, se de um banco há necessidade?

"Lembram outros que talvez fôsse possível obter a retirada gradual do papel-moeda, consignando-se para êsse fim a verba de dez mil contos em cada orçamento.

"Mas esta disposição dependeria de outra que não vemos como realizar-se, porque infelizmente o mal está no sangue e não há depurativos que o debele.

"Esta disposição preliminar seria dar grandes golpes no orçamento da despesa, e poupar um quarto das rendas do Estado.

"Entendemos que esta grande operação de que depende a salvação do Brasil só pode ser realizada por um grande empréstimo no exterior, sendo restringida o mais possível a despesa, para dar ensanchas ao orçamento a fim de ser dêle abandada uma parte da receita para o pagamento do juro e amortização dêsse débito, que tomaria um caráter especial."

Noutro trecho do relatório de 82, a diretoria vangloria-se com a escala no pôrto de São Luís dos paquetes americanos.

Fôra conquista que obtivera após repetidos esforços.

Termina o bem elaborado trabalho, lamentando ter o número de sócios baixado para 105 e chamando a atenção da classe para o provérbio de que *a união faz a fôrça.*

1883

A parte mais importante do relatório da Associação Comercial, referente ao ano de 1883, é a que trata da exposição do açúcar e do algodão, a qual ela promoveu por iniciativa do seu presidente, então, Temístocles Aranha.

Foi uma magnífica festa do trabalho maranhense essa que se realizou em dezembro de 83. A sua abertura foi feita pelo presidente da Província, Ovídio João Paulo de Andrade, em sessão solene da Associação, às 12 horas do dia 23. Lavrou o auto da instalação o negociante Manuel José Francisco Jorge. Discursaram Ovídio Andrade e Temístocles Aranha. Em sala bem ornamentada do edifício da Associação Comercial enfileiravam-se os produtos de cêrca de 300 expositores, divididos em duas seções: algodão em 24 prateleiras e açúcar em 15, ostentando-se na primeira três escudos

com os dizeres — Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão Pará — 1755, Introdução do engenho de serra — 1830-1835, Associação Comercial do Maranhão — 1883, e na segunda também três escudos com os dísticos — Antônio Muniz Barreiros — 1622, Joaquim Franco de Sá — 1846, Associação Comercial do Maranhão — 1883.

Nesta mesma sessão, inaugurou-se o retrato do inesquecível comerciante Martinus Hoyer, majestosa tela do pintor maranhense Francisco Franco de Sá, residente em Paris.

Dias depois, encerrou-se a exposição, com a leitura do laudo de classificação dos produtos, feito pelas comissões do júri, o qual constatou êste resultado:

Açúcar purgado

1.º prêmio — Luís Guterres — engenho "Itabira" — Pericuman — 97,6.

2.º prêmio — Herdeiros de Pedro Jânsen Costa engenho "Prado" — Cururupu — 92.

3.º prêmio — José Vitor Coutinho Monteiro de Sá — engenho "Vale quem tem" — Rosário — 95,6.

Menções honrosas:

Dr. Carlos Fernando Ribeiro — engenho "Girijó" — Alcântara — 99.

Sérgio Antônio Vieira — engenho "Santa Bárbara" — Ilha de São Luís — 97,3.

Açúcar bruto

1.º prêmio — Raimundo Caldas de Oliveira — engenho "Prado" — Cururupu — 92.

2.º prêmio — José Cândido Martins — engenho "Aracanga" — 91.

3.º prêmio — Teresa Morais Borges — engenho "Santo Inácio" — Viana — 90.

Menções honrosas

Os proprietários dos engenhos "Raposo", "Benfica", "Belém", "São João da Cruz", "Santa Rosa", "Ipiranga",

"Frechal", "Monte Cáseros", "Paraíso", "Santo Antônio", "Bombaim", "Prado", "Castelo", "Monte Carmo", "Retiro Santana" e "Betina".

Assinavam a classificação dos açúcares João Antônio Coqueiro, José da Silva Santos, Raimundo Coqueiro, Henry Airlie e Manuel Martins de Castro.

Algodão

1.º prêmio — Francisco de Assis Colares Moreira — Codó.

2.º prêmio — Alexandre Colares Moreira Júnior — Codó.

3.º prêmio — Herdeiros de Domingos Gonçalves Lima — Codó.

Menções honrosas

Francisco Emílio Viana, Barão de Santa Rosa, Luís Vieira da Silva, José de Sousa e Silva, Raimundo César Brandão, Manuel da Silva Sardinha, Alfredo de Melo Alvim, Antônio Alexandre Baima, Vitorina Godinho, João Baima, Cláudio Cantanhede, Pedro Lamagner Viana, Antônio de Assis, Fábio Palhano, Manuel Carlos Godinho, Caetano Brandão de Sousa, Francisco Marques Rodrigues, Francisco da Costa Rodrigues, Leonília Muniz, Pedro Baima, Luís Salazar, Frederico Guilhon e Ricardo Salazar.

Depois da exposição, o acontecimento mais importante do ano que apreciamos foi o ofício dirigido à Assembléia Legislativa Provincial pela Associação Comercial em resposta ao que lhe enviou inquerindo das necessidades das classes conservadoras maranhenses.

Neste ofício, notável pela franqueza, dizia a Associação Comercial:

"Ao Corpo Legislativo da Província pouco pode pedir o comércio, porque, conhecendo os recursos do Tesouro Provincial, sabe que não está êle habilitado para realizar todos os melhoramentos que são precisos a bem da lavoura, que é a única fonte de produção e riqueza que temos."

E perguntava:

"Pode a Província melhorar o estado dos rios suscetíveis de navegação? Não.

"Pode abrir estradas de rodagem, garantir juros a caminhos de ferro, estender fios telegráficos? Não.

"Pode, sequer, dispensar os impostos de exportação que pesam sôbre o açúcar e algodão e outros gêneros de produção da Província? Infelizmente nem isso pode suportar o Tesouro, porque, se tal supressão se desse, não poderiam ser mantidos os encargos indispensáveis para a regular marcha dos negócios públicos,"

Conta-nos ainda o citado relatório, haver neste ano a Associação tentado levantar a estatística da Província, mas que disso desistira, porque apenas seis municípios lhe responderam os questionários.

Relatório de 1884 a 1886

Os acontecimentos ocorridos nos anos de 84, 85 e 86 foram enfeixados num único relatório, publicado no "Diário do Maranhão".

Nas entrelinhas de um dos seus capítulos — Considerações Gerais — vem a explicação do fato, que, em verdade, infringia um dos estatutos da Associação.

É que o desânimo havia avassalado o próprio órgão diretor do corpo comercial do Maranhão. Esgotara êle tôdas as suas energias em tentativas vãs para arrancar a classe do indiferentismo que lhe votava. Vale transcrever o citado capítulo, mesmo porque prova a inércia de uma época, em flagrante contraste com a energia heróica da que lhe sucedeu.

"Conforme vos dissemos em princípio, a contragôsto nosso, prolongou-se, por mais tempo que o devido, o nosso mandato de diretores. Para isso concorreram várias causas, sendo porém a principal a mesma com que ainda agora estamos a lutar — *achar quem nos queira substituir.*

"Mas se até aqui temos tido a condescendência de nos ir deixando ficar, sem atender ao disposto nos nossos estatutos, e ùnicamente pelo desejo de não ver desaparecer uma instituição que julgamos útil, e que inegàvelmente há prestado ao comércio de nossa praça valiosos serviços, tal condescendência não pode, todavia, tornar-se permanente, não só porque nos repugna estar a exercer cargos, embora não remunerados, sem ser com tôda a legalidade, como porque é que outros de nossos consócios façam também alguma coisa em prol da nossa Associação, não lhe regateando serviços.

"Nestas condições, estamos pois resolvidos a abandonar o nosso pôsto, se por ventura não aparecer quem nos queira suceder."

Além dêste capítulo, que é o último, contém o citado relatório os seguintes:

Exposições — Fábrica de fiação e tecidos em Caxias — Paquetes brasileiros — Centralização — Meio circulante — Balanço social — Armazém de couros — Pesadas de algodão.

De todos o mais digno de nota é o que reclama contra o poder centralizador do Govêrno, porque lhe focalizando a desídia é *mutatis mutandis* o mesmo que se verifica nos dias presentes. Vejamo-lo:

"Debalde temos clamado contra o ferrenho jugo centralizador que nos oprime.

"O Govêrno Geral tem-se mostrado indiferente aos nossos justos reclamos, por isso mesmo que todos os dias estamos a presenciar as mais estranhas anomalias no sistema econômico adotado no país.

"Dispondo esta Província de excelente azeite de côco para iluminação de faróis, podendo por isso desenvolver esta indústria em larga escala, não lhe é permitido fazer uso dêle: o Govêrno Geral, para o dito fim, encarrega-se de nos mandar para cá, *óleo de colza, francês,* que, além de mais caro, não produz tão boa luz.

"Os nossos fortes não possuem, presentemente, um quilo de pólvora, apesar de seus comandantes estarem a reclamar constantemente; é preciso, para que ela cá chegue, seguir os trâmites legais e êstes só se conseguem vencer no fim de seis ou oito meses, quando se anda depressa.

"E podendo dita pólvora ser aqui comprada com facilidade e em boas condições, espera-se que ela venha da Côrte tarde e às más horas, e quase sempre pelo dôbro do preço, e até mais, como já tem acontecido.

"Ainda há pouco lemos num jornal do sul ser necessária uma chave para a porta de uma secretária; não havendo verba foi preciso reclamá-la do Govêrno Geral, e naturalmente porque ela se elevasse à importante soma de *mil e tantos réis*, só depois de quatro meses e tantos dias foi que pôde ser decretada! Mas não precisamos sair do Maranhão para assinalar fatos semelhantes: temos a célebre história do burro do Baluarte, que deu que fazer a mais de um Ministro e basta recordar o bote do forte de Santo Antônio da Barra, que, tendo-lhe rasgado a vela andou aqui uma porção de tempo com uma feita de esteiras de pindoba, vulgo meassaba, à espera que chegasse do Rio a suspirada verba e a ordem para lhe ser feita outra de lona."

Mas o grande acontecimento do triênio 84-86 foi a segunda exposição do algodão e do açúcar, realizada em 85, e que se revestiu de mais imponência que a primeira.

Cometeu o comércio o trabalho de organizá-la a uma comissão, composta de Temístocles Aranha, Trajano Valente, Rebelo de Lima, dr. Manuel Sardinha e Ladislau Aranha. Visitaram-na 4.012 pessoas.

Relatório de 1887

A diretoria começa por comunicar ao comércio a sua resolução, diante dos apelos recebidos, de continuar a exercer o mandato e que se havia conseguido, graças aos esforços do sócio Manuel José Maia, a volta ao seu grêmio de avultado número de associados, os quais pagaram de cotas atrasadas 1:790$000, importância empregada nos reparos de suas salas, que assim puderam ser reabertas em 24 de novembro.

Trata depois o relatório a que nos reportamos dos seguintes assuntos: Os embaraços da Associação, comércio e lavoura, impostos, indústrias da Província, engenho São Pedro, emprêsas novas, alfândega, meio circulante, incidente Moreira & Saraiva e o escrivão do comércio, paquetes.

Dêstes assuntos o mais interessante é o referente ao comércio e à lavoura. Nele vem êste tópico:

> *"Em vista da crise que, como nuvem carregada, está suspensa perante nossos olhos, devido à próxima extinção da escravidão, achamos conveniente convidar para uma conferência aos lavradores que se achavam na cidade. Esta conferência teve lugar em 9 de agôsto, achando-se presentes os diretores desta Associação e do sr. dr. Cipriano Veloso Viana, dr. Fábio Leal, coronel Francisco Joaquim de Sousa, comendador Cândido César da Silva Rosa, Custódio Belchior e José Joaquim Lopes da Silva. Depois de uma interessante troca de idéias e discussão a respeito da probabilidade dos escravos continuarem a trabalhar, depois de declarados livres, a maioria foi de opinião que muitos dêles, após um intervalo, mais ou menos longo, entrarão nos trabalhos, ainda que não no serviço dos seus antigos senhores; que o trabalho agrícola havia de ter deslocação, mas não abandono.*
>
> *"Em resumo, ficou finalmente deliberado dirigir uma representação ao Govêrno Geral, pedindo os favores da lei para a introdução de imigrantes nesta Província e abolição dos direitos de exportação sôbre o algodão e açúcar."*

Conclui-se do tópico acima, que a Associação Comercial em 1887 contava como certa a liberdade dos escravos, e

que, embora desanimada com a sua desorganização, procurava com calma uma solução para o trabalho agrícola do Maranhão.

Relatório de 1888

É o mais importante dos relatórios do órgão diretor do corpo comercial do Maranhão, pois quase todo êle toma como tema as providências que o comércio e a lavoura vinham pondo em prática na solução do grave problema, que era substituir o braço escravo pelo livre.

Os títulos dos seus capítulos atestam a afirmativa: Transformação do trabalho — Extinção da escravidão — Indenização — Lavoura — Câmbio — Comércio — Imigração e colonização — Estrada de ferro — Melhoramentos dos rios — Companhia Exploradora — Companhia Progresso Agrícola — Fábrica de papel São Luís — Companhia Industrial Caxiense — Usina Agrícola Caxiense — Companhia Caxiense de Lavoura Limitada — Companhia Aliança Agrícola Caxiense — Fábrica de fiação e tecidos — O pôrto.

Mas vejamos alguns dêles:

Lavoura — "Ao contrário do que era de esperar em vista da lição dos economistas quanto ao resultado do trabalho livre comparado com o do escravo, depois da lei de 13 de maio, está quase aniquilada a lavoura da Província: Perdeu-se mais da metade da colheita de cereais, de algodão e de cana, principalmente porque a maioria dos libertos abandonou o serviço, e fazendo pernicioso uso da liberdade, entrega-se a inação, e alguns dêsses libertos em diversos lugares têm perturbado a ordem social, ameaçando a segurança individual, o que já obrigou esta Associação, para garantia de diversos lavradores, pedir providências ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Presidente da Província, que as deu prontamente, como o caso exigia, tornando-se assim por mais um título digno do reconhecimento desta Associação.

"A falta de leis opressoras da ociosidade e fomentadoras do trabalho e de medidas que deveriam ter precedido ou acompanhado a publicação da lei de 13 de maio é sem dúvida a causa da desorganização do trabalho agrícola e de outros males, para debelar os quais conjuramos os poderes constituídos, a quem cumpre velar pelo bem público, e invocamos o auxílio da Divina Providência.

"A confirmação da triste verdade que acabamos de referir quanto ao estado precário da lavoura encontrareis consultando os anexos números 2 e 3, onde da comparação de produtos de 1887 com os de 1888 se vê a diminuição havida, tornando-se sensível a do açúcar que produziu menos 76.488 sacas.

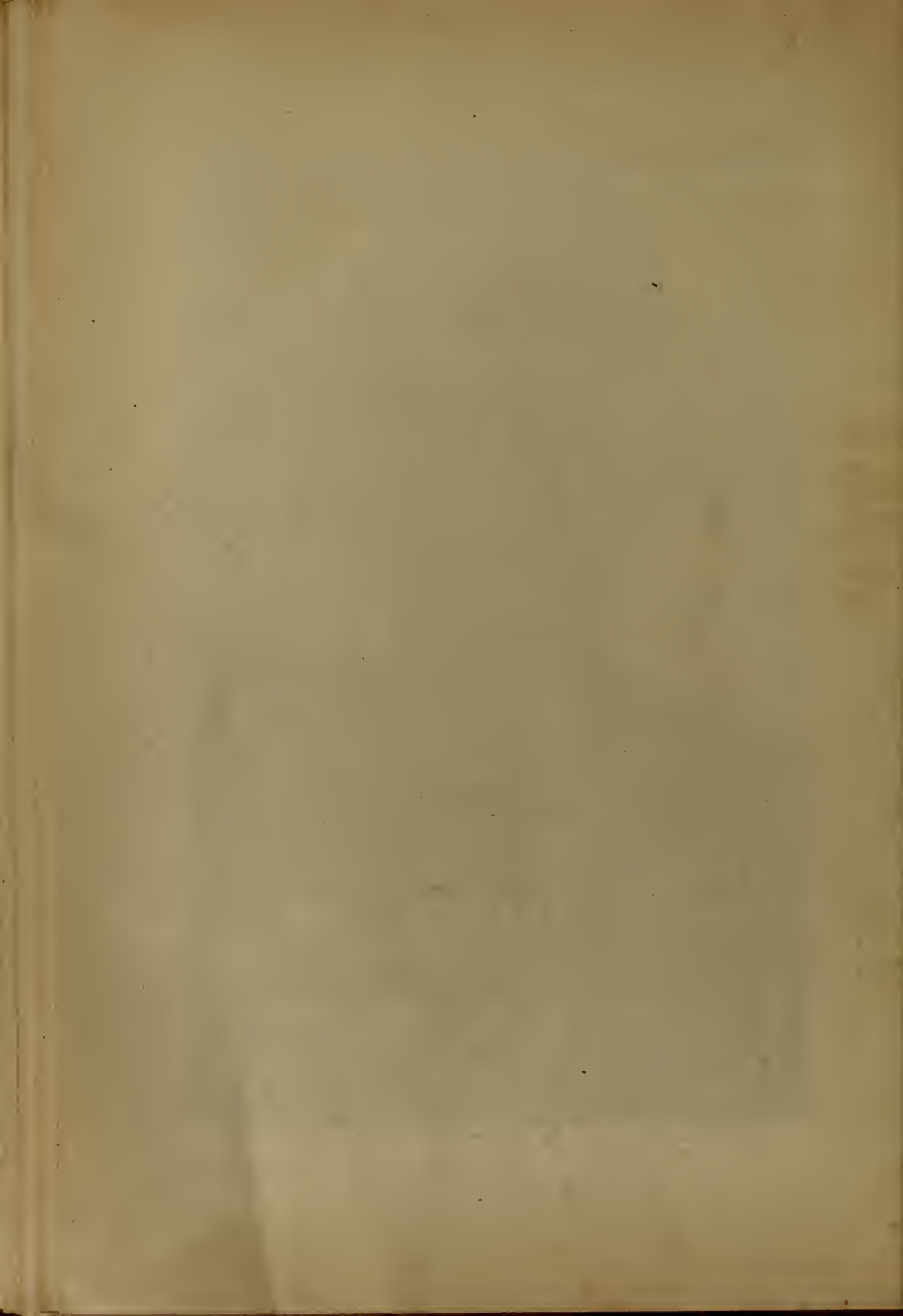
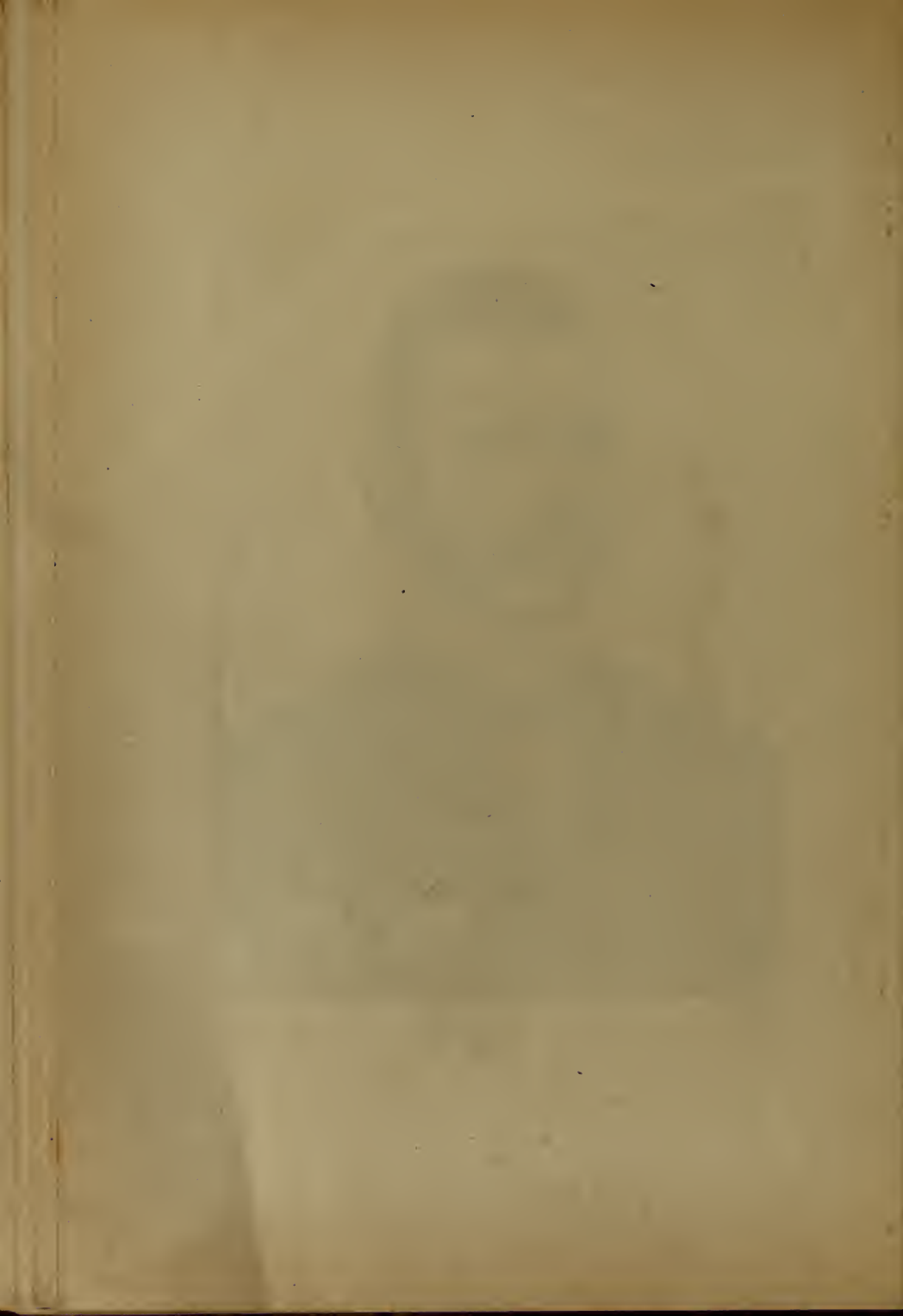
Câmbio — "Como se não bastassem os males que oprimem a lavoura, a conservação da alta do câmbio, que tem regulado de 26 a 27 durante a safra, tem concorrido para que os produtos exportados tenham sido vendidos por preços diminutos."

Comércio — "O que vos acabamos dè dizer com relação à lavoura e ao câmbio já vos demonstra o estado do comércio, vítima de grandes prejuízos, não sendo dado infelizmente esperar melhores condições em próximo futuro. Como sabeis, a maioria dos lavradores da Província está onerada com grandes débitos; êsses débitos eram paulatinamente amortizados com as colheitas e estavam garantidos com as propriedades agrícolas, das quais faziam parte os escravos; decretada porém a emancipação dêstes, essa garantia quase que desapareceu, visto que entre nós a propriedade territorial e dos estabelecimentos agrícolas em si pouco valem pela falta de braços hábeis e de capital para dêste tirar-se proveito.

"Para assinalar a crise que atravessamos aí estão as condições da lavoura, a falta de meio circulante, a elevação da taxa de juros nos bancos, a restrição do crédito, a falta de recebimentos, os receios do futuro, o grande depreciamento dos títulos, e o estado das finanças da Província, atestado pelo fato de não se poder pagar com os rendimentos ordinários os compromissos, o que obrigou a emissão de apólices de valor nominal de 200$000, as quais logo foram cotada na praça por 120$000."

Para a Associação Comercial a salvação da economia maranhense estava na imigração e colonização estrangeira, e por isso, no seu citado relatório, logo depois do negro quadro, esboçado acima, transmite aos seus conterrâneos a notícia de pretender o Govêrno Imperial introduzir no Maranhão cêrca de 6.000 colonos e que estava o deputado dr. João Henrique Vieira da Silva interessando as classes conservadoras neste assunto.

Termina a Associação Comercial o seu relato, expondo o que a Província já vinha fazendo no sentido de resolver o seu problema econômico. E enfileira: usina agrícola em Caxias, com o capital de 40 contos de réis, para montagem de uma fábrica de manipulação de farinha; Companhia aliança agrícola, capital 5 contos, destinada ao plantio da mandioca; Companhia de lavoura limitada, capital 3 contos, destinada a fornecer mandioca à usina mencionada; fábrica de papel em São Luís, etc.

ALFREDO JOSÉ TAVARES, sócio benemérito da Associação Comercial, falecido no Rio.

José Francisco Jorge, comerciante português de largo conceito. Era sócio da firma JORGE & SANTOS.

Relatório de 1889

Foi publicado na "Pacotilha" de 11-2-90 e teve como parte mais importante o capítulo Lavoura, no qual dizia em relação ao açúcar e ao trabalho agrícola:

"A safra do açúcar foi muito diminuta devido ao abandono da maior parte dos engenhos, não só por falta de braços, como também por não disporem os seus possuidores de meios necessários para o devido custeio.

"Outro assunto digno de sérias ponderações se nos depara ao encararmos a desorganização sofrida pela lavoura com a extintção do elemento servil. Os libertos, apenas decretada a patriótica lei de 13 de maio, tornaram-se rebeldes a todo e qualquer ramo de lavoura, abandonando-se à inteira ociosidade. Quase todos os sistemas, que então apareciam, de contrato para regular o trabalho da lavoura, foram sem proveito aplicados pelos fazendeiros."

Relatório de 1890

Vem publicado no "Diário do Maranhão", de 3 de fevereiro de 1891, constando dos seguintes capítulos: Reclamações — Comércio — Pagamento em ouro — Lavoura — Estradas de ferro — Bancos de emissão.

No capítulo comércio, dizia a diretoria da Associação Comercial do ano em aprêço:

"No ano findo, o movimento não foi inferior ao de 1889, porém o comércio, não encontrando base sólida na lavoura, cujo estado lamentável adiante demonstraremos, não pôde ter o desenvolvimento desejado, pois, além do desânimo, há a retração natural pelo receio dos grandes prejuízos que são inevitáveis.

"A falta de numerário em nossa praça torna-se cada vez mais sensível, e por motivo tão poderoso tem o comércio restringido suas especulações e lutado com grandes dificuldades, que subirão de ponto no futuro, pois que um dos motivos que mais tem concorrido para esta falta é a retirada de capitais para a criação de fábricas industriais que, conquanto prometam interêsses a seus acionistas e ao bem geral, trazem todavia, perturbações no comércio pela imobilização dos capitais.

"Reconhecemos as vantagens resultantes do desenvolvimento da indústria, mas receiamos que sendo êsse desenvolvimento superior à fôrça monetária dêste Estado, o resultado não seja igual ao que se poderia obter, se fôsse realizado na proporção dos recursos existentes."

Vê-se bem dêste tópico não aprovar a Associação Comercial a política econômica que os maranhenses adotavam na solução do seu grande problema. Êste assunto será objeto de um capítulo dêste livro, no qual havemos de expô-lo de maneira mais ampla.

No tocante à lavoura, dava o relatório que estudamos esta triste informação:

"A grande lavoura desapareceu e poucos dos antigos possuidores de estabelecimentos agrícolas tentam a luta para conservá-los em atividade.

"Os demais, ou por falta de recursos, ou por outros motivos, abandonaram os seus estabelecimentos com todos os melhoramentos, alguns com comodidades, situados em terras férteis e que, quando cultivadas, davam grandes resultados."

Da exposição que acabamos de fazer ressalta não terem sido inferiores aos da Comissão da Praça os serviços prestados pela Associação Comercial em favor do progresso da terra maranhense, apesar de haver-lhe reservado o destino o período mais grave da vida econômica do Maranhão — a organização do trabalho livre. De um modo geral, tôdas as diretorias cumpriram suas missões; se não resolveram os problemas econômicos do momento foi porque lhes faltou a colaboração do Govêrno ou da sociedade. Não há negar que souberam vê-los e procuraram por todos os meios solucioná-los. Do caminho errado que tomamos não lhes cabe a culpa, que elas não se forraram ao desprazer de apontar os seus precipícios.

E porque lhes não desmereceram em valor as que lhes seguiram, mencionaremos os nomes de todos os seus membros no capítulo seguinte dêste livro comemorativo da sua primeira centúria.

Em 75 anos de vida, de 1878 a 1954, a Associação Comercial foi dirigida por 77 diretorias, visto como a de 1939 renunciou o mandato, sendo eleita uma segunda. O órgão diretor do comércio teve, pois, 77 presidentes, dos quais 11 foram reeleitos, vindo assim a exercer o mandato por vários anos, nesta ordem: José Moreira da Silva 2; Henry Airlie 3; Trajano Augusto Valente 2; Hermenegildo Jânsen Ferreira 3; Manuel José Francisco Jorge 5; Manuel Inácio Dias Vieira 5; João Alves dos Santos 10; Emílio José Lisboa 4; José João de Sousa 19; doutor João Sales de Oliveira Itapary 7 e Arnaldo de Jesus Ferreira 9.

CAPÍTULO XXXV

Diretorias da Associação Comercial do Maranhão, de 1878 a 1953 (*)

1878

Presidente — José Moreira da Silva
Vice-Presidente — José Joaquim Pereira dos Santos
1.º Secretário — José Antônio Asper do Rêgo
2.º Secretário — José da Cunha Santos Júnior
Tesoureiro — Antônio Justino de Miranda

Vogais

Franklin Jânsen Serra Lima
João Tavares da Silva
Joaquim Coelho Fragoso
José Pedro Ribeiro

1879

Reeleita a do ano anterior

(*) — Cumpre ao A. esclarecer que os dados concernentes às diretorias da Associação Comercial até 1889 apresentam também inexatidões, impossíveis de serem sanadas porque nos arquivos da Associação não existem elementos concretos a êsse respeito.

1880

Presidente — Visconde do Itaqui
Vice-Presidente — Franklin Jânsen Serra Lima
1.º Secretário — Antônio José Correia Marques
2.º Secretário — Carlos Ferreira Coelho
Tesoureiro — Henrique Manuel Viana

Vogais

Agostinho Coelho Fragoso
Caetano Brandão de Sousa
Jerônimo José Tavares Sobrinho
José Custódio da Silva Guimarães

1881

Presidente — José Pedro Ribeiro
Vice-Presidente — Hermenegildo Jânsen Ferreira
1.º Secretário — José Alves de Oliveira Neves
2.º Secretário — Francisco Xavier de Carvalho
Tesoureiro — Antônio José Pereira da Silva

Vogais

José Moreira de Sousa
Henry Airlie
Feliciano Moreira de Sousa
Adriano Brito Pereira

1882

Presidente — José Manuel Vinhais
Vice-Presidente — Trajano Augusto Valente
1.º Secretário — Henrique Alves Magalhães Bastos
2.º Secretário — Henry Airlie
Tesoureiro — José de Almeida Santos

Vogais

Francisco de Paula Silva Pereira Júnior
José Antônio da Silva Santos
Antônio Justino de Miranda

1883

Presidente — Agostinho José Rodrigues Vale
Vice-Presidente — Manuel da Silva Miranda

1.º Secretário — Apolinário Jânsen Ferreira
2.º Secretário — Manuel José Francisco Jorge
Tesoureiro — Altino de Bittencourt

Vogais

José Moreira de Sousa
Antônio Pereira Viana dos Reis
Henry Airlie
Temístocles Aranha

1884

Presidente — Henry Airlie
Vice-Presidente — José M. de Sousa
1.º Secretário — Trajano A. Valente
2.º Secretário — João Pedro Ribeiro
Tesoureiro — Bernardino Ferreira da Silva

Vogais

Antônio Cardoso Pereira
José de Salles Smith
Inácio do Lago Parga
Filomeno Leite Pereira

1885 a 1886

Presidente — Trajano A. Valente
Vice-Presidente — Henry Airlie
1.º Secretário — Manuel José Francisco Jorge
2.º Secretário — Antônio Cardoso de Oliveira
Tesoureiro — José Moreira de Sousa

Vogais

Bernardino Ferreira da Silva
José Salles Smith

1887 a 1888

Presidente — Henry Airlie
Vice-Presidente — Joaquim Coelho Fragoso
1.º Secretário — Crispim Alves dos Santos
2.º Secretário — Carlos Ferreira Coelho
Tesoureiro — José Moreira de Sousa

Vogais

Leontino Francisco Ramos
Antônio Cardoso Pereira
Manuel José Francisco Jorge

1889

Presidente — Hermenegildo Jânsen Ferreira
Vice-Presidente — Crispim Alves dos Santos
1.º Secretário — Manuel da Silva Miranda
2.º Secretário — Adriano Brito Pereira
Tesoureiro — Raimundo Archer da Silva

Vogais

Cândido José Ribeiro
Joaquim Gonçalves Caseiro Júnior
Apolinário Jânsen Ferreira

1890

Presidente — Hermenegildo Jânsen Ferreira
Vice-Presidente — Cândido José Ribeiro
1.º Secretário — Manuel da Silva Miranda
2.º Secretário — Joaquim Caseiro
Tesoureiro — Raimundo Archer da Silva

Vogais

Crispim Alves dos Santos
Joaquim G. de Carvalho Júnior
Alfredo Ferreira da Silva
Manuel Matias das Neves
Antônio Cardoso Pereira

1891

Presidente — Hermenegildo Jânsen Ferreira
Vice-Presidente — Antônio Cardoso Pereira
1.º Secretário — Manuel José de Azevedo Almeida
2.º Secretário — Álvaro R. de Moura
Tesoureiro — Raimundo Archer da Silva

Vogais

Francisco Martins de Freitas
Alfredo Ferreira da Silva

Manuel Matias das Neves
Cândido José Ribeiro

1892

Presidente — Manuel José Francisco Jorge
Vice-Presidente — Cândido César da Silva Rios
1.º Secretário — Manuel José Vinhais
2.º Secretário — Acrísio José Tavares
Tesoureiro — Levindo A. Pereira

Vogais

Apolinário Jânsen Ferreira
Francisco de Brito Pereira
Manuel Moreira de Sousa Júnior
João de Aguiar Almeida

1893 a 1895

Presidente — Manuel José Francisco Jorge
Vice-Presidente — Cândido César da Silva Rios
1.º Secretário — Manuel José Vinhais
2.º Secretário — Acrísio José Tavares
Tesoureiro — Levindo A. Pereira

Vogais

Apolinário Jânsen Ferreira
Francisco de Brito Pereira
Manuel Moreira de Sousa Júnior
João de Aguiar Almeida

1896

Presidente — Manuel José Francisco Jorge
Vice-Presidente — Cândido César da Silva Rios
1.º Secretário — Manuel José Vinhais
2.º Secretário — Acrísio José Tavares
Tesoureiro — João de Aguiar Almeida

Vogais

Apolinário Jânsen Ferreira
Francisco de Brito Pereira
Manuel Moreira de Sousa Júnior
João de Aguiar Almeida

1897 a 1899

Presidente — Manuel Inácio Dias Vieira
Vice-Presidente — Joaquim Batista do Prado
1.º Secretário — Cândido José Ribeiro
2.º Secretário — Antônio Nóbrega Passarinho
Tesoureiro — Joaquim Esteves Dias.

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Albino Ramalho
José Dias de Matos
João Vitório de Oliveira Santos

1900

Presidente — Manuel Inácio Dias Vieira
Vice-Presidente — João Alves dos Santos
1.º Secretário — Inácio do Lago Parga
2.º Secretário — José Custódio da Silva Guimarães
Tesoureiro — Joaquim Pinto Carneiro

Vogais

Feliciano Moreira de Sousa
Jerônimo Bacelar
Joaquim Alves Júnior
José Alves Martins de Sousa

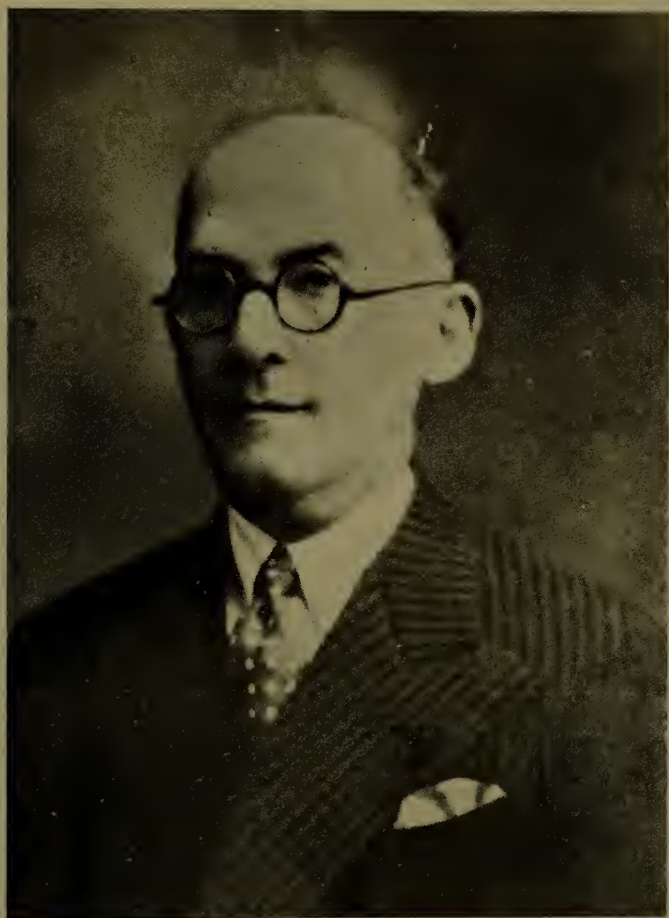
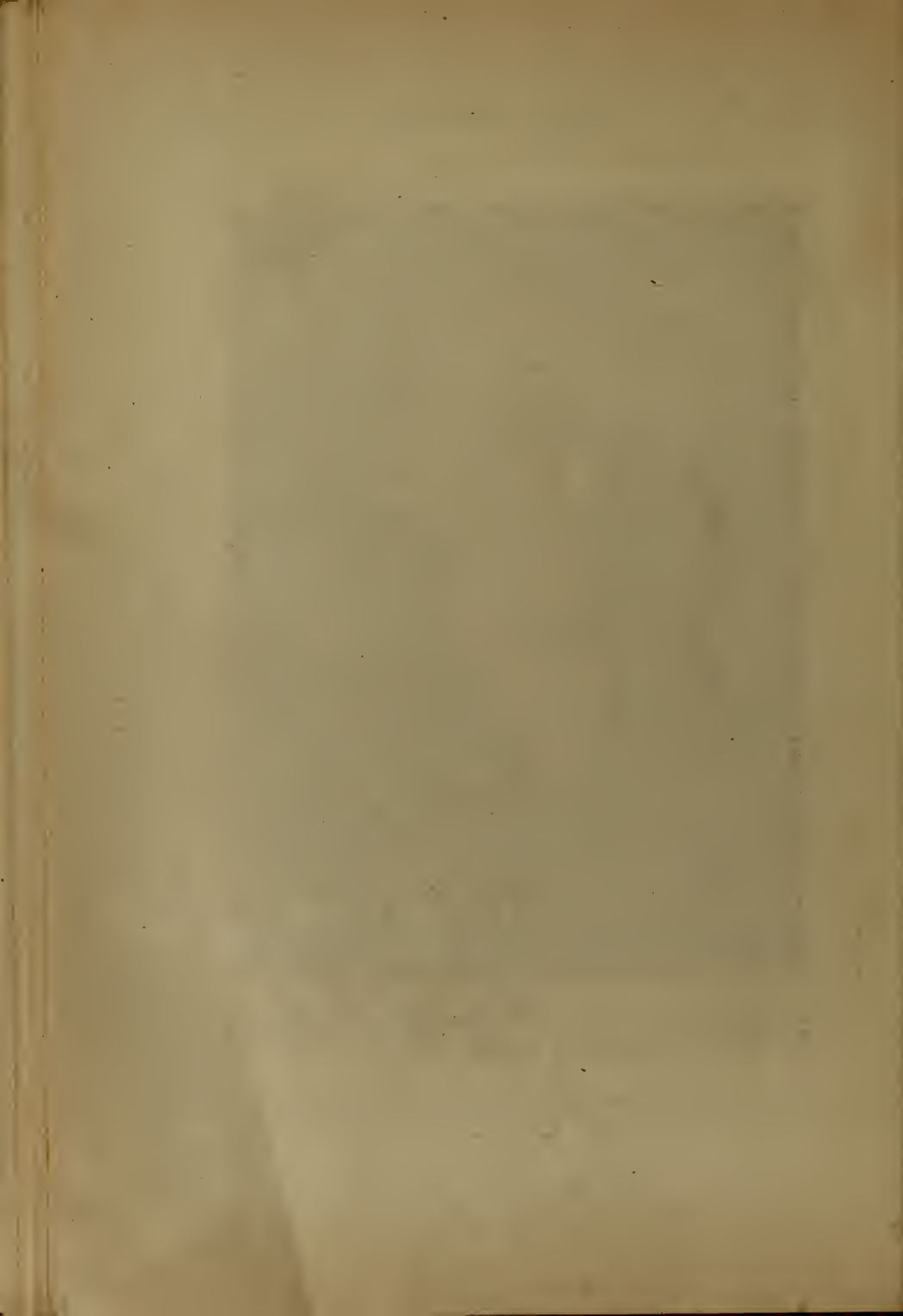
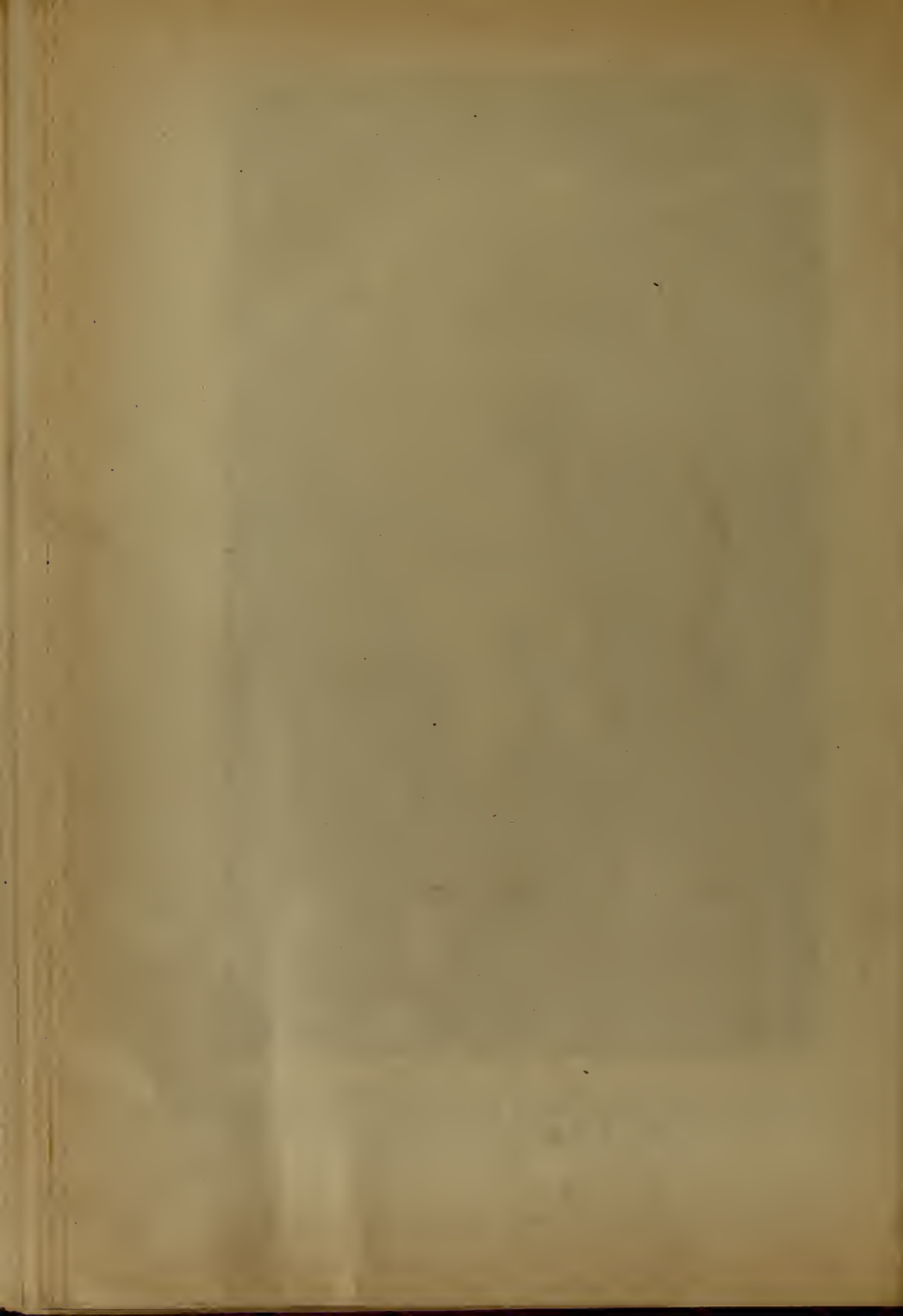
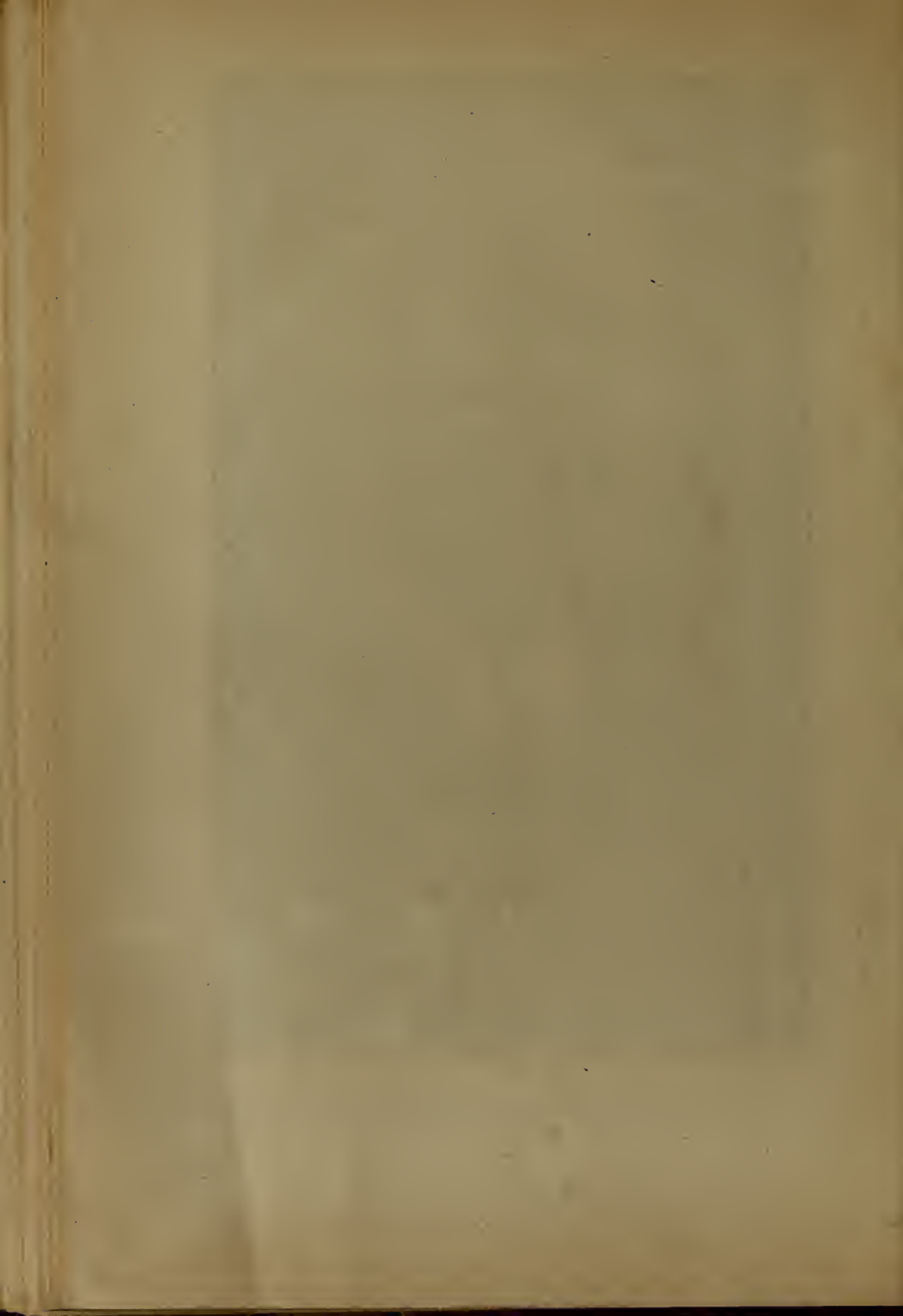
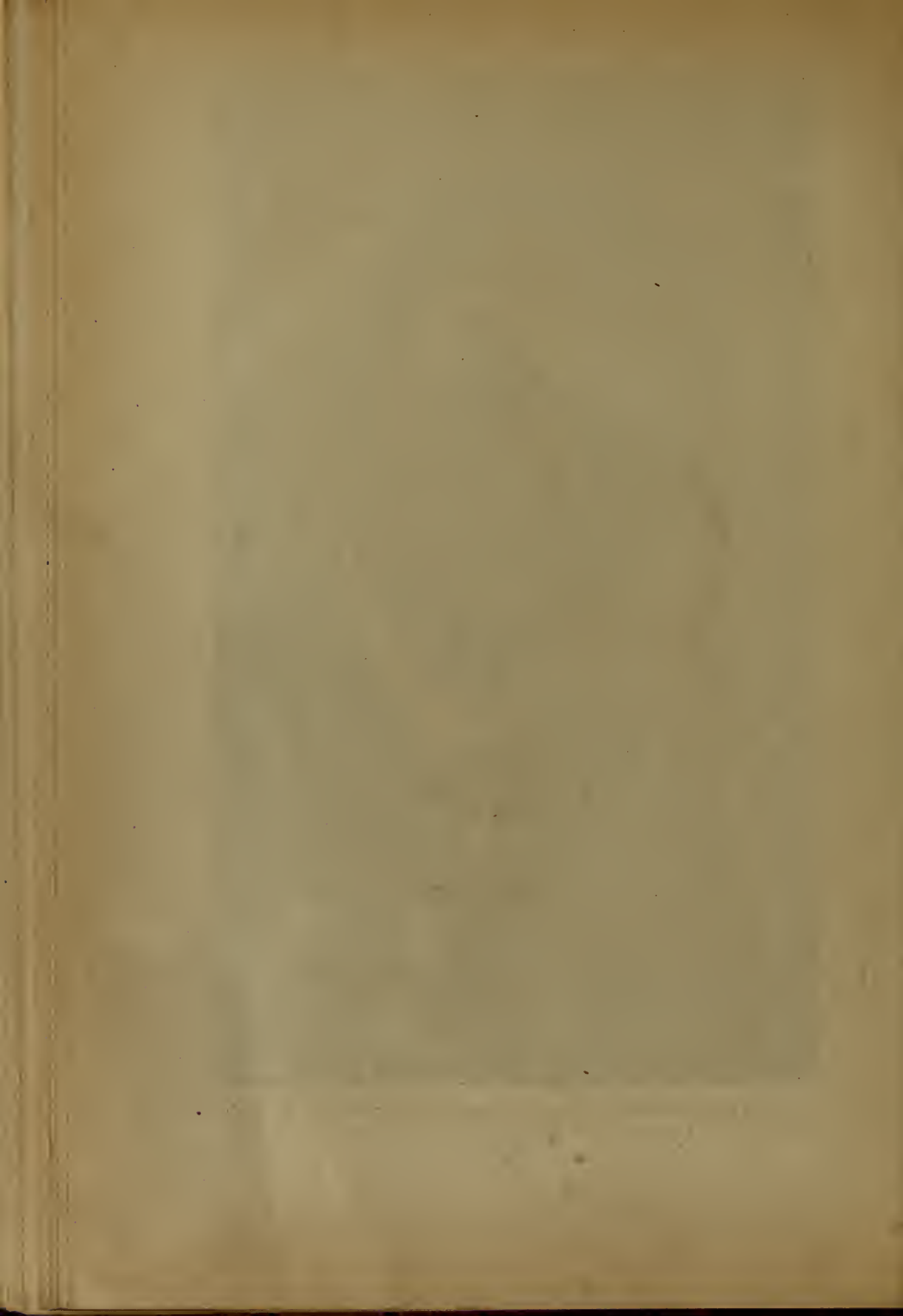
1901

Presidente — Manuel Inácio Dias Vieira
Vice-Presidente — Joaquim Alves Júnior
1.º Secretário — Inácio do Lago Parga
2.º Secretário — Jerônimo Furtado Bacelar
Tesoureiro — Joaquim Pinto Carneiro

Vogais

Raimundo Simas
Feliciano Moreira de Sousa
José Alves Martins de Sousa
Eduardo Melo

1902

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — Manoel Coelho Pecegueiro Júnior

ALBINO DOMINGUES MOREIRA, comerciante português, já falecido. Foi por muitos anos sócio da importante firma ANTÔNIO MOREIRA & IRMÃO e chefe da atual MOREIRA SOBRINHO & CIA.

José João de Sousa, sócio da antiga firma AZEVEDO ALMEIDA & CIA., mais tarde JOSÉ JOÃO DE SOUSA & CIA. e atualmente LAGES & CIA. Foi o presidente da Associação Comercial que maior número de vêzes exerceu êsse cargo — 19 anos seguidos.

Dr. João Sales de Oliveira Itapary, sócio da firma MARTINS, IRMÃO & CIA. e presidente da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em cujo período foi construído o PALACIO DO COMÉRCIO.

ARNALDO DE JESUS FERREIRA, atual Presidente da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em cuja gestão se comemora o primeiro centenário da Comissão da Praça.

1.º Secretário — Jerônimo Furtado Bacelar
2.º Secretário — Alfredo José Tavares
Tesoureiro — Raimundo Simas

Vogais

João Vitório de Oliveira Santos
Manuel Faria
José Custódio da Silva Guimarães
Porfírio Martins Castro

1903

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — João Vitório de Oliveira Santos
1.º Secretário — Jerônimo Furtado Bacelar
2.º Secretário — Alfredo José Tavares
Tesoureiro — Raimundo Simas

Vogais

Manuel Faria
José Custódio da Silva Guimarães
Porfírio Martins Castro
José João de Sousa

1904

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — João Vitório de Oliveira Santos
1.º Secretário — João Pedro Colares Moreira
2.º Secretário — José João de Sousa
Tesoureiro — José Francisco Jorge

Vogais

Albano Mendes da Silva
Manuel Jânsen Ferreira
Manuel Lurine Soares
Henrique Alves Nogueira

1905

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — João Vitório de Oliveira Santos
1.º Secretário — João Pedro Colares Moreira
2.º Secretário — Albino Domingues Moreira
Tesoureiro — José Francisco Jorge

Vogais

Albano Mendes da Silva
Manuel Jânsen Ferreira
Manuel Lurine Soares
Henrique Alves Nogueira

1906

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — Emílio José Lisboa
1.º Secretário — João Pedro Colares Moreira
2.º Secretário — Manuel Ribeiro de Faria
Tesoureiro — José Francisco Jorge

Vogais

José Alves Martins de Sousa
José da Cunha Santos Guimarães
Manuel Domingues Moreira
João Vitório de Oliveira Santos

1907

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — Emílio José Lisboa
1.º Secretário — João Pedro Colares Moreira
2.º Secretário — Manuel Ribeiro de Faria
Tesoureiro — José Francisco Jorge

Vogais

José Alves Martins de Sousa
José da Cunha Santos Guimarães
Manuel Domingues Moreira
João Vitório de Oliveira Santos

1908

Presidente — Emílio José Lisboa
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Ribeiro de Faria
2.º Secretário — Artur Leão e Silva
Tesoureiro — Manuel Alves de Barros

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Albino Domingues Moreira

Manoel Coelho Pecegueiro Júnior
Antônio Rodrigues Martins

1909

Presidente — Emílio José Lisboa
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Alves de Barros
2.º Secretário — Manuel Ribeiro de Faria
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Manoel Coelho Pecegueiro Júnior
Albino Domingues Moreira
Artur Leão e Silva

1910

Presidente — Emílio José Lisboa
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — José Correia de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Artur Leão e Silva
Manuel Satiro Lopes de Carvalho
Viriato José Gonçalves

1911

Presidente — Emílio José Lisboa
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

Alfredo Guedes de Azeredo
José Alves Martins de Sousa
Artur Leão e Silva
Viriato José Gonçalves

1912

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Alfredo Guedes de Azeredo
Carlos S. de Oliveira Neves
Viriato José Gonçalves

1913

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Viriato José Gonçalves
Alfredo Guedes de Azeredo
Carlos S. de Oliveira Neves

1914 a 1915

Presidente — João Alves dos Santos
Vice-Presidente — José João de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

José Alves Martins de Sousa
José da Cunha Santos Guimarães
Alfredo José Tavares
Adolfo Friedheim

1916 a 1917

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — José Alves Martins de Sousa

1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

Alfredo José Tavares
Francisco Xavier Ribeiro da Fonseca
Serafim Gonçalves Teixeira Júnior
Marcolino Tavares da Silva

1918

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — José Alves Martins de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Coelho Pecegueiro Júnior
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

Alfredo José Tavares
José Francisco Jorge
Serafim Gonçalves Teixeira Júnior
Marcolino Tavares da Silva

1919

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — José Alves Martins de Sousa
1.º Secretário — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
2.º Secretário — Alfredo José Tavares
Tesoureiro — Antônio Rodrigues Martins

Vogais

Serafim Gonçalves Teixeira Júnior
Marcolino Tavares da Silva
José Francisco Jorge
Joaquim Alves Júnior

1920, 1921 e 1922

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
1.º Secretário — Alfredo José Tavares
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Serafim Gonçalves Teixeira Júnior

Vogais

Carlos Soares de Oliveira Neves
Marcolino Tavares da Silva
José Alves Martins de Sousa
Antônio Rodrigues Martins

1923

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Manuel Satiro Lopes de Carvalho
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Marcolino Tavares da Silva
José da Cunha Santos Guimarães

1924

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

José Alves Martins de Sousa
Afonso Assis Pereira Matos

1925

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco C. de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Joaquim Inácio de Almeida
Afonso Assis Pereira Matos

1926

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Joaquim Inácio de Almeida
Afonso Assis Pereira Matos

1927

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Afonso Assis Pereira Matos
Joaquim Inácio de Almeida

1928

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Emílio José Lisboa
João Alves Júnior Pereira

1929

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

João Alves Júnior Pereira
Emílio José Lisboa

1930

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Bernardo Caldas
1.º Secretário — Francisco Coelho de Aguiar
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

João Alves Júnior Pereira
Emílio José Lisboa

1931

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Afonso Assis Pereira Matos
1.º Secretário — João Alves Júnior Pereira
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Gerson Correia Marques
Albino Domingues Moreira
Franklin Costa Ferreira

1932

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Afonso Assis Pereira Matos
1.º Secretário — João Alves Júnior Pereira
2.º Secretário — José Francisco Jorge
Tesoureiro — Carlos Soares de Oliveira Neves

Vogais

Dr. João Vasconcelos Martins
Albino Domingues Moreira
Franklin Costa Ferreira
Belarmino Borgnheth

1933

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Dr. João Vasconcelos Martins
1.º Secretário — João Alves Júnior Pereira
2.º Secretário — José de Freitas Santos Jorge
Tesoureiro — Antônio dos Santos Moreira

Diretores

Afonso Assis Pereira Matos
Salim Duailibe
Arnaldo de Jesus Ferreira
José Álvares Mendes

1934

Presidente — José João de Sousa
Vice-Presidente — Afonso Assis Pereira Matos
1.º Secretário — João Alves Júnior Pereira
2.º Secretário — José de Freitas Santos Jorge
Tesoureiro — Arnaldo de Jesus Ferreira

Diretores

Edmundo Calheiros
Aurino Wilson Chagas e Penha
Salim Duailibe
José Álvares Mendes

1935

Presidente — José Alexandre da Silva Oliveira
Vice-Presidente — Afonso Assis Pereira Matos
1.º Secretário — José Zoroastro da Silva Vieira
2.º Secretário — Antônio Paiva Fernandes Júnior
Tesoureiro — Arnaldo de Jesus Ferreira

Diretores

Eduardo Aboud
Dr. Américo Pacheco de Carvalho
Oliveiros Justino dos Santos
Antônio Pinheiro Martins

1936

Presidente — Antônio Paiva Fernandes Maia
Vice-Presidente — José Zoroastro da Silva Vieira

1.º Secretário — Miguel Domingues Moreira
2.º Secretário — Eduardo Aboud
Tesoureiro — Arnaldo de Jesus Ferreira

Diretores

Antônio Pinheiro Martins
Dr. Américo Pacheco de Carvalho
Domingos de Freitas Santos Jorge
Manuel Lages Castelo Branco

1937

Presidente — José Zoroastro da Silva Vieira
Vice-Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
1.º Secretário — Eduardo Aboud
2.º Secretário — Miguel Domingues Moreira
Tesoureiro — Manuel Lages Castelo Branco

Diretores

Manuel da Silva Borges
Pedro Perdigão Barros Vasconcelos
Paulo Abreu
Ademar Maia Aguiar

1938

Presidente — Gerson Correia Marques
Vice-Presidente — Dr. Eduardo Aboud
1.º Secretário — Arnaldo de Jesus Ferreira
2.º Secretário — Acir Barbosa Marques
1.º Tesoureiro — José Zoroastro da Silva Vieira
2.º Tesoureiro — Manuel da Silva Borges
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

José Álvares Mendes
Aurino W. Chagas e Penha
Saturnino Belo
Manuel dos Santos Salgueiro
Manuel Lages Castelo Branco
Carlos da Silva Ramos

1939

Presidente — Manuel Matias das Neves Filho
Vice-Presidente — Arnaldo Júlio Correia

1.º Secretário — Acir Barbosa Marques
2.º Secretário — Eder Santos
1.º Tesoureiro — Antônio Paiva de Fernandes Maia
2.º Tesoureiro — Manuel dos Santos Salgueiro
Bibliotecário — José Zoroastro da Silva Vieira

Diretores

José Ribamar Couto
José Alexandre da Silva Oliveira
José Freitas Santos Jorge
Carlos da Silva Ramos
Manuel Lages Castelo Branco
Manuel da Silva Borges

Tendo se verificado a renúncia de mais da metade dos diretores foi efetuada a Assembléia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 1939, na qual se realizou nova eleição.

2.ª Diretoria de 1939

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Manuel dos Santos Salgueiro
1.º Tesoureiro — Antônio Paiva de Fernandes Maia
2.º Tesoureiro — Giôtto Tribuzzi
Bibliotecário — José Zoroastro da Silva Vieira

Diretores

José Ribamar Couto
José Alexandre da Silva Oliveira
José Freitas Santos Jorge
Carlos da Silva Ramos
Manuel da Silva Borges
Manuel Lages Castelo Branco

1940

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Manuel dos Santos Salgueiro
1.º Tesoureiro — Clóvis Teixeira
2.º Tesoureiro — Joaquim Paiva Fernandes
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

José Ribamar Couto
Voltaire Frazão
Francisco Melo Pinheiro
Manuel Lages Castelo Branco
José de Freitas Santos Jorge
João Nogueira da Cruz

1941

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Manuel dos Santos Salgueiro
1.º Tesoureiro — Joaquim Paiva Fernandes
2.º Tesoureiro — Alberto de Jesus Ferreira
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

Dr. Stélio Ribeiro Cavalcanti
José de Freitas Santos Jorge
José Salim Duailibe
Francisco Melo Pinheiro
Manuel Lages Castelo Branco
Heráclito da Silva Câmara

1942

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Dr. Stélio Ribeiro Cavalcanti
1.º Tesoureiro — Joaquim Paiva Fernandes
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

Manuel dos Santos Salgueiro
José de Freitas Santos Jorge
Dr. Luís de Brito Passos
Francisco Melo Pinheiro
Domingos da Silva Borges
João de Aguiar Filho

1943

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Dr. Stélio Ribeiro Cavalcanti
1.º Tesoureiri — Joaquim Paiva Fernandes
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

Avelino Ribeiro de Faria
José Álvares Mendes
José Cabral Arnaud
João de Aguiar Filho
José de Freitas Santos Jorge
Francisco Melo Pinheiro

1944

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — Dr. Stélio Ribeiro Cavalcanti
1.º Tesoureiro — Joaquim Paiva Fernandes
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Giôtto Tribuzzi

Diretores

Avelino Ribeiro de Faria
José Álvares Mendes
José Cabral Arnaud
José de Freitas Santos Jorge
Francisco Melo Pinheiro
Antônio Freire

1945

Presidente — Dr. João Sales de Oliveira Itaparí
Vice-Presidente — Acir Barbosa Marques
1.º Secretário — Eder Santos
2.º Secretário — José de Freitas Jorge
1.º Tesoureiro — Antônio Freire
2.º Tesoureiro — Francisco Melo Pinheiro
Bibliotecário — José Ribamar Couto

Diretores

Avelino Ribeiro de Faria
José Álvares Mendes
José Bugarin
Domingos Berlie Mendes
Washington Ribeiro Viegas
Waldimir Franklin da Costa

1946

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

Antônio Paiva Fernandes Maia
Waldimir Franklin da Costa
Manuel Lages Castelo Branco
José Álvares Mendes
José Bugarin
Augusto José Rodrigues

1947

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

Antônio Paiva Fernandes Maia
Waldimir Franklin da Costa
Manuel Lages Castelo Branco
José Álvares Mendes
José Bugarin
Augusto José Rodrigues

1948

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

Eder Santos
José Álvares Mendes
José Bugarin
Augusto José Rodrigues
Agnelo Guimarães Costa Soares
Manuel Nunes dos Santos

1949

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

José Bugarin
Manuel Nunes dos Santos
José Álvares Mendes
Agnelo Guimarães Costa Soares
Eder Santos
Augusto José Rodrigues

1950

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

José Álvares Mendes
José Bugarin
Augusto José Rodrigues
Dr. Ornilo Machado Cavalcanti
Manuel Nunes dos Santos
Eder Santos

1951

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

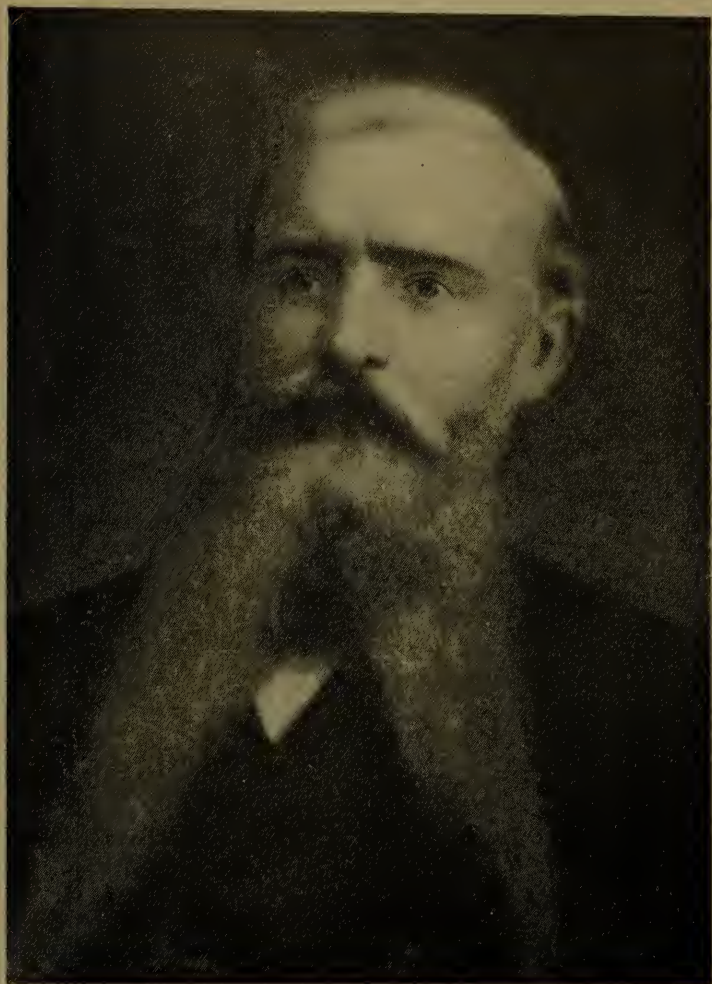
Diretores

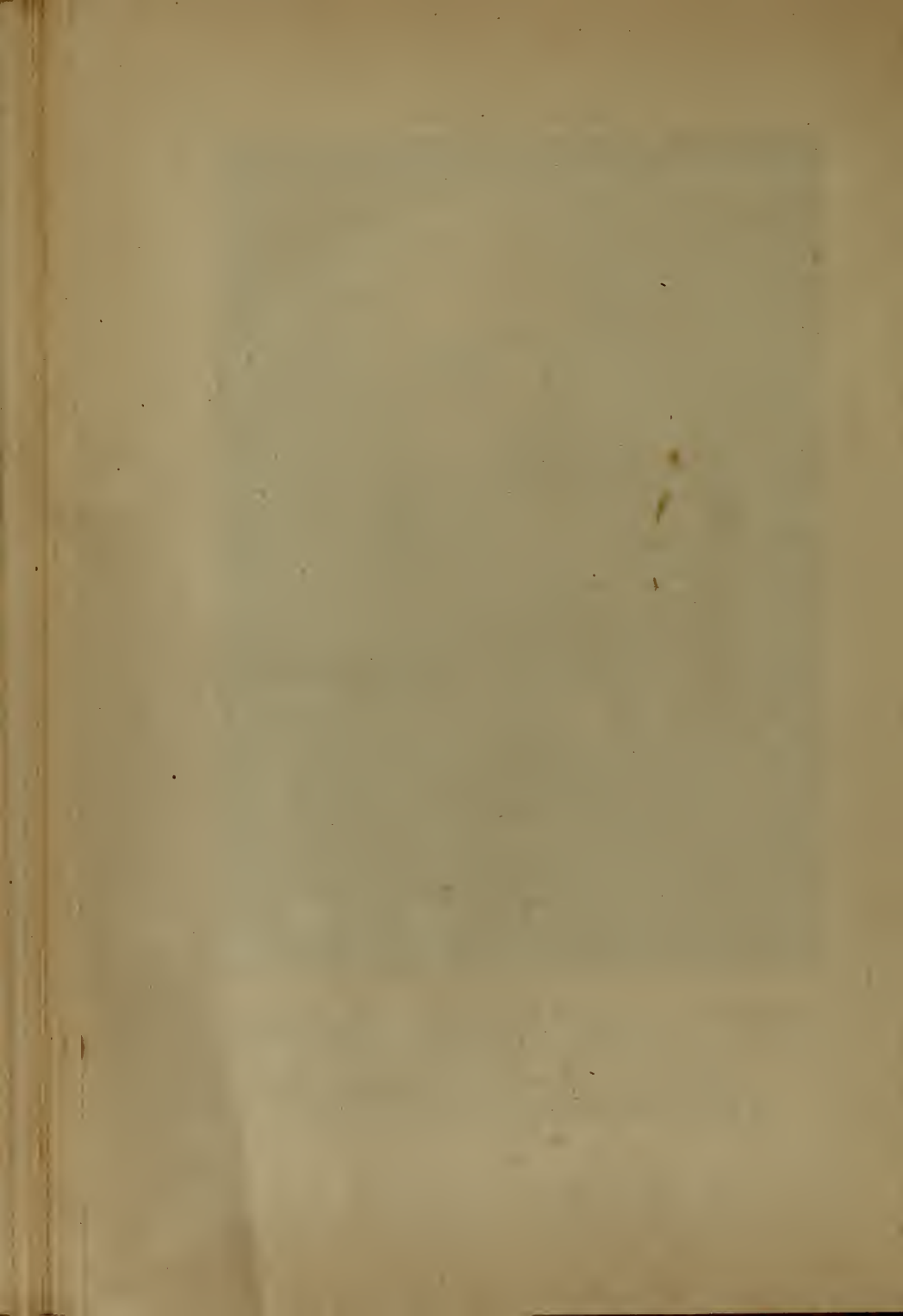
Ernani Maia Pereira
Eder Santos
José Álvares Mendes
Manuel Nunes dos Santos
José Bugarin
Dr. Ornilo Machado Cavalcanti

1952

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Dr. Eduardo Aboud
2.º Secretário — Domingos Berlie Mendes
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — José Ribamar Couto
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

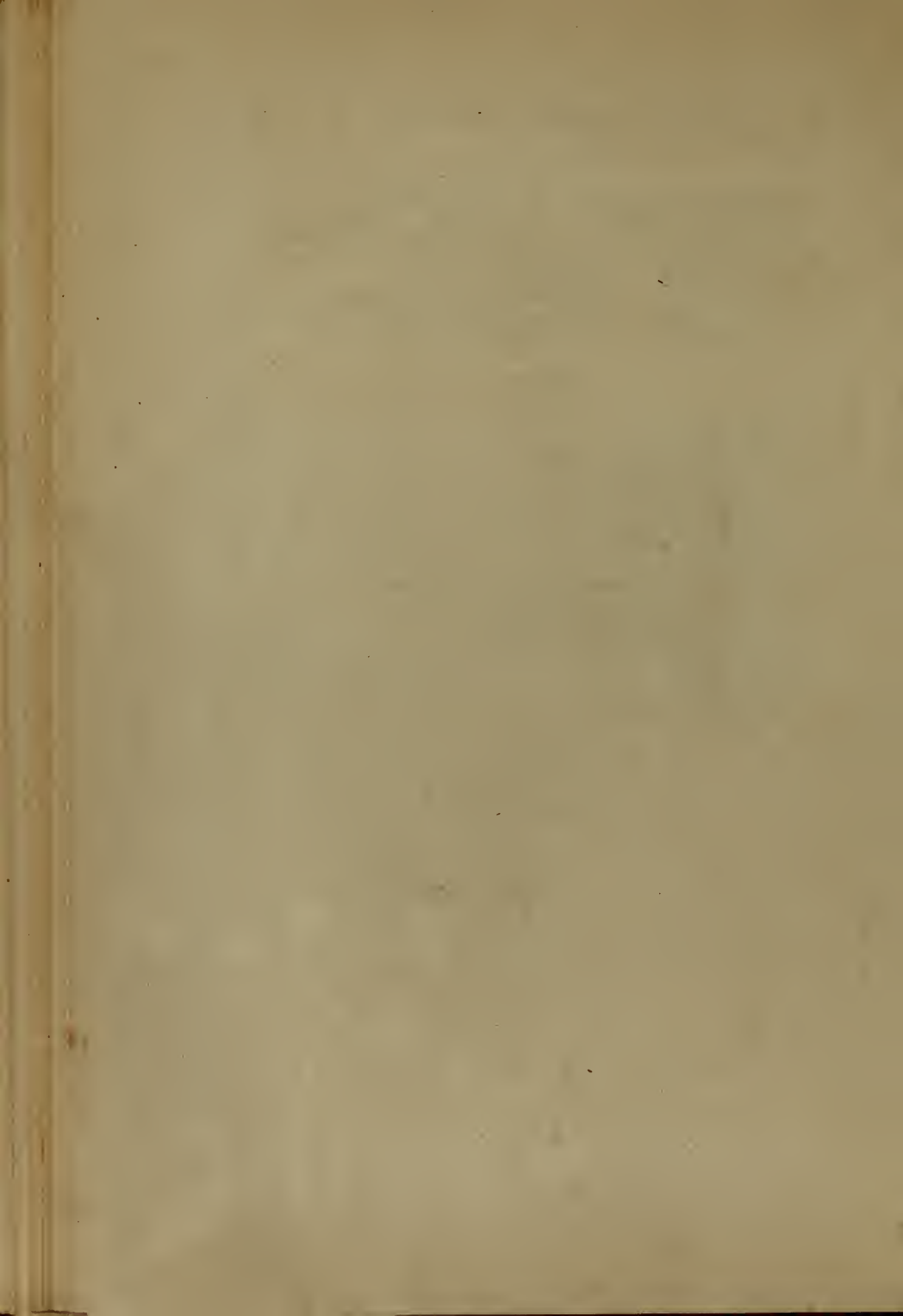
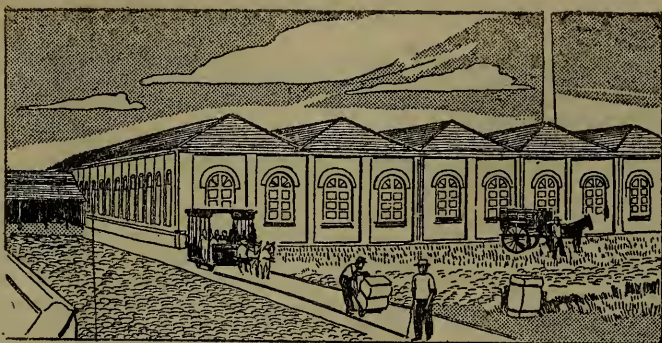
Diretores

Ernani Maia Pereira
Paulo Abreu
José Álvares Mendes
Manuel Nunes dos Santos
José Bugarin
Domingos Vieira

MARTINUS HOYER — economista de profunda e larga visão, que se tornou, no campo da iniciativa privada, a maior figura das classes produtoras maranhenses, no século passado

(Reprodução parcial de um quadro a óleo, do pintor maranhense FRANCISCO FRANCO DE SÁ, existente na Associação Comercial, onde foi inaugurado a 25 de dezembro de 1889).

1953 a 1954

Presidente — Arnaldo de Jesus Ferreira
1.º Vice-Presidente — Dr. Eduardo Aboud
2.º Vice-Presidente — José de Freitas Santos Jorge
1.º Secretário — Francisco Guimarães e Sousa
2.º Secretário — Ernani Maia Pereira
1.º Tesoureiro — Washington Ribeiro Viegas
2.º Tesoureiro — Aurino Wilson Chagas e Penha
Bibliotecário — Avelino Ribeiro de Faria

Diretores

Domingos Vieira
Paulo Abreu
Enéas de Vilhena Frazão
Dr. Wady Sauaia
Wady Miguel Nazar
Manuel dos Santos Salgueiro
Raimundo Santos
Raimundo Viana Guará
Antônio Carlos Ferreira da Silva Cruz
Sebastião Ferreira dos Reis
Manuel Lages Castelo Branco
José Ribamar Couto
Gentil Lopes Costa
Jafet Diniz
Ary Ribeiro Marques

CAPÍTULO XXXVI

A grande figura de Martinus Hoyer. Seus livros de economia política. Elogios de André Rebouças e Alexandre Teófilo. Polêmica com o jornal "O Tempo"

NO seu tempo, Martinus Hoyer foi, incontestàvelmente, o expoente máximo da cultura intelectual do corpo comercial da praça do Maranhão. Era o primeiro, mas não era o único. Outros acompanhavam-no em inteligência e ilustração: Antônio José de Freitas, Cardoso Pereira, Laurindo Oliveira, Cândido Ribeiro, Domingos Belchior, Cunha Santos Júnior, os irmãos José e João Pedro Ribeiro, e alguns mais. Formavam uma plêiade ilustre pelo caráter, que ainda hoje honra a classe a que pertenciam. Ter sido o primeiro em tão brilhante elite é majestoso padrão de glória. Em Martinus êste padrão ressalta ainda mais, porque tôda a cultura do seu privilegiado espírito foi elaborada aqui, por si mesmo, sem mestres, sem o ambiente de escolas superiores, e nas poucas horas de folga, que lhe permitia a vida afanosa do comércio de antanho.

Mas na vida de Martinus não são apenas êstes predicados que impressionam; há outros que tocam mais de perto à alma maranhense: é o grande amor que tinha à nossa terra, é a soma ingente de esforços que empregou em seu benefício, é o avultado número de emprêsas que planejou e pôs em movimento, tudo desinteressadamente, sem lucros pessoais, visando apenas o progresso da coletividade.

Martinus nasceu na aldeia de Moon, perto de Copenhague, capital do então reino da Dinamarca, em 16 de dezembro de 1829.

Pedro Martinus Rolemberg Hoyer era o seu nome, mas desde menino que se assinou apenas Martinus Hoyer.

Tinha sete anos quando veio para o Maranhão, a chamado de seu tio Martinus Anibal Boldt, oficial da marinha dinamarquêsa, a serviço do Brasil, e aqui destacado. Criança ainda, foi na capital maranhense entregue aos cuidados da ilustre família do desembargador Joaquim José Sabino, cuja filha se casara com o Capitão Boldt. Teve a felicidade de merecer a estima da espôsa do erudito magistrado, d. Josefa Sabino, que dêle se encarregou, ministrando-lhe ela própria a instrução primária em voga. (418) Martinus não conheceu outro mestre. Aos 14 anos, empregaram-no na casa comercial de Moon & Cia., donde se passou para a de João Pedro Ribeiro. Foi depois guarda-livros da firma Viúva José Ferreira Filho & Ribeiro. Dissolvida esta, associou-se com João Pedro Ribeiro, sob a razão social de Ribeiro & Hoyer. Com o falecimento do sócio, formou com os filhos dêste a casa Hoyer & Ribeiro, de que foi a principal figura até a sua morte, ocorrida na cidade de Lisboa, em 16 de dezembro de 1881, em conseqüência de um aneurisma de que nem êle, nem sua família, se tinham apercebido.

A notícia do seu falecimento só chegou em São Luís em 22 de dezembro, mergulhando a sociedade em profunda consternação.

É Temístocles Aranha — outro grande espírito — quem passa à posteridade esta consternação, no necrológio que escreveu no seu jornal: (419)

> *"Perdeu em Martinus Hoyer a Província do Maranhão o homem que por ela mais trabalhou, que a nenhum cedia em dedicação, em desejos de vê-la prosperar.*
>
> *"Negociante para quem a probidade teve apaixonado culto, trabalhador infatigável em tudo o que traduzia um benefício para a terra em que vivia e para o bem da humanidade, escritor abalisado em matérias de grande alcance social, amigo leal e dedicado, tinha Martinus Hoyer tôdas estas nobres qualidades em grau tão elevado, que foi sempre tido no conceito dos bons, como um homem útil e honrado.*

---

(418) — Artigo de Sérgio Vieira — "O País", 30-12-1881.

(419) — "O País" — 23-12-1881.

"A Província do Maranhão lamenta a sua perda como a de um filho querido e a quem muito devia.

"Sôbre a lousa que lhe vai cobrir a sepultura seja, como demonstração da gratidão de um povo, gravado êste singelo e significativo epitáfio — um benemérito do Maranhão."

De fato, tôda a alma de Martinus vibrava pelo Maranhão.

Onde quer que se achasse não esquecia a terra que tão bem o acolhera. Ainda por ocasião da sua última viagem à Europa, escrevendo de París a um amigo do Maranhão, dizia:

"Tudo isto aqui é arrebatador, é grandioso, mas ao "Sena", correndo majestoso entre seus cais de mármore, prefiro o meu "Paciência", lento e preguiçoso como o nome indica; não troco os palácios desta soberba "Babilônia" pela minha humilde cabana da "Maioba". Deus queira que ali esteja em breve entre os amigos de quem com tantas saudades me lembro." (420)

Não a esqueceu no seu testamento, quando, melhorando de bens de fortuna, modificou em 1881 o que havia feito em 1877, para legar à Província do Maranhão a quantia de cinqüenta contos de réis, destinada à construção de uma escola de artes e ofícios, a qual teria o nome de "Instituto Hoyer". (421) Por falta de formalidades, êste segundo testamento não teve valor.

Falecendo aos 52 anos de idade e tendo sido um autodidata, forçado, para o grangeio da vida, à profissão comercial, e tendo o espírito sempre absorvido com emprêsas bancárias e industriais, é surpreendente a cultura de Martinus nos problemas sociais do seu tempo, cultura que fêz através de autores estrangeiros, lidos nas edições originais, que êle falava e escrevia cinco línguas: português, francês, inglês, alemão e dinamarquês.

Mercê desta cultura, deixou-nos Martinus Hoyer cinco livros:

"Estudos sôbre as instituições de crédito real" — Tip. do "O País", Maranhão — 1875 — vol. de 187 páginas.

---

(420) — Discurso de Temístocles Aranha, presidente da Associação Comercial, inaugurando o retrato de Martinus, no salão nobre da mesma sociedade, em 23 de dezembro de 1883.

(421) — "O País", 17-1-1882.

"Estudos de Economia Política" — Tip. do "O País", Maranhão — 1877. Vol. de 380 páginas.

"Democratie et Socialisme" — Tip. A. Chaix et Cie., París — 1879. Vol. de 78 páginas.

"Estudo sôbre a reforma do meio circulante" — Tip. do "O País" — Maranhão — 1880. Vol. de 58 páginas.

"Le probleme economique de l'impôt". Hallemant Fréres. Imprimeurs. Lisbonne — 1882. Vol. de 197 páginas."

O primeiro livro de Martinus é todo dedicado à propaganda dos bancos hipotecários, constando de uma introdução e dos capítulos seguintes: Crédito rural e hipotecário, O banco industrial, A depreciação do meio circulante, suas causas e seus defeitos, A lavoura e o crédito agrícola nesta Província, Artigo de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, O banco hipotecário, Representação dirigida ao Govêrno Imperial pelos subscritores do banco hipotecário, Projeto de estatutos para o banco hipotecário do Maranhão e Tabelas de anuidades.

Como todo espírito adiantado e justo, Martinus revela-se, num dêstes capítulos, declarado partidário da extinção do cativeiro no Brasil, escrevendo:

"Magnífico é, sem dúvida, o espetáculo que se patenteia aos nossos olhos. Não mais nasce neste país de liberdade uma só criatura humana condenada à escravidão. Cada cidadão impõe a si próprio o dever de contribuir direta ou indiretamente para a gradual extinção da dolorosa enfermidade que aflige a nação desde os tempos coloniais, e que lhe tem entorpecido o progresso moral e material. Todos trazem o seu quinhão, grande ou pequeno, para extirpar êsse cancro social, e dentro em poucos anos, em muito menos tempo talvez do que geralmente se calcula, os variados elementos que se combinam para levar avante a grande obra civilizadora, terão acabado com a escravidão no Brasil, e isto sem violência, sem revolução política e quase sem abalos e sofrimentos."

Mas Martinus não queria a abolição imediata e de chôfre. Homem de senso e sem paixões, sabia ver a crise que se aproximava e por isso mesmo alertava aos seus contemporâneos:

"Não nos iludamos: todo o progresso humano, que exige reformas mais ou menos radicais, sói ser

acompanhado de perturbações ou de sofrimentos, nascidos do choque de interêsses, de preconceitos, de costumes ou de instituições preexistentes, que tais reformas ferem, atacam, modificam ou destroem; e os inconvenientes da de que se trata não serão, infelizmente para o Brasil, de natureza passageira, pois não carece muita perspicácia para ver que a lei sôbre o elemento servil, alterando tão profundamente as relações entre o senhor e o escravo, está pejada de embaraços na sua execução.

"A reforma, para ser benéfica, deve ser gradual. A emancipação de chôfre, sôbre trazer para o Estado uma perturbação econômica incalculável será para o senhor a condenação à miséria e para o escravo uma fonte de desmoralização, pois que o primeiro uso que fará da liberdade será entregar-se a um ócio absoluto, que infalìvelmente conduz o homem ao vício senão ao crime."

E aconselhava aos lavradores a educarem os seus escravos para o trabalho livre, que viria com a revolução industrial.

Que a verdade estava com Martinus Hoyer comprovaram os fatos.

De todos os seus livros o mais substancioso e de mais vastas proporções foi o que êle intitulou de "Estudos de Economia Política". Também foi êste o que obteve mais calorosos elogios.

É volume de 380 páginas e compõe-se de uma introdução e de 12 capítulos, a saber: Organização do Crédito Real, O sistema de Law e as instituições de Crédito Real, As instituições de Crédito Real e a situação econômica da lavoura, a Moeda, o Papel-moeda e as associações de crédito em geral, As leis econômicas e as leis positivas, A lei do auxílio à lavoura e o socialismo, População e capital, O serviço militar obrigatório, O Estado e a Nação, o Govêrno das maiorias e os partidos políticos, Conclusão.

Apreciando-o na revista "Ilustração", número 16, de 7 de outubro de 1878, dizia André Rebouças, grande nome no meio cultural brasileiro:

"Já tivemos, por vêzes, ocasião de citar, com elogio, os excelentes artigos do distinto negociante dinamarquês Martinus Hoyer, há muito residente no Maranhão. São êsses artigos, primitivamente publicados no "O País", depois reproduzidos no "Globo" e em outros jornais, e agora reunidos em um belo volume

de 380 páginas, que formam o bom livro, cujo estudo vamos recomendar aos nossos leitores."

E depois de transcrever os títulos dos capítulos, continuava o douto professor da Escola Politécnica:

"Pela enumeração dos dez capítulos dessa importante obra se evidencia que o autor se ocupou dos assuntos de maior momento e da mais palpitante atualidade, não só no Brasil como na velha Europa.

"Diremos francamente: Obra de utilidade tão universal não devia ter sido escrita em português; no Brasil e em Portugal não há, com certeza, cem pessoas na altura de compreendê-la e fazer dela vantajosa aplicação. O Sr. Martinus Hoyer devia tê-la escrito em alemão; sua obra seria então com o prestígio de Sadowa e de Sedan, de Molke e de Bismark. Seria logo traduzida pelos italianos, atualmente cegos adoradores de tudo quanto sabe à Alemanha, depois seria traduzida em francês, em inglês e afinal em português. Teria, então, no Brasil, mil ou dois mil compradores, ainda que sòmente menos de cem a compreendessem e soubessem aplicá-la à solução dos problemas políticos, econômicos e sociais."

Em seguida, o notável cientista analisa a obra, minuciosamente, capítulo por capítulo. E conclui a sua apreciação com êste elogio, que vale por uma sagração:

"Já excedemos os limites fixados para a apreciação de um livro; também só ficaríamos satisfeitos reproduzindo-o por inteiro em nossas colunas. Como brasileiros, cumpre-nos ainda, antes de terminar, apresentar ao sr. Martinus Hoyer o testemunho cordial de nossa eterna gratidão. Se os livros, — mesmo os escritos por Montesquieu, por Fenelon e por Turgot — pudessem regenerar as nações; se o bom Deus permitisse a seus autores o que não pôde conseguir nem mesmo Jesus com a palavra e com o sublime exemplo, o livro do sr. Martinus Hoyer seria o alfa da iniciação da família brasileira nas verdadeiras doutrinas da liberdade e da democracia! Mas nós o esperamos — êle será lido pelas gerações vindouras, e guardará, por séculos, o nome de Martinus Hoyer, como um utilíssimo operário do progresso, da riqueza e da prosperidade da nação brasileira."

Não foram menos calorosos os elogios de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal na apreciação que publicou no "O País", de 10 de novembro de 1878 e na qual escreveu êstes conceitos:

"Eis aí um livro que encerra uma revolução humana — ou será, se não aceitarmos sua doutrina, o estigma do ferro em brasa com que as gerações futuras marcarão indelèvelmente os homens de hoje, que, pelo sacerdócio da inteligência, ou pelo exercício da autoridade atuam e influem nos negócios públicos e nos destinos do Império do Brasil.

"Não são, como parece indicar o modesto título com que se apresenta à meditação dos estudiosos, simples estudos de Economia Política — mas realmente a solução científica e radical dos problemas sociais mais graves e palpitantes, que obumbram a política nacional, e atormentam o espírito do patriota, que, sem atinar com o pôrto amigo aonde abrigá-la, contempla, triste e quase sem esperança, a nau do Estado açoitada de mar em mar, ludíbrio das tempestades, a navegar para um desconhecido pavoroso!..."

. . . .

"Benvindo seja o mensageiro da verdade!

"E o formoso livro que a proclama e ensina, destinado a ocupar um lugar assinalado nas ciências sociais e entre as letras pátrias, fará, com certeza, época nos anais da política do Império do Brasil."

Não podia o segundo livro de Martinus ter logrado maior sucesso na imprensa nacional. Só o elogio de Rebouças valia por uma coroa de louros. Entretanto, é forçoso confessar serem, não raro, exagerados os princípios de liberdade das doutrinas professadas pelo autor. E foi um dêsses exageros que mereceu a crítica de Gomes de Castro, dando origem a essa elegante polêmica travada entre os dois, e na qual a beleza da forma rivaliza com o valor dos conceitos.

A crítica de Gomes de Castro saiu na edição do "O Tempo", de 9 de setembro de 1878.

Embora longa, vale transcrevê-la:

"A INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA"

"Sob o modesto título de — Estudos de Economia Política — saiu em fins do ano passado da tipografia do "O País" um belo volume de cêrca de

quatrocentas páginas, devido à pena do sr. Martinus Hoyer, negociante já vantajosamente conhecido por outras produções literárias.

"Ainda que não sejamos competentes para julgar do mérito de um livro, em que se apreciam e se discutem gravíssimos problemas de organização social, parece-nos contudo que as soluções nele contidas são por via de regra verdadeiras, e a doutrina em geral acomodada e conforme aos princípios estabelecidos e aceitos pela ciência.

"A paixão da liberdade anima o escritor, e comunica ao seu estilo uma vivacidade, que às vêzes degenera em epigrama. É um discípulo de Bastiat, e como seu mestre, nem sempre domina o entusiasmo na refutação dos erros e sofismas, que tão fatais têm sido ao progresso da humanidade, e ao bem estar e civilização das classes inferiores.

"Não é intenção nossa, nem cabe em nossas fôrças, analisar a obra do sr. Martinus Hoyer, que sem dúvida o leitor conhece e devidamente aprecia. Queremos apenas aventurar algumas reflexões sôbre um dos pontos, em que estamos divergentes do autor, convencidos de que nem prejudicaremos a obra na estima pública, nem o crédito do escritor sofrerá com a nossa impugnação.

"Ensina o ilustrado economista que a idéia da instrução popular gratuita e obrigatória, apesar de universalmente aceita e aplaudida, envolve a injustiça, é opressora, e esconde um sofisma.

"Não desejando prejudicar com o nosso estilo a clareza e vigor da demonstração, consinta o leitor que copiemos as palavras do sr. Martinus Hoyer:

> *"Envolve a injustiça, é opressora, porque é uma iniqüidade compelir o pai de família pobre a mandar seus filhos à escola, quando mal os pode talvez alimentar, e êles o ajudam no mal remunerado trabalho, que lhe proporciona a indústria em uma sociedade artificialmente organizada pelo monopólio: a lei e a autoridade pública só podem legìtimamente proibir a injustiça e a imoralidade manifesta, não tendo o direito de envolver-se nas relações da família ou de invadir o lar doméstico.*
>
> *"Esconde um sofisma, porque a gratuidade da escola, paga pelo Estado para o pobre, é sempre uma mentira: êle a paga no impôsto,*

de que jamais escapa, mais cara, do que a pagaria se o fizesse diretamente, e, o que ainda é pior, paga-a sem que seus filhos dela possam sempre utilizar-se, sendo muitas vêzes para benefício do rico ou do abastado sòmente. Forçar um pai a mandar seus filhos à escola, obrigá-lo a fazer o bem, para que? Qual será a primeira preocupação de um pai com relação a seus filhos depois do cuidado de os alimentar e vestir? Porque não sois lógicos e não levais o socialismo a suas últimas conseqüências nisto como em tudo o mais, forçando por lei o pai a alimentar e a vestir a família? Por que? Porque em política sòmente a liberdade tem o poder absoluto de ser coerente e lógica.

"Haverá pai tão desnaturado que podendo educar seus filhos, bem ou mal, deixe de o fazer? Talvez; mas se tal pai não for uma aberração desafiando a indignação universal, que em uma sociedade civilizada será suficiente para corrigí-lo, ou para induzir a caridade cristã a substituí-lo no cumprimento de seus deveres; se tal monstruosidade generalizar-se, não a lanceis a cargo da perversão humana, atribuí o mal a instituições sociais que, cerceando a liberdade e anulando a responsabilidade, embrutecem as classes inferiores.

"Dizeis que a ignorância produz os criminosos, porque tendes observado que os crimes diminuem à proporção que diminui a ignorância das massas. Sois, porém, vítima de uma ilusão: o que produz os criminosos não é a ignorância, é principalmente o embrutecimento produzido pela miséria, que nasce ùnicamente na opressão. Experimentai a liberdade, e vereis como ela espanca e dissipa a um tempo a ignorância e o embrutecimento, fazendo diminuir os crimes, porque a riqueza e o bem estar social, que facilitam a instrução, são suas conseqüências infalíveis e naturais."

"Como depreende-se do texto, estuda o escritor a obrigatoriedade do ensino primário à luz da justiça e à luz do interêsse; e sob ambos êstes pontos de vista perentòriamente a condena.

"Considerada em relação aos princípios da justiça, pertence a questão ao domínio do direito; sob o

ponto de vista do interêsse, entra na esfera da economia política.

"Mas com timidez o afirmamos, a demonstração do ilustrado escritor não é rigorosa e concludente em nenhuma das relações sob que apreciou a justiça e conveniência do ensino obrigatório.

"Se é injusta a obrigação imposta aos pais de darem instrução aos filhos, se não é lícito ao Estado invadir o lar doméstico, e envolver-se nas relações da família, a violência da medida deve ter um caráter geral, seja rico ou abastado, pobre ou indigente o pai de família, que a sofre.

"Desde que é negada ao Estado a competência de regular as relações da família, pouco importam as condições do indivíduo; a injustiça pode agravar-se com a falta de meios, mas não perde o seu caráter essencial, por ser exercida sôbre os ricos ou abastados. E entretanto, resulta do texto, que o sr. Martinus Hoyer apenas considera injusta a medida, quando é pobre o pai de família, a quem os filhos ajudam no mal remunerado trabalho.

"Mas, admita-se que seja êste também o pensamento do autor; que apenas alude ao pai de família pobre no intuito de encarecer a iniqüidade da medida. Será de fato o ensino obrigatório um atentado contra o pátrio poder?

"Não o cremos.

"É um fato que a história registra, e todos conhecem: o pátrio poder, que era outrora um conjunto de direitos importantíssimos, que envolvia em suas malhas a vida, a liberdade, a vocação dos filhos, decresce, reduz-se e limita-se, à medida que a civilização se desenvolve e propaga.

"A lei invadiu o lar doméstico, e sem dissolver os laços de obediência e respeito, que prendem o filho ao pai, tirou a êste, com aplauso do bom senso, e em honra da natureza ultrajada, o direito de vender, de dar a morte ao filho, de conservá-lo sob uma tutela a que em certos casos nem a morte punha têrmo!

"Ninguém contestou ao Estado a competência de regular as relações da família, e em nome da liberdade praguejou a lei que exterminou a tirania doméstica, deixando ao pai o amor dos filhos, e impondo a êstes o dever da reverência e da sujeição.

"A controvérsia não é, pois, sôbre a competência do Estado para envolver-se nas relações da família: é êsse um direito que os séculos afirmam e a huma-

nidade inteira aceita e proclama. Reduz-se a questão à medida dessa competência, ou em outros têrmos, à necessidade dessa intervenção.

"Na vida social a liberdade não é, não pode ser absoluta; o direito de uns limita-se necessàriamente pelo direito dos outros; é a justaposição o desideratum de todos.

"Se não estamos em êrro, o ponto sôbre que deve versar o exame, é se tem o direito de condenar o filho à ignorância; se negado êle, não tem o Estado competência para envolver-se nas relações da família, e forçar o pai a respeitar a liberdade do filho em relação à instrução, como no passado envolveu-se para obrigá-lo a respeitar sua vida e personalidade.

"A ignorância é a mais grave enfermidade da alma; é uma noite caliginosa, que envolve em seus véus e espírito que Deus criou para conhecê-lo e adorá-lo. Não é possível que o ilustrado autor dos Estudos pretenda dar ao pai o direito de condenar o filho à escuridão perpétua, não querendo que um raio de luz rasgue as trevas que o envolvem, que a aurora irrompa afinal na noite em que vegeta e se atrofia.

"Entende porém o sr. Martinus Hoyer que a intervenção do Estado é desnecessária, por isso que será a instrução do filho a primeira preocupação do pai, preterida apenas pelo cuidado de o alimentar e vestir.

"Confiamos também na energia dos sentimentos humanos, e fôra absurdo supor que são sempre contraditórios e antagônicos os interêsses dos pais e os direitos dos filhos. Mas, desde que se conceda que todo o homem tem direito, digamos antes, tem o dever de instruir-se, não é lícito negar à lei ou ao Estado, cuja autoridade exprime, a competência para assegurar por meios coercitivos o respeito dêsse direito, ou o cumprimento dêsse dever.

"Se os pais enviarem voluntàriamente os filhos à escola, se cumprirem êste dever de motu próprio como por via de regra cumprem os de os vestir e alimentar, a coincidência feliz de sua própria vontade com a vontade da lei dispensa os rigores desta e a intervenção da autoridade.

"Mas, se o pai esquece os seus deveres, se viola o direito que o filho tem à instrução; o choque de interêsses contrários, o abuso da fôrça, a preterição do dever, chamam a lei em socorro do filho; e se o Estado invade o lar doméstico, é porque o pai, que deve

ser o seu anjo tutelar, converte-se em seu tirano, e a civilização não consente que a tirania tenha asilos.

"Porque não sois lógicos, pergunta o sr. Martinus Hoyer, e não levais o socialismo a suas últimas conseqüências nisto como em tudo o mais, forçando por lei o pai a alimentar e vestir a família?"

"Somos lógicos; a nossa lei, como a de todos os povos civilizados, força o pai a vestir e a alimentar a família. Não contentou-se o legislador com a obrigação natural, garantida pelo sentimento; invadiu o lar doméstico, e assegurou de modo mais eficaz e positivo o cumprimento de tão sagrados deveres.

"Sob o ponto de vista da instrução, muitos pais, sem serem uma aberração que desafia a indignação universal, esquecem o que devem aos filhos, levados de preconceitos, ou desvairados pela própria ignorância.

"Quer o sr. Martinus Hoyer apreciar as ponderadas razões que têm muitos dos pais para negar a instrução primária a seus filhos? Ei-las compendiadas nas informações ministradas ao govêrno francês pelos professôres de instrução primária, ouvidos a respeito da pouca freqüência das escolas:

"Nada disto se sabia antigamente, e nem por isso sofria-se mais." "Meu filho sabe o preciso para viver como eu." "Não sei nada, meu filho não saberá mais." "Para cavar a terra, não é preciso saber ler." "Meu filho não irá à escola, porque eu também não fui." "Não o quero para advogado." etc., etc.

"É dêste modo que nas classes inferiores, ainda não alumiadas pela civilização, zelam os pais o direito dos filhos, e querem mantê-los nas trevas em que vivem, sob a tutela de um sacerdócio que não sabem elevar.

"Não consinta a lei que o fraco, que não pode por si mesmo dar vida ao seu direito, seja a hóstia inocente sacrificada à perversidade ou ao egoismo.

"Se o filho tem o direito de instruir-se, corre ao pai a obrigação de respeitá-lo, e como o sujeito do direito, ainda na infância e na absoluta dependência do pai, não pode por si mesmo exercê-lo, seja aquêle obrigado pela lei ao cumprimento de seu dever, quando pelo egoismo ou pela ignorância não queira voluntàriamente fazê-lo.

"Não creia o sr. Martinus Hoyer que seja o ensino obrigatório uma lei de Dracon, uma fatalidade, que fere sem critério e sem exame. Se o pai está na impossibilidade absoluta de enviar o filho à escola, ou

de instruí-lo no próprio lar, coloca-se sob a tutela do princípio — ad impossibilia nemo tenetur, *escapa à penalidade, e substitui-o o Estado ou a caridade no cumprimento do seu dever.*

"É também o que sucede quando o pai não pode alimentar o filho; suspende-se a obrigação e êle é substituído pelos parentes, que a lei indica, e na falta, a caridade preenche sua santa missão na terra.

"A escola diz como o Cristo — sinite parvulos ad me venire — *e a lei pune os que regeitam desdenhosos êste honroso e benéfico convite.*

"Mas, a gratuidade da escola do Estado é um sofisma; o pobre, que não escapa do impôsto, a paga mais cara, e nem sempre dela se utiliza. Temos pois a questão sob o ponto de vista utilitário, e ainda neste ponto não nos parece procedente a condenação do sr. Martinus Hoyer.

"A instrução obrigatória não implica necessàriamente o ensino oficial; não obriga a lei que os analfabetos peçam o seu curativo ùnicamente à escola do Estado.

"Se impõe a todos a obrigação de aprender a ler, deixa a todos a liberdade de escolher o mestre.

"Não vale a pena indagar se o ensino privado é mais barato; neste assunto, o preço da mão de obra regula-se pela qualidade desta. Seja porém mais caro para o pobre o ensino oficial: se não pode ter outro, beije reconhecido a mão que lho proporciona, e o sacrifício que faz no presente compensá-lo-á o futuro na melhor condição do filho.

"A instrução do operário é um capital precioso; o trabalho torna-se mais produtivo, o salário é maior, as condições da vida mais cômodas e suaves.

"Se em tais circunstâncias evita-se o embrutecimento produzido pela miséria, e se é esta a principal origem dos crimes, é fôrça convir que a instrução é o meio mais eficaz de combatê-los; pois por ela melhoram-se as condições de vida das massas populares, inspirando-lhes mais alta idéia da dignidade humana, iluminando-lhes a consciência, facilitando-lhes o cumprimento de seus deveres." (422)

A resposta de Martinus Hoyer veio no "O País" de 20 de setembro de 1878:

(422) — "O Tempo" — 9-9-1878.

"Combate "O Tempo" as idéias que, incidentemente, aventurei em um dos meus estudos sôbre a instituição social, tão preconizada, da instrução gratuíta e obrigatória. Fazendo-o, porém, pedi à justiça da crítica, que esta começasse pela análise do princípio geral em que firmei o meu juízo. A questão de princípios é, nesta ordem de controvérsias, questão essencial: melhor do que eu o sabe o ilustrado crítico.

"Na introdução do meu livro preveni o leitor que nele encontraria uma idéia fundamental, que me parecia justa e filosófica, e que formulei do seguinte modo: "O Bem é ordem natural; o mal apenas acidente e aberração, quando não é provocado pelas instituições humanas, caso em que torna-se artificial e tende a generalizar-se." E desta idéia deduzi entre outras a seguinte conclusão: a ação da autoridade deve limitar-se a corrigir o Mal, deixando ao Bem o seu curso natural e espontâneo.

"Ora, parece que "O Tempo", combatendo uma doutrina que me pareceu estar de acôrdo com o princípio político e social que fica enunciado, deverá examinar se fui ou não lógico nas minhas deduções e conclusões. Se estas estavam de harmonia com o princípio pré-estabelecido, e a crítica ainda assim repelia a doutrina, cumpria provar que o princípio era falso ou carecia de fundamento.

"E se concordando com o princípio, condenava-a todavia, cumpria demonstrar que as minhas deduções não se continham lògicamente no princípio.

"Disse eu, que a idéia da instrução gratuíta e obrigatória era opressora e envolvia um sofisma. Entendi e entendo que é opressora, porque ataca a liberdade individual; envolve um sofisma, porque o é a gratuidade de um serviço que todos, inclusive os agraciados, pagam no impôsto. Mas combatendo, de passagem, a idéia aludida, como uma daquelas que adquirem foros de sãs e se tornam convencionalismos, embora baseadas em princípios falsos, não entrei em largas considerações a respeito.

"O "O Tempo" encarregou-se de tocar no ponto por ventura mais importante da questão, ponto que deixei de discutir por entender que estava debatido na tese geral do meu livro. Não lhe passou despercebida a injustiça (pôsto que não a declare e talvez não a considere tal) que resulta a uns de pagarem serviços feitos a outros. Mas tirou daí conclusões diametralmente opostas às que se deviam esperar. Passou

por cima da injustiça e admitiu que o Estado tem o direito de exigir retribuição de serviço social de quem os não reclama e exige e nem dêles carece. Admitiu, pois, virtualmente que o Estado tem o direito de ser injusto, sôbre o fundamento de que é um grande bem a dissipação da ignorância nas classes inferiores da sociedade.

"Considero um grande mal a cegueira do espírito, mas penso que êste mal, como tôdas as enfermidades físicas ou morais, não entram na parte da responsabilidade individual, que a autoridade tem de fazer efetiva. As enfermidades físicas e morais não atacam ordinàriamente a liberdade e os direitos dos membros diretamente responsáveis para com a sociedade. Se por ventura atacam os direitos que têm os filhos sôbre os pais, não considero êstes direitos sob a guarda do Estado. A responsabilidade dêstes para com aquêles repousa nos princípios morais que regem as relações da família, inherente ao direito que tem o pai de governar os filhos enquanto menores. Penso também, e sobretudo, que em caso algum será legítimo o direito que se arroga o Estado de praticar a injustiça, por insignificante que seja ou pareça, pois que a autoridade é principal senão exclusivamente, instituída para garantir a justiça social. Que qualificação se daria ao procedimento de um médico que, cientemente, provocasse uma gravação na moléstia de um paciente em vez de o curar ou de prestar-lhe conscienciosamente o serviço pelo qual houvesse recebido emolumento? O que pensaríamos de um advogado que defendesse a causa contrária àquela para cuja defesa houvesse obtido honorários? Em que conceito teríamos o ato do magistrado, retribuído pela sociedade para aplicar a lei, que a torcesse e falseasse em benefício da fraude e da imoralidade? Tudo isto seria qualificado de roubo execrável. Pois tão monstruosos como tais atos, entendo eu serão sempre aquêles que partirem da autoridade e que forem diametralmente contrários ao fim primordial de sua instituição.

"Se "O Tempo" quiser dar-se ao trabalho consciencioso de deduzir tôdas as lógicas conseqüências do princípio com que julga poder amparar uma injustiça praticada pelo Estado, qualquer que ela seja, recuará com certeza ante a monstruosidade de tais conseqüências. E é o que justamente caracteriza um princípio falso: a lógica o conduz a conseqüências absurdas. Uma vez aceito tal princípio, uma vez admitido,

perigam todos os direitos naturais dos membros da sociedade, ficam a mercê dos legisladores.

"E nem me digam que na integridade, na ilustração, na sabedoria, na consciência, no espírito de justiça ou de eqüidade do legislador tem a sociedade a garantia contra o abuso. A limitação no quanto do abuso ou da injustiça não muda a natureza desta: coisa alguma poderá transformar a injustiça em justiça; e os dieritos naturais do homem são absolutamente inalienáveis. O legislador é homem e, como tal, falível. Com exceção da própria liberdade que tratará de converter um privilégio, não regateará ao poder do qual dependerá necessàriamente, que o dominará, e lhe ditará a lei a promulgar, o sacrifício de qualquer parte dos direitos, que os seus constituintes houverem confiado à sua guarda. Consulte "O Tempo" a História da Humanidade, e verá que assim tem acontecido em todos os tempos..." (423)

Rebatendo esta brilhante argumentação de Martinus, "O Tempo" voltou ao assunto no seu número de 30 de setembro de 1878. Num longo artigo que ocupou 8 colunas do "O País", o notável economista refutou os novos argumentos daquele jornal, os quais passavam por serem da autoria do dr. Gomes de Castro.

E assim terminou, sem sair da alta esfera da ciência e da cortesia, uma das discussões mais interessantes e ilustrativas, travadas no Maranhão.

No opúsculo "Democratie et Socialisme", Martinus Hoyer combate o socialismo em geral e, particularmente, as idéias expostas pelo dr. Antônio Ferreira Viana numa circular que dirigiu aos nossos amigos, do mesmo passo que faz propaganda da democracia ianque. É estudo ligeiro.

Outra obra de Martinus que recebeu louvores da imprensa foi o "Estudo sôbre a reforma do meio circulante".

Foi a redação do "O Tempo", o mesmo periódico que lhe havia criticado o seu conceito concernente à instrução obirgatória, quem proclamou, em primeiro lugar, o valor do novo livro, neste suelto:

"Um bom livro.

"Sob o modesto título — "Estudo sôbre a reforma do meio circulante" — saiu há pouco da oficina do "O País" um belo livro, devido à pena do incansável sr. Martinus Hoyer.

---

(423) — "O País" — 20 de setembro de 1878.

"Não conhecemos exposição mais completa, mais lógica, mais eloqüente dos inconvenientes e males resultantes do papel-moeda.

"Nas colunas desta fôlha, e como nos permitisse a própria fraqueza, mais de uma vez condenamos o triste expediente, tanto ao sabor dos governos desmoralizados e imprevidentes. O que sentíamos, mas não sabíamos dizê-lo com a precisa energia e conveniente desenvolvimento, sente-o e di-lo o sr. Martinus Hoyer nas páginas de seu livro, com a lucidez que a ciência lhe comunica ao estilo, com a convicção adquirida no estudo consciencioso dos fenômenos sociais e econômicos.

"Pode ser tenha o livro defeitos e pequeno raciocínio em mais de uma conclusão. Não os conhecemos porém, e a leitura refletida que dêle fizemos deixou-nos convictos de estarmos filiados à boa doutrina, na oposição que temos sempre feito às emissões do papel fiduciário, que é infelizmente a moeda que possuímos.

"Permita Deus que não seja estéril a propaganda a que consagrou talento e tempo o sr. Martinus Hoyer, e possamos todos ver o meio circulante estabelecido nas condições em que o exige a ciência e o aconselha a experiência de todos os povos e o nosso próprio interêsse."

Veio depois, com a apreciação abaixo, o *Anglo Brazilian Times,* jornal escrito em inglês e que, então, se editava na Côrte do Império.

"O sr. Hoyer já é bem conhecido pelos seus escritos econômicos, nos quais se tem pronunciado inequìvocamente contra os sofismas financeiros, com que muitos dos nossos governantes — fôra talvez exagêro dizer nossos estadistas — procuram desculpa para extravagâncias econômicas, totalmente opostas aos princípios da ciência, e tentam fazer aceitar, à guisa de um novo axioma, que o Brasil é um país excepcional e refratário às leis da economia política, que têm feito caminho na Europa.

"O aludido escrito foi sugerido ao autor pela circular de 24 de fevereiro dêste ano, do conselheiro Afonso Celso, em que êste solicitou a manifestação de opiniões autorizadas acêrca das causas da depreciação do papel-moeda e acêrca dos meios de melhorar o meio circulante do país, isto como preliminar às medidas

tendentes a reformá-lo, que parece ter tido em vista propor ao parlamento, na sessão atual, medidas que a sua retirada do poder retardou de novo indefinidamente.

"Começa o sr. Hoyer pela análise do pretenso direito majestático atribuído ao Estado, de fazer emissão de papel inconversível com curso obrigatório, demonstrando que coisa alguma na constituição do Brasil sancionam tais emissões, e que, pelo contrário, são incontestável e absolutamente opostas ao escrito da mesma constituição, tôdas as leis que a autorizaram.

"Demonstra em seguida que, se nos tempos presentes, estadista algum do Brasil ou de outro qualquer país se atreveria a extorquir diretamente a propriedade aos seus cidadãos, a pretexto de indeclináveis necessidades do Estado, há financeiros que não trepidam em fazê-lo indiretamente por meio de papel-moeda "que começa por espoliar os cidadãos em benefício do Estado, e termina por obrigá-los a ser espoliados uns pelos outros".

"A causa desta cegueira em tais financeiros nasce, segundo crê o autor, da ilusão em que laboram sôbre um falso princípio político e da confusão que fazem entre a moeda pròpriamente dita, e o papel fiduciário que circula como agente da permuta. Não crê o autor que haja jurista, digno dêste nome, que admita ser um direito majestático a faculdade, assumida em outros tempos pelos governos, de falsificarem a moeda, diminuindo-lhe o pêso ou aumentando-lhe o toque estabelecido. Entretanto, demonstram que a emissão do papel-moeda é na essência a mesma coisa que facilitar a moeda metálica, pois que a promessa que aquêle papel enuncia de pagar em espécie o valor recebido, é sempre uma promessa ilusória e mentirosa.

"Mostra depois, que a emissão de 40 mil contos, feita em 1878, produziu uma nova depreciação de 25 % no papel-moeda e causou aos credores do Estado um prejuízo de 10 milhões de libras esterlinas, ao passo que a única vantagem, que dela resultou para o mesmo Estado, foi uma aparente economia anual de 2 mil e 400 contos.

"Continua o autor provando que, conquanto a consolidação do papel-moeda em dívida fundada acarrete um aumento de 8 ou 9 mil contos anuais na despesa pública, êste aumento será nominal, ou quase nominal, visto que haverá simultâneamente, e como

conseqüência necessária da medida, uma redução considerada na mesma despesa; que o completo resgate do papel-moeda traga para o próprio Estado imensas vantagens que compensarão largamente qualquer sacrifício exigido pela reforma, e que esta fará restabelecer e consolidar o crédito público e industrial do país — teses que o autor fundamenta com argumentos lógicos e convincentes.

"Façamos votos para que êste escrito, que está sendo transcrito integralmente nos jornais, inspirem aos nossos legisladores idéias de finanças sensatas e econômicas, dissipando as ilusões sui generis, *que só serve para acobertar a presunção e ignorância."*

O último livro de Martinus — "O problema econômico do impôsto" — a cuja revisão êle se dedicava, quando a morte o surpreendeu em Lisboa, é uma análise das teorias que o Duque de Broglie expôs na sua obra — "Le libre Echange et l'Impôt".

É, portanto, um livro de crítica, crítica que o seu autor fêz demonstrando notáveis conhecimentos da matéria.

Dirigiu-lhe a publicação, a convite dos amigos de Martinus, outro comerciante de real valor intelectual e moral, José Antônio de Freitas, que declarou no prefácio ter aceitado a missão, não por vaidade, mas pelo ensejo que se lhe oferecia de prestar uma homenagem à memória de um homem que teve em tôda a sua vida, como atividade predileta do seu coração, o bem do Maranhão. (424)

---

(424) — Sôbre José Antônio de Freitas escreveu Sacramento Blake no Dic. Bibliográfico Brasileiro :

"José Antônio de Freitas, — filho de Eduardo de Freitas e dona Rita de Cássia de Sousa Freitas, nasceu no Maranhão a 10 de abril de 1849. Emigrando muito jovem para Lisboa, aí fêz na escola politécnica o curso teórico de artilharia e o curso superior de letras, e dedicou-se ao magistério, lecionando particularmente matemática, química, física elementar, história natural e língua latina. Distinto literato, é membro da Academia Real das Ciências dessa cidade e de outras associações de letras. Ausente da pátria, tem dado provas de que não se arrefece o amor que lhe consagra, ocupando-se de assuntos de interêsse dela, como fêz depois de proclamada a República na questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, demonstrando com documentos os inauferíveis direitos do Brasil ao território em litígio. Foi êle o diretor das — Biografias dos homens célebres dos tempos antigos e modernos — cuja edição foi feita por David Colazzi, sendo de sua pena muitas dessas biografias. E escreveu: — Estudos críticos sôbre a literatura no Brasil. O lirismo brasileiro. Lisboa, 1877, 142 págs. in 8.° — O livro é oferecido à mãe do autor e precedido de uma carta do Barão de Santo Angelo que lhe diz: "Publique o seu primeiro ensáio literário sôbre o Brasil, porque é um bom estudo, uma nobre tentativa, uma espécie de medalha cunhada pelo coração; e estas medalhas do próprio valor intelectual, gravadas pelo amor da pátria, têm um curso que aumenta de preço e serve de diploma mais tarde e bastante no Brasil, onde

Como "Democracia e Socialismo", "O Problema do Impôsto" foi escrito em francês.

A obra intelectual de Martinus Hoyer diz bem do seu valor.

Em todos os tempos, a sua figura será honra e glória do comércio em que ela se formou.

---

um gênio benéfico abriu suas asas beneficentes e vivificadoras. Revele-se pelo trabalho."

"Estudos críticos sôbre a poesia épica no Brasil — Esta obra vem anunciada no fim do livro precedente a ser brevemente publicada. Nunca, porém, a vi.

"Othelo ou o mouro de Veneza: tragédia em quatro atos de William Shakspeare. Tradução. Lisboa, 1882, LXXI — 232 págs. in 8.º — Termina o livro com uma coleção de notas.

"Hamlet: tragédia em cinco atos de William Shakspeare. Estudo crítico e tradução portuguêsa. Lisboa, 1887, 404 págs. in 8.º — O estudo crítico vai até a pág. 114 e da pág. 371 começam as notas. Êste drama foi representado peia primeira vez no teatro de D. Maria II, em benefício do ator Brazão, na noite de 18 de fevereiro de 1887.

"Kean ou gênio e desordem: drama em cinco atos e seis quadros — por Alexandre Dumas. Tradução. Lisboa.

"História Universal da Igreja, do Dr. João Alzog. Tradução. Lisboa, 188. 4 vols. in 8.º — Essa tradução foi publicada com aprovação e sob os auspícios do episcopado lusitano e brasileiro. O livro do Dr. Alzog é seguro e imparcial na crítica dos fatos; sincero na sua exposição e, sobretudo, muito interessante pela grande cópia de autores que cita e que podem consultar-se para mais largo e profundo estudo de algumas questões históricas mais importantes.

"Pretensões argentinas na questão de limites com o Brasil. Estudos dos Srs. J. A. de Freitas e Barão de Capanema. Rio de Janeiro, — 1893, in 8.º — Sòmente parte dêste livro lhe pertence. (Veja-se Guilherme Schuch de Capanema). Freitas tem algumas poesias em publicações avulsas, como na Polhantea publicada pela imprensa de Lisboa em benefício das vítimas sobreviventes do incêndio do teatro Baquet no Pôrto.

CAPÍTULO XXXVII

Realizações de Martinus Hoyer e o sonho que não realizou

ENTRE as realizações de Martinus — Banco Hipotecário, Companhia das Águas São Luís e Engenho Central São Pedro — esta foi a que lhe apresentou maiores dificuldades e talvez por isso a que lhe mereceu maior solicitude.

Em 1875, a lavoura nacional teve a sua grande lei de auxílios.

Foi o deputado Cardoso de Meneses quem, naquele ano, na sessão de 15 de abril, trouxe à baila a importante questão, pedindo nomeasse a Assembléia Geral Legislativa uma comissão de seis membros para estudá-la. O parecer desta comissão, que teve como relator o mesmo Cardoso de Meneses, reconhecia precisar a lavoura de escolas profissionais, estradas, redução de impostos, braços e capitais, aconselhando como medidas urgentes e imprescindíveis o crédito real e os engenhos centrais.

Com êste critério foi elaborado o projeto de lei número 94, que sofreu prolongada discussão por parte de Gomes de Castro, Costa Pereira, Ferreira Viana, Cunha Leitão, Augusto Chaves e Rodrigo Silva, os quais o defendiam, e Martinho Campos, que o julgava oneroso aos cofres do país, improfícuo à lavoura e, portanto, sem mérito para ser discutido. Em 30 de agôsto, o projeto passou em terceira discussão, e Meneses, numa entusiástica oração, congratulou-se

com a lavoura pela grande vitória. Referendada pelo Barão de Cotegipe, a lei foi sancionada em 6 de novembro de 75, tendo o número 2.687.

Podemos dividí-la em duas partes: uma que autorizava o Govêrno a conceder ao Banco de Crédito Real, que se fundava, segundo o plano da lei n.º 1.237, de 24 de setembro de 1864, garantia de juros e amortização de suas letras hipotecárias; a outra dava ao Govêrno poderes para garantir juros de 7 %, até o capital de trinta mil contos, às companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de canas, mediante o emprêgo de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.

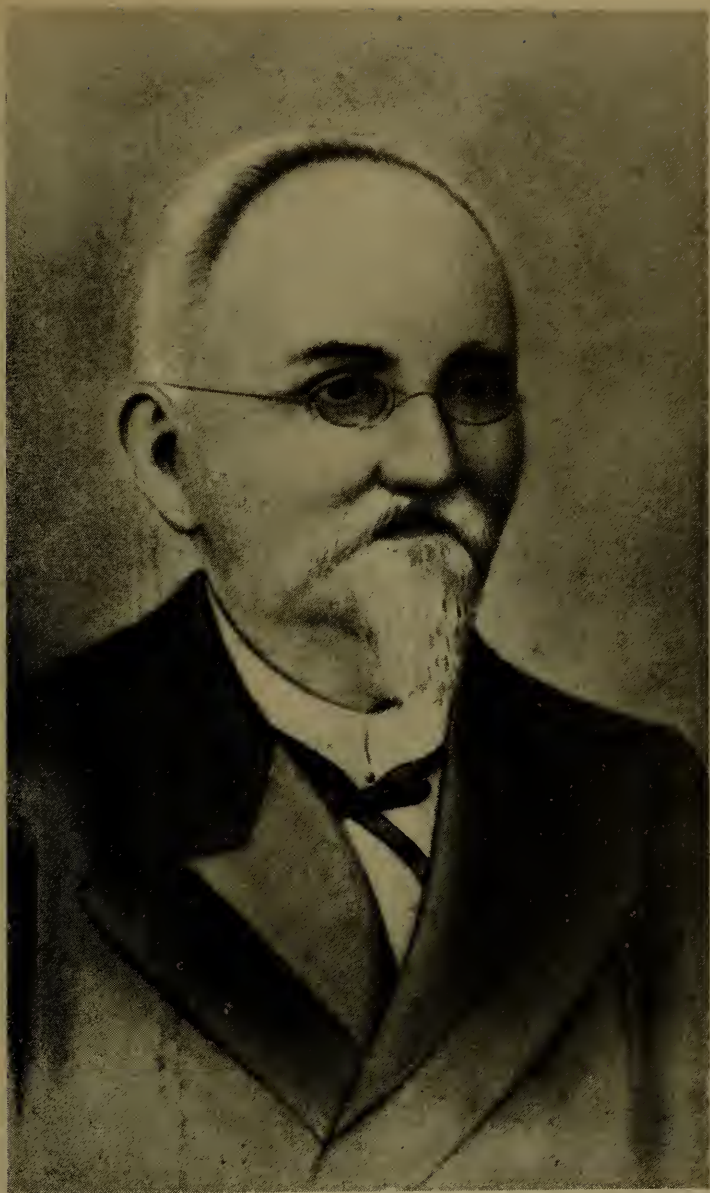
Mandava a lei, que, para essa segunda garantia, fôssem preferidas as companhias que já tivessem celebrado ajustes com as administrações provinciais, e mostrassem, perante o Govêrno do Império, que se achavam associados aos proprietários agrícolas do lugar onde pretendessem estabelecer o engenho central, para lhes fornecerem a quantidade precisa de canas, e, além disto, que as pessoas, que se colocassem à frente dessas emprêsas, ao caráter moral reunissem condições de aptidão, que afiançassem o levantamento do capital preciso para estabelecê-las, e a aquisição de pessoal idôneo para bem dirigí-las em suas diversas operações industriais.

Em resumo, eram estas as condições impostas pela lei n.º 2.687 para a garantia de juro dos capitais invertidos nos projetados engenhos.

No Maranhão, a propaganda das vantagens de tais emprêsas e da citada lei foi feita pelo doutor João Antônio Coqueiro, talento de escol e esmerada cultura científica.

É de 1876, o seu primeiro artigo sôbre os engenhos centrais, publicados no "O País", no qual explicava.

> *"Entende-se por engenho central a emprêsa que, separando os dois ramos industriais da fabricação do açúcar — lavoura e fabrico — deixando sòmente aos lavradores o fornecimento da cana, e reservando à fábrica a sua manipulação, permite interessar grande número de capitalistas e lavradores, aquinhoando êstes com o dôbro dos respectivos rendimentos brutos, sem as despesas do próprio fabrico, — e aquêles com dividendos certos e seguros, que até hoje têm variado de 16 a 48 %, segundo as localidades."*

Êste estudo do doutor Coqueiro despertou as classes conservadoras maranhenses do letargo em que viviam. Um grupo de lavradores tendo à sua frente o doutor Antônio César de Berredo, obteve, para logo, do Govêrno Imperial a

José Francisco de Viveiros, descendente do Barão de São Bento e proprietário do engenho "Tramauba", em Penalva.

garantia de juros necessária a um engenho central, que seria localizado no vale do rio Mearim. Outro grupo, chefiado por Martinus Hoyer e José Moreira da Silva, dois comerciantes de larga projeção na Província, apresentou-se como incorporador de uma grande companhia, cujo objetivo era a instalação de cinco engenhos centrais no Maranhão. Houve, naquela época, como que um revigoramento de energias e de confiança na lavoura. Martinus Hoyer e Moreira da Silva apresentando a emprêsa ao público escreviam. "A Província do Maranhão não pode deixar de ser agrícola; ou a agricultura ou nada; a vida com ela ou a morte sem ela." "O País", o jornal de maior circulação, exaltava as vantagens da emprêsa projetada, afirmando com a responsabilidade do seu redator-chefe — Temístocles Aranha, que era um grande nome: "Para tirar esta Província do estado em que se acha, para salvar o Maranhão, só vemos dois meios: a oferta de capitais, a juro módico e prazos longos, e a introdução de grandes melhoramentos na lavoura."

Assim, a idéia foi ganhando corpo, foi-se tornando objeto de locubrações.

Mas eis que surge uma dificuldade: onde encontrar lavradores que deixassem seus engenhos para fornecer canas ao engenho central?

Removeu-as o doutor Coqueiro com seus cunhados, como se verifica da carta abaixo, por êles dirigida a Martinus Hoyer:

> *"Tendo em vista as vantagens, que proporcionam os Engenhos Centrais aos respectivos fornecedores de canas, vimos, na qualidade de lavradores, oferecer os nossos serviços à emprêsa que V. S.ª tenta criar nesta Província, ratificando por esta forma com as nossas assinaturas o que já uma vez tivemos oca sião de dizer-lhe, isto é: que estamos resolvidos a abandonar os nossos engenhos, sacrificando assim um capital de cêrca de 200 contos de réis, e estabelecermos de novo e à nossa custa nas terras circunvizinhas à usina, sob as seguintes condições: 1.º — que seja o engenho central levantado no vale do Pindaré. 2.º — os nossos contratos firmados, de acôrdo com as bases, que junto lhe remetemos:*
>
> *"Se V. S.ª entender que oferecemos à Companhia, que pretende incorporar, para levar a efeito tão gigantesca idéia, a garantia precisa, pode dar à presente carta a necessária publicidade."*

Assinavam-na João A. Coqueiro, José Francisco de Viveiros e Jerônimo José de Viveiros.

Comentando êstes acontecimentos, escrevia Temístocles no seu jornal:

> *"Dois homens de reconhecidas atividades e aptidões, dois dos mais importantes negociantes de nossa praça, põem-se à testa da emprêsa, a que de coração vêm ligar os seus nomes."*
>
> *"Lavradores dos mais laboriòsos da Província contraem, expontâneamente, o compromisso de fornecer tôda a cana que plantarem para a nova fábrica."*
>
> *"Os lucros da emprêsa, se não chegarem ao juro enorme de 24 % como demonstram cálculos não exagerados, não serão inferiores a 15 %."*
>
> *"O que falta pois?"*
>
> *"Falta o principal — falta o concurso dos únicos que podem levantar a emprêsa, os possuidores de capital."*
>
> *"Se êstes também desanimarem, se o engenho central for por êles considerado uma utopia — então cruzemos os braços e, como os primitivos possuidores desta terra, deixemos correr o barco ao sabor da corrente, e que a Providência nos valha."*

Mas o capital desejado não aparecia, tanto no Rio de Janeiro para Berredo, como aqui para Martinus.

Entretanto, Temístocles não desanimava, repisava o assunto no seu jornal.

É êle próprio quem nos oferece êste informe, em editoriais de 13 de agôsto e 7 de outubro de 1879, conforme vamos ver:

> *"Ontem, falando aos interêsses futuros do comércio, mostramos que êsses interêsses reclamam a pronta construção de uma estrada de ferro entre esta Província e a do Piauí."*
>
> *"De outras vêzes que nos ocupamos com êste assunto, acompanhávamos as palavras, que dizíamos, de dados estatísticos, fornecidos por pessoas de Teresina."*
>
> *"Assim também, tratando de engenhos centrais, temos mostrado com algarismos irrecusáveis, extraídos das melhores fontes, que dão essas fábricas resultados fabulosos, comparados com os que tiram os engenhos usuais, em que o proprietário planta a cana e faz o açúcar."*
>
> *"Também já um distinto lavrador, nesta mesma fôlha, tratou tão perfeitamente da questão que nada deixou a desejar."*

"Por isto se vê que é um assunto por demais conhecido, que não há quem o não conheça com a evidência dos algarismos, nos seus menores detalhes."

"Não há também quem não saiba que tem a Província terras em que a cana cresce extraordinàriamente e conserva-se por muitos anos."

"Ora, se os engenhos centrais não falham em resultados quando há canas para alimentá-los, se estas podem ser amplamente fornecidas, o que impede que sejam êles fundados na Província?"

Em 7 de outubro de 1879, Temístocles voltava ao assunto, procedendo a transcrição dum artigo do jornal "O Tempo", de que era redator-chefe o doutor Gomes de Castro, chefe do partido conservador da Província, com estas palavras:

"Temos sido incansável na propaganda do engenho central, que é a propaganda da salvação da Província. Apraz-nos ver que "O Tempo", jornal notável pelo critério com que é dirigido, vem em auxílio da idéia, publicando excelente artigo."

Mas a apatia continuava.

Foi só em 1879 que se venceu essa apatia do meio, fazendo entrar a idéia da fundação de engenhos centrais na fase decisiva das realizações maranhenses.

Do primeiro artigo de propaganda, da autoria de Coqueiro, fazia três anos.

Embora retardada, a idéia voltou a preocupar os maranhenses, e ainda desta vez impulsionada por Martinus Hoyer.

Pelo "O País", edição de 8 de outubro de 1879, dirigiu êle um convite aos lavradores e comerciantes maranhenses, para uma reunião em sua casa, no dia 9, às 7 horas da noite, cujo fim era discutir questão de grande importância, atinente à lavoura e ao comércio, a de assentar as bases para a fundação de um engenho central na Província.

Do êxito desta reunião Temístocles comunicou aos leitores do "O País", logo no dia seguinte:

"Continua a propaganda, disse êle, para a fundação de engenhos centrais, e agora, com mais atividade que nunca."

"Dêste fato, que anunciamos à Província com o maior júbilo, deu valiosa prova a reunião anteontem efetuada na casa do Sr. Martinus Hoyer."

De fato, a reunião demonstrou a existência dum concurso de vontades decididas e fortes.

Martinus expôs os seus objetivos e pediu se aclamasse uma mesa para dirigir os trabalhos, mesa esta que, por proposta do comerciante Hermenegildo Jânsen Ferreira foi constituída do próprio Martinus, José Alves dos Santos e Antônio Cardoso Pereira.

Aceita a proposta Jânsen Ferreira, o doutor Gomes de Castro, advogado e político de grande projeção em tôda a Província, expôs as vantagens de uma emprêsa que tivesse por fim a fundação de engenhos, opinando pela recusa de garantia de juro, oferecida pelo Govêrno Geral, em recente dispositivo de lei.

Para maior clareza do assunto, estabeleceu o notável político três itens:

1.º — Se era conveniente a fundação de um engenho central na Província, e se todos os que se achavam presentes estavam dispostos a trabalhar para a emprêsa.

2.º — Se deveria pedir-se ao Govêrno a garantia de juro de 7 %, que a emprêsas idênticas tem sido concedida.

3.º — Adotada a idéia, de uma forma ou de outra, se nomeasse uma comissão de cinco membros para tratar da incorporação da companhia, que deve realizá-la.

Opinaram os presentes afirmativamente pelas primeira e terceira dessas propostas, e, negativamente, quanto à segunda, isto é, para que se dispensasse a garantia de juro.

Custódio Belchior propôs que, antes de ser aberta a inscrição, fôsse declarado o lugar onde se teria de estabelecer o engenho, pois isso influiria nas quantias que cada um tivesse de subscrever. Opinou em contrário Ribeiro de Moura, achando que o local devia ficar ao arbítrio da comissão, que se ia eleger. Vencedora esta opinião e procedida a escolha da comissão, ficou ela assim constituída: doutor Augusto Olímpio Gomes de Castro, doutor João Antônio Coqueiro, Martinus Hoyer, José Joaquim de Azevedo Almeida e comendador Laurindo de Oliveira. E ali mesmo, diz a notícia do "O País" donde extratamos êstes informes, foi subscrita avultada quantia. (424-A)

(424-A) — "O País", 11-10-1879.

Em 23 de outubro, esta comissão comunicava ao público pelas colunas do jornal de Temístocles, o resultado dos seus estudos.

"Engenho Central

"Está na consciência de todos que a cultura da cana e o fabrico do açúcar não terão na Província o desejado desenvolvimento, mantida a rotina, e conservados os processos atualmente empregados.

"A imperfeição do produto coloca-o em posição desvantajosa nos mercados consumidores: e as despesas da produção, se não absorvem, reduzem consideràvelmente os lucros do produtor.

"A primeira medida, que a experiência aconselha para melhorar a indústria açucareira, consiste em separar o plantio e cultura da cana do fabrico do açúcar. A aplicação entre nós do fecundo princípio da divisão do trabalho há de dar sem dúvida, os benéficos resultados que deu e continua a dar no Egito, em Java, em Martinica e em Cuba.

"Reduzido ao mister de cultivador da preciosa gramínea que em grande parte da Província dispensará por largos anos cuidados especiais, não precisa o lavrador de capitais avultados, nem de aplicar-se à indústria de fabricante de açúcar, que exige conhecimentos, que não são comuns entre nós.

"Realizam as fábricas centrais esta imensa vantagem: dividem e simplificam o trabalho; deixam ao lavrador a cultura da cana e confiam a mãos, mais hábeis a fabricação do açúcar por meio de aparelhos convenientes.

"É, porém, manifesto que a aquisição dêsses aparelhos e a sua colocação no ponto preferido exigem capitais avultados, que em um país novo, e, portanto, pobre, excedem as fôrças do indivíduo.

"É a associação, sob a forma anônima, o meio mais engenhoso de congregá-los. Restrita a responsabilidade à soma subscrita, e delegada em mandatários responsáveis, livremente escolhidos, a administração da emprêsa, não compromete o capitalista todo o seu haver, nem prende a sua atividade que pode aplicar-se a outra indústria.

"Mas, o capital tem direito à remuneração, e por mais patriota que seja a tentativa de regenerar a lavoura da Província, pelo emprêgo de máquinas, que tornam mais fecundo o trabalho e mais segura e estável a profissão do agricultor, não é prudente esperar

que seja um dia essa tentativa uma festejada realidade se não for garantida ao capital a remuneração que lhe é devida.

"Está o Govêrno autorizado a conceder às fabricas centrais a garantia de juro de 7 % dos capitais nelas empregados."

"Em algumas Províncias têm os empresários de tais fábricas solicitado e obtido esta garantia. Pareceu, porém, aos lavradores e negociantes reunidos na noite de 9 do corrente em casa de um dos abaixo assinados, que não convinha aceitá-la.

"A liberdade é na indústria a primeira condição de bom êxito, e a garantia do Govêrno dar-lhe-ia o direito de intervir na emprêsa, de fiscalizar-lhe o movimento, introduzindo assim um elemento estranho, que não podia deixar de embaraçá-la, conhecidos como são os processos usados pela administração do país.

"E demais, a experiência tem provado à saciedade que as fábricas de açúcar dão aos capitais nelas empregados juros altamente remuneradores, e ainda reduzidos a capricho, não serão nunca menores que os das emprêsas entre nós mais rendosas e procuradas.

"Um exemplo recente, e sobremaneira honroso à iniciativa individual, acaba de dar ao país a emprêsa da fábrica "Barcelos", estabelecida no município de São João da Barra, Província do Rio de Janeiro. Depois de ter obtido garantia de juro, renunciou-a, tão grande é a confiança que tem no seu futuro.

"O quadro seguinte, organizado à vista de informações insuspeitas e da maior competência, deixa patente o lucro que é lícito esperar do capital empregado em um engenho central:

ORÇAMENTO

Custo da fábrica e capital da emprêsa

Material do engenho para moer 250.000 quilos de canas em 24 horas, compreendendo a fábrica de açúcar, a de distilação, a de carvão animal e o esqueleto do principal edifício, todo de ferro, francos 570.000 a 450	*300:000$000*
Despesas de embalagem a 5 %	*15:000$000*
Frete do material da emprêsa em um navio fretado expressamente	*6:000$000*

Idem do material para o interior	*6:000$000*
Material comprado na Província, tijolos, madeiras, cal, etc.	*20:000$000*
Despesas com o pessoal para a criação da fábrica	*20:000$000*
Cinco quilômetros de trilhos assentados com vapor	*50:000$000*
Animais de tração	*5:000$000*
	422:000$000
Eventuais 10 %	*42:200$000*
Aquisição de terras, etc.	*35:800$000*
	500:000$000

ORÇAMENTO da receita e despesa

É de 250.000 quilos a moagem da fábrica por dia, mas admitindo-se que chegue esta apenas a 200.000 quilos e seja o rendimento em açúcar sòmente de 9 % de pêso de cana, teremos por safra de 120 dias uma produção de 2.160.000 quilos de tôdas as cristalizações, que vendido ao preço mínimo de 200 réis por quilo dá	*432:000$000*
Aguardente	*$*
Rendimento bruto ...	*432:000$000*

Despesa

Compra de 24.000.000 de quilos de canas de 7 réis por quilo	*168:000$000*
Despesa com o pessoal da fábrica, ordenados e alimentação	*30:000$000*
Frete e armazenagem de açúcar a 15 réis o quilo	*32:400$000*
Acondicionamento do mesmo à razão de 1$000 por 100 quilos	*21:600$000*
Renovação de animais	*2:000$000*
Seguro do açúcar para o Maranhão ...	*3:500$000*
Agências na capital, escritório, expediente, etc.	*10:000$000*
Amortização anual de 5 % sôbre 500:000$000	
	25:600$000
Dividendo anual de 12 %	*60:000$000*

Margem a favor da emprêsa, livre de dividendo, além do rendimento da aguardente .... 59:600$000

"Tendo sido o vale do Pindaré o ponto escolhido na aludida reunião para o estabelecimento da fábrica, a feracidade das terras e a facilidade do transporte são elementos de bom êxito só ao alcance de todos que têm visitado aquela importante zona.

"Correspondendo à confiança com que foram honrados, anunciam os abaixo assinados que está aberta a subscrição para o capital de 500:000$000, e se acham as listas nos escritórios dos Srs. José Joaquim de Azevedo Almeida & Cia., Laurindo de Oliveira & Cia. e Hoyer & Ribeiro."

Neste comunicado, como acabamos de ver, a diretoria da nova emprêsa declarava que o lugar do engenho seria o vale do rio Pindaré, o que fêz outras zonas disputarem para si as vantagens da preferência. Lavradores de Guimarães quiseram deviar a escolha para o rio Pericumã, assim como a família Vieira da Silva (Luís Vieira da Silva e seu filho José Henriques) tentaram atraí-la para o Alto-Mearim, oferecendo gratuitamente terras, que afirmavam ubertosas e apropriadas.

Justificando a preferência da diretoria (já, então se havia escolhido até o local — a antiga Colônia São Pedro do Pindaré), dizia o doutor João Antônio Coqueiro, lavrador no Município de Monção, em aritgo publicado no "O País", de 20 de abril de 1881:

"Não é só a fertilidade das terras da Colônia de São Pedro, onde vai ser levantada a fábrica, que contribui para o magnífico resultado, que vimos de mostrar (um rendimento de 11,70 % de açúcar sôbre o pêso da cana), senão o complexo de circunstâncias, que reúne aquêle lugar, tendentes tôdas ao bom êxito da emprêsa, e em tão crescido número, que dificilmente se encontraria outro nas mesmas condições.

"1.º — Ficam as terras da Colônia do lado direito do rio Pindaré, que produzem canas mais sacarinas do que as do esquerdo.

"2.º — É plano o terreno e firme a mata, que se estende desde as margens do dito rio até as

do rio Grajau, com seis léguas nessa direção, conforme nos informam.

"3.º — *A terra, que vem morrer à margem do rio, por ela altamente dominado, oferece vasta esplanada para o assentamento da fábrica.*

4.º — *É o rio navegável em tôda e qualquer época do ano até aquêle ponto, que dista da capital apenas vinte e quatro horas de viagem em barco a vapor.*

"5.º — *O pôrto nada deixa a desejar, podendo dizer-se que não será mais do que uma baldeação para as barcas das companhias de vapores o transporte dos produtos da fábrica para o embarque, e vice-versa.*

"6.º — *Dispõem as matas de ótimas e inúmeras madeiras de construção para tôdas e quaisquer obras da fábrica.*

"7.º — *Encontra-se em abundância excelente água potável em juçarais, espalhados em diversos pontos da mesma mata, e, não longe, magníficos campos, ricos de pastagens, para a solta do gado.*

"8.º — *É proverbial a abundância do peixe nos rios e lagos, e de caças de todo gênero nas matas do Pindaré.*

"9.º — *Sendo plano o terreno, não exige o assentamento dos trilhos outra obra de arte a não ser um insignificante atêrro em uma pequena baixa, que a linha férrea terá de atravessar.*

"10.º — *É o ponto da Colônia, por ser elevado, um dos lugares mais saudáveis do Pindaré, como o podem atestar os que ali têm vivido e os moradores da circunvizinhança.*

Finalmente, a não menos importante de tôdas as condições é a aceitação que encontrou a emprêsa, dos lavradores, fornecedores de canas, que, reconhecendo as vantagens que ela lhes proporciona, não recuaram diante dos sacrifícios, que exige uma muda,

indo, cada um para ali estabelecer-se o mais próximo que se possa da fábrica, conseguindo desta forma a companhia evitar grandes dispêndios com crescido número de quilômetros de via-férrea, principal e talvez a única causa de sérios embaraços, com que lutam os engenhos centrais, estabelecidos no sul."

Na noite de 22 de abril de 1880, em sessão, realizada no Clube Familiar, sob a presidência de Gomes de Castro, começaram os subscritores a discutir os estatutos da sociedade.

O projeto dêstes estatutos foi publicado no "O País", de 19 de junho de 1880.

Por êles ficava organizada na capital da Província do Maranhão uma companhia sob o nome de "Progresso Agrícola", cujo fim era o estabelecimento de engenhos centrais.

O capital da companhia, dividido em ações de 100$000 cada uma, era provisòriamente fixado em 500:000$000, mas seria gradualmente elevado até 2.500:000$000, isto à proporção que o desenvolvimento da emprêsa o permitisse.

Para a fundação da primeira fábrica da companhia foram emitidas 5.000 ações, das quais 4.883 já estavam subscritas naquela época.

Enquanto a emprêsa não começasse a ter rendimentos seriam abonados semestralmente aos acionistas, a título de indenização pelo empate do capital de suas entradas, 20 % de juros, os quais seriam carregados ao custo das obras da companhia.

Pelo art. 46 ficava nomeada uma comissão composta dos acionistas dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro, Laurindo José de Oliveira e Martinus Hoyer para impetrar do Govêrno Imperial a aprovação dos estatutos e requerer a favor da emprêsa a isenção de direitos para o material que houvesse de importar para as suas fábricas, de conformidade com a lei de 6 de novembro de 1876.

O Govêrno Imperial aprovou os estatutos pelo decreto número 7.811, de 31 de agôsto de 1880.

Estava criado o primeiro Engenho Central no Maranhão. Ia começar a fase da fundação, sôbre a qual não pairava dúvida, dado o valor dos homens que formavam o corpo dirigente da emprêsa:

DIRETORES

Martinus Hoyer
Laurindo José Alves de Oliveira
Manuel Silvestre da Silva Couto

Francisco Januário Guilhon de Oliveira
José João Alves dos Santos

SUPLENTES

Antônio Cardoso Pereira
João Ribeiro de Moura
José Pedro Ribeiro
Antônio Justino de Miranda
Adriano de Brito Pereira

COMISSÃO FISCAL

Franklin Jânsen Serra Lima
José Francisco de Brito Pereira
José Antônio da Silva Santos

ASSSEMBLÉIA GERAL

Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro — Presidente
Trajano Augusto Valente — Vice-Presidente
Hermenegildo Jânsen Ferreira — 1.º Secretário
José Pedro Ribeiro — 2.º Secretário

Em 1880, foram dados, portanto, os primeiros passos para a organização da "Companhia Progresso Agrícola", que ia entrar na fase das realizações.

Dêste notável acontecimento deu ciência à Assembléia Legislativa Provincial o chefe do poder executivo maranhense, doutor Luís de Oliveira Lins e Vasconcelos, nos trechos abaixo transcritos, do seu relatório daquele ano:

"Para êste grande melhoramento, que tanto e tão benèficamente influirá nos destinos da atual e rotineira lavoura do Maranhão, já está subscrita a quantia de 400:000$000, segundo me informou o seu distinto iniciador, Martinus Hoyer.

"Tanto, segundo êle crê, e eu estou convencido, basta para o assentamento de uma fábrica central em condições econômicas.

"Se bem que nada me tenha sido pedido, e que o primeiro grito da emprêsa, ao nascer, fôsse a completa ausência dos favores do Govêrno, entendo que deveis dar-lhe o auxílio indireto e que ela não pode recusar, de livre ingresso na Província, de todo o material que importar, e dispensá-la de quaisquer impostos provinciais, a que estejam sujeitos os atos precisos para a sua realização, e os seus primitivos produtos.

"No futuro será a Província largamente compensada de quaisquer favores que dispensar a tão útil melhoramento."

Por sua vez, a Diretoria da Associação Comercial em seu relatório referente ao ano de 1879, lido em sessão de 3 de fevereiro de 1880, dedicava estas palavras à nova emprêsa:

"Por iniciativa do nosso prestimoso colega o sr. Martinus Hoyer, está em via de organização uma companhia para a construção de uma fábrica central de açúcar cujos benefícios, atendendo ao que em outras partes tem dado fábricas da mesma natureza, é de esperar que sejam muito linsongeiros para a Província. Êste engenho central, se se realizar, como é de esperar, levantará a nossa lavoura de açúcar, que se acha um tanto abatida, comparada com o de outros pontos, onde o gênero é produzido."

Foi depois daquele gesto de simpatia da Presidência da Província pela nova emprêsa que a sua diretoria a procurou, para tratar do aforamento das terras da extinta Colônia São Pedro. Para logo, o Presidente levou a pretensão ao conhecimento da Assembléia Legislativa, encarecendo-lhe a importância.

Pela lei provincial n.º 1.228, de 19 de abril do mesmo ano de 1881, ficou o Govêrno autorizado a fazer à companhia o aforamento daquelas terras, cujo contrato foi lavrado em 1.º de junho.

Já então estava completa a subscrição dos cinco mil títulos da companhia.

Na lista dos acionistas, liam-se os nomes mais respeitáveis da sociedade maranhense: Martinus Hoyer, Henry Airlie, José Maria F. Vasconcelos, Visconde de Itaquí, João Antônio Coqueiro, José Francisco Viveiros, Família Castelo Branco da Cruz, Caetano Brandão de Sousa, Antônio Cardoso Pereira, Alves de Oliveira, Custódio Belchior, Bento José Esteves Dias.

Desde 31 de dezembro de 1880, a Companhia vinha anunciando receber, até 28 de fevereiro de 81, propostas para fornecimento de canas ao engenho, cuja primeira safra seria em 1882. A emprêsa estabelecia o preço de 7$000 por tonelada de cana, que produzisse até 9 % de açúcar. Para cada 1 % superior a êsse rendimento, havia uma bonificação de 1$000.

Com estas condições não se conformaram José Francisco de Viveiros, João Antônio Coqueiro, Jerônimo José de

Viveiros, proprietários, respectivamente, dos engenhos Tramaúba (no município de Penalva), Castelo (município de Monção) e Kadoz (município de Viana), que tinham sido dos primeiros lavradores, como vimos, a aderirem à emprêsa.

Na outra proposta, que apresentaram à diretoria da "Progresso Agrícola" entre outras modificações, vinha a do preço por tonelada de cana, que só aceitariam nesta base: Que do 3.º ano por diante o preço de 7$000 por 1.000 quilos de cana correspondesse às seguintes condições:

> *rendimento da cana em açúcar de 7 a 9 %; preço médio do açúcar de 180 a 200 réis; que variando cada um dêsses fatores, o preço da cana variaria na mesma razão, ou melhor, na razão do produto dêsses fatores; assim, só poderia ser reduzido o preço da cana, se fôsse inferior o produto em questão a 180 × 7 — 1.260; bem como, só teriam os fornecedores direito ao aumento, quando o referido produto se tornasse maior que 200 × 9 — 1.800.*

Não era descabida, como se vê, a proposta dos conceituados lavradores. Nada mais natural do que permitir aos fornecedores de cana, como colaboradores da emprêsa, participar dos lucros possíveis numa valorização do produto. Entretanto, recusaram-na os dirigentes da companhia, o que determinou o afastamento de tão bons elementos.

No Maranhão começava cedo a luta entre os fornecedores de canas e as usinas.

Todavia, não faltaram lavradores ao engenho. Dos 16 proponentes que se apresentaram para o fornecimento de 250 toneladas de canas diárias, a Companhia "Progresso Agrícola" lavrou contrato com os 11 seguintes: João Ribeiro de Moura — 2.000 toneladas, Ladislau da Silva Aranha — 3.000, Cândido José Ribeiro — 3.000, Wenceslau Henriques — 8.000, doutor Pedro Nunes Leal — 200, dona Maria Luísa Leal Vale — 4.000, doutor Fábio Nunes Leal — 2.000, Alfredo Guilhon — 1.000, Luís Cordeiro — 500, Alfredo Coelho de Sousa — 300 e Simão Titarra — 1.000. Mais tarde, entrariam outros: Comendador Antônio Leite, César Moura, doutor Oscar Galvão, Francisco Vale, José Lopes da Silva, Raimundo Santana, Alfredo Gonçalves e Venâncio Rêgo.

Para preparar-lhes a semente, achava-se, na colônia São Pedro, desde outubro de 81, o lavrador José Castelo Branco da Cruz, que seria o primeiro gerente da emprêsa.

Coqueiro e os Viveiros afastaram-se da emprêsa, indo fundar com a firma comercial Almeida Júnior & Cia. uma outra organização de engenhos centrais — a "União Agrí-

cola" cujo capital de 700 contos poderia ser elevado a 3.000. Os estatutos desta nova companhia foram publicados no "O País", de 5 de junho de 1882. Assinaram-no como diretores os seus fundadores. Nos primeiros meses, grande entusiasmo: garantia de juro de 6 % para o capital e 200 contos subscritos em 24 horas. Depois, arrefecimento: os subscritores param em 526 contos.

Debalde, Temístocles procura reanimar os capitalistas, em magníficos artigos no seu jornal:

> *"A "União Agrícola", dizia êle, "apareceu sob os mais felizes auspícios, o que foi justo, amparada como vinha com os nomes de três dos primeiros fabricantes de açúcar da Província, Coqueiro e Viveiros, e dos primeiros exportadores dêste gênero, Azevedo Almeida & Cia."*
>
> *"Hoje, porém, vemos arrefecido todo êsse entusiasmo, que fêz serem procuradas pressurosamente as ações da emprêsa."*
>
> *"Por que?"*
>
> *"Que acontecimento novo veio desviar os espíritos das boas intenções em que estavam?"*
>
> *"Serão essas dificuldades que tem encontrado o engenho São Pedro, dificuldades inevitáveis, mas que têm sido superadas, e vão desaparecendo, ficando apenas, na imaginação e vontade dos pessimistas, dêsses que mais lamentam o atraso da Província, e não são capazes do menor esfôrço, de qualquer espécie que seja para tirá-la dessa posição?"*
>
> *"Se formos a dar ouvidos a êsses ruins profetas então percamos tôda esperança de qualquer melhoraramento."*

Passadas algumas semanas, volta de novo à baila o infatigável jornalista, defendendo as possibilidades de um segundo engenho central no Maranhão; mas, como já dissemos, tudo foi em vão.

Em 23 de julho de 1883, João Antônio Coqueiro publicava no "O País" esta nota:

> *"Como não me seja possível continuar indefinidamente prêso à propaganda de uma idéia, embora de incontestável utilidade prática, mesmo porque tôda dedicação tem limites, declaro que ficará aberta em casa dos srs. Almeida Júnior & Cia. a subscrição a fim de completar o capital necessário para a construção de um engenho central da "União Agrícola", até fins*

de agôsto próximo futuro, e que se dentro dêste prazo não se tornar efetiva a referida subscrição considerar-me-ei exonerado dos compromissos que tenho para com o público."

E a "União Agrícola" morreu.

Nesta luta contra o retraimento do capital ficava só a "Companhia Progresso Agrícola", privada já dos seus maiores sustentáculos: Coqueiro, que dela se afastara como acabamos de narrar, e Martinus, que falecera, repentinamente, em Lisboa, a 16 de dezembro de 1881.

Já, então, a companhia tinha encomendado por 23.900 libras os maquinismos do engenho à firma inglêsa Fawcet Preston & Cia., que havia vencido os outros concorrentes — Cail, de Paris e Brissonneau Fréres, de Nantes, e, que, pelo contrato firmado, seria subscritora de 160 ações no valor de 1.600 libras. As condições de pagamento eram vantajosas para a emprêsa: 1.500 libras no ato do contrato, 1.500 por mês até completar 80 % do total e os 20 % restantes, deduzidas as 1.600 libras das 160 ações, no final, dispensando os fabricantes a comissão de 5 % de uso em tais negócios.

Na Colônia São Pedro, um engenheiro desta importante firma, Roberto Collard, dirigia o assentamento das primeiras máquinas que chegaram em junho de 1882. Acompanharam e vieram mesmo depois dêle, outros técnicos: engenheiro Samuel Jewit, mecânicos Edgingtom e John Miller, operários Oliver, Harper, Logan Medeville e Whiteside e o pedreiro Frederico Pickert, dos quais nem todos satisfizeram a "Progresso Agrícola", uns por não terem permanecido no serviço o tempo ajustado, outros pela incompetência e má conduta demonstrada. Em todo caso, foram êles os mestres dos trabalhadores que às dezenas labutavam naqueles êrmos, nas construções dos edifícios, nos assentamentos das máquinas, no preparo dos canaviais das novas fazendas. Tão intenso labor exigia pessoal numeroso. Afastava-o, porém, do serviço da emprêsa a lenda, malèvolamente espalhada no vale, de que ela marcava com ferro em brasa os seus operários. Teve, por isso, de importá-lo do Ceará, donde vieram 70, e de Caxias, que forneceu 60, e isto fêz o salário subir de 800 réis a 1$400. Por outro lado, subia o custo do material, como por exemplo, o tijolo, que se não pode fabricar no local por deficiência de braço.

Assim, o capital da "Progresso Agrícola" esgotava-se. Foi nesta altura, que Collard observou à sua diretoria a necessidade imperiosa de uma linha-férrea de 12 quilômetros, para o transporte de canas, dada a amplitude da fábrica que se montava, para esmagar 250 toneladas de canas em 24

horas. Era, com efeito, uma necessidade imperiosa, mas acarretava ela um aumento de 30 %, do capital, já desfalcado com a majoração das despesas de construção da fábrica e com a deserção dos subscritores de 508 ações, ou sejam 50:800$000. O insucesso da "União Agrícola" e a experiência própria no abandono das 508 ações, a que acabamos de aludir, não permitiam à diretoria pensar num aumento do capital da emprêsa já reduzido a 447:255$000. Apelou-se, então, para um empréstimo de 180 contos nos três bancos da praça de São Luís.

Ficou, desta maneira, a companhia devendo 60 contos a cada um dos bancos — Comercial, Hipotecário e do Maranhão — sob a responsabilidade pessoal dos diretores, que neste passo assumiram uma atitude invulgar.

Ainda assim, não se resolveu o caso. Planejou-se, então, uma emissão de 300 contos em obrigações nominativas de 200$000, juro de 8 %, amortização de 20 % anuais. Não obstante a taxa convidativa de 8 %, apenas negociaram-se 652 obrigações. As restantes, 848, foram caucionadas nos bancos para levantar 2/3 de sua importância, isto é, cêrca de 113 contos de réis.

Certo, não havia outra solução, mas era uma solução que prognosticava um futuro sombrio para a emprêsa. Criou-se em volta do empreendimento uma certa onda de pessimismo. Temístocles, espírito vigoroso a serviço de tudo o que fôsse progresso para a sua terra, procurava debelá-la. A diretoria da "Progresso Agrícola" redobrava de esforços.

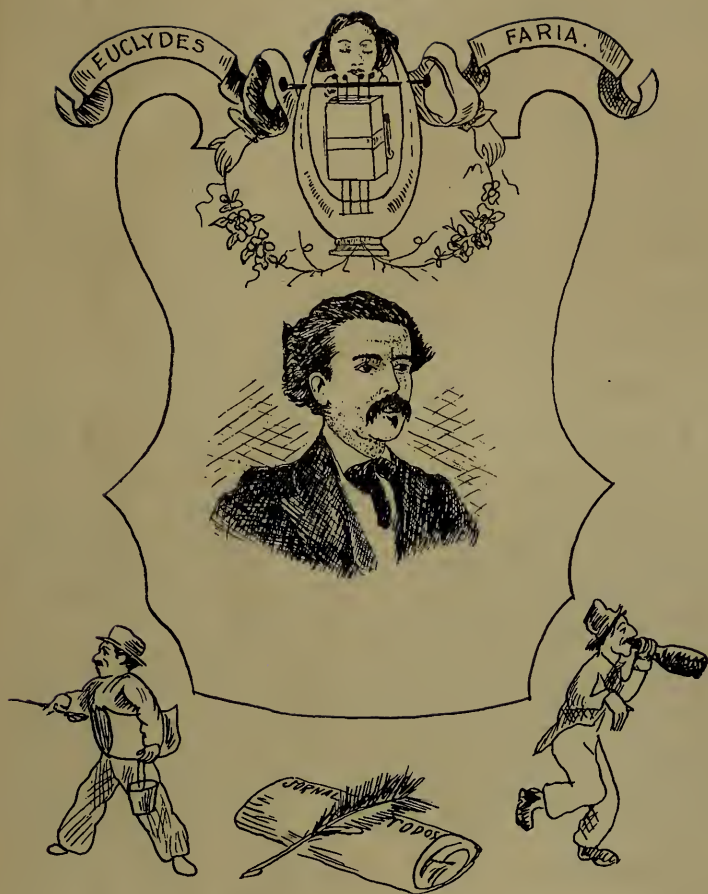
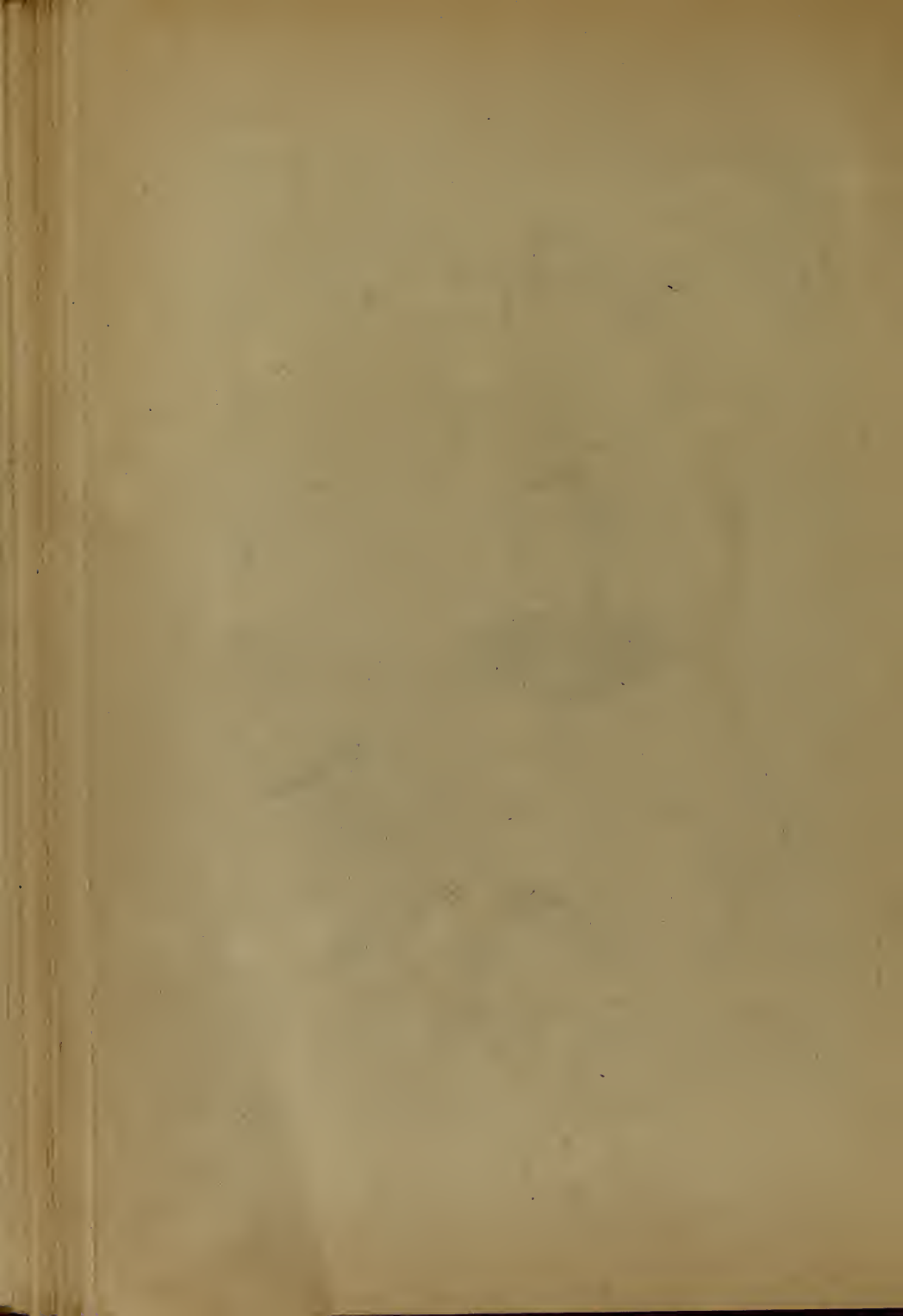
Em setembro de 1882, "O País" anunciava a chegada de 310 toneladas de maquinismos e trilhos pelos vapores "Bernard" e "Bragança".

No engenho São Pedro, há meses, que o engenheiro inglês Samuel Jewit vinha preparando o leito da estrada, em prolongada reta admirável.

No dia 13 de setembro de 1883, percorria o primeiro quilômetro de linha-férrea, assentado em terras do Maranhão, uma locomotiva, batizada com o nome de Martinus Hoyer.

O acontecimento foi festejado pela emprêsa com um grande jantar aos operários, presidido pelo engenheiro Collard.

Em 11 de julho de 1884, experimentava-se a moenda, fazendo-se funcionar a grande máquina, duas das seis caldeiras e a chaminé de 100 pés de altura. Êxito completo.

Na experiência, discursaram o mecânico W. Seal pela firma construtora Preston & Cia., Cazé Cruz pela "Progresso Agrícola" e Pedro Nunes Leal pela lavoura.

O poeta satírico EUCLIDES FARIA, num desenho de João Afonso Nascimento, estampado no jornal humorístico "A Flexa".

Afinal, em 16 de agôsto de 1884, inaugurava-se o grande engenho.

Com longa antecedência, o diretor-secretário da "Progresso Agrícola" convidou pela imprensa os acionistas para a solenidade, anunciando a partida de dois navios fluviais no dia 14.

De fato, assim aconteceu.

Num dêles, o "Gomes de Castro", tomaram passagem, além de vários acionistas, o Barão de Grajau, 1.º vice-presidente da Província em exercício, o Cônego Doutor João Tolentino Guedelha Mourão, vigário geral do Bispado e a diretoria da "Progresso Agrícola" cujos nomes vale relembrar aqui: José João Alves dos Santos, João Ribeiro de Moura, Manuel Silvestre da Silva Couto, Antônio Cardoso Pereira e Francisco Januário Guilhon de Oliveira.

As 144 milhas que separam de São Luís o Engenho foram percorridos pelo vapor em 24 horas.

Chegada festiva, preparada pelo gerente da Companhia, José Castelo Branco da Cruz.

Deslumbraram-se os itinerantes, diante da massa gigantesca da maquinaria, completa em seus menores detalhes, até na oficina mecânica, e realçada pela luz elétrica, então desconhecida na Província.

No dia seguinte, pela madrugada, vinte vagões descarregavam canas no picadeiro. Às 6 1/2 horas, missa e benzimento da fábrica. São paraninfos Grajau e Afonso Saulnier. Rodam os cilindros da grande moenda, na qual lançam as primeiras canas o Presidente da Província, o vigário geral, o presidente da diretoria e o gerente do estabelecimento.

Abre-se a sessão inaugural. Discursaram Alves dos Santos e Cardoso Pereira. Da solenidade lavra-se uma ata que é feita por êste último e assinada por 63 pessoas. Almoça-se em casa de João Barbosa Ferreira, havendo vários brindes. Depois, passeio pelos canaviais, no trem, percorrendo as fazendas La Ventana, Canadá, Bernardo de Palissy, Santa Inês e tantas outras, pertencentes aos lavradores da Companhia. O regresso é adiado para o dia 17, a fim de que todos trouxessem para São Luís amostras do açúcar da nova fábrica.

Finalizando a notícia do "O País", donde extraímos estas notas, dizia Temístocles:

> *"São nossos votos para que o engenho São Pedro seja o precursor de outros semelhantes, que possa êle animar os capitais amedrontados e conte em breve o Maranhão muitas fábricas como esta, de que tanto necessita, principalmente agora que pairam sôbre a lavoura temerosas ameaças."*

"O Engenho Central é uma colmeia em que podem trabalhar o rico e pobre, o plantador de um modesto canavial e o senhor de um campo de canas."

Examinado nos laboratórios de Pernambuco amostras do primeiro açúcar produzido, constatou a análise conter êle 99,50 de sacarose.

Em breve, chegava em São Luís, numa barca, o primeiro carregamento de açúcar do Engenho Central. Para recebê-lo, embandeira-se a ponte do Tesouro; tocam-se foguetes. O açúcar é depositado num armazém especial.

E a "Companhia Progresso Agrícola" pôde anunciar:

Açúcar de Engenho Central

1.ª qualidade .... 360 réis o quilo
2.ª qualidade .... 300 réis o quilo

Enquanto o novo produto alcançava esta cotação o açúcar bruto descia a 40 réis o quilo. (424-B)

E tão excelente era êste novo açúcar, que a casa de José Pedro Ribeiro & Cia., sucessora de Martinus & Ribeiro, exportava naquele preço, pelo vapor "Bragança", para a Inglaterra, 1.000 sacos.

Não podia haver argumento mais decisivo para provar as vantagens das novas fábricas.

Mas afinal em que consistia o Engenho São Pedro?

Num vasto plano de dois quilômetros quadrados, à margem direita do rio Pindraé, elevava-se o edifício da fábrica, que media 140 x 130 pés e cujo teto, todo de chapas de ferro galvanizado, apoiava-se sôbre quarenta e quatro colunas também de ferro. Nas paredes laterais e internas, construídas de tijolos, abriam-se nove portas e quarenta janelas, altas e elegantes. Ao lado desta arquitetura majestosa e imponente erguia-se a chaminé de cem pés de altura.

Dentro do edifício, um deslumbramento de máquinas. Anotemos as principais:

6 geradores de vapor, cada um com 25 x 6 pés.

2 bombas para alimentação dêstes geradores, recebendo movimento de uma máquina vertical, e dispondo de mangueiras para serem utilizadas em caso de incêndio.

1 poderosa máquina vertical, cilindro 3 1/2 pés x 21 polegadas, movendo duas bombas pneumáticas de bronze —

(424-B) — "O País" — 2-10-1884.

2 pés x 26 polegadas, e mais duas outras para o serviço de caldo e xarope.

3 moendas horizontais, sistema Rouvelot, de 5 pés x 26 polegadas.

1 esteira sem fim para canas, com 85 pés.

1 dita sem fim para bagaço, com 35 pés.

5 defecadores de fundo duplo de 5 pés de diâmetro, revestidos de cobre internamente.

1 montejus para receber as espumas e lavagens dos defecadores.

2 prensas filtros completas.

2 clarificadores de 6 pés de diâmetro, com serpentinas de cobre.

12 filtros de ferro, para a filtração do caldo e xarope por meio do carvão animal, cada um com 10 pés x 4 pés. Por sôbre êstes filtros corre um carro para distilação do carvão.

1 lavador de carvão e pertences.

1 recipiente a vapor para o serviço de carvão.

1 ferro com 24 retortas de ferro para a revivificação do mesmo.

1 elevador de carvão úmido.

1 elevador de carvão sêco.

1 máquina a vapor para dar movimento aos elevadores e lavador de carvão.

1 aparelho a tríplice efeito, composto de 3 tachas, providas de tubos verticais de cobre sôbre chapas do mesmo metal, com uma superfície total de 3.000 pés.

1 aparelho de vácuo, diâmetro 8 pés.

4 grandes tanques para caldo e xarope, destinados ao suprimento do vácuo.

48 resfriadeiras de ferro, sôbre rodas.

1 mexedor de açúcar.

4 centrífugas automáticas de 32 pol. de diâmetro.

1 máquina a vapor para as turbinas.

1 montejus para as centrífugas.

1 elevador mecânico para conduzir o açúcar das turbinas.

1 moínho para pulverisar açúcar.

1 máquina a vapor para movimentar a distilaria.

1 alambique contínuo, sistema Savale.

9 dornas, capacidade 3.600 galões cada.

1 depósito de 1.000 galões.

2 depósitos para melaço.

2 tonéis para aguardente de 300 galões cada.

1 poderosa bomba, com máquina e caldeira própria.

colocada à margem do rio, com capacidade para fornecer 55.000 galões dágua por hora.

1 balança, sistema decimal, capacidade 10.000 quilos.

Do portão principal da fábrica, que acabamos de descrever, partia a linha férrea, de 12 quilômetros de extensão, bitola de 0m90, num leito de 16 metros de largura, em cujas margens se alinhavam as fazendas dos lavradores, — pitorescas vivendas com nomes expressivos: Canadá, Califórnia, La Ventana, Palissy e onde os seus habitantes eram despertados, para o labor do campo, pelos silvos das locomotivas "Martinus Hoyer" e "São Pedro" e o barulho das rodas de 105 vagões de 3 toneladas, correndo numa linha reta, sôbre pontes, aterros e onze boeiros.

Era a vida trepidante de um centro de grande produção, servido pelos fatores do progresso: a máquina, a locomotiva, a luz elétrica, o telégrafo.

E porque êste panorama era inédito no Maranhão, por lá excursionavam, de quando em quando, presidentes de Província como o Barão de Grajau e o doutor José Bento de Araújo, e grupos de comerciantes de nossa praça, como êste que o visitou em setembro de 1885, composto de Manuel José Francisco Jorge, Manuel José Soares, Jaime da Costa Nunes, suas respectivas famílias, e mais Silva Couto, Moreira de Sousa, Albino Silva, José Oliveira Neves, e Fontoura Galvão.

Foi cronista desta excursão o jornalista Euclides Faria, o popular Compadre Lourenço, tão apreciado naqueles tempos. Levaram-no para êste fim.

É uma bela crônica que merece ser revivida.

Transcrevemo-la, pois.

"O vapor deixa São Luís às 9 horas e 50 minutos. Euclides Faria assinala: 10 horas — Ponta da Guia, 10 horas e 45 minutos — Duas Irmãs, 11 horas — Itaqui, 11 horas e 30 minutos — um suculento almôço. O vapor vai-se aproximando da foz do rio Mearim e o calor aumentando. O poeta comenta:

O calor era demais,
o sal dardejava a pino,
então lembrou-se o Albino
de convidar o Vinhais
para dar de sóta a ás
no jôgo de voltarete
uma sova de cacête
igual ao calor dos mares,
tomando então seus lugares

na mesa de quatro cantos,
O Jorge, sócio do Santos,
mais o Maninho Soares."

Enquanto se joga, passam pelas ilhas Boa Razão e Tauá-Redondo e Pôrto da Gabarra.

"Às 18 horas e 30, entram no rio Pindaré. A beleza do rio desperta o estro do poeta:

Que rio tão caudaloso!
que deslumbrante riqueza,
onde a própria natureza
fêz um viveiro piscoso!
Tudo ali é majestoso,
há sedutores painéis;
quem navega essas marés
vê doudejarem ciganas
nos galhos das ingaranas,
nas águas, os jacarés.

"Navegam em pleno rio. Surgem aqui e ali engenhos de velhos lavradores: "Machadinha", "São Paulo", "Boa-Vista", "Ipiranga", "Jutahy" e, por fim, "Outeiro", que foi de Eduardo de Araújo Trindade;

Foi ali naquele Oiteiro,
de tão grande antigüidade,
que o bom nome de Trindade
ganhou fama e fêz dinheiro.

"Fundearam no pôrto de Monção, duas barcas — "Prata" e "Turu". Antes, tinham encontrado, descendo o rio, os vapores "Lidador" e "Gomes de Castro." Dentro em pouco, avistariam ancorados no Engenho Central mais quatro barcas — "Belmonte", "Marajahyba", "Riachão" e "28 de Julho". Em resumo: 3 vapores e 6 barcas. Que bela produção.

"Passam pelos igarapés do Castelo e do Acará. Afinal, com 24 horas de viagem, vê-se o soberbo e majestoso edifício do Engenho Central."

E, deslumbrado, Euclides Faria pergunta:

"Os que ainda não foram ao "Engenho Central" serão por ventura capazes de fazer um juízo aproximado do que aquilo é?"

"Duvido.

"O que aqui se ouve chamar — Engenho São Pedro — não se descreve; o que ali está só pode ser apreciado por quem lá for; tudo o mais escapa à pena de quem tentar descrever a sua maravilhosa grandeza.

"Para se poder bem compreender o que é o "Engenho Central", encarado por todos os seus centenares pontos de observações, é necessário antes de tudo conhecer muitas coisas que lhe são inerentes; é preciso primeiramente ter uma idéia, ainda que ligeira, da pessoa que ali se chama o tenente-coronel Cazé."

"Não sabem quem é o Cazé.

"É o sr. José Castelo Branco da Cruz, o gerente daquele mundo mecânico, a vida daquela colônia, a alma que dá movimento a tudo que lá se mexe, é finalmente

"— um homem locomotiva,
todo zêlo e atividade,
que só respira bondade,
que quando fala cativa;
tudo nele é fôrça ativa,
o homem não está parado
e só de lidar com cana,
exprime a linguagem humana
num estilo açucarado."

"Imaginem, entretanto, os meus leitores, uma extensa planície, que se desdobra sôbre uma elevação de 40 pés ao nível do rio Pindaré."

"No meio desta imensa área está erguido um palácio ao gôsto suíço, de tijolos artìsticamente sobrepostos, em cuja frente ergue-se uma chaminé de 150 palmos ou 100 pés inglêses, vomitando, dia e noite, uma coluna de espêssa fumaça, que se desenrola em milhares de formas numa altura prodigiosa.

Dentro...

"Oh! dentro é que são elas!...

"Quando se transpõe o portão lateral da esquerda, depois de haver passado por sôbre uma rêde de trilhos de ferro em tôdas as direções, a gente estaca involuntàriamente diante daquela gigantesca floresta de diferentes metais, que se movem com uma cadência digna da batuta de um maestro de primo cartello.

"Aquilo não é máquina; aquilo é —

um gigante de mil pernas
com as juntas tôdas de aço,

tendo por olhos — luzernas,
por alimento — bagaço.
Nas amplidões do espaço,
o fumo tudo escurece,
o próprio sol esmorece
em vista dessa fumaça,
que diz ao homem que passa
— aqui a vida floresce.

"Acompanhando o movimento e as múltiplas evoluções do engenho, vê-se entrar uma grande tulha de canas, conduzida por uma esteira de madeira, chapeada de junturas de ferro, que se estende em moto-contínuo até os grandes cilindros das moendas, jorrando imediatamente um rio de garapa, ao mesmo tempo que uma coluna de bagaço se despenha de uma altura prodigiosa.

"Gradualmente aquêle líquido vai tomando formas e qualidades diferentes, e em poucas horas está devidamente preparado e ensacado um açúcar alvo, granuloso e sêco!

"À noite, êste imenso edifício ilumina-se com uma grande quantidade de globos de luz elétrica, e então o aspecto que apresenta aquela grande fábrica assume formas surpreendentes. Ao clarão de uma luz vivíssima, aquêles metais despedem chispas de diferentes côres, e os mil braços, cilindros, roldanas e alavancas em movimento desenham pelos tetos e paredes sombras fantásticas, que se agitam em espasmos nervosos, descrevendo caprichosos arabescos, como as figuras movediças de caleidoscópio contínuo!

"Ali tudo é grande e majestoso; a gente sente-se pequeno diante da coisa mais insignificante.

"O próprio bagaço de cana torna-se lá superior ao homem.

"Não há hipérbole nesta proposição. Penetrando-se num extenso túnel, que passa por debaixo da grande fábrica, fica-se cinco metros abaixo do solo, onde se deposita alta camada de bagaço. Aí a temperatura abrasa. É a secadeira do bagaço, o combustível da vida da fábrica.

"Depois, em carro, puxado pela "Martinus Hoyer", percorreram os visitantes os magníficos canaviais do Comendador João Ribeiro de Moura e Cândido José Ribeiro."

Referindo-se a êste, gaba-lhe a fazenda Canadá, chamando-o de môço laborioso e ativo, inteligente e instruído,

com apreciáveis conhecimentos profissionais adquiridos na Europa.

Depois do meio-dia, voltam à gerência, para o almôço.

"Também já era tempo", diz o cronista, "porque a fome que reinava"

"era uma fome danada,
que não poupava a ninguém,
pois que, se me lembra bem,
depois da mesa acabada,
um dos tais amigos nossos
viu que o Cândido Ribeiro
fêz de um quarto de carneiro
um cemitério de ossos."

No ágape, ergueram-se vários brindes, os quais Euclides consigna:

"Brindou-se o comércio inteiro,
a indústria, mais a lavoura,
o povo luso estrangeiro,
a emprêsa prometedora.
Com voz enternecedora.
o Jorge pediu licença,
falando da fôrça imensa
da luz que as trevas espanca,
chamando de alavanca
os prelos da nossa imprensa."

Depois os excursionistas passeiam pelo povoado. Quase uma cidade, diz Faria: — uma botica, uma padaria, uma loja, uma quitanda, uma tanoaria, uma ferraria, um destacamento de polícia, e uma fôrça do 5.º batalhão, sob o comando do alferes Firmino Antunes Brasil Correia.

Deixaram o Engenho Central às 11 horas do dia 8:

"De lá partimos saudosos,
para o vapor fundeado
chorando o tempo passado
entre milhares de gozos
dum agasalho tão franco,
deixando eu lá, penhorado,
meu coração empenhado
nas mãos do Castelo Branco."

Euclides Faria conclui a sua crônica com estas palavras:

"O Engenho Central constitui uma das riquezas da nossa Província. Ali está o progresso de nossa terra, onde o desânimo tem avassalado os espíritos mais fúteis."

"Os incrédulos têm obrigação de visitá-lo, os curiosos devem vê-lo como um objeto digno de maior aprêço, e os que já tiveram, como eu, a dita de presenciar aquêle foco de civilização e progresso, não podem deixar de entusiasmar-se e sentir pungentes saudades daqueles sítios,

"onde o ferro iguala ao ouro,
onde o trabalho enobrece,
onde a vida não fenece,
onde o terreno é tesouro." (425)

O "Engenho Central São Pedro", como estamos verificando, ia começar a sua vida com uma avultada dívida. Pesava-lhe nos ombros enormes compromissos — 594 contos do custo da fábrica, 10 contos da instalação da luz elétrica e 241 da linha férrea, que somavam 845 contos, dos quais pertenciam aos acionistas 447:215$000 e a diversos credores 397:785$000.

Ainda assim, venceria brilhantemente, se tão adversas não lhe fôssem as estações e rotineiro o espírito dos credores.

Revela-se tal aspecto de sua vida logo nas primeiras safras.

Vejamo-la, resumidamente:

Foi em 1884 que o Engenho Central tirou a sua primeira safra.

Os lavradores forneceram apenas a metade das toneladas de canas do seu contrato, isto é, 12.500 toneladas, as quais, por serem novas, de primeira fôlha, mais aquosas que sacarinas, deram um rendimento baixo — 6,75 %. Com elas fabricaram-se 846.801 quilos de açúcar ou sejam cêrca de 14.000 sacos, e 267 pipas de aguardente. Esta produção permitiu uma renda de 158 contos, que, diante da despesa de 223 contos, deu um prejuízo de 65 contos. O salário foi em média de 1$600.

A emprêsa começava apresentando um *déficit*.

2.ª safra (1885)

Os fornecedores de canas inda faltaram; em todo caso, entregaram 2/3 do que deveriam — 16.500 toneladas, que

(425) — "Publicador Maranhense" — 12-9-1885.

produziram 1.375.129 quilos de açúcar e 257 pipas de aguardente, constatando-se um rendimento de 8,33 %. A receita foi de 243 contos e a despesa de 198, o que deu um lucro de 47 contos, inferior ao *déficit* da primeira safra. A gerência conseguiu baixar a média do salário para 1$200 e verificou que o preço de fabricação de açúcar por tonelada de canas era de 4$000, preço que poderia ser menor, se houvesse um secador de bagaço que dispensasse os trinta trabalhadores neste mister ocupados. A lenha foi adquirida a 2$000 a tonelada.

3.ª safra (1886)

Na 3.ª safra, o engenho esmagou 29.500 toneladas, de canas, dos quais o maior fornecedor foi Cândido Ribeiro com 3.000, e teve uma receita de 323 contos, proveniente da venda de 36.724 sacas de açúcar e 440 pipas de aguardente. A despesa ascendeu a 265 contos. Houve um lucro de 57 contos, portanto. Em mais da metade, absorveram-no juros dos empréstimos contraídos 36.553$000, deixando líquidos 21 contos.

Diante dêste resultado, dizia a diretoria, composta, então, de José Pedro Ribeiro, Cândido José Ribeiro e José Antônio da Silva Santos, "que, com êstes pesados juros, a companhia não poderia tão cedo pagar dividendos aos acionistas".

Com efeito, a emprêsa tinha um capital de 447 contos e devia 460, ao terminar o seu terceiro ano de funcionamento.

Fazia-se mister uma solução.

Abordou o assunto a diretoria no seu relatório em aprêço, dizendo:

> *"Em face de dados tais, a diretoria reconheceu que, sem aumentar o capital da companhia de modo a livrá-la dos juros que a matam, não poderia ela continuar, e lembrou-se de vos pedir permissão para solicitar do Govêrno Geral garantia de juro de 6 % para o capital de 900 contos, permissão que concedestes."*
>
> *"Já seguiram os papéis para a Côrte, e esperamos que o Govêrno Geral se compenetre da necessidade em que a Progresso Agrícola se acha do auxílio dêle nesta emergência."*

Em 1888, a diretoria continuava esperançosa:

> *"Desaparecendo os juros, está salva a companhia. Já demonstramos que, a não ser êste óbice, o*

dividendo poderia ser agora mesmo de 4,5 % sôbre os 900 contos. A situação geral, em certo ponto, parece ter melhorado."

"*Temos em favor, — isenção completa de direitos gerais; taxa provincial de 50 réis por quilo de açúcar que vier de outra Província; moratória concedida pela Assembléia de pagamento dos direitos por quatro anos, pagando depois a companhia o débito à razão de 10 % em cada ano; melhor aceitação para os produtos do engenho, quer neste mercado quer no do Pará.*"

"*Temos contra, — a lei de 13 de maio dêste ano, passada tão de afogadilho, e que perturbou a lavoura.*"

"*E dissemos que a situação melhorou para a companhia, porque nos parece que a crise do trabalho será conjurada com as medidas que os senhores lavradores forem tomando. O abalo foi grande, mas esperamos que passe. Consultados os lavradores, antes mesmo da lei, afirmaram-nos que continuariam a manter os contrato nas condições atuais.*"

Concluindo êste tão judicioso relatório, ponderavam os diretores:

"*De esperanças temos nós todos vivido até hoje e essas esperanças só não se têm realizado por uma série de circunstâncias, que bem conheceis.*"

"*Deixando de pagar os juros que paga, a companhia "Progresso Agrícola" é um excelente emprêgo de capital; tendo de continuar a pagá-los à taxa que paga, não oferece vantagem.*"

"*Devemos lembrar-vos que a taxa do juro que a companhia paga é:*

obrigações e contas correntes caucionadas com títulos — 8 %; contas correntes caucionadas com firmas — 9 %, capitalizados de semestre em semestre.

"*Se o Govêrno Geral negar a garantia de juro pedida, convém que vós vos reunais em assembléia geral, e delibereis sôbre um plano que tenda modificar pelo menos o enorme juro que sobrecarrega a companhia. Haverá meio? Vós o procurareis.*"

E por último diziam que de 400 e tantos contos de açúcar vendido, a companhia não tivera a lamentar nenhum prejuízo.

Como é bem de ver, a emprêsa lutava com o capital, que lhe exigia pesada taxa de juro. A irregularidade das estações começou também neste ano a perseguí-la; inverno rigoroso danificando a linha-férrea e verão prolongado, permitindo incêndios nos canaviais.

4.ª safra

Para a 4.ª safra esperavam-se 30.000 toneladas de canas. A sêca, porém, baixou-as para 16.000, que deram açúcar e restilo no valor de 234 contos, deixando um lucro de 60:875$000, dos quais 41:700$000 foram devorados pelo serviço de juros e os restantes constituíram a primeira parcela do fundo de reserva.

As esperanças dos acionistas, ainda uma vez malogradas, eram adiadas para a 5.ª safra, que se anunciava prometedora de um lucro de 180 contos, reforçados pela garantia de juro, concedida pelo Govêrno Geral à "Progresso Agrícola".

Como estamos vendo, matavam a Companhia Progresso Agrícola os ônus da sua grande dívida.

Foram ainda êstes ônus que a levaram a procurar diminuir o custo de fabricação do seu produto, forçando a baixa do preço por que comprava a cana aos fornecedores, o que, em verdade, ocasionou um dos grandes desastres da emprêsa. De 7 réis, que era, desceu para 5 e depois para 4. No comêço, sujeitaram-se os lavradores, mas não agüentaram a carga. Era impossível. Os agricultores que para lá foram, e formavam, como já deixamos assinalado, uma plêiade notável pela energia e pela inteligência, tinham também sido vítimas nos desastres da companhia. É verdade incontestável que, com o retardamento de dois anos na montagem do engenho, muitos dêles já estavam sobrecarregados de dívidas, quando tiveram a primeira colheita. Tinham o mesmo princípio que a emprêsa, a que se haviam ligado.

Comentando êste fato, escreveram lavradores ilustres:

> *"Abertas as moendas à safra em um ano de grande sêca e não sendo muito regulares os dois subseqüentes, e aumentando cada ano o espírito emancipador, que afrouxava os laços da disciplina, e diminuindo também por outro lado o valor das canas, que ainda era rebaixado pela dificuldade dos pagamentos por parte do engenho, que passava letras a prazos longos, outro não podia ser o resultado para a lavoura senão o desastre que sofreu, e do qual se não poderia levantar, porque ao perder os braços ainda lhe foi*

reduzido o preço das canas, e isto quando as terras de plantação já estavam a grandes distâncias da via-férrea." (426)

Embora magnìficamente organizado, o plano programado pela Progresso Agrícola falhou em absoluto.

"Contava-se, e contava-se bem", diz o citado Relatório, "que aproveitadas as terras marginais da ferrovia, por onde então se desdobrava a lavoura tôda, recebendo esta um preço remunerador, o de 7 réis por quilo, quando o braço era escravo, o seu primeiro e maior cuidado seria transformar êsses mesmos terrenos em campos lavradios, o que viria a tornar-se-lhe de pouca monta a emancipação, que a encontraria com elementos suficientes de resistência, e o preço dado pelo engenho ficaria de sobra compensado pelo enorme aumento do valor dêle; mas êsses cálculos tiveram logo o seu desmentido nos prejuízos que ela sofreu na demora da montagem do engenho, com a rebaixa dos preços das canas, com a emancipação e subseqüente desorganização do trabalho, não conseguindo nem preparar quaisquer trechos arados, nem sequer salvar uma pequena parte dos capitais com que se estabelecera no Engenho Central." (427)

Esmagada a lavoura por tantas causas, sem crédito para prosseguir sua vida inglória, é bem explicável o seu fracasso.

Depois de oito anos de lutas titânicas, em dezembro de 1890, resolveram os fornecedores de canas do Engenho Central, com nobre resignação e heroismo sem par, dar por finda sua missão. Como náufragos que eram, procuraram salvar o que lhes restava: o gado, fazendo-o pastar nos canaviais; a lenha dos roçados, queimando-os prematuramente.

Nestas condições, o Engenho Central São Pedro ficou sem lavoura, isto é, sem matéria prima para funcionar. Salvou-o desta situação de falência o espírito empreendedor de três comerciantes de nossa praça — Antônio Cardoso Pereira; Manuel Jorge e Henry Airlie, que organizaram, sem perda de tempo, inda em dezembro de 1890, a Companhia Cultivadora com o fim de fornecer canas ao engenho.

(426) — Relatório dos lavradores dr. José Francisco de Viveiros, Francisco Joaquim de Sousa e Fábio Nunes Leal, feito a pedido dos diretores da Companhia Explorações Agrícolas em fevereiro de 1893 — Folheto existente na Biblioteca Wilson Soares, página 4.

(427) — Folheto cit. página 5.

Formada com o capital de 200 contos, do qual foi levantado apenas 93:800$000, a Cultivadora começou a agir entregando ao Dr. José Francisco de Viveiros o encargo de suas negociações com os antigos lavradores do São Pedro. Da maneira porque se houve nesta árdua missão o velho agricultor, certo a figura mais representativa da lavoura maranhense naquela época, dizem-nos claramente a Exposição por êle publicada e êste tópico do relatório da diretoria da Cultivadora, que transcrevemos:

"Corre-nos o dever de levar ao vosso conhecimento que a Companhia Cultivadora jamais poderia conseguir o que conseguiu em benefício de vossos capitais, se não fôra o valiosíssimo concurso que voluntária e desinteressadamente lhe prestou o nosso digno e particular amigo o sr. dr. José Francisco de Viveiros, indo ao Engenho Central, em nome da diretoria, justar e adquirir para a Cultivadora todos os canaviais e mais benfeitorias que lá existiam.

"Do modo porque se desempenhou êsse distinto cavalheiro de comissão tão melindrosa e árdua, nada pode falar mais alto do que o resultado que acabais de ter no valor de vossas ações; mas para todo tempo constar que o honrado senhor doutor Viveiros foi o nosso mais importante auxiliar na montagem desta companhia, em seguida a êste relatório, e com a devida vênia, fazemos publicar a sua notável exposição, dando conta do seu mandato à diretoria, de volta a esta cidade." (428)

Com efeito, a transação foi vantajosa para a Cultivadora. Tendo pago 16:805$000 pelos canaviais e benfeitorias dos antigos fornecedores, 18:964$000 de dívidas dos mesmos ao Banco Hipotecário, 14:535$000 pelo gado que possuíam e gasto com o custeio da lavoura cêrca de 22:000$000, vendeu todo o seu acervo, passados quatro meses, em que foi dirigida pelo comendador Antônio Francisco Pinheiro, à outra emprêsa, por 200 contos, o que lhe permitiu dar aos acionistas 90 % de lucro sôbre o valor dos títulos.

A sucessora da Companhia Cultivadora foi uma emprêsa de grande vulto, como se vê pelo artigo primeiro dos seus estatutos, o qual estabelecia:

"Sob a denominação de — Companhia de Explorações Agrícolas — fica constituída uma sociedade

(428) — Folheto existente na Biblioteca Wilson Soares.

anônima, regida por êstes estatutos e pela legislação em vigor, destinando-se a fornecer canas aos Engenhos Centrais neste Estado, e a exploração agrícola de qualquer natureza; e bem assim a fundar burgos agrícolas, de acôrdo com o decreto de 28 de junho de 1890: a transformar os atuais métodos de cultura, empregando na sua lavoura o sistema intensivo, a organizar serviços industriais que tenham relação com a agricultura e a chamar a si, por meio de incorporação ou outro melhor meio que parecer à diretoria, quaisquer companhias agrícolas existentes."

O seu capital era de 800 contos e compunham a sua diretoria Francisco Joaquim de Sousa, dr. Almir Nina e Henry Airlie.

A nova emprêsa destinava-se salvar a maior realização sonhada por Martinus Hoyer.

Com êste intuito e avaliando o triste estado em que estava colocado o engenho por falta de terras nas suas proximidades senão mesmo reconhecendo a necessidade de uma reforma completa na cultura, para logo muniu-se ela de arados, preparou com êles 15 hectares de terrenos nas margens da linha-férrea e contratou um arador nos Estados Unidos para o seu serviço. Foi-lhe assim possível fornecer 17.000 toneladas de canas para a safra de 1891, produção que lhe permitiria prosseguir no seu plano, se a Progresso Agrícola lhe tivesse pago as canas por preços proporcionais à venda do açúcar e bonificasse as canas dos terrenos cultivados aratòriamente com a metade do excesso de percentagem nos seus produtos.

Finda a safra, a Progresso Agrícola fugiu a êste compromisso, pagando apenas, depois de fortes divergências, as canas a razão de 7 réis o quilograma.

Analisando a situação das duas companhias, dizia o dr. José Francisco de Viveiros:

"A Companhia de Explorações tem, hoje, esgotados todos os seus recursos, e qualquer sacrifício, que ainda tentasse fazer, seria em pura perda, servindo apenas para agravar sua posição. Conservando as coisas no mesmo estado, isto é, lavoura extensiva em busca de matas, não haverá poder humano que consiga regularizar o fornecimento de canas, nem capitais, que, empregados neles, produzem.

"Sem uma reforma radical que abranja não só a cultura e o fabrico, mas que se estenda ainda ao próprio organismo da Companhia Progresso Agrícola, não

haverá salvação possível. É verdade que uma reforma desta ordem precisa de tempo e exige o emprêgo de capitais: mas interessando particularmente ao engenho, e sendo condição de vida para o mesmo, só à Companhia Progresso Agrícola cumpre promovê-la a custa mesmo dos maiores sacrifícios; e supor que chamasse a Companhia de Explorações sôbre os seus ombros tal encargo, seria admitir da parte de sua diretoria um desconhecimento completo dos interêsses da emprêsa, porque iria então ela empregando capital dos acionistas, valorizar terras que lhes não pertencem, comunicando fôrça e vigor a uma companhia, que não deve recusar diante da dolorosa operação que a pode salvar."

"A cultura intensiva ou a morte — eis o dilema que se apresenta, infelizmente, fatal ao Engenho São Pedro. O aumento da ferrovia pode espaçar-lhe a morte por algum tempo, mas durante êsse tempo, terá a vida triste e anêmica, que arrasta desde sua fundação."

"Poderia tal reforma ser feita pela Companhia de Exploração Agrícola, quando mesmo ela tivesse em boas condições financeiras? Parece que não. Poderia ela tirar alguma vantagem no aumento de seu fornecimento de canas, porém esta vantagem não comprometeria a enormidade dos sacrifícios, e por fim veria passar o seu capital, representado pelos terrenos arados, às mãos da Companhia Progresso Agrícola, que os pagaria como julgasse razoável.

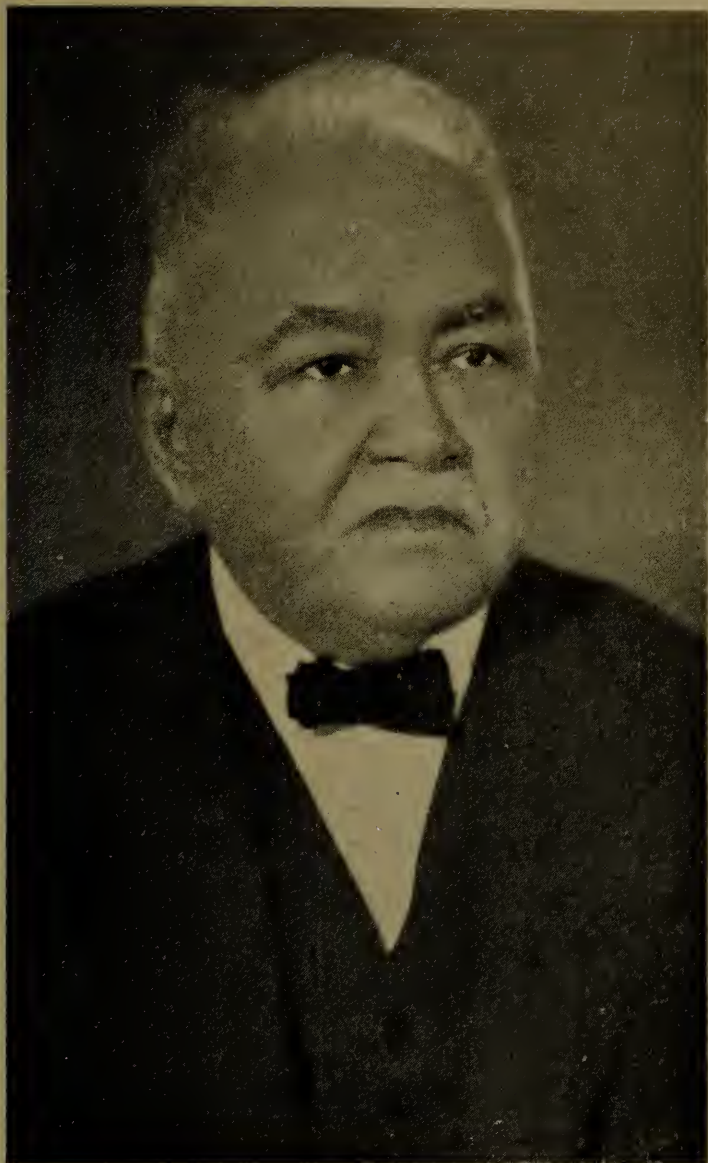
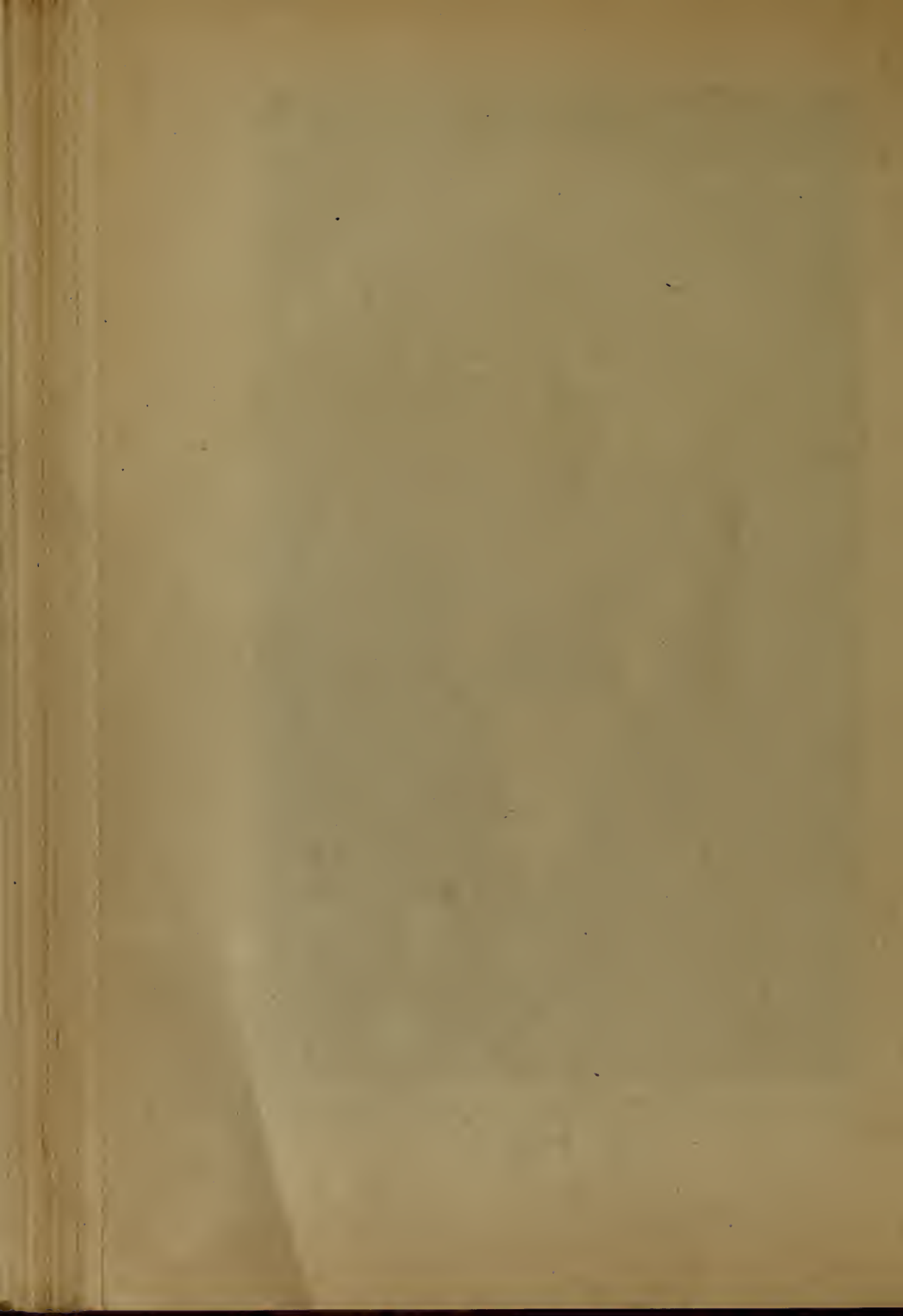
"O caso só pode ser resolvido pela fusão das duas emprêsas: a que planta e a que fabrica. Fusão de interêsses e não fusão de serviços."

Esta idéia não foi aceita pela "Progresso Agrícola", na época, já dominada pelos bancos credores.

Mais um ano decorrido, tínhamos a Companhia de Explorações paralisando suas atividades no Pindaré.

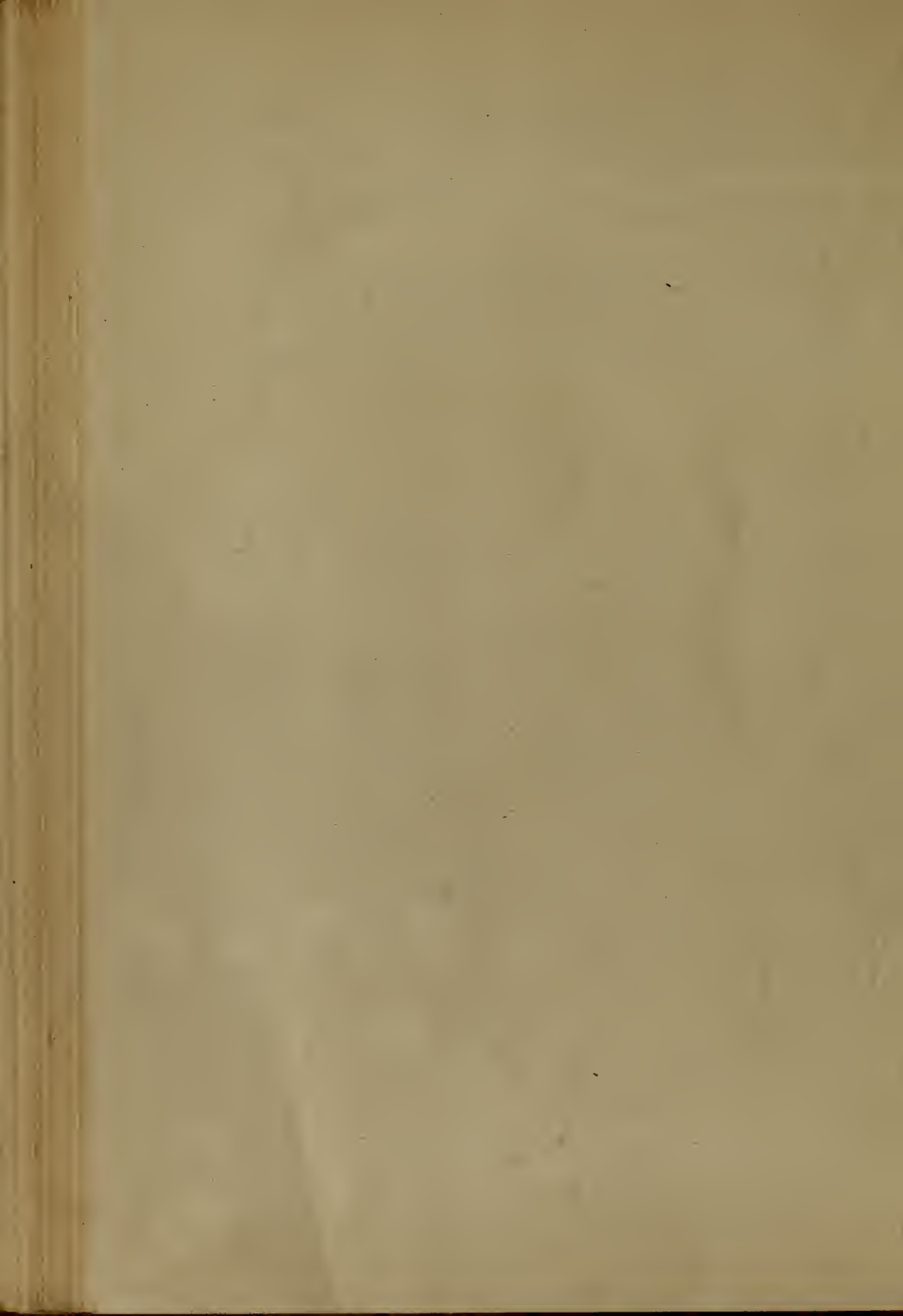
Teve, então, a "Progresso Agrícola" de aumentar a sua dívida nos bancos, comprando os canaviais e as benfeitorias da Companhia de Explorações por cêrca de 200 contos.

Com esta resolução, negava-se a eficiência da divisão do trabalho, razão do plano dos engenhos centrais, princípio básico de sua organização, e retroagia-se ao velho regime dos senhores de engenhos.

De queda em queda, de desastre em desastre, o Engenho Central ficou sem capital para o financiamento de suas safras. Afinal, os bancos credores levaram-no a leilão. Foi

DES. ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA, estadista e jurisconsulto, há pouco falecido no Rio de Janeiro. Era sócio benemérito da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL.

arrematado por 90 contos, vendido por 250 e revendido por 790 para outras terras.

De lá só puderam arrancá-lo à fôrça de dinamite.

É que o prendiam ao solo a energia de uma geração de fortes.

Martinus Hoyer teve um sonho que não realizou. Foi a estrada de ferro Barra do Corda-Carolina. Deu-lhe o Govêrno a concessão, estudou-lhe o plano, defendeu-o pela imprensa, mas morreu sem ter conseguido interessar na emprêsa os banqueiros inglêses. Tivesse vivido mais alguns anos e talvez o Maranhão devesse mais um serviço ao grande dinamarquês.

CAPÍTULO XXXVIII

A catástrofe agrícola e a loucura industrial

A lei de 28 de setembro de 1885, que deu liberdade aos escravos sexagenários, trouxe às classes conservadoras maranhenses a convicção de que estava próximo o dia em que se havia de extinguir a escravidão no Brasil.

Ninguém mais duvidou da vitória do partido abolicionista. A lavoura viu com clareza o abismo em que ia ser precipitada. Os seus defensores clamavam em vão na Câmara dos Deputados Gerais, sobressaía entre êles Gomes de Castro, então no apogeu de sua carreira parlamentar, o qual, quando não estigmatizava, farpeava de ironias a política dos partidários da abolição, como o fêz neste passo de um dos seus discursos:

> *"Libertando sem indenização os escravos de sessenta anos, destrói o Govêrno a garantia assegurada pela Constituição à propriedade e acaba de vez com o pequeno valor, que a agitação dos sôfregos deixava ainda a essa classe de bens. Pedindo por meio de novos impostos uma soma não inferior a 12.000 contos, para fortalecer o fundo de emancipação, esmaga uma indústria já agorentada e quase exausta, e arranca-lhe em poucos anos os únicos braços que ainda a sustentam e mantêm. E tudo isto sob pretexto*

de restituir à lavoura a perdida tranqüilidade, e de moderar uma propaganda perigosa, que só existe e cresce à sombra, não direi da indiferença, mas da cumplicidade do mesmo Govêrno! Repete-se, pois, com a vítima, de uma solicitude insidiosa e pérfida, a amarga e cruel irrisão do carrasco espanhol, que dizia ao infeliz que se lamentava ao caminhar para a morte: — "Não se queixe, o que se vai fazer é para o seu bem."

Até mesmo o aumento do fundo de emancipação combatia-se naquela época. Outro maranhense ilustre, e, como Gomes de Castro, deputado à Assembléia Geral, o doutor Francisco Dias Carneiro, dizia sôbre êste assunto:

"O fundo de emancipação tem sido uma grande fonte de abusos. Em geral, por escravo que se liberta, o contribuinte paga o triplo do seu valor. Últimamente tem servido para recompensar serviços políticos. Conheço município de minha Província em que só se libertam, pelo fundo de emancipação, escravos de liberais e por preços exagerados."

Por sua vez, os possuidores de escravos extravasavam pelas colunas dos jornais as suas recriminações.

"A lei Dantas foi a nossa morte, a nossa ruína, a nossa desgraça, uma espécie de salteador que na estrada nos ataca para roubar-nos a vida ou a bôlsa". escrevia um dêles na "Pacotilha", em artigo intitulado — "À beira do abismo".

E como se não bastassem as angústias destas aflições porque passava a lavoura, veio-lhe agravar os males a baixa do preço do açúcar, que caiu neste ano para 40 réis o quilo. (429)

Assim desnorteada, a lavoura maranhense não teve energia para congregar os seus elementos e juntos estudarem a solução do seu problema econômico.

Foi a Associação Comercial que o fêz, convidando, por meio de circulares e anúncios, a todos os maranhenses interessados no momentoso caso.

Realizaram-se as reuniões e muitos foram os projetos expostos. Mas aconteceu que todos tomavam como base o aproveitamento do trabalhador livre, considerado nulo na-

---

(429) — "O País", 2-10-1885.

queles tempos. A verdade é que a seu respeito poucos discordavam da opinião transcrita abaixo:

"O trabalhador livre

"O nosso homem livre é uma entidade que não existe econômicamente falando; ou porque seja má a educação do nosso povo, ou porque sejam ineficazes nesta parte as nossas leis, o certo é que a nossa população livre vive ociosa e arredada do trabalho, causando danos e prejuízos aos proprietários. Analfabeta e sem a menor educação, sem hábito de trabalho, viciosa e malfeitosa, pode ser considerada — verdadeiramente selvagem.

"Não tem habitação regular, contentando-se em ter por abrigo uma latada de pindoba, na qual não se encontra um único móvel.

"A maior parte desta população nada produz, e os poucos que são considerados trabalhadores, porque fazem uma pequena roça, não produzem anualmente o valor de 20$000 por família de 4 ou 5 pessoas.

"Com êstes hábitos e costumes, não tendo nada que os prenda ao lugar, vivem em contínuas mudanças, o que fazem sem custo algum, porque nada têm a transportar.

"Ordinàriamente, agrupam-se em roda das fazendas e tornam-se o maior flagelo, furtando os frutos nas roças e até as galinhas nos quintais.

"O furto de bois e porcos é em tamanha escala que faz assombro!

"Desta gente ninguém é capaz de conseguir trabalho." (430)

E o problema ficou sem solução.

Na impossibilidade de achá-la, os lavradores maranhenses apegaram-se à esperança de que a liberdade dos escravos seria feita mediante razoável indenização, a qual os abrigaria da miséria, e, nesta doce ilusão, quedaram-se, mussulmânicamente, durante o triênio seguinte.

Esta esperança não era sem fundamento. O artigo 179, parágrafo 22, da Constituição Política do Império assegurava o direito de propriedade em tôda sua plenitude e não consentia que o cidadão fôsse dela privado por qualquer ato do poder público sem indenização. O escravo era um dos obje-

(430) — "O País" — 29-5-1885.

tos sôbre que recaía êste direito, autorizado pelo Estado, por êle usufruído.

Daí a tremenda decepção da lavoura ao ser decretada a lei de 13 de maio de 1888, dando liberdade incondicional aos escravos.

Embora formidável o golpe, não se deixou abater o corpo comercial da Praça de São Luís. No mesmo dia 13 de maio, em que o periódico "Pacotilha" anunciava com êstes têrmos a vitória dos abolicionistas — "Às três horas e quinze minutos da tarde a Augusta Princesa Imperial Regente sancionou e mandou publicar o decreto que extingue a escravidão no Império", a Associação Comercial fazia publicar, também naquele jornal, o convite que se segue:

"Ao Comércio e à Lavoura

"A diretoria da Associação Comercial desejando concorrer para o estudo do melhor método a adotar-se na substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, com aplicação à lavoura da Província, resolveu convidar a tôdas as pessoas que se interessam pelo futuro desta terra, para uma conferência no dia 30 de maio, nos seus salões; e, como para servir de estímulo, tem resolvido oferecer um prêmio de quinhentos mil réis ao autor do melhor método ou plano que for apresentado naquele sentido.

"Êste prêmio será concedido mediante as seguintes condições:

"1.º — O plano deverá ser publicado até o dia 20 de maio em algum dos jornais diários, cujas redações têm bizarramente pôsto suas colunas à disposição de quem quiser discutir tão momentoso assunto.

"2.º — O plano deve versar sôbre o modo praticável de operar-se a transformação do trabalho com os próprios elementos da Província, visto como não será provável atrairmos uma corrente de imigração.

"3.º — O autor pode, querendo, conservar o anonimato ao publicar o seu trabalho, mas deverá mandar ao Presidente da Associação, em envelope fechado, a epígrafe do estudo e a sua assinatura.

"4.º — O autor de qualquer método pode sustentar suas idéias na referida conferência.

"5.º — O prêmio será dado a quem obtiver maior número de votos de um júri de cinco membros, nomeados na dita conferência de 30 de maio."

Assinavam êste convite os comerciantes Henry Airlie e Crispim Santos.

A conferência realizou-se no dia marcado, na escola pública da 3.ª freguezia.

Pela imprensa discutiram o assunto Licínio Stolon, Céres, Agrícola, Delcino Lima, Abranches Moura e outros. Todos, porém, baseavam os seus planos em duas únicas idéias: parceria e salário.

Qualquer uma destas soluções não satisfazia aos lavradores, cuja maioria acompanhava o pensamento do doutor Germano Vert expresso nestes períodos:

> *"A exploração estava organizada para ser trabalhada pelo braço escravo. De um dia para outro, sem que nada mudasse no resto, a despesa do salário recaiu sôbre a receita, que não fôra calculada para isso. É muito difícil em tal caso não se romper o equilíbrio e conseguir lucros efetivos.*
>
> *"É necessário compreender que o passado é passado e que nada poderá ressuscitá-lo.*
>
> *"Em vez de lutar estèrilmente para sustentar de um modo puramente artificial uma situação que não tem mais vitalidade e de procurar galvanizar um cadáver, fechemos de vez o capítulo."*

Atordoado pelo golpe que lhe arrancava parte do patrimônio, estarrecido diante da desorganização do seu trabalho, agora sem braços, com o êxodo dos ex-escravos, que das fazendas partiam para a festa da redenção da raça, o lavrador maranhense esmoreceu, perdeu a energia e a coragem, sentiu que lhe faltava a confiança em si mesmo e... baqueou.

Para logo, cêrca de 70 % dos engenhos de cana e 30 % das fazendas algodoeiras fecharam as portas.

Impassíveis, os poderes públicos viam avançar a tremenda hecatombe. Não tiveram um gesto de proteção para aquela classe que vinha fazendo a prosperidade da Província. Talvez, julgassem justo o cataclismo, para punição do escravocrata que havia no lavrador. Esqueciam-se, porém, que êles tinham deveres para com aquêle trabalho, cuja evo-

lução custara dois séculos e meio de ingentes e perseverantes esforços dos nossos antepassados. Não quiseram compreender a magnitude do momento que se lhes proporcionava para tornarem-se beneméritos de uma classe, cujos pósteros teriam de julgá-los um dia.

Faltou ao Maranhão, nessa hora trágica da sua vida econômica, o espírito clarividente de um Alexandre Barbosa Lima, que fêz ressurgir a lavoura canavieira pernambucana, quando lhe bateu às portas êsse mesmo cataclismo.

Por tudo isso, no próprio ano de 1888, a desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingia a 90 %.

Bastam dois exemplos para comprovar a afirmativa: Tramaúba — engenho do município de Penalva — do valor de 60:000$000 foi vendida por 6:000$000 em agôsto de 1888; Kadoz, situada no município de Viana, e onde o seu proprietário tinha invertido 50:000$000, passou a outras mãos por 5:000$000 em 1890.

Das fazendas afastavam-se os senhores com a mesma ansiedade com que os ex-escravos deixavam os ranchos do seu cativeiro. Êstes tinham horror do passado; aquêles, mêdo do presente.

Poucos ficaram, uns enfrentando a crise para sucumbirem mais adiante, como o dono do engenho Tijuca; outros assistindo estòicamente a derrocada da sua fortuna, como o proprietário do engenho Aracanga, que nem desencaixotou os aparelhos chegados da França.

A maioria desertou da luta, aceitando os 10 % sôbre o valor da propriedade, que lhe oferecia o vendeiro da encruzilhada ou o negociante da povoação.

Fixou-se em São Luís, onde se deixou arrastar na vertigem das fábricas, empregando nelas o dinheiro apurado.

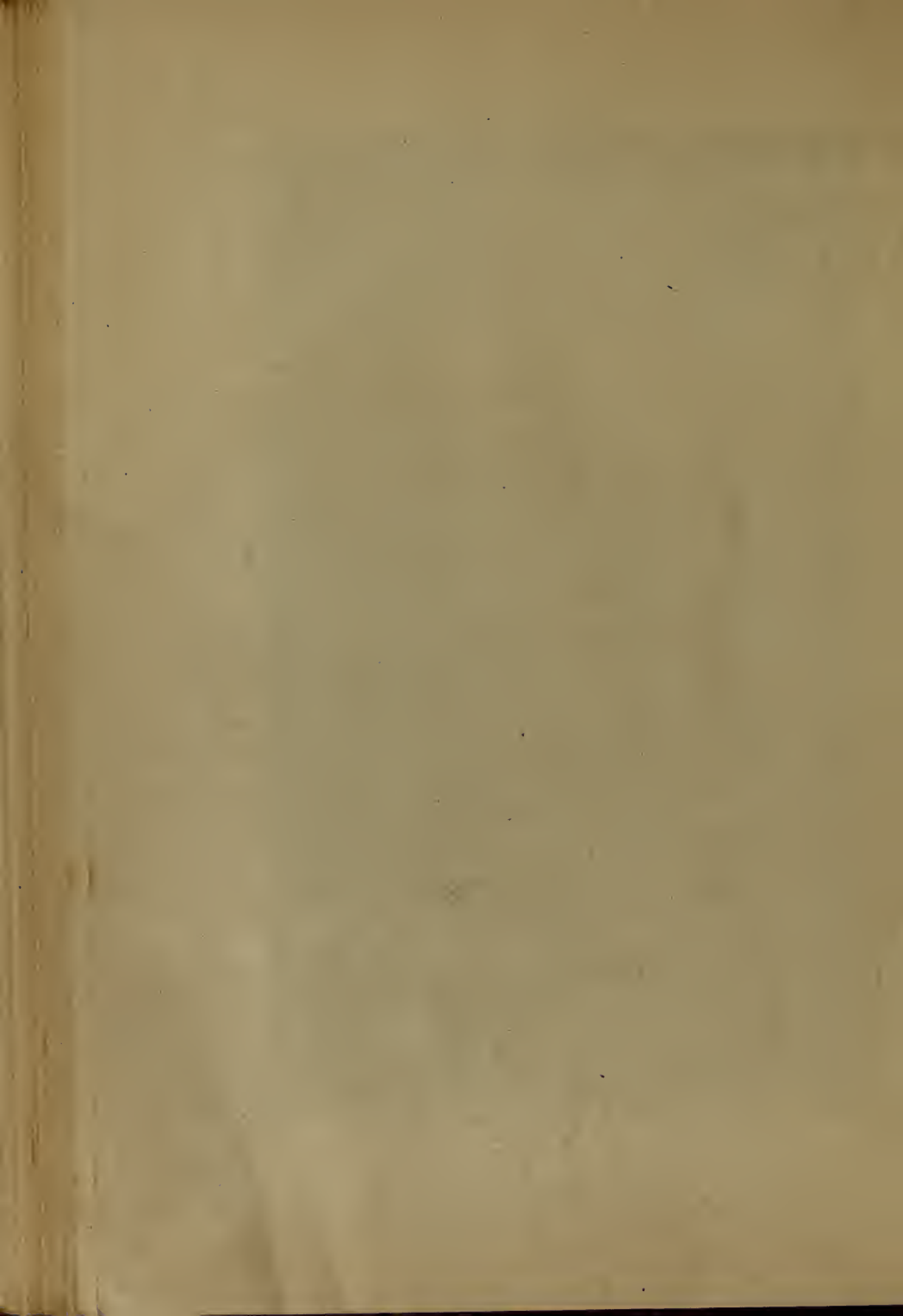
Foi vítima da loucura da época — transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial.

Na corrida para êste surto industrial inverteram-se cêrca de 11.000 contos, dos quais 5.000 representavam a cota dos ex-lavradores.

Assim, completou-se a hecatombe da lavoura maranhense.

A loucura de querer transformar o Maranhão agrícola num Estado industrial só terminou em 1895, quando se esgotaram tôdas as possibilidades financeiras da nossa terra.

Então tínhamos um parque industrial composto de 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 que eram de particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforos, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de

PALÁCIO DO COMÉRCIO, propriedade e nova sede da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, desde 1942. O "Hotel Central" e escritórios comerciais ocupam os andares superiores e lojas.

pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente.

Vejamo-las, detalhadamente, dividindo-as em dois grupos — sociedades anônimas e particulares.

No primeiro grupo enfileiram-se:

Companhia Fabril Maranhense

Capital nominal — 5.000 contos, realizado 1.700 contos.

Edificada no município da Capital, no lugar "Apicum", ocupando uma área de 6.993 metros quadrados.

Fôrça 450 cavalos, que acionavam 420 teares e 149 máquinas diversas.

Inaugurada em janeiro de 1893.

A sua capacidade de produção era de 3 milhões de metros de riscados e domésticos de algodão, cujo preço de venda oscilava entre 320 e 940 réis.

Consumia 500 mil quilos de algodão por ano, sendo o preço médio de 680 réis.

Trabalhava com 600 pessoas, 10 horas por dia e salário diário de 600 réis a 5$000.

Tinha 19 casas para operários.

"Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil"

Capital nominal — 1.600 contos.

Situada no "Anil", subúrbio da cidade de São Luís, numa área de 103 metros de frente por 98 de fundo.

Dispunha de 500 cavalos de fôrça, que movimentavam 172 teares, 60 máquinas de fiação e 18 de branqueamento.

Começou a trabalhar em 1893.

Produzia 1.100.000 metros de morins e madapolões por ano, sendo o preço de venda de 10$000 a 12$000 por peça de 22 metros.

O consumo de matéria prima era de 100.000 quilos, cujo preço oscilava entre 680 e 900 réis o quilo.

Nos seus serviços empregava 209 operários, os quais por 10 horas de trabalho percebiam de 500 a 4$000 réis.

Tinha 38 casas para os operários.

"Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense"

Capital — 1.200 contos.

Foi construída no lugar chamado "Camboa do Mato", cidade de São Luís, numa área de 9.925 metros quadrados.

A sua fôrça motriz era de 300 cavalos. Trabalhava com 300 teares.

Foi inaugurada em 1.º de janeiro de 1890. É, portanto, a mais antiga da capital.

Produzia 1.800.000 metros de domésticos e riscados grossos e finos, e ainda 1.400 quilos de fios em novêlos.

De algodão consumia anualmente 515.000 quilos, cujo preço na época da sua abertura era de 475 réis por quilo.

"Companhia Industrial Caxiense"

Capital — 1.000 contos.

É a mais antiga fábrica do Estado do Maranhão. Foi incorporada pelo benemérito doutor Francisco Dias Carneiro em 1883.

Possuía 130 teares e dava trabalho a 250 operários. Fabricava tecidos crus e tintos.

"Companhia Manufatureira e Agrícola"

Capital — 1.000 contos.

Localizaram-na na então vila do Codó, hoje cidade. A fábrica tinha 105 metros por 76. O objetivo da companhia era fabricar panos de algodão, grossos e finos. lisos e riscados, brins de algodão, fio branco e tinto, cultivar algodão e cereais, e preparar telhas e tijolos.

Principiou a trabalhar em junho de 1893.

O seu motor tinha 250 cavalos de fôrça, movimentando 150 teares.

A média da produção anual era 750.000 metros de fazenda e 6.500 quilos de fio e corda.

Os preços dos produtos vinham sendo: panos grossos, de 500 réis a 700 réis o metro; panos finos, de 340 a 440; riscados, de 500 a 850; brins, de 800 a 1$200; fio branco emparelhado, 1$800 o quilo; fio tinto, 2$700.

Dava serviço a 250 pessoas, regulando o salário de 320 réis a 3$000 por 10 horas de trabalho.

"Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo"

Capital — 900 contos.

Numa área de 37 x 111 metros, no fim da rua Senador Costa Rodrigues, (antigamente São Pantaleão) foi construída esta fábrica, com o objetivo de tecer juta. Inauguraram-na em 6 de abril de 1891.

Com um motor de 120 cavalos, 105 teares, 28 máquinas operatrizes e 220 operários, produzia 1.400.000 metros de estopa, cujo preço variava entre 280 réis e 1$000 o metro.

O salário regulava entre 2$000 e 4$000.

"Companhia União Caxiense"

Capital — 850 contos.

Fundada por Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, dr. Francisco Dias Carneiro e Manuel Correia Baíma do Lago, em 1889, na cidade de Caxias.

O seu motor era de 400 cavalos, que fazia movimentar 220 teares. Trabalhava com 350 pessoas. Produzia cêrca de um milhão de metros de tecidos crus.

"Companhia Progresso Maranhense"

Capital — 700 contos.

Edificada à rua de São João nesta cidade e aberta em 1.º de junho de 1892.

Tinha 150 teares e várias máquinas, tudo movido por um motor de 160 cavalos de fôrça.

A sua produção média por ano era de 685.000 metros de pano de algodão, além de grande quantidade de fio em novêlo e linha para pesca.

Dava trabalho a 160 operários, sendo o salário de 600 a 2$500.

"Companhia Progresso Agrícola"

Capital — 604 contos.

Estudada no capítulo anterior, apenas diremos que mantinha em média cêrca de 600 trabalhadores, com o salário de 1$500 a 2$000 réis.

"Companhia Lanifícios Maranhense"

Capital — 600 contos.

Foi construída na rua da Madre de Deus, hoje Cândido Ribeiro, com o fim de tecer todos os produtos de lã, sêda e algodão.

Ocupava a área de 3.025 metros quadrados.

Possuía um motor de 90 cavalos, 22 teares e outros aparelhos.

Fabricava 440 metros de fazenda por dia, cujo preço era de 6$000 a 10$000.

Trabalhava com 50 operários. Salário de 2$000 a 5$000 por dia de 9 horas.

"Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís"

Capital — 300 contos.

Ficava na rua de São Pantaleão (Senador Costa Rodrigues), em prédio de 45 x 39 de área, e foi aberta em setembro de 1894.

Com um motor de 120 cavalos acionava 55 teares, que teciam 320.000 metros de pano de algodão, de preço mínimo 380 réis e máximo 450. Empregava 55 operários, que ganhavam de 1$600 a 5$000.

"Companhia Industrial Maranhense"

Capital — 250 contos.

Era uma fábrica pequena, construída à rua dos Prazeres, tendo 46 metros de frente e 27 de fundo, e destinada a manufatura de fio, punho e linha de pesca.

Data a sua inauguração de 29 de dezembro de 1894.

A sua maquinária constava de um motor de 35 cavalos e 22 aparelhos para fiação.

Atingia por ano cêrca de 120.000 quilos de produto, que era vendido ao preço de 1$800 e 2$000.

Trabalhava com 50 operários, os quais ganhavam de 1$400 a 2$000 por dia de 10 horas.

"Companhia de Fósforos do Norte"

Capital — 200 contos.

Foi edificada na Jordôa, nos terrenos do sítio "Distração".

O seu maquinismo compunha-se de um motor de 40 cavalos de fôrça e 33 aparelhos.

A produção anual era de 30 mil grosas, cujo preço de venda cotava-se em 4$000.

Ocupava 60 operários, que tinham de salários de 1$000 a 3$000.

Usina "Castelo"

Capital — 160 contos.

Situada no rio Pindaré, à margem de um lago, município de Monção.

Foi seu antigo proprietário o doutor João Antônio Coqueiro.

Produzia 5.000 sacos de açúcar turbinado e dava serviço, na ocasião da safra, a cêrca de 200 pessoas.

"Companhia Fábrica de Chumbo"

Capital — 150 contos.

Foi edificada à rua da Viração para o fim de fabricar chumbo e pregos.

Possuía uma tôrre metálica de 50 metros de altura, um motor de fôrça de 10 cavalos e 4 máquinas.

Começou a funcionar em novembro de 1893.

A sua produção média diária era de 400 quilos de pregos e 800 de chumbo. Os preços dêstes artigos variavam entre 520 e 600 réis o quilo.

Dava serviço a 12 homens, cujos salários regulavam de 2$000 até 10$000.

Desde o seu comêço que sofreu a concorrência do artigo estrangeiro, interrompendo o trabalho de quando em quando, para aliviar o depósito.

"Companhia de Calçados Maranhenses"

Capital — 100 contos.

Foi instalada no prédio então de azulejos à rua Nina Rodrigues, onde funciona hoje a delegacia do I.P.A.S.E.

Era servida por um motor de 20 cavalos de fôrça e maquinária completa.

Lutou com a concorrência estrangeira desde o princípio e acabou sendo vencida.

Nunca conseguiu vender o seu estoque.

"Companhia Cerâmica São Luís"

Capital — 100 contos.

Apenas registramos-lhe a existência, que outros dados não conseguimos colhêr.

Do grupo de fábricas pertencentes a particulares, dez como vimos, trataremos das cinco seguintes:

"Fábrica de Arroz São Tiago"

Propriedade de Martins & Irmão.

Situada no largo de São Tiago, com uma área de 3.500 metros quadrados, três motores que juntos davam 30 cavalos de fôrça, e dez máquinas operatrizes, destinava-se a pilar arroz, extrair óleos e fabricar sabão.

Em 12 horas de trabalho, produzia 1.200 litros de óleos, 4.000 quilos de sabão e 60 sacas de arroz pilado.

Nas suas vendas figurava esta tabela:

Óleo de mamona extraído a frio	1$400	litro
Óleo de mamona extraído a quente	1$200	litro
Óleo de mamona extraído torrado	1$000	litro
Óleo de côco	1$000	litro
Óleo de gergelim	1$400	litro

Óleo de andiroba	$800 litro
Sabão palma	$500 quilo
Sabão família	$460 quilo
Sabão andiroba	$480 quilo

Dava serviço a 40 operários. Pagava o salário de 1$600 a 2$500.

"Fábrica Tamancão"

Capital — 40 contos.

Propriedade de Henrique Gaspar & Cia.

Foi instalada no lugar Tamancão, à margem do rio Bacanga, em frente à cidade, num edifício, que ocupa uma área de 1.440 metros quadrados.

Destinava-se a pilação de arroz e fabrico de sabão, para o que dispunha de um motor hidráulico de 30 cavalos de fôrça, e demais aparelhos.

Tinha capacidade para pilar 30.000 sacas de arroz e fabricar 120.000 quilos de sabão por ano.

Vendia os seus produtos por êstes preços: arroz 300 réis o quilo e sabão a 500 réis.

Trabalhava com 12 pessoas e pagava de 1$000 a 4$000 por dia.

"Fábrica Lázaro"

Propriedade de Lázaro Moreira de Sousa & Filho.

Ocupava o edifício da rua da Cruz n.º 1, e tinha como indústria a fabricação de sabão.

Era provida de motor de 10 cavalos e 10 máquinas operatrizes.

A sua produção média anual era de 350.000 quilos. O preço de venda variava de 240 a 440 o quilo.

Trabalhava com 12 operários.

Era a mais antiga fábrica de sabão da Província, vinha do ano de 1832.

"Fábrica Sanharó"

Capital — 150 contos.

Propriedade de Ezell, Tavares & Cia.

Situada no lugar Trezidela, município de Caxias, a sua indústria era fabricar pano de algodão, para o que possuía um motor de 48 cavalos e 26 teares.

Produção média anual — 300.000 metros de pano, e preço de venda 300 réis a 460 o metro.

Dava trabalho a 60 operários, os quais ganhavam de 600 réis a 5$000 diários.

"Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton"

Propriedade de Francisco de Paula Ewerton de Carvalho.

Foi instalada à Rua de Santana, em julho de 1893, em casa térrea, com motor de 10 cavalos e 20 teares.

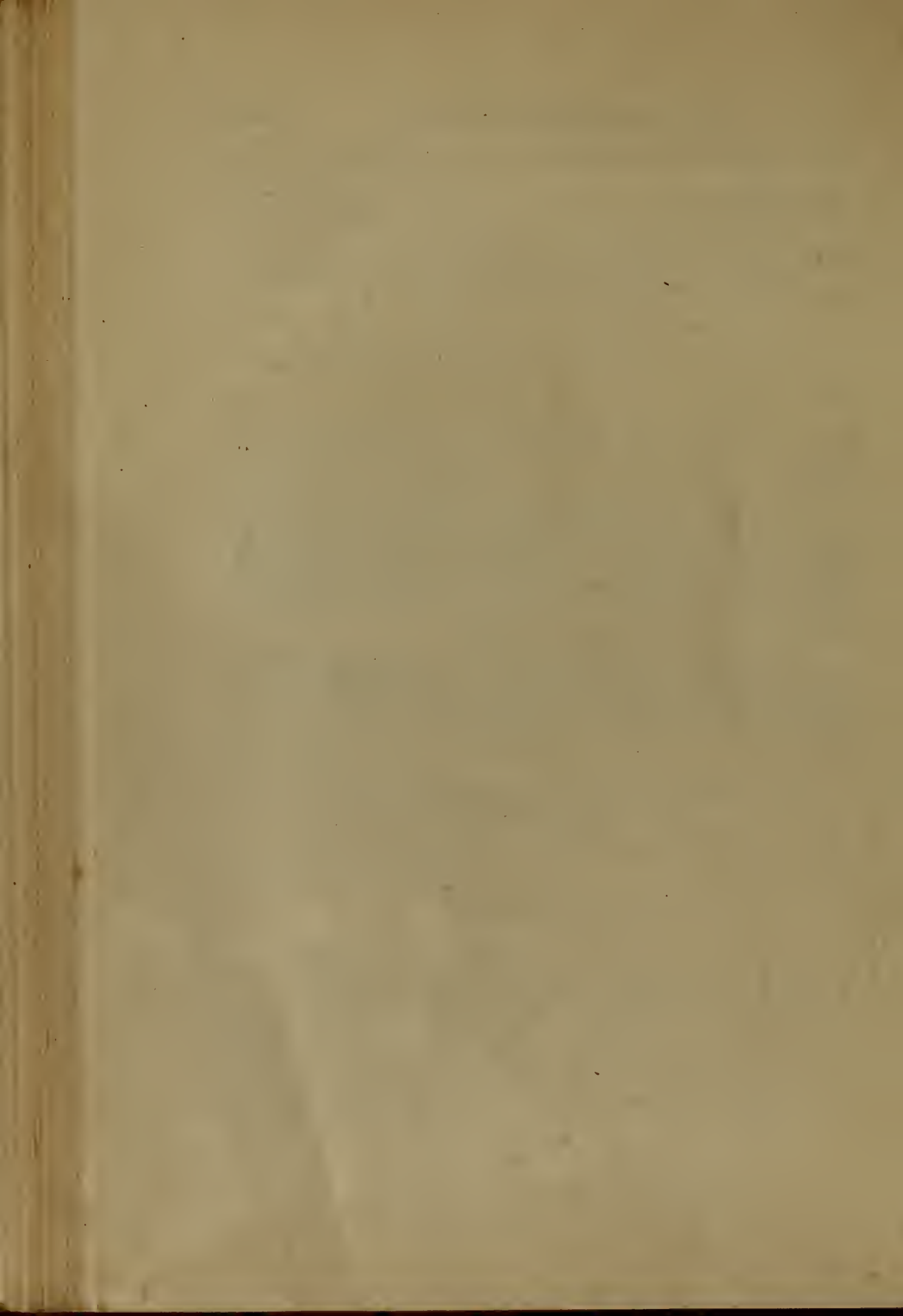
Produzia por mês 400 dúzias de meias e 500 metros de tecido para camisas.

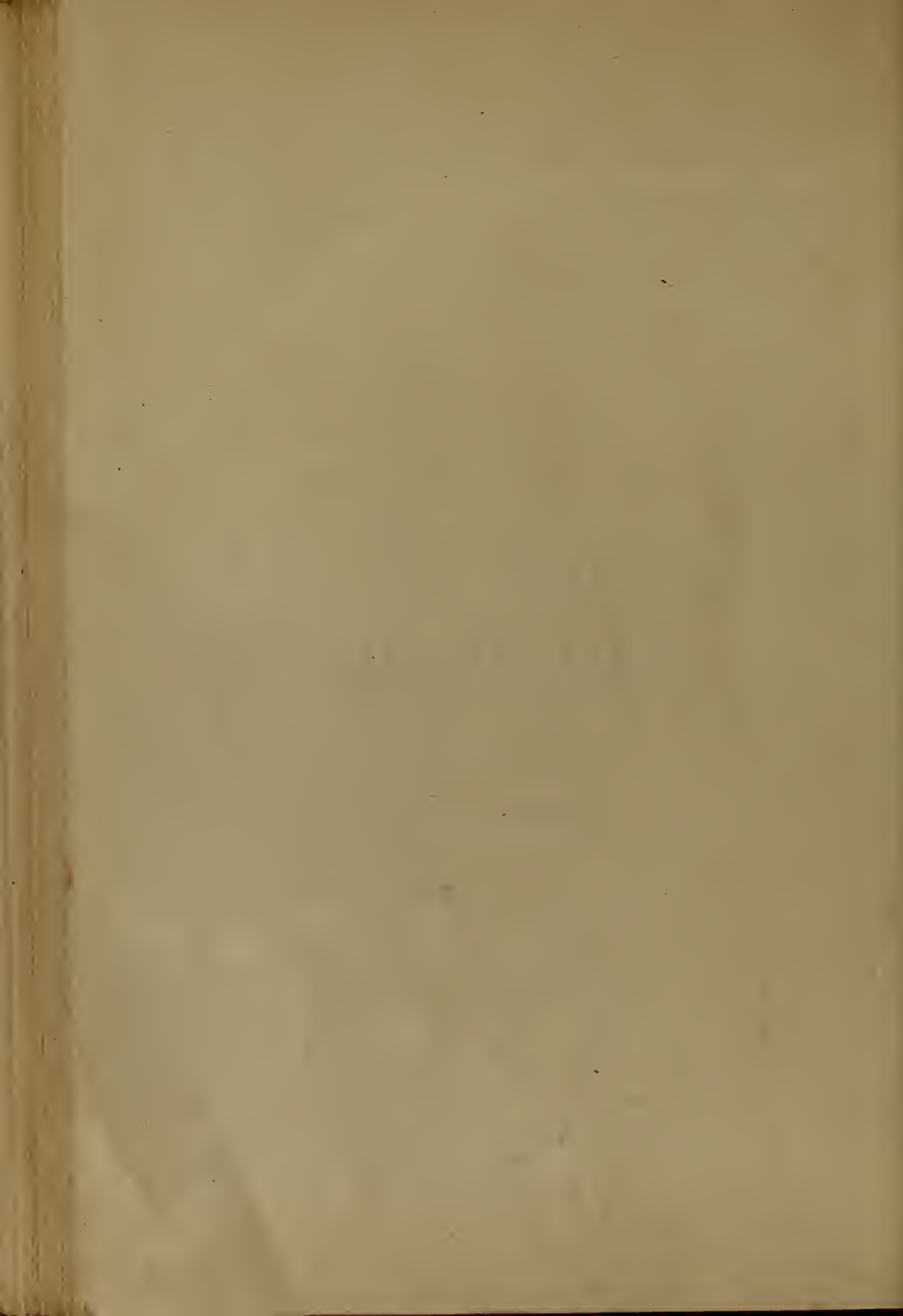
O preço de venda regulava de 6$500 a 10$000 a dúzia de meias.

Ocupava 30 operários e o salário ia de 1$000 a 3$000 por dia.

Das dez fábricas pertencentes a sociedades anônimas, pode-se dizer que apenas duas venceram gloriosamente o período de instalação. Foram as montadas em primeiro lugar.

Nas demais, os maquinismos foram orçados ao câmbio de 24 e pagos ao câmbio de 12. Êste prejuízo, reunido à desídia e não raro a desonestidade com que lhes dirigiram as construções, levou-as a contraírem empréstimos, de que nunca mais se libertaram. De queda em queda, passaram, afinal, a mãos de terceiros. De um modo geral, o prejuízo do acionista foi total.

Para êste caminho errado, que as classes conservadodoras tomaram em 1888, não concorreu a Associação Comercial do Maranhão, que, pelo contrário, lhe reprovou o açodamento com que nele se precipitaram.

APÊNDICE

BIBLIOGRAFIA

APÊNDICE

REPRESENTAÇÃO

DIRIGIDA AO GOVÊRNO IMPERIAL PELOS SUBSCRITORES DO BANCO HIPOTECÁRIO DO MARANHÃO

SENHOR.

Os abaixo assinados, subscritores do banco comercial e hipotecário, que se projeta fundar nesta província, cientes de que não mereceu a aprovação do govêrno imperial o projeto do dito estabelecimento por não ser provável que possa prestar à lavoura o auxíilo que teve em vista a lei de 24 de setembro de 1864, como se exprime o aviso do ministro da fazenda de 29 do mês de outubro próximo findo, não hesitam contudo um só momento em voltar à Augusta Presença de V. M. I., animados de que outra será a resolução do govêrno, em vista das considerações que passam respeitosamente a expender.

Antes de tudo, porém, conhecidos como são os louváveis esfôrços do govêrno imperial e o empenho em que se acha de libertar a indústria agrícola dos penosos encargos que a atrofiam, que seja lícito aos suplicantes manifestar a dolorosa surpresa, que os acometeu, e com êles a província inteira, desde que se espalhou a notícia de haver sido recusada a organização daquêle banco, que era e continua a ser para a lavoura uma questão de vida ou de morte.

Esta decisão, entretanto, nos termos, em que se acha concebida, longe de abalar, confirma a profunda convicção em que estavam e ainda estão os suplicantes de que o Banco projetado não ataca disposição alguma de lei; e assim mal se concebe a recusa do govêrno imperial, a quem aliás se não pedia favor ou encargo algum, mas ùnicamente autorização para que o banco pudesse entrar em operações.

Ou o banco, como foi projetado, auxilia efetivamente a lavoura, ou não: em qualquer dos casos fôra injusto recusar-lhe a sanção.

Qualquer que seja a opinião do govêrno quanto à eficácia dos seus benefícios, ninguém, com fundamento, poderia acusar o banco de ser prejudicial à lavoura. Neste caso parecia que nada deveria obstar a que a província tentasse à sua custa conjurar á

crise que a aflige por todos os meios a seu alcance, uma vez que o alvitre proposto não violasse a lei, nem atentasse contra os grandes interêsses públicos, como realmente não acontece.

Ao passo que o govêrno imperial nega a criação de um banco misto, com duas carteiras, comercial e hipotecária, manifesta sua benévola disposição em conceder autorização para um banco puramente comercial, de depósitos e descontos.

Se os suplicantes consultassem apenas seus interêsses imediatos, de certo que se prevaleceriam sem demora da disposição em que se acha o govêrno.

Outro, porém, mais desinteressado, mais patriótico, foi o pensamento que presidiu à organização daquêle banco, e que anima os suplicantes.

São atualmente os únicos dispensadores do crédito nesta província os dois bancos comerciais que funcionam nesta capital, e pela fôrça das circunstâncias atraem êles para seus cofres todo o capital que entre nós se acumula pela economia.

Raras são as transações de crédito que se realizam fora dêles a não serem as que resultam de mercadorias importadas para consumo; mas estas mesmas são, em grande parte, liquidadas naquêles estabelecimentos por meio do desconto dos títulos comerciais que as representam.

No entanto, o mau estado do nosso comércio procede principalmente de ter êle imobilizado na lavoura quase todo seu capital e ainda o de que pode dispor por meio do crédito, com grande prejuízo seu e da própria lavoura, à qual se vê forçado à impor ônus pesadíssimos, como juros de 11 e 12% ao ano e amortizações forçadas de 10%, de quatro em quatro meses, pois estas são também as condições a que por sua vez está sujeito nos bancos.

E, ao passo que se mantêm tão exorbitantes taxas de juros, observa-se a anomalia de afluirem para os bancos a 7% somas avultadas.

Estas não as pode obter diretamente nem a lavoura nem o comércio em geral, porque os capitalistas não reputam seguros seus capitais em mãos particulares, e preferem confiá-los a estabelecimentos de crédito, que com razão consideram oferecer-lhes tôdas as garantias desejáveis de solvabilidade.

Assim, entre os juros que pagam os bancos e o que recebem, há uma diferença nunca menos do que 4% e esta vem a ser a comissão de garantia, que lhes paga a lavoura e o comércio, além de outros ônus que a primeira tem ainda de suportar para conseguir o abono de suas letras ou contas correntes.

Como, porém, não se contrariam impunemente as leis econômicas, nem ao menos são os acionistas quem auferem êsse lucro, porquanto êste já foi absorvido, artificialmente capitalizado, pela agiotagem, por meio do extraordinário ágio de 40 e 60%, gerado

pelos excessivos dividendos dos mesmos bancos, que têm elevado os preços das respectivas ações no mercado, dando-lhes um valor fictício a que jamais atingiriam, se a administração pública, em vez de embaraçar, facilitasse a criação de estabelecimentos de crédito, que pareceram perigosos ao legislador de 1860. E tal foi o receio ou a suspeita contra as associações em geral, que, depois da lei de 22 de agôsto daquêle ano, raras são as sociedades industriais anônimas que se fundam no país, a não serem as que asseguram aos seus promotores ou fundadores vantagens muitas vêzes escandalosas. Êstes, nos grandes lucros com que contam, contrariedades e embaraços de todo o gênero, infalìvelmente têm de arrostar em tais organizações.

Luta a lavoura da província há anos com adversa fortuna. Seus produtos acham-se depreciados pela esmagadora concurrência de produtores mais adiantados e felizes, sôbre quem não pesa o iníquo e anti-econômico imposto de exportação, o qual nesta província absorve atualmente nada menos que a quinta parte do líquido dos referidos produtos. Suas colheitas têm sido escassíssimas, devido às irregularidades das estações; e, finalmente, de dia em dia, diminuem os braços que a custeiam, e que, para liquidação do seu débito passivo, são em larga escala exportados para as prósperas províncias do Sul. Em tais circunstâncias não pode a lavoura encarar sem terror a época mais ou menos próxima, em que, extinto o elemento servil da província, faltar-lhe-ão absolutamente os braços válidos, sem que ela tenha podido, por meio de uma inteligente aplicação de processos agrícolas adiantados, aumentar a sua produção e reconstruir o capital que hoje tem imobilizado em escravos.

O que se tem em vista com a organização do Banco Hipotecário é transformar êste lamentável estado de cousas, harmonizando os interêsses dos capitalistas e da lavoura, que o Banco porá em contacto direto e imediato.

Os capitalistas, credores ou acionistas dos Bancos, são, de fato, co-proprietários da lavoura, nada mais nem menos, na proporção do débito passivo desta, e contentam-se, como fica explicado, com uma retribuição comparativamente módica, isto é, com 7 por cento de juros anuais, quanto dão os seus capitais a prêmio de 8 por cento, quando o empregavam em ações de Bancos. Porém a agiotagem, corolário fatal e inevitável desta situação anômala — a falta de um intermediário, finalmente de um banco regulador do crédito sôbre imóveis, perturba as disposições, aliás benévolas, pela harmonia dos interêsses, dos capitalistas para com a lavoura.

O efeito imediato e por assim dizer infalível da criação do Banco Hipotecário, será indubitàvelmente converter em débito hipotecário, portanto a juro relativamente baixo e a longos prazos, quase todo o débito passivo, efetivamente solvável da lavoura da

província. E com o único ônus de 12 por cento ao ano, que atualmente paga o lavrador só de juros, poderá êle amortizar em 15 anos todo o capital e juros do seu débito, porque vencendo as letras hipotecárias o juro anual de 7 por cento e a comissão bancária de 1 por cento, a anuidade para amortizar uma soma qualquer nesse prazo regula 12 por cento ao ano, como se vê das tabelas anexas à petição, que acompanhou o projeto do mesmo Banco.

Trata-se do débito efetivamente solvável da lavoura, por ser claro que o lavrador, cujo passivo exceder de 50 por cento do valor do seu ativo, só com energia não vulgar poderá salvar-se; e se não o conseguir mediante o crédito hipotecário, muito menos o conseguirá de outra qualquer forma. Entretanto muitos, ainda neste caso, o poderão talvez conseguir, com grande economia e esfôrço, obtendo concessões dos seus credores atuais, satisfeitos êstes com poderem ao menos garantir uma parte dos seus créditos, sendo como são, dificílimas e por demais demoradas e dispendiosas as execuções judiciais de dívidas localizadas no interior da província.

Tranqüilo o lavrador, e podendo respirar com o único ônus de pagar uma anuidade invariável durante todo o tempo do seu contrato; aliviado das amortizações forçadas de 10 por cento de quatro em quatro meses, que hoje se lhe constituem em verdadeiro suplício poderá êle reerguer-se e legar a seus filhos fortuna independente e será estimulado ao trabalho e à economia, já para poder acudir com pontualidade aos seus compromissos para com o Banco, pontualidade da qual depende a conservação dos seus bens, já porque, hipotecados êstes, o crédito de que pudesse abusar lhe faltará para viver desregradamente.

Os empréstimos comerciais são necessários a juros mais ou menos elevados, porque êstes compreendem não só a renda ou aluguel do capital, senão a respectiva garantia. E podem sê-lo sem grande desvantagem para a indústria, porque são pagos sôbre adiantamentos de valores de produtos destinados ao consumo ou a exportação. No 1.° caso, o consumidor, em proveito de quem são feitos, paga-os, justa e invariàvelmente; no 2.°, oneram o produtor, porém ùnicamente se êle não pode, por lutar desvantajosamente com os seus concorrentes, indenizar-se igualmente à custa do consumidor, adicionando êsses juros aos seus gastos de produção.

Mas os empréstimos, a curtos prazos e a juros elevados de capitais imobilizados, são uma verdadeira monstruosidade, um absurdo econômico: — tal crédito, longe de alimentar, arruina a indústria.

O Banco Hipotecário não tem a pretensão de criar capitais, nem tão pouco poderá ser acusado, visto não ser banco de circulação e não emitir portanto notas ao portador, girando como moeda, de querer dar uma excessiva e perigosa expansão ao crédito. O que com êle se espera conseguir é resolver desde logo o grande problema

do crédito a longos prazos e lentas amortizações, a verdadeira e mais palpitante das necessidades da nossa lavoura, comparada à qual a de uma taxa de juro relativamente baixa pode reputar-se inteiramente secundária. Considere-se, por exemplo, que a diferença de juros de 2 por cento, que aliás é enorme, elevará de 400$ réis anualmente o ônus de uma dívida hipotecária de 20 contos. Ninguém dirá por certo, da boa fé, que êsse aumento, essa soma anual, possa arruinar uma indústria que deve ter um capital imobilizado de 40 contos pelo menos, visto como os empréstimos hipotecários não podem exceder de 50% ou da metade do valor dos imóveis que lhe servem de garantia. E na hipótese figurada de um débito de 20 contos, e admitindo-se que o mutuário consiga negociar ao par as letras hipotecárias de juro de 7 por cento ao ano, poderá êle extinguir êsse débito, como fica demonstrado, em quinze anos com a anuidade de 2 : 400$ rs., ao passo que nas atuais circunstâncias tem de amortizar cada ano 30% ou 6 : 000$rs., quase a têrça parte da dívida, amortização que, reunida ao juro de 12% eleva o seu ônus ou compromisso no primeiro ano à metade quase da soma mutuada.

Quando um país se acha em condições econômicas normais ou prósperas, a ruina de uma ou mais fortunas industriais pode não afetar a sociedade nos seus interêsses materiais. O capital social, conjunto dos haveres dos membros da mesma sociedade, sofrerá assim mutações parciais; porém, na nossa lavoura, as liquidações forçadas de estabelecimentos agrícolas equivalem a verdadeiras destruições no capital social, pois tais liquidações dão geralmente em resultado o abandono dos mesmos estabelecimentos, e a completa cessação de sua exploração, porque os braços escravos que os custeiam, e que constituem a única parte dêles de valor prontamente realizável, lhe são retirados. Assim é que êsses centros de trabalho, cheios de vida e que alimentavam povoações inteiras — se reduzem de um momento para outro a desertos, e vemos proprietários, ontem felizes e vivendo com suas famílias na abastança, entregues hoje à mais extrema penúria, — há pouco, membros ativos e produtores da sociedade, agora, transformados em tristes parasitas.

Supor-se que os elementos aparentemente heterogêneos que constituem as duas seções do banco projetado se contrariam mùtuamente, é um êrro, evidente desde que se refletir que jamais podem ser antagônicos os interêsses da lavoura e do comércio, indústrias irmãs que não podem existir uma sem a outra. É claro que, sofrendo ambas igualmente do atual estado de cousas, o comércio longe de hostilizar a lavoura, facilitar-lhe-á, quanto lhe fôr possível, os empréstimos hipotecários. Será, pois, que o próprio Banco, mentindo à sua missão principal e julgando auferir maiores vantagens para os seus capitais na seção comercial deixará de pro-

mover a realização de tais empréstimos ? Presumi-lo é um êrro ainda maior, se é possível, e de facílima demonstração.

Não sendo Banco de emissão ou de circulação, a instituição de crédito projetada só pode contar pela sua seção comercial com o juro ou aluguel do seu capital, e o dos empréstimos comerciais, a despeito das altas taxas correntes, em caso algum lhe pode produzir um rendimento líquido superior a 8 por cento ao ano. Pois bem, sôbre cada empréstimo hipotecário que, convém não esquecê-lo, é sempre ou quase invariàvelmente realizado com as capitais estranhos, o Banco aufere, com relação ao capital de sua seção hipotecária, um rendimento anual de 10 por cento, além dos 7 por cento pelo menos, que êle lhe deve produzir empregado nas próprias letras hipotecárias. Ora, retirando-se para reservar 5%, terá a seção hipotecária, ainda assim, uma renda líquida para dividir de 12 por cento ao ano. Para exemplificar, suponha-se que os empréstimos hipotecários realizados pelo Banco, representados por títulos hipotecários em circulação, elevem à soma de cinco mil contos de réis. Em tal caso o Banco terá chamado do seu capital hipotecário a soma de 500 contos, que empregada em letras hipotecárias dará o rendimento anual de 7 por cento ou ....

....	35 : 000$000
E terá mais de comissão de garantia, (ou de administração), 1% sôbre o total dos empréstimos hipotecários	50 : 000$000
Soma	85 : 000$000,

correspondente a 17 por cento sôbre o seu capital de 500 contos. Deduza-se dessa renda bruta de 5 ou 6% para fundo de reserva e despezas, teremos para dividendo 55 ou 60 contos, isto é, 11 ou 12 por cento.

Parecerá, a primeira vista; que ao próprio Banco conviria antes favorecer a sua seção hipotecária à custa da comercial, — visto que aquela lhe promete lucros superiores aos que lhe pode dar. Tão pouco sucederá uma coisa com a outra. A verdade é que, não podendo o banco forçar as transações, e sendo simples distribuidor e não credor de capitais, convir-lhe-á a marcha progressiva de ambas as seções que giram em esferas distintamente perfeitas e independentes — Auxiliam-se mùtuamente, de uma maneira indireta, e é por isso que se requer a sua combinação em um só estabelecimento de crédito : — jamais se poderão hostilizar. Se, pois, ao comércio não pode convir por forma alguma embaraçar o desenvolvimento da seção hipotecária; se dêsse desenvolvimento provirá indubitàvelmente a progressão dos interêsses do próprio banco, d'onde lhe virão os embaraços ou hostilidade ? Será da parte dos capitalistas ? Longe disso : o que êstes almejam é a garantia que só lhes pode

dar um grande estabelecimento de crédito, e não ignoram êles que os juros ou a cota de lucros, a que têm direito como agentes produtores, só está sujeita às leis da procura e da oferta, e que uma sociedade jamais pode ter superabundância de capitais porque tão depressa êles se formam são absorvidos e utilizados pela indústria

Felizmente, pois, neste caso, todos os interêsses se harmonizam perfeitamente por si mesmos, como sucede sempre que no mecanismo das transações sociais são respeitadas as leis econômicas que se resume na livre concorrência.

Cumpre acrescentar ainda que tão admirável é a concepção das grandes associações de crédito hipotecário, que a lei não carece pôr-lhes estorvos ou peá-los para que não abusem da faculdade de distribuir o crédito, onerando com juros excessivos os seus mutuários. Se êstes não poderem realizar ao par os seu empréstimos, é que a taxa de juro fixada pelo banco estará abaixo do nível natural, e nenhuma combinação artificial o conseguirá. Em tal caso, sofrerão êles um desconto nos títulos hipotecários que se traduzirá ùnicamente na elevação da taxa do juro durante todo o tempo do seu contrato, deixando-lhes porém a grande vantagem dos longos prasos e das lentas amortizações. Todavia, convém não esquecer que se a indústria agrícola e suas irmãs não se podem subtrair ao ônus da taxa corrente do juro ou da taxa normal quando precisam de capitais a crédito, a fixação de uma taxa inferior à do nível natural é prejudicial àquele porque lhe restringe ainda mais o crédito, já limitado pela lei.

Dado, porém, o caso mais provável, de que as letras hipotecárias vencendo os juros de 7 por cento sejam procuradas e obtenham um pequeno prêmio, é do interêsse do banco reduzir a taxa do juro nas subseqüentes emissões, porque o desenvolvimento das transações hipotecárias, e, portanto, dos lucros do banco, estarão na razão direta das vantagens e facilidade que os mutuários nelas encontrarem. Assim é que também os seus interêsses lhe aconselham a redução gradual da comissão de administarção que por êsse motivo foi apenas provisòriamente fixada em 1 por cento no projeto do Banco Hipotecário do Maranhão.

Tal é em substância a instituição de crédito que o govêrno imperial não permitiu que se organizasse nesta província, sem sacrifício algum do Estado.

Em todos os países mais adiantados que o nosso, as sociedes de crédito real têm sido objeto de eficaz animação.

Entre nós mesmo esforça-se o govêrno por naturalizá-los e são conhecidos os benefícios já em parte alcançados neste intuito pelo Banco do Brasil, não obstante sua má organização como estabelecimento hipotecário.

Agora mesmo estuda-se em uma das casas do parlamento e sob o impulso vigoroso do govêrno o meio de desoprimir a lavoura com o auxílio do poderoso instrumento hipotecário.

Em face de tão eloqüentes manifestações adiantaram-se os suplicantes na criação do banco projetado, certos de serem auxiliados em tão louvável empenho pelo govêrno imperial e dominados pelo sentimento de amparar a lavoura desta província da ruina que lhe está iminente; infelizmente, as esperanças dos suplicantes foram ilididas com a decisão do govêrno, crescendo o desânimo e o desalento daquela indústria, que é a fonte única da riqueza da província.

Há nesta província capitais suficientes, nem lhe falta o crédito que êles geram. Apesar de tudo, definha a lavoura porque o crédito que tão admiràvelmente distribui o capital, se acha embaraçado e perturbado em seu livre jôgo, privado de produzir qualquer benefício, em conseqüência da agiotagem que se lhe opõe e medra a sombra de leis anti-econômicas e restritivas, como a de 22 de agôsto de 1860 que, asfixiando o espírito de associação, contrariam o progresso da indústria e com êle o adiantamento material e moral do país.

A lei de 24 de setembro permite, é certo, a constituição das sociedades de crédito real, mas ela pouco há-de conseguir enquanto se não removerem de todo os embaraços oriundos da lei de 22 de agôsto de 1860.

Felizmente, o banco projetado não as ofende em nenhuma de suas partes; por isso, e em vista das manifestas vantagens da instituição, como fica exposto, os suplicantes, solicitando de novo a atenção de V. M. Imperial para o projeto oferecido, esperam merecer que V. M. reconsiderando a sua decisão, conceda a criação do referido banco.

Nestes Termos.

P. P. a V. M. I. que assim se digne deferir.

E. R. Mc.

Dezembro de 1874.

BIBLIOGRAFIA

ABDIAS NEVES — "O Estado do Piauí" — in "Dicionário Hist. Geogr. Etnográfico Brasileiro". 2.° vol. Rio de Janeiro.

AFONSO DE TAUNAY — "História seiscentista da vila de São Paulo" São Paulo.

ALBERTO FARIA — "Mauá". São Paulo.

ALEXANDRE DE GUSMÃO — "Condições com que se arremata o assento do transporte dos casais desta Côrte e das Ilhas para o Brasil a Feliciano Velho Oldenberg". Lisboa, 1747.

ALEXANDRE DE MOURA — "Relatório sôbre a expedição à Ilha do Maranhão". in Anais da B. Nacional. Vol. XXVI — Rio de Janeiro.

ALUÍZIO AZEVEDO — "O Mulato". Rio de Janeiro.

AMBRÓSIO LEITÃO DA CUNHA — "Discurso com que passou o govêrno da Província do Maranhão ao cel. José Caetano Vaz Júnior". São Luís.

A. BRANDÃO E C. MALHEIRO DIAS — "História da Colonização Portuguêsa no Brasil". Lisboa, MCMXXIV.

ANTÔNIO DELGADO DA SILVA — "Coleção da Legislação Portuguêsa de 1750 a 1762". Lisboa.

ANTÔNIO HENRIQUES LEAL — "Apontamentos Estatísticos da Província do Maranhão". São Luís.

ANTÔNIO LOPES — "O Comendador João Gualberto da Costa". São Luís, 1944.

ANTÔNIO RÊGO — "Almanaque Popular Mercantil, Industrial e Científico do Maranhão". São Luís, 1848.

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS — "Estadistas portuguêses na Amazônia".

ASTOLFO SERRA — "A Balaiada". Rio de Janeiro, 1944.

BARÃO DE STUDART — "Datas".

BELARMINO DE MATOS — "Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial". São Luís. Diversos anos.

BRANDÔNIO — "Diálogos das grandezas do Brasil". Rio de Janeiro.

CAIO PRADO JÚNIOR — "História do Brasil". São Paulo.

CÉSAR MARQUES — "Dicionário Hist. Geográfico da Província do Maranhão". São Luís, 1870.

CLAUDE D'ABBEVILLE — "História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão". São Paulo, 1945.

DIOGO DE CAMPOS MORENO — "Jornada Milagrosa". e "Livro da Rezão do Estado do Brasil".

DOMINGOS VIEIRA FILHO — "A viagem dos livros no Maranhão". São Luís, 1951.
ESTÊVÃO RAFAEL DE CARVALHO — "A metafísica da contabilidade comercial". Rio de Janeiro, 1873.
F. A. PEREIRA DA COSTA — "Anais Pernambucanos". Vol. 1.º. Recife, 1951.
FÁBIO ALEXANDRINO DE CARVALHO REIS — "Apontamentos sôbre a decadência da lavoura no Maranhão". São Luís.
FERDINAND DENIS — "Une fête bresilienne en Rouen". Paris.
FRAN PAXECO — "Geografia do Maranhão". São Luís, 1923.
GASPAR BARLEUS — "História dos feitos praticados pelo Conde de Nassau". Rio de Janeiro.
GILBERTO FREYRE — "Inglêses no Brasil". Rio, 1948.
GREGÓRIO DE MATOS — "Obras". Rio de Janeiro.
HENRY KOSTER — "Viagem ao norte do Brasil". São Paulo.
J. F. DE ALMEIDA PRADO — "Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil". São Paulo.
J. VIEIRA DA SILVA E SOUSA — "Mensagem de abertura da sessão do Conselho Geral da Província". São Luís, 1832.
JAIME CORTESÃO — "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid". Rio.
JERÔNIMO JOSÉ DE VIVEIROS — "O Centenário de Temístocles Aranha". São Luís, 1937.
JOÃO CÂNDIDO DE MORAIS RÊGO — "Almanaque Administrativo da Província do Maranhão". São Luís.
JOÃO FELIPE BETTENDORF — "Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão". in Rev. do Inst. Hist. Geogr. Bras. Vol. LXXII — Parte 1.ª. Rio de Janeiro, 1910.
JOÃO FRANCISCO LISBOA — "Obras" Lisboa, 1901.
JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO — "História dos cristãos novos em Portugal". Lisboa, 1929.
— "O Marquês de Pombal e sua época". Lisboa.
— "Épocas do Portugal econômico". Lisboa.
JOÃO DA MATA MORAIS RÊGO — "Conversações amistosas de Paulo de Kock com Ignotus". São Luís, 1883.
— "Sinopsis Históricas". São Luís.
— "Estudo sôbre o Marechal Silveira". São Luís, 1875.
JOHN LUCCOCK — "Notas sôbre o Rio de Janeiro". São Paulo.
JOSÉ MARIA CORREIA FRIAS — "Memória sôbre a tipografia maranhense". Maranhão, 1865.
JOSÉ MOREIRA DA SILVA — "Relatório da Comissão da Praça". São Luís, 1869.
JOSÉ DA SILVA MAIA — "Higiene Pública". São Luis. 1864.
LUÍS DE OLIVEIRA LINS DE VASCONCELOS — "Mensagem à Assembléia Legislativa do Maranhão". São Luís, 1880.
MARCUS CHEKE — "Carlota Joaquina". Rio de Janeiro.

MARTIM SOARES MORENO — "Informação sôbre o Maranhão". in Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXVI — Rio de Janeiro.
MARTINUS HOYER — "Estudos sôbre as instituições de crédito real". Maranhão, 1875.
— "Estudos de Economia Política". Maranhão, 1877.
— "Democratie et Socialisme". Paris, 1879.
— "Estudo sôbre a reforma do meio circulante". Maranhão, 1880.
— "Le probleme economique de l'impôt". Lisbonne, 1882.
MAURÍCIO DE HERIARTE — "Descrição do Estado do Maranhão".
MAURÍCIO GOULART — "Escravidão Africana no Brasil". São Paulo.
NELSON WERNECK SODRÉ — "Formação da sociedade brasileira". Rio, 1944.
OLIVEIRA LIMA — "Dom João VI no Brasil". 2.ª ed. Rio, 1945.
OLIVEIRA MARTINS — "O Brasil e as colônias portuguêsas". Lisboa.
PADRE ANTÔNIO VIEIRA — "Cartas". Lisboa.
PERO DE MAGALHÃES GANDAVO — "Tratado da terra do Brasil".
RAIMUNDO DE SOUSA GAYOSO — "Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão". Paris, 1818.
RAIMUNDO GIRÃO BARROSO — "História Econômica do Ceará". Fortalesa, 1947.
ROBERTO SIMONSEN — "História Econômica do Brasil". São Paulo, 1937.
ROCHA POMBO — "História do Brasil". Rio de Janeiro.
SACRAMENTO BLAKE — "Dicionário Bibliográfico Brasileiro". Rio.
SIMÃO ESTÁCIO DA SILVEIRA — "Relação Sumária das Cousas do Maranhão". Lisboa.
SPIX E MARTIUS — "Viagem pelo Brasil". São Paulo.
TEMÍSTOCLES ARANHA — "Discurso inaugurando o retrato de M. Hoyer na Associação Comercial do Maranhão". São Luís, 1883.
TOLLENARE — "Notas dominiciais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818". Recife.
TURNER — "Manual do plantador de algodão". São Luís.
VISCONDE DE PÔRTO SEGURO — "História Geral do Brasil".

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES VÁRIAS

Anais da Biblioteca Nacional — Vols. 66, 67 — Rio de Janeiro.
Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. — Belém. Tomo V.
Anais do Museu Paulista — Tomo III — São Paulo.
Coleção de Mapas Estatísticos do Maranhão — São Luís, 1801. in Biblioteca Pública do Estado.
Estatutos do Banco Comercial do Maranhão — São Luís, 1846.
Índice dos Anais do Conselho Geral da Província do Maranhão — Docs. da Sec. de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. São Luís.

Livros da correspondência dos Presidentes da Província. in Arquivos da Sec. Interior e Justiça. São Luís.
Livro Segundo do Govêrno do Brasil — São Paulo
Relatórios de Governadores e Presidentes da Província em diversos anos.
Relatório dos Lavradores Maranhenses — São Luís.
Relatório da Comissão do Tesouro da Província.
Relatório da Diretoria do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco.
Revista do Maranhão.

JORNAIS ANTIGOS DO MARANHÃO

O Conciliador do Maranhão. 1821 — O Argos da Lei. 1825 — O Censor. 1825 — O Amigo do Homem. 1827 — A Bandurra. 1828 — A Minerva. 1828 — A Cigarra. 1828 — A Estrela do Norte do Brasil. 1829 — O Farol. 1832 — Publicador Oficial. 1834 — Eco do Norte. 1834 — O Investigador Maranhense. 1838 — Bemtevi. 1838 — Crônica Maranhense. 1840 — Jornal Maranhense. 1841 — A Revista. 1847 — O Progresso. 1847 — Publicador Maranhense. 1848 — O Observador. 1849 — O Condor. 1849 — O Constitucional. 1853 — Diário do Maranhão. 1856 — A Imprensa. 1857 — O Globo. 1858 — O Século. 1859 — Província. 1863 — Jornal da Lavoura. 1879 — O Tempo. 1881 — Publicola — Estandarte.

ÍNDICES

ÍNDICE DA MATÉRIA

AÇÚCAR

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALGODÃO

ARROZ

COLONIZAÇÃO

COMÉRCIO

ESCRAVIDÃO

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

ÍNDIOS

INDÚSTRIA

LAVOURA

MEIO CIRCULANTE

MINERAÇÃO

PRODUTOS ECONÔMICOS

(*) — A cifra constante na primeira linha da página 33, indica 400.000 cruzados.

SAÚDE PÚBLICA

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRIBUTOS

VIDA SOCIAL E CULTURAL

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

VOLUME I

VOLUME II

ÍNDICE DAS VINHETAS

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CAPÍTULOS III e XXV

CAPÍTULOS IV e XXXI

CAPÍTULO V

(1) — O chamado "Palácio" dos Holandeses, segundo um quadro a óleo do Prof. Newton Pavão. Ocupava o terreno contíguo ao atual Palácio do Comércio, na antiga rua do Giz.

CAPÍTULOS VI e XXVI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULOS VIII e XXVIII

CAPÍTULO IX

CAPÍTULOS X e XXX

CAPÍTULOS XI e XXIX

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XIII

CAPÍTULOS XIV e XXVII

---

(2) — No pátio interno do Armazém 2. enfileirados, servindo de arrimo da Ponte da Alfândega, acham-se os canhões que pertenceram à guarda do Estanco. (Foto coleção Joaquim Luz).

(3) — Arthur Ramos — "A Aculturação Negra no Brasil".

(4) — Arthur Ramos — Obra citada.

(5) — Desenho segundo uma foto batida, em 1951, por Joaquim Luz. Gilberto Freyre inseriu em Casa Grande e Senzala desenho semelhante da mesma casa. (Doc. SPHAN).

CAPÍTULOS XV e XXXII

CAPÍTULO XVI

CAPÍTULOS XVII e XXXIII

CAPÍTULOS XVIII e XXIV

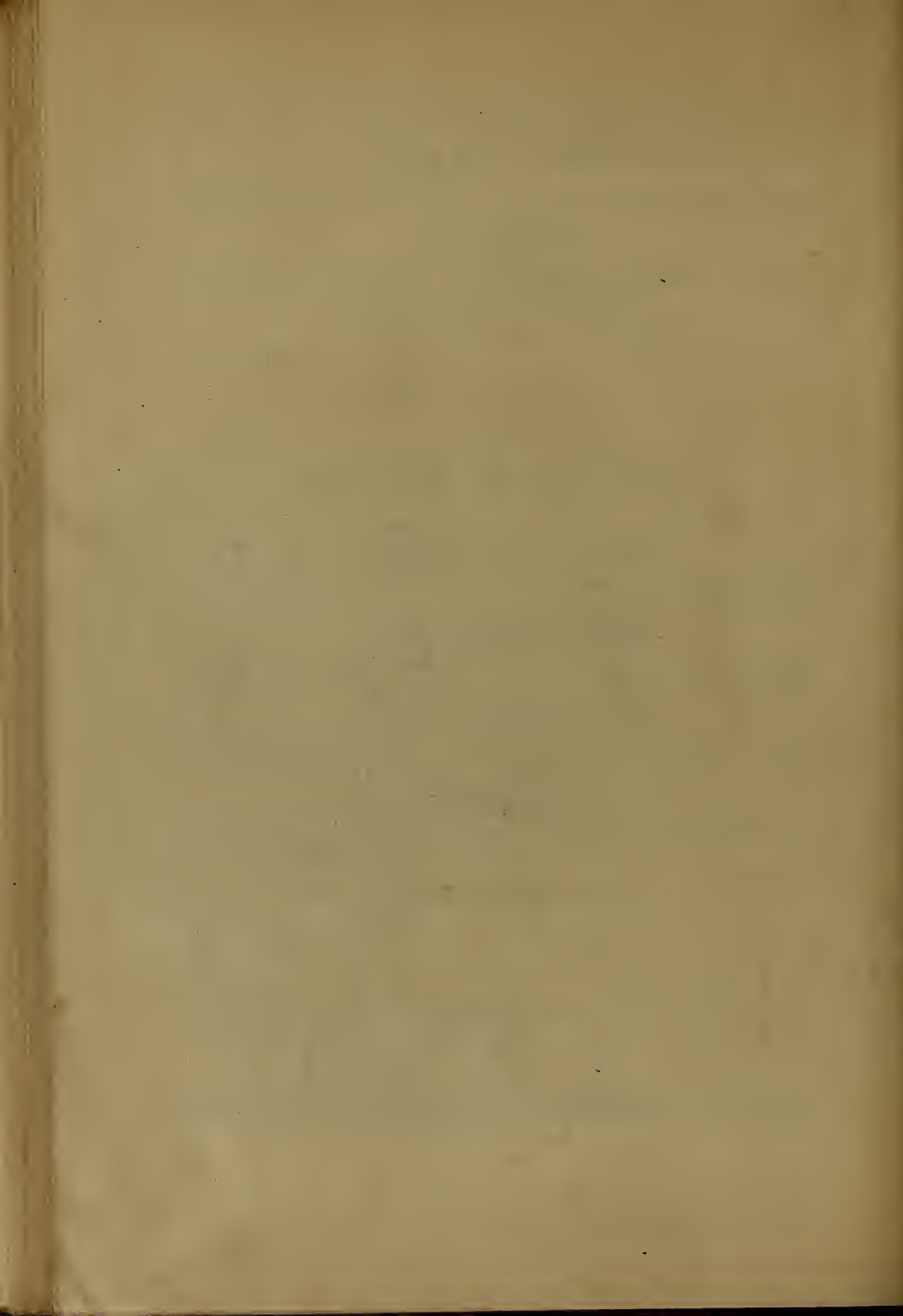
CAPÍTULOS XIX e XXXIV

CAPÍTULOS XX e XXXVI

CAPÍTULOS XXI e XXXVII

CAPÍTULOS XXII e XXXV

CAPÍTULOS XXIII e XXXVIII

(6) — No local do antigo Hotel Central foi construído o Palácio do Comércio, onde estão instalados a Associação Comercial e o novo Hotel Central.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

VOLUME I

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CAPÍTULO III

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO IX

CAPÍTULO X

CAPÍTULO XI

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XIII

CAPÍTULO XIV

CAPÍTULO XV

CAPÍTULO XVI

CAPÍTULO XXVII

CAPÍTULO XXVIII

CAPÍTULO XXIX

CAPÍTULO XXX

CAPÍTULO XXXI

CAPÍTULO XXXII

CAPÍTULO XXXIII

CAPÍTULO XXXIV

CAPÍTULO XXXV

CAPÍTULO XXXVI

CAPÍTULO XXXVII

CAPÍTULO XXXVIII

APÊNDICE

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

B

(*) — Berfort e não Belfort

C

(*) — Pereira e não Ferreira

D

E

F

G

H

I

J

(*) — Rêgo Júnior

K

L

M

(*) — Rua Coronel

N

O

P

Q

R

S

T

(*) — Teixeira e não Ferreira

CORRIGENDA

A despeito do máximo empenho na revisão dêste livro, supervisionada por Joaquim Vieira da Luz, escaparam senões que o leitor fàcilmente corrigirá.

Pela sua importância alguns exigem explicação.

No CAPÍTULO XIII, 1.° volume, página 137, ocorreu um salto, que assim se retifica :

NOTÍCIA

"Liverpool, 24 de outubro de 1812. — Chegou finalmente a época do algodão subir dos baixos preços porque se tem achado, e ainda que êste acontecimento é devido à guerra entre êste país e a América, as aparências sendo de que ela durará por longo tempo, há tôda a probabilidade de que êste gênero melhorará consideràvelmente. — As vendas continuam em grandes quantidades, e a importação diminui ràpidamente, devendo-se principalmente contar com o Brasil para os suprimentos necessários. A falta de algodão da América do Norte é já tão sensivel que com dificuldade se obtém hoje o da Georgia por 19 pence, quando esta qualidade sempre se vendia por 3 ou 4 pence menos que o do Maranhão. O pouco algodão de Sea-Island que existir deve influir muito em favor do de Pernambuco, que em proporção se acha o mais barato, e o do Maranhão deve perceber uma melhora não pequena pela escacês que já se sente do da Georgia e New-Orleans. Os preços devem forçosamente subir, e não o duvidamos de o anunciar assim na primeira semana, etc."

"Da dita notícia se vê atribuirem os inglêses etc.

anos, o trato diuturno de mas
considerável de fatos e documen
tos colocam-no ao lado dos mai
res sabedores da história do M
ranhão, pertencendo à estirpe f
mosa dos Cândido Mendes, Jo
Lisboa e César Marques.

Possuidor de um estilo inconfu
dível de simplicidade, quando e
creve o faz sem retoques, sem p
radas bruscas para medir. As idéi
já estão ordenadas. É homem que
transpõe para o papel o que já es
perfeitamente delineado e amad
recido no pensamento, o que tor
sua prosa límpida, impressiva, l
berta de manchas informes, d
borrões anódinos que fazem a to
tura dos ruins oficiais do ofício.
em história não se quer improvis
ção, a pressa que nada constrói.

Raro prazer intelectual portan
é ler êsse historiador sempre be
informado, sempre vivo e preciso
comentar os fatos, fixar os evento

Esta "História do Comércio
abrange os anos de 1612, com
França Equinoxial, até 1895, nos a
bores da República, época que o
chama da "loucura industrial"
que se seguiu à extinção da escra
vatura e conseqüente desorganiza
ção da economia maranhense.
um retrospecto seguro das ativida
des mercantis da Província desde
primeiros tempos da colonizaçã
com as lutas contra os monopóli
e privilégios de comércio, o escamb
indígena e os atravessadores. Re
salte-se ainda, no conjunto da obr
os capítulos referentes à escrav
dão negra e ao domínio econômi
dos inglêses que o autor estuda co
argúcia e de modo exaustivo.

Êste livro é um panorama fr
mente de vida, intensamente col
rido e miudamente documentado
largo trecho da história econômi
do Maranhão.